CADERNO DE TESES

Versão Final

Rio de janeiro|RJ

37º CONSINASEFE

11 a 14 de dezembro de 2025

"Educação pública para um Brasil soberano! Derrotar nas ruas a extrema direita e a agenda neoliberal"

www.sinasefe.org.br

A responsabilidade das informações e/ou opiniões contidas neste Caderno de Teses é de cada sindicalizado(a) que assina o respectivo texto da tese. Não foram feitas correções de grafia, sintaxe, ortografia, pontuação e/ou gramática no conteúdo enviado pelos sindicalizados(as). A formatação e diagramação deste material foi realizada por Scarlett Rocha (Ascom/SINASEFE).

A Comissão de Organização do 37º CONSINASEFE é composta por:

David Coelho (Sindscope-RJ)

Elton John (DN/Seção Sindical IF Fluminense-RJ)

Felipe Oliver (Assines-RJ)

Francisco Dias (DN/Seção Sindical Natal-RN)

Glábia Dutra (Seção Sindical IFMG-MG)

Karla Bertotti (DN/Seção Sindical CMR e EAMPE-PE)

Lucrécia Iacovino (Sindscope-RJ)

Raquel Nepomuceno (Sindsifce-CE)

Tânia Regina Barbosa (Seção Sindical IFS-SE)

Sumário

TESES DE CONJUNTURA

01. As ruas deram o recado: é a hora de construir a Frente de Mobilização Popular!_Pg. 06
02. Combate à Reforma Administrativa (PEC 32/2020 e similares): riscos à estabilidade e à qualidade do serviço público_____Pg. 11
03. Pão e Rosas: tese de conjuntura internacional_____Pg. 16
04. Pão e Rosas: tese de conjuntura nacional_____Pg. 22
05. Derrotar a Direita e Extrema Direita nas ruas e nas urnas é o caminho para conquistar nossos direitos_____Pg. 30
06. Nossas tarefas para 2026_____ Pg. 37
07. Salário baixo e lucros extraordinários _____Pg. 45
08. Quem nos representa, somos nós! _____Pg. 49
09. TAEs na Luta e Travessia: Ataque às carreiras TAE e nova tentativa de precarização da educação_____Pg. 52
10. Por um SINASEFE com Independência de Classe_____ Pg. 61
11. Crise sistêmica do capitalismo, da transição na ordem mundial às novas lutas do presente contra a precarização das relações de trabalho _____Pg. 68
12. O declínio estadunidense, a disputa pela hegemonia na américa latina e o papel da política externa brasileira_____Pg.73
13. Teses sobre Conjuntura da Corrente Proletária na Educação_____Pg. 78
14. Vencer a extrema direita e o fisiologismo: o caminho das ruas! _____Pg.83
15. Primeiro como tragédia, depois como farsa, por fim como deboche. É hora de romper esse ciclo!_____Pg. 92
16. Independência de classe como política do SINASEFE_____Pg. 99

TESES DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

01. A Luta Anticapacitista no SINASEFE e a Defesa de uma Escola Popular_____Pg. 102
02. Questões em torno do pardo indígena: contribuições para um debate ainda lacunar_____Pg. 109
03. Tese Confluências contracoloniais: por uma Política Institucional Antirracista, equânime e decolonial do SINASEFE_____Pg. 115
04. Em defesa do espaço das mulheres: lutar pela implementação da Lei nº 14.986/2024 e pela paridade de gênero na gestão das IFEs_____Pg. 121
05. Inclusão é Revolução: Pelo Fim da Norma Capacitista e por uma Sociedade de Corpos Livres_____Pg. 128
06. Racismo institucional e omissão política: da estrutura do Estado à reprodução sindical_____Pg. 135
07. Política de combate à opressão, em caráter operacional_____Pg. 140
08. Sem cuidado coletivo não há luta coletiva: Da margem ao centro, na defesa de todas, todos e todes trabalhadores da educação_____Pg. 145
09. Superar o proibicionismo e frear o encarceramento do

trabalhador preto e pobre ____Pg. 153
10. Da Norma à Prática: A Luta por Ambientes Educacionais Livres de Assédio e a Efetivação da Portaria MGI 6.719/2024____Pg. 157
11. Tese coletiva das mulheres do SINASEFE: "Somos históricas, lutamos para mulherar o futuro" ____Pg. 160
12. Enfrentar o machismo, combater a extrema direita e garantir a efetiva participação das mulheres nas instituições e no sindicato ____Pg. 171
13. Tese da Diversidade Sexual e de Gênero: A Diversidade Nos Fortalece! ____Pg.181
14. Racismo institucional e omissão política: da estrutura do Estado à reprodução sindical____Pg.195
15.Teses sobre opressões da Corrente Proletária na Educação____Pg.205

TESES DE EDUCAÇÃO

01. O destino da Rede Federal é inseparável da disputa de projeto de sociedade___Pg.211
02. O Balanço Histórico do Fórum Nacional de Educação____Pg.216
03. Politizando o debate sobre o FNPE____Pg.222
04. Defender as trabalhadoras e os trabalhadores em educação e derrotar o fascismo____ Pg.228
05. Educação e resistência: a luta sindical como mediação na construção de currículos emancipatórios ____Pg.236
06. Militarização das escolas: uma ameaça à Educação Brasileira____Pg.243
07. O Futuro da Educação ou será Ecossocialista ou não será! ____Pg.251
08. Plano político-sindical de enfrentamento ao subfinanciamento da Rede Federal ____Pg.255
09. Sinasefinho - Educação para Cidadania Crítica____ Pg.258
10. Derrotar o projeto neoliberal e o autoritarismo na educação federal: por uma construção popular e democrática das políticas educacionais para a rede federal e para as instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa____Pg.265
11. O Desenvolvimento de Lideranças Negras para Ocupar Posições Estratégicas nas IFES, escolas vinculadas e no Movimento Sindical____Pg.274
12. Pela Educação Integral Crítica: Combatendo o Fascismo na Educação____Pg.278
13. Que projeto de sociedade estamos construindo na Rede Federal? É preciso discutir como e para que os filhos e filhas da classe trabalhadora têm sido formados(as)!___Pg.282
14. Educação em Direitos Humanos nos Currículos dos Cursos Integrados: Uma Tese Sindical em Defesa da Formação Integral____Pg.288
15. Defesa dos investimentos mínimos constitucionais e continuidade da política de investimento das redes federais de ensino____Pg.293
16. Teses sobre a Educação da Corrente Proletária na Educação____Pg.297
17. Por uma política de financiamento próprio para a Rede Federal de Ensino_____Pg.302

TESES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL

01. Pela unicidade na carreira: professor civil não é quadro militar. Somos todos EBTT! ____Pg.311

02. Trabalho e saúde nos Institutos Federais: politizar o cuidado, enfrentar a precarização do trabalho e romper o silêncio_____Pg.318
03. Assédio como Ferramenta de Gestão A saúde do trabalhador nos colégios do MD_____Pg.324
04. Defasagem salarial e carreira docente: desvalorização profissional, evasão de talentos e estratégias sindicais_____Pg.329
05. Não ao fracionamento dos 45 dias de férias docentes_____Pg.334
06. O Adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores em educação sob o Jugo do Capital – Pela vida dos(as) TAEs e Docentes dos IFs e Escolas vinculadas aos Ministério da Defesa_____Pg.336
07. Saúde e prevenção do adoecimento das servidoras da rede pública federal de educação_____Pg.343
08. A necessidade da escuta dos Docentes que atuam na Educação Especial na formulação das estratégias sindicais_____Pg.350
09. Tese do coletivo pão e rosas: é preciso avançar no debate sobre condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/as no SINASEFE _____Pg.357
10. Pela Regulamentação da Atividade Técnica (RAT): reconhecimento, visibilidade e dignidade na Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação_____Pg.366

TESES SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

01. A importância da organização sindical e da tarefa de reorganização da Classe Trabalhadora_____Pg. 375
02. Análise Crítica do Rateio Solidário no SINASEFE: Viabilidade e Propostas de Melhoria__Pg. 382
03. Estabilidade como Cláusula Pétrea Sindical_____Pg. 385
04. "Garantir os acordos e avançar na luta" _____Pg. 390
05. Contribuições do Coletivo Sindical Pão e Rosas ao CONSINASEFE para a Organização Sindical_____Pg. 395
06. Para além das palavras de ordem: por uma política de apoio material aos movimentos sociais e populares _____Pg.404
07. Trabalhadora e pela Filiação a uma Central Sindical_____Pg.410
08. Unificar para Avançar: O Retorno à CUT como Ferramenta Estratégica para o Fortalecimento da Luta_____Pg.415
09. Inclusão do Seminário de Segurança das IFES e EBTTs no Calendário Nacional do SINASEFE_____Pg.417
10. A Ágora Insubstituível: Discutindo a Primazia da Presença Física na Mobilização dos Trabalhadores_____Pg.419
11. Qualificar para avançar_____Pg.424
12. Fetichismos e Sindicato - uma breve reflexão_____Pg.427

EIXO 1 . TESES DE CONJUTURA

01 - As ruas deram o recado: é a hora de construir a Frente de Mobilização Popular!

Corrente Sindical Unidade Classista

As gigantescas manifestações contra a PEC da bandidagem e a anistia para Bolsonaro emergiram com força e entusiasmo em todas as capitais e nas maiores cidades do país, reunindo centenas de milhares de manifestantes no dia 21 de setembro. Os atos revelaram que, mesmo numa conjuntura complexa e difícil como a que vivemos atualmente, marcada por retrocessos sociais e chantagens dos Estados Unidos, é possível reunir multidões em mobilizações capazes de enfrentar com base social e organização popular a extrema-direita, a direita clássica, as ameaças do imperialismo estadunidense e colocar na ordem do dia a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

As manifestações também serviram para resgatar as ruas como espaços próprios do povo trabalhador, das forças progressistas e revolucionárias e não do neofascismo, como vinha acontecendo nos últimos anos. Além disso, levantaram a moral de vastos setores populares que estavam apáticos diante da conciliação de classes e demonstraram haver disposição de luta e energia social para inaugurar um novo ciclo de movimentos sociais, com vistas a construir um projeto alternativo para o Brasil. Contribuíram para a explosão das ruas as chantagens do imperialismo dos EUA e as bandalheiras do bolsonarismo no Congresso, um bando constituído pelo lumpesinato político mais grotesco da história brasileira. Este setor sentiu-se suficientemente impune para aprovar a PEC da bandidagem, bem como pautar a urgência do projeto de anistia para Bolsonaro e sua gangue de criminosos.

Tais medidas indecorosas, que representaram um verdadeiro escárnio contra o povo brasileiro, foram a gota d'água que despertou a indignação de centenas de milhares de pessoas e levou as multidões às ruas, para surpresa de muitos. O governo Lula não tem mais desculpas para deixar de convocar a população à luta e enfrentar de maneira firme a oligarquia financeira, as políticas neoliberais e as forças conservadoras. Não é mais possível continuar governando emparedado pelo Centrão e aplicando medidas baseadas no arcabouço fiscal, garantindo lucros exorbitantes para os rentistas, enquanto oferece à população apenas as migalhas da compensação social, instrumento que serve de vitrine para implementar a política social-liberal.

21/09: Um divisor de águas para a mobilização popular

As manifestações criaram uma nova dinâmica na luta de classes no Brasil, mas seu desenvolvimento não ocorrerá automaticamente: se não quiserem perder a legitimidade, agora os partidos políticos, movimentos sociais e de juventude, além do governo, têm a obrigação de se adaptar a esse novo espírito de combatividade popular porque a disputa tende a ser cada vez mais polarizada. É necessário um grande esforço de trabalho de base, de agitação e propaganda de todas as forças progressistas e de esquerda no sentido de consolidar e intensificar essa combatividade, de forma a que as manifestações de outubro não se transformem apenas em eventos episódicos e sejam esfriadas pelas organizações conciliadoras, que temem a luta de massas e, o que é pior, temem principalmente perder seus cargos e privilégios no aparato sindical e popular.

O governo Lula também deve colocar as barbas de molho porque, quando as massas emergem com independência na cena política, a conjuntura também muda, os espaços para negociações de bastidores, concessões aos inimigos da classe trabalhadora e a retórica apartada da realidade se tornam cada vez mais estreitos. O recado das ruas foi evidente: terminou o baile de máscaras e o momento de passividade; não é mais aceitável seguir com as políticas ortodoxas, os ajustes fiscais contra os trabalhadores e as trabalhadoras, as promessas não cumpridas, porque a luta popular entrou em um novo patamar.

A pressão popular das ruas foi tão forte que, no dia seguinte o presidente da Câmara, meio apavorado, reconheceu a necessidade de acabar com as pautas tóxicas da Câmara e barrou a manobra malandra de transformar Eduardo Bolsonaro em líder da minoria, o que abriria espaço para ele não ser cassado; muitos parlamentares gravaram vídeos se desculpando por ter votado nas medidas escandalosas da bandidagem parlamentar; partidos soltaram notas prometendo não aprovar essas medidas no Senado e, finalmente, a própria Comissão de Constituição e Justiça do Senado enterrou o projeto da impunidade. Esse recuo dos parlamentares mostra mais uma vez que somente a mobilização popular nas ruas é capaz de impor limites aos poderosos, alterar a correlação de forças e encaminhar o país para um novo rumo político e social, na perspectiva do poder popular e do socialismo.

Construir a Frente de Mobilização Popular e fortalecer as lutas populares

Somente as mobilizações populares nas ruas podem barrar as políticas contrárias aos interesses do povo trabalhador. É hora de dar um passo à frente: construir a Frente de Mobilização Popular, um instrumento político

que tenha capacidade de reunir o movimento sindical, os movimentos populares e as organizações da juventude, para colocar na ordem do dia a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras, como a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução dos salários, o fim da escala 6 x 1, a taxação das grandes fortunas, a revogação do arcabouço fiscal e das contrarreformas, a defesa das estatais e da soberania nacional e popular.

Para que essa conjuntura se consolide é imprescindível avançar com o trabalho de base. A história demonstra que as mobilizações populares precisam ser articuladas com as organizações sociais e políticas para se tornarem duradouras, ganharem organicidade e sentido político. O Brasil está cansado desse longo ciclo de conciliação cheio de derrotas. Não podemos perder a oportunidade histórica, nem repetir os mesmos erros do passado. Se as manifestações de 21/09 revelaram o potencial das massas, a Frente de Mobilização Popular poderá ser o instrumento capaz de dar uma direção classista às mobilizações, organizar um programa unitário, articular os setores dispersos que ainda não foram incorporados à luta, especialmente os populares, para abrir caminhos rumo à construção do poder popular e do socialismo.

Derrubar o arcabouço fiscal e barrar a reforma administrativa

O arcabouço fiscal do governo Lula segue vigente, mantendo a lógica de austeridade que limita a capacidade do Estado de investir em áreas sociais e estratégicas. Na prática, o arcabouço equilibra as contas públicas à custa de uma contenção orçamentária que afeta diretamente setores essenciais como saúde, educação e infraestrutura, sacrificando a expansão de direitos para a classe trabalhadora em nome da "responsabilidade fiscal".

Além das medidas neoliberais adotadas pelo governo, há uma série de demandas populares não resolvidas, pois a pauta prioritária é o atendimento às necessidades e aos interesses do capital. Não houve alteração significativa do quadro relativo à destruição do meio ambiente, havendo pressão para avançar com a exploração do petróleo na Bacia Amazônica, o que contraria a lógica de uma política ambiental sustentável, prejudicando ainda mais as condições de vida dos povos indígenas e quilombolas, os quais seguem sofrendo ataques contra seus direitos, boicote à demarcação de suas terras e a ameaça do marco temporal.

E o projeto de reforma administrativa que tramita no Congresso sob liderança de Hugo Motta e Arthur Lira, aprofunda uma visão gerencialista do serviço público, priorizando a redução de custos e a flexibilização das relações de trabalho em detrimento da valorização dos servidores e da qualidade do atendimento à população. A proposta abre brechas para

contratações precárias, diminui a estabilidade, favorecendo a indicação política para os cargos e o avanço de interesses privados dentro da administração pública. A reforma visa fragilizar o serviço público, corroendo a capacidade do Estado de planejar e executar políticas públicas universais e de longo prazo.

Solidariedade internacionalista

Vivemos um momento em que uma nova onda da ofensiva da extrema direita, em escala global, se fortalece com um novo centro apoiador nos EUA. Com o governo Trump, o imperialismo estadunidense passou a utilizar uma nova tática de atuação na conjuntura internacional, visando dois objetivos estratégicos: a) reestruturar pela coação a ordem econômica internacional, buscando acima de tudo preservar seus interesses e o domínio na parte capitalista do mundo; b) reverter o declínio dos EUA e recuperar a hegemonia que está sendo contestada pelas potências emergentes.

No que diz respeito à América Latina, a situação é mais complexa porque os Estados Unidos consideram a região como seu pátio traseiro. Num momento de crise como esse e com um presidente agressivo como Trump, as pressões para que os governos da região se enquadrem em relação aos interesses dos Estados Unidos são bastante duras, principalmente contra Venezuela, Cuba, Colômbia e Brasil, que não só é membro dos BRICS como está exercendo sua presidência.

Manifestamos nossa total solidariedade ao povo palestino, que há décadas enfrenta ocupação, violência e a negação de seus direitos fundamentais pelo estado sionista de Israel. Diante do frágil cessar-fogo, é necessário intensificar a mobilização internacional para barrar o genocídio e garantir ao povo palestino o direito à vida e a construir com autodeterminação o seu próprio destino.

Nossas propostas para o 37º CONSINASEFE

-Derrotar a reforma administrativa!

-Revogação do arcabouço fiscal do governo Lula!

-Defesa das estatais e da soberania nacional e popular!

-Pela redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas, e pelo fim da escala 6x1 sem redução de salários;

-Sem anistia para os golpistas!

-Articular as lutas contra todas as opressões e as lutas ambientais com um projeto anticapitalista, anti-imperialista e internacionalista;

-Promover a mais ampla solidariedade à heróica resistência do povo palestino, construindo ações unitárias de apoio à Palestina e denúncia do

genocídio cometido pelo governo terrorista de Israel. Palestina Livre do Rio ao Mar!

-Solidariedade aos povos cubano, venezuelano e colombiano, que lutam contra a agressão imperialista e ameaças dos EUA!

-Por um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) enquanto um processo de unificação em defesa da classe e sem mediação de qualquer central sindical!

-Pela construção do Encontro Nacional de Educação (ENE)!

-Pela construção da Frente de Mobilização Popular!

Assinam essa tese:

1. Alexandre Lopes - IFMS
2. Aline Hypolito - IFSC
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Andréa Moraes - Sintietfal
5. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
6. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
7. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
8. Fernando Messias -SINTEFGO
9. Frederico Bazana - Litoral - IFC
10. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
11. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
12. João Alves Pacheco - São Paulo
13. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
14. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
15. Leonardo Reis - IFMS
16. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
17. Luiz Gustavo Cunha Soares da Fonseca - CEFET RJ
18. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
19. Marcelo Lira - SINTEF GO
20. Marcus Roberto - SINTIETFAL
21. Oseia Bier - IFMT
22. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
23. Rian Rodrigues - SINASEFE IF Fluminense
24. Rodrigo Lima - IFSC
25. Suelen Fruneaux - Litoral IFC
26. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
27. Vanessa Soares de Castro - IFRS Seção Bento
28. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC
29. Walmir Barbosa- SINTEFGO

02 - Combate à Reforma Administrativa (PEC 32/2020 e similares): riscos à estabilidade e à qualidade do serviço público

Introdução

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020 (PEC 32) e similares representam uma tentativa de reformulação estrutural do serviço público brasileiro, alterando regras de ingresso, progressão, estabilidade e direitos dos servidores. A estabilidade funcional, prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 41), é um dos pilares da administração pública, garantindo independência, continuidade e qualidade na prestação de serviços essenciais à população (BRASIL, 1988). A proposta de reforma administrativa traz riscos significativos para a manutenção desses direitos, podendo enfraquecer instituições públicas e reduzir a eficiência do Estado no atendimento às demandas sociais.

Riscos à estabilidade e aos direitos dos servidores

A PEC 32 propõe alterações que diminuem a segurança da carreira pública, flexibilizando critérios de demissão e avaliando servidores por desempenho. Tais medidas ameaçam a estabilidade, permitindo que servidores sejam desligados por critérios subjetivos, o que pode gerar insegurança jurídica e precarização do trabalho (COSTA; LIMA, 2021). Além disso, a alteração de direitos, como progressão automática, licenças e gratificações, compromete a valorização profissional e reduz incentivos à qualificação continuada, podendo impactar negativamente a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade (DIEESE, 2022).

Enfraquecimento do serviço público e impactos sociais

A implementação da reforma administrativa em seus moldes pode resultar em descontinuidade de políticas públicas, perda de conhecimento técnico acumulado e aumento da rotatividade de servidores. Estudos comparativos internacionais demonstram que países que preservam estabilidade funcional e valorização do servidor público – como os países nórdicos – apresentam serviços públicos mais eficientes e indicadores sociais mais elevados (OECD, 2022). O enfraquecimento do serviço público no Brasil compromete áreas estratégicas, como educação, saúde, ciência e tecnologia, prejudicando o desenvolvimento sustentável e a equidade social (BRASIL, 2021).

Mobilização e articulação entre categorias

Para combater a PEC 32, é fundamental a mobilização organizada de diversas categorias do serviço público. Sindicatos, associações profissionais

e movimentos sociais devem atuar de forma articulada, promovendo debates, assembleias e campanhas de sensibilização, visando conscientizar servidores e a sociedade sobre os impactos da reforma (ANDES-SN, 2021). A construção de alianças com outras categorias, como profissionais de saúde e educação, fortalece a pressão política e amplia a capacidade de influência sobre parlamentares e tomadores de decisão.

Pressão política e atuação legislativa

A defesa do serviço público requer estratégias de incidência política, como a proposição de emendas, o fortalecimento de frentes parlamentares e a participação em audiências públicas. A pressão sobre o Congresso Nacional é crucial para impedir a aprovação de dispositivos que comprometam direitos constitucionais e a continuidade de políticas públicas essenciais (SOUZA, 2020). A articulação deve ser fundamentada em dados técnicos, evidências sobre os impactos da reforma e exemplos internacionais que comprovem os benefícios da valorização do servidor público.

Comunicação à sociedade sobre os impactos

Campanhas de comunicação são essenciais para tornar compreensíveis os efeitos da reforma administrativa. Material informativo, infográficos, estudos de caso e vídeos podem demonstrar que a perda de estabilidade e de direitos não apenas afeta servidores, mas também prejudica a população que depende de serviços públicos de qualidade. A conscientização da sociedade cria legitimidade para as ações sindicais e aumenta a pressão sobre representantes políticos (COSTA; LIMA, 2021; OECD, 2022).

Encaminhamentos

1. *Mobilização e articulação interna e externa*

Unir categorias: Promover articulação entre diferentes segmentos do serviço público (educação, saúde, ciência, segurança) para fortalecer a frente de defesa do funcionalismo.

Assembleias e debates: Realizar encontros regulares com os filiados para apresentar impactos da reforma, esclarecer dúvidas e planejar ações conjuntas.

Parcerias com movimentos sociais: Articular com entidades da sociedade civil, ONGs e movimentos populares para ampliar legitimidade e visibilidade das ações sindicais.

2. *Incidência política e pressão legislativa*

Ações junto ao Congresso: Construir e fortalecer frentes parlamentares em defesa dos servidores públicos, visando barrar dispositivos prejudiciais da PEC 32.

Proposição de emendas e projetos: Apresentar propostas alternativas que garantam estabilidade, progressão funcional e manutenção de direitos adquiridos.

Monitoramento legislativo: Acompanhar a tramitação de projetos e reformas correlatas para identificar riscos e intervir rapidamente.

3. Comunicação e sensibilização social

Campanhas informativas: Produzir materiais acessíveis (infográficos, vídeos, boletins) explicando os impactos da reforma sobre serviços essenciais e a população.

Divulgação de dados comparativos: Mostrar exemplos internacionais (países nórdicos) que associam valorização de servidores à eficiência e qualidade do serviço público.

Engajamento da mídia: Participar de entrevistas, colunas e redes sociais para ampliar a visibilidade da pauta.

4. Ações jurídicas

Medidas cautelares e ações constitucionais: Impetrar ações para proteger direitos previstos na Constituição, como estabilidade (art. 41) e remuneração adequada.

Pareceres e estudos jurídicos: Produzir análises que fundamentem tecnicamente a contestação de dispositivos nocivos da reforma.

Articulação com assessorias jurídicas: Coordenar esforços com escritórios especializados e defensorias públicas para potencializar os instrumentos legais disponíveis.

5. Produção de estudos e evidências técnicas

Pesquisas comparativas: Elaborar estudos sobre perdas salariais, precarização, rotatividade de servidores e impacto na prestação de serviços.

Indicadores de desempenho: Demonstrar como a desvalorização e o enfraquecimento do serviço público impactam indicadores de educação, saúde, segurança e ciência.

Memoriais e relatórios técnicos: Sustentar negociações e incidência política com dados concretos.

6. Estratégias de negociação e pressão direta

Negociações contínuas com o governo: Manter canais abertos de diálogo, apresentando propostas alternativas de valorização e proteção de direitos.

Mobilizações planejadas: Organizar greves, paralisações simbólicas ou ações de visibilidade de forma coordenada, com foco em sensibilizar a sociedade e pressionar o legislativo.

Planos de ação escalonados: Definir ações de curto, médio e longo prazo, combinando mobilização, comunicação e incidência política.

Conclusão

O combate à PEC 32 e reformas administrativas similares é uma questão estratégica para a preservação do serviço público brasileiro. A estabilidade e os direitos dos servidores são fundamentais para a continuidade, eficiência e qualidade das políticas públicas. A mobilização organizada das categorias, aliada à pressão política e à comunicação clara à sociedade, constitui a principal ferramenta para impedir retrocessos e assegurar a valorização do trabalho público como um vetor de desenvolvimento social e econômico.

Referências

ANDES-SN. Posicionamento sobre a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Brasília: ANDES-Sindicato Nacional, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Economia. Reforma administrativa e impacto no serviço público brasileiro. Brasília: ME, 2021.

COSTA, M.; LIMA, R. Impactos da reforma administrativa sobre servidores públicos. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 55, n. 3, 2021.

DIEESE. Estudo sobre a PEC 32 e suas implicações no serviço público. São Paulo: DIEESE, 2022.

OECD. Government at a Glance 2022: Public Administration Indicators. Paris: OECD Publishing, 2022.

SOUZA, J. Serviço público no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

Assinaturas	Representação
Diógenes Mendes Araújo	MLC/SINASEFE/Natal
Francisco Dias	MLC/SINASEFE/Natal
Diego Cirne Santos	SINASEFE/Natal
Fernando Varela	SINASEFE/Natal
Diego Soares Carvalho	SINASEFE/IFSP

03 - Pão e Rosas: tese de conjuntura internacional

A crise econômica, social e política em curso que assola o contexto global do sistema do capital tem provocado inúmeros desafios às forças da esquerda mundial. Em verdade, podemos destacar cinco dimensões estruturais da crise no atual período histórico, em perspectiva internacional. Após a derrota histórica da classe trabalhadora mundial ocorrida com a restauração capitalista, a derrubada do Leste Europeu no início de 1990 e o apogeu neoliberal, entrelaçam-se diferentes dimensões de crise estrutural no novo período histórico em que vivemos.

1. Uma profunda crise do capitalismo global pós-2008: o estouro da bolha imobiliária do subprime nos países centrais evidenciou as contradições de um sistema mundial neocolonial, sustentado por um setor financeiro cada vez mais autonomizado em relação à economia real – na qual vive a classe trabalhadora, que, por sua vez, é forçada a se mover cada vez mais segundo as dinâmicas desse capital fictício. Esta crise aprofundou as contradições estruturais do capitalismo que a produziu através de profunda instabilidade econômica, colapso do sistema imobiliário especulativo e falências bancárias, provocando crise de liquidez em diversas economias mundiais, em função da interconexão do sistema financeiro global. No caso brasileiro, os efeitos dessa crise global foram sentidos de forma mais tardia, tornando-se mais evidentes a partir de 2014, quando a burguesia nacional passou a articular de maneira mais agressiva um golpe destinado a reconfigurar o grau de espoliação dos fundos públicos. Esse processo teve como desdobramento ideológico a ascensão da extrema-direita, que, por sua vez, desmoralizou a política tradicional burguesa ao reduzi-la a uma abstração de castas corruptas – ainda que seguisse operando a serviço dos mesmos interesses de classe. Em suma, tal contexto de crise econômica estrutural produziu uma crise social que, após o golpe institucional acelerou a precarização das relações de trabalho e avanço de novas formas de expropriação por parte do capital, criando espoliação generalizada e agressiva, inclusive dos fundos públicos, o que ameaçou de morte a ideia política de um serviço público para todos e seu agente político: o servidor público. No cenário mundial, novas formas de espoliação e de ofensiva do imperialismo sobre os interesses dos trabalhadores e das economias nacionais são marcas evidentes.

2. Emergência da crise climática: a decadência do capitalismo contemporâneo e sua dinâmica de destruição produtiva baseada no modelo de exploração predatória dos recursos naturais (fonte elementar de sobrevivência da humanidade e de todos os demais habitantes do planeta),

ambientais e de comunidades originárias, agravam a questão ambiental mundial que alcança pontos de não retorno com os quais teremos que conviver e obrigar a vida no planeta a se adaptar, impondo a necessidade da reforma agrária popular, da transição agroecológica e energética incorporando iniciativas do Sul Global, além de reformas urbanas amplas, fora dos moldes organizacionais capitalistas em crise, transformando para isso, sobretudo, o padrão consumista que alimenta o sistema enquanto paradoxalmente produz fome e escassez generalizada.

3. Crise da ordem imperialista e o perigo da guerra mundial: o atual estágio do imperialismo no sistema mundial de Estados tem realçado conflitos geopolíticos em desenvolvimento no mundo. Com o declínio relativo do bloco hegemônico imperialista (EUA e seus principais aliados – Europa Ocidental e Japão), de um lado, e, de outro, o contundente avanço de uma China repleta de contradições e a recuperação parcial de uma Rússia pressionada pelo bloco hegemônico imperialista, a instabilidade política no sistema tem sido a tônica, em um contexto de conflito internacional aberto. São exemplos a guerra inter
imperialista na Ucrânia, caracterizada tanto pelos interesses colonialistas da Rússia na região, quanto pelos interesses expansionistas neocoloniais dos EUA OTAN no Leste Europeu, o genocídio de Israel sobre a Faixa de Gaza e a Palestina que espera redesenhar o colonialismo no oriente médio, e o tensionamento neocolonial norte-americano sobre Taiwan e sobre a América Latina, em particular a Venezuela (com claras implicações sobre o fronteiriço Brasil), dentre outros. Tais conflitos fortalecem a ascensão de uma extrema direita global belicosa que tende a articular em conjunto ataques a supostos inimigos internos e externos, enquanto faz o serviço sujo da reestruturação da sociedade capitalista mais uma vez em crise estrutural. O que afeta um limitado multilateralismo que mal sobrevive em iniciativas globais ambíguas e potencialmente anticoloniais como a do BRICS, reforçando o desafio classista da compreensão das posições ambíguas do complexo e contraditório regime chinês nas lutas mundiais contra o neocolonialismo capitalista. Contudo, cumpre observar que, apesar da supremacia dos EUA ter sido debilitada no último período, não se pode dizer que seu poder ruiu. Ainda não houve transição no papel hegemônico no sistema internacional de Estados, por mais que haja acirramento com o protagonismo do mercado chinês. A tríade ainda está no centro do mercado mundial, com os EUA no papel de potência hegemônica, em função da esmagadora superioridade militar e de seu sistema financeiro ancorado no dólar como principal moeda de entesouramento.

4. Ascensão do neofascismo e a crise da democracia burguesa: a crise do regime democrático-liberal avança não apenas nos países centrais do capitalismo (EUA talvez seja o principal exemplo), mas também na periferia

do sistema. Em meio à crise neoliberal e do sistema político tradicional, se alimentando de seus problemas sociais, cresce uma força social de extrema direita que flerta direta ou indiretamente com o fascismo. Trata-se da alternativa neofascista, com características particulares em cada país, mas com um núcleo duro comum: destruir liberdades democráticas e avançar em pautas reacionárias contra conquistas históricas da classe trabalhadora, como direitos trabalhistas, direitos humanos, contra as pautas históricas dos movimentos negro, feminista, LGBTQIANB+ e das pessoas com deficiência. A extrema direita, sempre alargando xenofobicamente a delimitação belicosa de inimigos internos e externos, é o inimigo político principal a ser enfrentado no atual momento histórico pela classe trabalhadora e os oprimidos de todo mundo. Através dela, a burguesia tenta desmontar radicalmente não apenas os direitos da classe trabalhadora, incluso o de um efetivo serviço público, para fins de espoliar abertamente os fundos públicos, mas também violentamente a própria luta da classe trabalhadora contra este desmonte radical aberto e violento.

5. Crise subjetiva da classe trabalhadora e da alternativa anticapitalista: os aspectos reacionários advindos da etapa histórica aberta com o fim da URSS se aprofundaram. Neste texto, importa observarmos que a crise do capitalismo
mundial não vem sendo acompanhada pelo fortalecimento de alternativas anticapitalistas. Embora os explorados e oprimidos não tenham deixado de lutar em resistência, a pauta revolucionária segue distante do horizonte dos trabalhadores e de seu nível de consciência. Se, por um lado, a gestão do Estado em aliança com setores burgueses, a chamada política de conciliação de classes, revelou-se com seu reformismo incapaz de resolver as crises estruturais do capitalismo e tampouco de derrotar estrategicamente o neofascismo emergente que ainda ronda o Brasil com força política inegável enquanto avança mundialmente, ao mesmo tempo, prevalece a dinâmica da marginalidade, da fragmentação e da dispersão da esquerda radical, socialista e revolucionária. Daí o imperativo das formas de luta unitárias, como a da Frente Única da classe trabalhadora, em consonância à aglutinação em redes globais das pautas de gênero, da diversidade sexual, ambiental, étnico-racial, identidade e luta por reconhecimento, além de demais demandas progressistas, atuando, assim, num uníssono capaz de promover a recomposição subjetiva do sujeito social complexo que somos, da nova morfologia da classe trabalhadora (heterogênea, diversificada, complexificada e fragmentada) , reconstruindo-nos em todas as nossas múltiplas dimensões efetivas, contraditórias e interditadas historicamente. lutas unificadas que se espalham pelo Sul Global, de Bangladesh à África do Sul passando por Peru e Equador. Ao fim e ao cabo, o contexto socioeconômico e político internacional demonstra que a crise profunda e vigente do capitalismo acentua formas variadas de

exploração e espoliação, saque aos fundos públicos, ideologias reacionárias que flertam com o neofascismo e guerras como respostas.

Diante desse cenário desafiador de intensas disputas de classe, precisamos nos articular com vistas aos reflexos no Brasil dos avanços imperialistas neocolonizadores como forma de implementar uma fase ainda mais bárbara do neoliberalismo na periferia através sobretudo do seu viés de extrema-direita cada vez mais dominante sobre a direita mundial, inclusive no Brasil. Não se faz a boa política nacional sem compreender os ataques imperialistas hoje na América do Sul e em todo o Sul Global, sem compreender as possibilidades de multilateralismo e seus limites enquanto contra tendência, a nova reestruturação econômica imperialista como tendência de um capitalismo em crise estrutural e a necessidade de um projeto alternativo global pela esquerda que recoloque a superação do capitalismo pela classe trabalhadora organizada numa Frente Única de lutas como pauta incontornável desta.

E diante desse cenário de intensa disputa, é preciso manter a mobilização nas redes, nas ruas e em nosso local de trabalho sindical classista. Vamos à luta juntos, companheiros do SINASEFE!

Assinam:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO

24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
26. Demian Boaroli Bento Gonçalves
27. Dione Cabral São Paulo
28. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
29. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
30. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
31. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
32. Fabio de Oliveira Dias IFSul
33. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
34. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
35. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
36. Giovana Lopes da Silva Codó
37. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
38. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
39. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga-,Aeronáutica
40. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
41. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
42. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
43. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
44. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
45. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
46. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
47. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
48. José Eurico Ramos de Souza Manaus
49. Karlane Holanda IFCE
50. Laurenir Santos Peniche Pará
51. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
52. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
53. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
54. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
55. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
56. Maíra Ferreira Martins São Paulo
57. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
58. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
59. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
60. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
61. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
62. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
63. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
64. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
65. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
66. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
67. Marival Baldoino de Santana São Paulo
68. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
69. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac

70. Michel Torres IFRJ
71. Natalia Ayres Sindsifce
72. Nericilda Bezerra Sindisifce
73. Odemir vieira SINASEFE ifsc
74. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
75. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
76. Pedro Ribeiro Monte Castelo
77. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
78. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
79. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
80. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
81. Renildo Viana SINASEFE Manaus
82. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
83. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
84. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
85. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
86. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
87. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
88. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
89. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
90. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
91. Samantha Lima Macedo Sindsifce
92. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
93. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
94. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
95. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
96. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
97. Thalismar Matias Gonçalves IFES
98. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
99. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
100. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

04 - Pão e Rosas: tese de conjuntura nacional

"Em tempos de tempestade, todos remam no mesmo barco"

"Na escuridão que se fecha, uma chama só não basta"

(Ditados populares sem autoria)

A crise econômica, social e política em curso que assola o contexto global do sistema do capital tem provocado inúmeros desafios objetivos e subjetivos às forças da classe trabalhadora organizada no Brasil e no mundo.

No Brasil, especificamente, elegemos Lula para derrotar Bolsonaro nacionalmente, mas não conseguimos barrar a eleição de fascistas como Tarcísio, Zema, Castro e Ratinho, tampouco a influência de setores de direita tanto no parlamento quanto no próprio governo. Não conseguimos barrar o avanço da extrema-direita e do Centrão no pior Congresso Nacional já eleito. A fascistização social e política continua em curso e os desafios neste final de governo continuam enormes, inclusive em defesa do serviço público.

A promessa política desde 2022 foi de um governo de ampla reconstrução nacional combinada com enfrentamentos estruturais diante da crise estrutural do capitalismo mundial. Evidentemente havia limites de correlação de forças para avançar, mas também houve ambiguidades de um governo de Frente Ampla contra o fascismo, equilibrando-se aqui entre tendências e contratendências neoliberais, mas também em recuos políticos reformistas excessivos na confrontação política diante do cenário de extrema desestruturação social e política e as consequentes expectativas disruptivas, desvirtuadas em grande medida pela ideologia de extrema-direita, que vão permeando as percepções políticas da classe trabalhadora neste cenário de crise estrutural do capital.

Contudo, ao observarmos o quadro de destruição deixado pelo governo anterior e o esforço de reconstrução em curso em algumas áreas sensíveis, é possível identificar avanços significativos que não podem ser ignorados de forma sectária – sob o risco de pavimentarmos o caminho para o retorno do neofascismo e das ameaças, não apenas à democracia, que ele ainda representa no cenário político já delineado para 2026. Não é de hoje que as instituições democráticas foram fragilizadas com apoio ou silêncio da elite econômica. Não podemos subestimar a extrema direita – ainda que hoje se apresente fragmentada, continua exercendo influência sobre parcelas significativas da população. Afinal, a sociedade brasileira permanece profundamente dividida no plano político, o que mantém vivas as condições para que discursos autoritários, neoliberais e reacionários

ganhem novo fôlego.

Diante da ofensiva imperialista e interferência direta do governo norte-americano nos assuntos internos do Brasil, houve uma retomada da popularidade de Lula (se comparado ao início do ano), e um certo giro político sinalizando à esquerda, diante da pressão da extrema direita bolsonarista assumindo uma postura tão abertamente neocolonial que permitiu ser rotulada adequadamente, diante da atual polarização social, para fins de comunicação e agitação política como
traidora da pátria; por mais complexa que seja, importante ressaltar, esta discussão da perspectiva classista da classe trabalhadora mundial.

No entanto, a tergiversação do governo diante de sua própria base em temas que dependem mais de sua vontade política do que de correlações de forças desfavoráveis mina a confiança necessária para a construção coletiva que precisaremos retomar em 2026. A postura patronal com que o governo respondeu às greves de 2024 – somada ao não cumprimento, mais de um ano depois, de diversos pontos acordados – evidencia os limites de um governo eleito por nós e que não podem ser ignorados. Aliás, é justamente diante da complexidade do momento político que essas contradições devem ser enfrentadas. O desafio que se impõe vai além de derrotar a extrema direita: exige repensar, de forma contínua, a reconstrução concreta de um Brasil verdadeiramente comprometido com a transformação radical pela esquerda, enraizado nas lutas cotidianas e capaz de enfrentar os problemas estruturais que nos atravessam. E neste sentido, o SINASEFE pode e deve se mobilizar para que se cumpra os acordos de greve, e ir além: preparar para os próximos anos a luta pela reconstrução efetiva das carreiras e dos investimentos no setor público, alterando correlações de força política pela mobilização social em Frentes Únicas de luta, e disputando, assim, um projeto classista altamente inclusivo para finalmente ultrapassarmos a atual fase defensiva ainda incipiente de reconstrução lenta e gradual de direitos.

Por outro lado, é verdade também que entre idas e vindas nesta realidade complexa atual, motes como o de "Colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda", apesar de ainda amplamente insuficiente, traduziu-se em movimentações reais pela esquerda com capacidade de confluir ações governamentais e mobilizações sociais que historicamente sempre a reivindicaram. A pauta da isenção de impostos para a camada da população mais pobre e a taxação dos super ricos são exemplos modelares nesse sentido.
Embora, evidentemente o governo ainda esteja longe de avançar politicamente para colocar este patamar de luta num nível necessário para disputar a alteração da correlação de forças, ainda preso que está a um viés eleitoral burguês tradicional em decomposição e aos compromissos

engessantes de uma Frente Ampla que se apega ao que sobrou deste.

Também é verdade que motes políticos outros que vão se desenhando como centrais no pleito de 2026, como o "Fim da escala 6x1 com redução da jornada para 36 horas semanais", e a "Tarifa Zero", mostram, entre outros, o caminho de reconstrução da esperança subjetiva e objetiva em uma sociedade efetivamente justa e socialmente referenciada, alcançada apenas pela mobilização das forças políticas populares verdadeiramente disruptivas contra um capitalismo em crise estrutural.

Tudo isso vai depender dos desdobramentos da luta de classes, da habilidade e coragem do governo Lula em não capitular ou errar a mão nesse enfrentamento. Como também da compreensão da esquerda brasileira em atuar em Frente Única para combater a fúria de um império que luta para não perder sua hegemonia e de seus capachos neocoloniais que se movimentam, conforme o vento dos acontecimentos políticos, da direita à extrema-direita, como no caso do tal "bolsonarismo moderado" construído ideologicamente pela grande mídia burguesa.
Neste sentido, multiplicar lutas em defesa do serviço público é neste momento tão fundamental quanto pautar pela perspectiva de uma esquerda anticapitalista a reestruturação profunda dos serviços públicos para além de uma agenda meramente defensiva de reconstrução do muito destruído. Sem deixar, contudo, de barrar os ataques estruturais promovidos pela direita num momento ainda defensivo da luta de classes. Derrubamos a PEC da Bandidagem e se aprovou a da Justiça Tributária a partir da movimentação governamental em confluência com a do movimento social; contudo, a direita emplacou uma dura derrota em seguida na PEC BBB de taxação dos Bancos, *Bets* e Bilionários, num cenário político desafiador.

E agora, o Centrão quer emplacar a desestruturação da carreira do servidor público e, consequentemente, do serviço público, com uma PEC da Reforma Administrativa. Mais uma vez, o SINASEFE, que se mobilizou exemplarmente no interior do FONASEFE para barrar a PEC 32, a da Reforma Administrativa de Bolsonaro, em conjunto com os demais servidores públicos, precisa agora se mobilizar fortemente neste curto período de tempo para barrá-la mais uma vez no Congresso Nacional. Espera-se – e cobra-se – do governo eleito por nós, uma posição política clara e não tergiversante diante do projeto de um "carreirão" precarizado. Um modelo que impõe interdições estruturais legais a aumentos salariais e progressões funcionais, sistematicamente substituídos por bônus atrelados a metas de eficiência com viés privatista, propositalmente vagas, e por avaliações punitivistas e arbitrárias. Tais medidas não apenas desvirtuam o princípio da profissionalização no serviço público, como minam a independência necessária dos servidores, comprometendo a qualidade e o caráter

republicano típico da administração pública. Em suma, o individualismo meritocrático da proposta com avaliações arbitrárias justamente pretende precarizar, apadrinhar, corromper e demitir servidores, tratados pela Reforma Administrativa como custos a serem maximizados e cortados junto com os próprios serviços públicos, enquanto se avança, como verdadeiro mote de fundo neste projeto neoliberal elaborado pelo Centrão, a apropriação privatista sobre os fundos públicos.

É preciso sermos realistas, e na medida adequada. Sabemos dos limites do lulismo. Contudo, é fundamental termos a clareza de que não derrotaremos a extrema direita sem Lula em 2026 e sobre o peso político desta na atual conjuntura. Mais do que a aposta eleitoral, ocupar às ruas para construção de um processo político mais amplo para o ano que vem e os próximos. A capacidade eleitoral da esquerda é muito importante, assim como a disputa de narrativas nas redes sociais. No entanto, não são o bastante diante da crise estrutural do capitalismo. Apoio eleitoral não significa quietismo. Sem força de mobilização social, não é possível obter avanços estratégicos e mudanças mais profundas na relação geral de forças, nem influenciar decisivamente o agir do nosso próprio campo político. A luta contra a Anistia e a PEC da Bandidagem mostraram o caminho e a força da organização social. No último 21 de setembro, a esquerda voltou a liderar um evento de massas após vários anos de hegemonia da extrema direita nas ruas. A defesa da democracia e da verdadeira soberania, que empodere a classe trabalhadora contra seus exploradores, locais e internacionais, e a luta pelas reivindicações dos servidores e empregados públicos por um serviço público inclusivo devem ser pautas indissociáveis.

Precisamos mobilizar nossas bases para o cumprimento dos acordos de greve por parte de um governo eleito por nós e para avançar na reestruturação de
carreiras e de um serviço público inclusivo; para combater o avanço desestruturador da extrema-direita sobre os serviços públicos, incluso seu desastroso retorno ao governo federal no que seria uma derrota histórica da classe trabalhadora; para barrar os ataques neoliberais em curso, incluso a Reforma Administrativa neoliberal apresentada pelo Centrão; para se construir na luta um projeto inclusivo anticapitalista na educação e na sociedade em geral nos próximos e decisivos anos que virão.

Estes são alguns dos não poucos desafios que os lutadores do nosso movimento sindical têm pela frente no próximo período, em comunhão de interesses classistas com todos os demais trabalhadores. Tudo isso, mantendo independência de classe diante de um governo que apesar de seus claros limites traz avanços na luta e ainda funciona como barreira para não voltarmos à desestruturação profunda que vivenciamos no pós-golpe. A batalha política nesse primeiro semestre de 2025 terminou um pouco

melhor para o governo Lula e para as forças progressistas, inclusive aumentando a convergência de ações e propósitos, mesmo que ainda longe de ser satisfatória e permanecendo pontos de tensão a serem enfrentados com independência de classe. Já neste último trimestre do ano, e em 2026, temos novos desafios, inclusive o de construir um processo político mais consistente para os próximos anos. Cabe à esquerda intensificar a luta unitária pelas bandeiras do povo no próximo período.

E diante desse cenário de intensa disputa, é preciso manter a mobilização nas redes, nas ruas e em nosso local de trabalho sindical classista. Como diz nossa epígrafe: *"Em tempos de tempestade, todos remam no mesmo barco" e "Na escuridão que se fecha, uma chama só não basta"!* Vamos à luta juntos, companheiros do SINASEFE!

Assim, propomos estruturar para 2026:

-Uma campanha com o mote "Com esse congresso não dá!": ampla campanha sobre o caráter reacionário e a impopularidade do parlamento brasileiro, destacando a importância de eleger candidaturas de esquerda e ligada aos movimentos sociais e defesa dos serviços públicos, tanto a nível federal como estadual.

-Reposicionar o SINASEFE no contexto da representação geral dos serviços públicos junto a fóruns como o FONASEFE e demais frentes populares e sindicais, uma forma de organização sindical mais dinâmica e classista para construir a unidade de todos os servidores e empregados públicos federais.

- Fazer avançar em conjunto com as organizações da classe trabalhadora, a campanha pelo "Fim da escala 6x1 com redução da jornada para 36 horas semanais".

- Pautar a necessidade de plena universalização de direitos públicos para a classe trabalhadora: cobrar um cronograma para aumentos constitucionais consistentes que permitam uma Educação Pública de qualidade plenamente acessível à classe trabalhadora e socialmente referenciada nas necessidades cidadãs desta, e neste sentido que permitam através de forte investimento público planejado e discutido com a classe trabalhadora: um SUS universal, de qualidade e sem a presença de privatizantes OSSs e Planos de Saúde; o pleno
direito à mobilidade urbana através de uma nacional "Tarifa Zero"; saneamento básico, moradia, etc. dignos e conforme às necessidades cidadãs da classe trabalhadora.

- Pautar a necessidade de construir políticas consistentes que

revertam o atual dreno sistemático de recursos públicos para o mercado financeiro, como no esquema de desvios via Dívida Pública, transformando consistentemente, assim, o patamar de investimento público no Brasil.

- Pautar uma ampla e sistemática taxação dos ricos como forma de alcançar justiça tributária e mudar o patamar de investimento público no Brasil

- Estruturar um projeto a ser disputado publicamente que entrelace a reestruturação da carreira e valorização em geral do servidor público com a transformação do serviço público num fator de ampla inclusão social e efetivação de direitos, sobretudo focado na questão da educação pública.

Assinam:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves

28. Dione Cabral São Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
32. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33. Fabio de Oliveira Dias IFSul
34. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
35. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
36. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
37. Giovana Lopes da Silva Codó
38. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
39. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
40. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga- ,Aeronáutica
41. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
42. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
43. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
44. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
45. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
46. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
47. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
48. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
49. José Eurico Ramos de Souza Manaus
50. Karlane Holanda IFCE
51. Laurenir Santos Peniche Pará
52. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
53. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
54. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
55. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
56. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
57. Maíra Ferreira Martins São Paulo
58. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
59. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
60. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
61. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
62. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
63. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
64. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
65. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG

66. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
67. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
68. Marival Baldoino de Santana São Paulo
69. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
70. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
71. Michel Torres IFRJ
72. Natalia Ayres Sindsifce
73. Nericilda Bezerra Sindisifce
74. Odemir vieira SINASEFE ifsc
75. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
76. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
77. Paulo Raimundo Stering Malta SINASEFE IFBA/CMS
78. Pedro Ribeiro Monte Castelo
79. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
80. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
81. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
82. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
83. Renildo Viana SINASEFE Manaus
84. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
85. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
86. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
87. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
88. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
89. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
90. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
91. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
92. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
93. Samantha Lima Macedo Sindsifce
94. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
95. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
96. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
97. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
98. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
99. Thalismar Matias Gonçalves IFES
100. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
101. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
102. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

05 - Derrotar a Direita e Extrema Direita nas ruas e nas urnas é o caminho para conquistar nossos direitos

Tese conjunta dos coletivos TAEs na Luta, Travessia e CTB

I. A Ameaça de Trump no mundo

A ofensiva de Donald Trump, sob o lema "America First" (América em Primeiro Lugar), é caracterizada por um realismo agressivo e uma rejeição à ordem multilateral do pós-guerra. Seus movimentos na Ucrânia, Palestina, Venezuela, comércio e a ameaça de um conflito mais amplo não são eventos isolados, mas facetas de uma mesma estratégia: a busca por acordos bilaterais e unilaterais que maximizem o poder e os ganhos de curto prazo dos EUA.

1. Acordos "Rebaixados" e Diplomacia da Força:

A construção de acordos que justifiquem as guerras e agressões tem sido o tom da vez pelos EUA e seus capachos da OTAN, foi assim ao apoiarem a destruição da Síria, colaborarem na guerra entre Rússia e Ucrânia para depois chegarem com a solução mágica, e, mais recentemente, na Palestina. Em todos os casos, a situação se repete: sugerir um acordo de paz depois de destruir a soberania nacional. Mais uma vez o circo se repete: agora com o chamado "Acordo do Século" entre israelenses e palestinos, amplamente visto como unilateral, buscando impor uma solução que favorece o Estado sionista de Israel, desconsiderando demandas palestinas justas e fundamentais por um Estado viável. O objetivo é o mesmo de sempre: fechar um negócio, não construir uma paz justa e duradoura.

2. Coerção e Política Comercial:

A ameaça militar à Venezuela e a guerra comercial com a China e aliados são o outro lado da mesma moeda. Ambas são táticas de coerção. Na Venezuela, as ameaças serviam para exercer pressão máxima sobre o regime de Maduro, uma demonstração de força destinada a forçar uma mudança de governo favorável aos EUA. Na política comercial, as tarifas são o instrumento para forçar realinhamentos econômicos, seja trazendo empregos de volta ao território americano ou extraindo concessões de

outros países. É uma política onde o ganho dos EUA deve vir, necessariamente, da perda de outro.

3. A Soma das Partes e a Ameaça de Guerra Mundial:

A convergência dessas ações é o que eleva o risco de um conflito global. Ao desvalorizar alianças tradicionais (como a OTAN) e enfraquecer instituições multilaterais (como a OMC e a ONU), Trump mina os diques que contêm disputas regionais. Sua abordagem belicosa na Venezuela, Mar da China e no Oriente Médio cria novos focos de tensão. A política comercial com a China não é apenas econômica, mas uma disputa por hegemonia tecnológica e militar, a principal fissura geopolítica do século XXI.

A estratégia de Trump não é de estabilização, mas de disruptura controlada. O perigo reside no fato de que a "controlada" pode se perder. Ao apostar na força bruta e em negociações bilaterais assimétricas, ele desmonta o sistema que, com todos os seus defeitos, preveniu uma guerra entre grandes potências por décadas. A soma de países abandonados, um Oriente Médio mais inflamado, uma Venezuela sob ameaça constante e uma rivalidade EUA-China acirrada pelas provocações estadunidenses cria um ambiente volátil onde um erro de cálculo pode, sim, escalar para um conflito de proporções catastróficas. A paz, nesta visão, não é um bem comum a ser preservado, mas um subproduto negociável da supremacia americana.

II. A Ameaça Bolsonarista no Brasil

A análise da importância de derrotar politicamente a direita no Brasil deve ser situada no contexto histórico recente, particularmente pós-golpe de 2016. O período entre 2016 e 2022 representou não apenas uma alternância de governo, mas a implementação de um projeto político-econômico que promoveu profundas transformações na estrutura social e nas garantias trabalhistas. A defesa da derrota desse projeto nas urnas e nas ruas fundamenta-se na premissa de que sua permanência ou retorno representa uma ameaça concreta à democracia substantiva e aos direitos da classe trabalhadora, podendo configurar um processo de fechamento regime.

III. A Conjuntura Atual e os Desafios do Governo

O novo ciclo político, iniciado em 2023, recolocou no poder um governo eleito com base na reconstrução democrática e na defesa dos direitos sociais. Contudo, o cenário revela contradições profundas entre as

expectativas populares e as limitações impostas pela correlação de forças e pelas amarras fiscais e institucionais herdadas.

1. A Ofensiva contra os Direitos Trabalhistas e a Precarização

O cerne do argumento favorável à derrota política da direita reside na análise concreta de suas políticas econômicas e laborais. O governo de direita e extrema direita (2016-2022) operacionalizou uma agenda de desmonte das proteções sociais, com a reforma trabalhista de 2017 como marco emblemático. Esta reforma, promovida sob a justificativa de modernização e flexibilização, resultou na precarização estrutural do trabalho: ampliação da terceirização, enfraquecimento da negociação coletiva sobre a lei, e institucionalização de modalidades de contratação com menos direitos. Os dados do IBGE e do Ministério do Trabalho posteriores à reforma evidenciaram o crescimento do subemprego, da informalidade e da rotatividade, com consequente redução da massa salarial. Para a classe trabalhadora, a derrota deste projeto não é uma questão ideológica abstrata, mas uma condição de sobrevivência material e de possibilidade de manutenção de conquistas históricas como a CLT, o sistema de aposentadorias e o poder de barganha sindical.

2. O Aprofundamento das Desigualdades e a Crise Social

A volta ao governo de um projeto de direita alinhado ao neoliberalismo ortodoxo tende a aprofundar a crise social e as desigualdades estruturais brasileiras. O arcabouço macroeconômico baseado no Tripé Macroeconômico (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação), quando implementado de forma radical, prioriza o controle inflacionário via juros altos e a austeridade fiscal mediante cortes de gastos sociais. O teto de gastos, em vigor no período, asfixiou o financiamento de políticas públicas fundamentais em educação, saúde, moradia e assistência social. O resultado é o aumento da vulnerabilidade das populações mais pobres, o desmonte do SUS, a estagnação de programas de acesso à universidade e o congelamento de investimentos em infraestrutura social. A derrota deste modelo é, portanto, uma estratégia de defesa do Estado Social e da possibilidade de políticas redistributivas.

3. A Ameaça à Democracia e o Fechamento de Regime

O argumento de que a volta da direita e da extrema direita ao poder significaria um "fechamento de regime" não é retórico vazio. Ele se baseia em evidências de práticas e narrativas observadas no ciclo político anterior:

(1) o ativismo de um Ministério Público e de um Judiciário alinhados ideologicamente, utilizando-se de *lawfare* contra adversários políticos;

(2) o enfraquecimento institucional de mecanismos mínimos de participação e controle social, como conselhos e conferências;

(3) a gestão coercitiva dos protestos sociais, com criminalização de movimentos populares, entre eles o sindical; e

(4) uma narrativa permanente de deslegitimação das instituições democráticas, do Congresso Nacional e do STF.

Este conjunto de fatores cria um ambiente de exceção velada, onde as regras democráticas de um estado de direito são suspensas para setores específicos da política, configurando um fechamento do regime. A luta nas ruas, neste sentido, é a reafirmação do espaço público como arena de disputa e da mobilização social como antídoto contra a autocracia.

4. Os acordos de greve, o arcabouço fiscal e os cortes na Educação

Mesmo o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) tem sido um ator central na interlocução com o funcionalismo público, parte dos acordos firmados após as greves de 2024 ainda não foi integralmente cumprida, gerando frustração e desmobilização nas bases.

A ausência de clareza nas negociações e a demora na implementação de pautas específicas fragilizam o vínculo entre o governo e os servidores, dificultando a construção de um pacto real de valorização do serviço público.

A educação ainda continua sofrendo fortes ataques. A aprovação do arcabouço fiscal reforçou a lógica de contenção de gastos e limitou a capacidade de investimento do Estado, inclusive nas áreas sociais. Os cortes orçamentários na educação federal em 2025 – afetando universidades, institutos e a assistência estudantil – revelam que a austeridade continua sendo aplicada, ainda que sob um governo progressista.

Sem romper com as amarras fiscais, não há espaço para recompor salários, ampliar políticas públicas ou garantir expansão da rede federal. Essa contradição exige uma postura crítica e mobilizadora dos servidores e movimentos sociais.

5. Reforma administrativa e desmonte dos serviços públicos

O governo atual possui posições imprecisas sobre a reforma administrativa, sem ter se pronunciado contra essa reforma em sua totalidade. Essa ambiguidade abre brechas para o avanço da agenda neoliberal, do discurso privatista e meritocrático, que ameaça novamente o serviço público e os direitos dos servidores.

6. A Dupla Frente de Luta – Ruas e Urnas

A derrota da direita e da extrema direita no Brasil se configura, portanto, como um imperativo para a garantia dos direitos da classe trabalhadora e da própria vigência da democracia. Esta derrota deve ser construída em uma dupla frente, inseparável e complementar. A luta nas ruas, através da mobilização popular, greves, protestos e organização sindical e popular, é fundamental para pressionar por direitos, visibilizar demandas e pavimentar o Brasil que desejamos. Ela impede o fechamento do regime pela força da organização social. Paralelamente, a disputa eleitoral e a vitória nas urnas são essenciais para garantir o funcionamento das instituições do Estado, e permitir que a classe trabalhadora siga firme na luta contra o desmonte do serviço público e a agenda de precarização, reconstruir as políticas sociais e garantir as liberdades democráticas.

Apesar de ser muito importante derrotar a direita e a extrema direita nas urnas, é sem dúvida a ação direta nas ruas que garantirá nossas conquistas, portanto o SINASEFE deve estar na linha de frente na luta para derrotar este campo político no Brasil e no Mundo. Para a classe trabalhadora, este é o caminho mais seguro não apenas para defender conquistas passadas, mas para abrir a possibilidade histórica de um projeto de país justo, soberano e verdadeiramente democrático.

O SINASEFE foi a primeira entidade sindical do país a aprovar no seu Congresso a principal tarefa de 2022: ELEGER LULA, PARA DERROTAR BOLSONARO. Por isso, estamos em nosso direito e dever de cobrar que Lula corresponda às expectativas para o qual foi eleito, e rejeite as manobras do centrão e políticas do congresso de direita que estamos atualmente combatendo no país. E esse desafio se perpetua para a próxima eleição.

Em 2026, o que estará em disputa, infelizmente não será uma alternativa classista para presidência em nosso país, a direita e a extrema direita vêm mostrando força e capacidade de voltar ao governo brasileiro, alternando vitórias e derrotas, deixando claro a indefinição da correlação de forças na nossa sociedade.

Portanto a tarefa número 1, dos amantes da vida, da democracia, dos direitos da classe trabalhadora, dos negros e negras, das mulheres, da diversidade, dos direitos da comunidade Quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+, é sem dúvida não permitir que a DIREITA E A EXTREMA DIREITA VOLTE A GOVERNAR nosso país.

Resoluções políticas

1. Toda Solidariedade ao POVO PALESTINO, em defesa do seu Estado livre e soberano;
2. Toda solidariedade aos povos do mundo explorados e destruídos pelas guerras imperialistas, em defesa de suas soberanias;
3. Derrotar Trump e a Extrema Direita no Mundo;
4. Por ações que garantam a Paz Mundial e a superação de conflitos;
5. Fortalecer o campo democrático e popular no Brasil, construindo uma unidade da esquerda capaz de pressionar os governos por agendas realmente progressistas.
6. Derrotar a extrema direita e avançar com independência na luta por mais conquistas.
7. Denunciar e combater a alta de juros e a independência do Banco Central que só favorecem os rentistas, tirando dinheiro da saúde e educação, entre outros.
8. Denunciar o arcabouço fiscal e os cortes na educação, exigindo recomposição orçamentária e valorização dos servidores públicos.
9. Derrotar a REFORMA ADMINISTRATIVA e Lutar pelo cumprimento dos acordos de GREVE

Assinam esta tese:
1) Francisco Freitas - SINTEFPB
2) Jairo Perin - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
3) Cezar Amario - Ifce/Sindsifce
4) Cleide Barroso- IFCE/SINDSIFCE
5) David Lobão - UFPB/SINTEFPB
6) Gabo Oliveira - APROFCMPA
7) Vinicius Retamoso Mayer - SINASEFE/ Seção Manaus
8) Lissandra Luvizão Lazzarotto/Seção Bento Gonçalves
9) Demian Boaroli/Seção Bento Gonçalves.
10) Victor Pereira/ Seção Bento Gonçalves
11) Silvana Schuler Pineda/Seção APROFCMPA
12) Abraão R. Batista / IFPB-SINTEFPB
13) Valmir Arruda de Sousa Neto / SINDSIFCE IFCE
14) Hélio de França Gondim / IFPB - SINTEFPB
15) Fernanda Mendes Furlan - IFal
16) Marcel Nascimento - SINTEFPB
17) Josenilda de Souza Silva-SINASEFE Seção Januária
18) Alexandre dos Santos Souza - SINTEFPB
19) Allan Patrick de Lucena Costa / IFPB-SINTEFPB

20) Jonas Felácio Júnior - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC

21) Joiana Dias Prestes - Seção Alto Vale do Itajaí/ IFC

22) Marcos Serafim - SINASEFE- IFPA -Seção Belem-PA; Campus Itaituba-PA

23) Sady Salomão da Silva Alves SINASEFE- IFPA -Seção IFPA/CMPA/CIABA

24) Antonio Leonardo Barbosa Camilo - IFPE secao SindsIFPE.

25) Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/ Seção São Vicente do Sul.

26) Carolina Costa - SINTEFPB

27) Wilker Gomes Raposo – SINTEFPB

28) Milena Beatriz Lira Dias da Silva - SINTEFPB

29) Daniel Mendes Pires Haack - SINTIFRJ

30) Eduardo Gomes de Lucena - SindsIFPE

31) Suzanne de Oliveira Nunes - SINDSCOPE

33) Anna Luiza Moura - Sindscope

34) Ana Quezia Carneiro - IFBA/CMS

35) Décio Leite Marchi – Seção IFMG

36) Glábia Dutra – Seção IFMG

37) José Xavier Filho – Seção IFMG

38) Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Peixe) – Seção IFMG

39) José Porfírio de Araújo Filho – Seção IFMG

40) Wallison Agostinho Madeira – Seção IFMG

41) Rafael Bernardo Silveira – Seção Litoral

42) Dayvid Souza Santos – Seção IFG

43) Karla Bertotti, Cláudio Fonseca – Seção CMR-EAMP

44) Bruno Oliveira - Sindsifpe

45) Raphaella Portes – Seção IFMG

46) Marcelo Brito – Seção IFNMG

47) Alexandre Machado Rosa – Seção IFSP

48) Marcos Milan - APROFCMPA

06 - Nossas tarefas para 2026

Fizemos uma das maiores greves da nossa história. Os resultados ainda estão em construção em grupos de trabalho, na CNS e nas tentativas da Mesa Setorial do MEC, e mesmo que alguns dos itens do nosso Termo de Acordo estejam sendo postergados pelo governo Lula, consideramos que a nossa última greve foi vitoriosa e deve servir como ponto positivo da análise conjuntural do que temos pela frente.

Somos contrários às avaliações das "gralhas" e "urubus" políticos que veem apenas derrotas e retrocessos no último período. Cada conquista e cada avanço só ocorreram porque fizemos um enfrentamento e porque o outro lado da mesa também estava disposto a negociar. Estas vitórias não seriam possíveis se fosse um "governo bolsonarento" que estivesse à frente da república. Precisamos neste próximo período continuar reconstruindo as ferramentas e o caminho já alicerçado nesta última Greve, que teve como principal protagonista e responsável, antes e durante aquele movimento, a base da categoria.

Neste período de apresentação de Teses ao CONSINASEFE de 2025, estamos às vésperas de uma caravana a Brasília para o enfrentamento contra a Reforma Administrativa e temos a esperança de que a nossa luta e mobilização impeçam, definitivamente, a tramitação daquela Reforma neste ano, ou que pelo menos adie para o próximo ano essa tramitação, devido ao calendário parlamentar. Se conseguirmos empurrar esta tramitação para 2026, poderemos ter êxito devido às próximas eleições, inclusive para o parlamento, hoje, majoritariamente, INIMIGO DO POVO e da Classe Trabalhadora Brasileira.

Devemos romper com o isolamento e colocar a Reforma Administrativa como mais um elemento de mobilização e construção da unidade com o restante da Classe Trabalhadora. Nossa pauta deve ser muito mais ampla do que apenas aquela Reforma: Fim da escala 6 x 1; Taxação das grandes fortunas; ampliação de direitos para o conjunto da classe trabalhadora, com aumento do salário mínimo e a ampliação da margem de desconto do imposto de renda, conforme já propôs e aprovou o Governo junto ao Congresso Nacional.

Ao não rompermos com este isolamento, seremos sempre uma presa fácil para a elite que sempre pretendeu reduzir o Estado e retirar nossos direitos, que eles exploram midiaticamente e conceitualmente como "privilégios". Precisamos retirar este estigma de cena, inclusive porque parte do atual Governo – o que lamentamos – já fez falas na direção do discurso de direita do Estado Mínimo.

Neste último trimestre de 2025, devemos, também, intensificar a denúncia pelo descumprimento de alguns pontos do nosso Termo de Acordo, enquanto itens que deveriam ser cumpridos sem qualquer debate mais aprofundado, e apontar o primeiro trimestre de 2026 como definitivo para que governo cumpra estes pontos. E façamos um movimento ainda mais duro caso o governo continue com a política de "empurrar com a barriga" este cumprimento. Devemos exigir a publicação imediata do Decreto pela não assinatura do ponto docente - hoje na mesa de Rui Costa -; enviar o PL do RSC ao Congresso e a publicação de Decreto Regulamentando aquele mecanismo; a implementação do GT Racionalização, com a apresentação imediata do relatório e do posicionamento do governo Lula, corrigindo as distorções no PCCTAE, que já duram 20 anos; o reenquadramento de Aposentados/as na tabela do PCCTAE, que foram indevidamente enquadrados apenas por tempo de serviço público federal; e a retomada da proporção por classe e dos STEPs no texto das Leis, tanto da Carreira Docente, quanto do PCCTAE (este a retirada do texto da Lei desde 2008).

Teremos um ano de 2026 talvez um pouco contraditório, pois se temos a obrigação e a clareza de que devemos realizar tudo o que for preciso para buscar o cumprimento do Termo de Acordo e buscar construir ações para a continuidade do movimento, nós também temos a consciência de que aquele próximo ano é um ano eleitoral e que não podemos ignorar as possibilidades que a extrema direita ainda possui de voltar ao governo, e não devemos ignorar que teremos um papel importante no processo de reeleição de Lula. Mas teremos que saber separar uma missão da outra.

E não podemos assumir a responsabilidade do risco de um enfrentamento num ano eleitoral tão importante, pois quem está colocando em risco a relação de apoio das nossas bases é o próprio governo, ao descumprir ou nos "enrolar" no cumprimento do que foi acordado na Greve de 2024. A militância e a direção do movimento não têm dúvidas da importância e do nosso dever de reeleger Lula, mas a opção em tratar Servidores/as da Educação de maneira secundária ou com menor importância que setores de Carreiras de Estado é do governo Lula, sendo uma opção equivocada e perigosa. Esperamos que isso mude, e possa ser demonstrada pelo governo, com o andamento dos encaminhamentos do que foi negociado e gerou toda uma expectativa junto à nossa base, uma virada de comportamento que nos permita um discurso mais fácil e palatável na disputa eleitoral do próximo ano.

Também devemos estar atentos ao discurso fácil dos arautos do caos. Não podemos "engolir corda" e transformar em nosso, o discurso fácil das correntes que se autoproclamam revolucionárias no movimento, ou aquelas

correntes com infiltração e discurso bolsonarista, que passaram o ano de 2025 transformando todos os avanços que tivemos em derrotas, como se o não cumprimento de alguns itens apagassem os demais avanços, confundindo a categoria e transformando o governo Lula em um governo igual ao governo de Bolsonaro, período onde essa gente ficava "caladinha", após o golpe que ajudaram a viabilizar. Essa visão estreita e mesquinha, sem qualquer responsabilidade com a nossa Rede, com as nossas vidas, é uma visão e uma postura que precisam ser deixadas de lado, não podem ser a tônica do nosso Sindicato Nacional, como temos visto em alguns dos nossos fóruns.

Em 2015 e 2016, quando da construção do golpe contra o governo Dilma essa era a receita: de um lado o "Fora Todos" e do outro o reacionarismo que cresceu muito nas nossas bases e que ainda teimam em aparecer e sobreviver nos Telegrams da vida. A política e a "tática avestruz" continuam presentes e precisam ser diminuídas cada vez mais entre nós.

Nos parágrafos anteriores, tratamos da luta contra a Reforma Administrativa e a saída do nosso isolamento nesta luta, tratamos da necessidade da construção de um processo de unificação das nossas ações junto a outros setores, inclusive na campanha de reeleição de Lula.

Entendemos que um Fórum Geral de Servidores Federais terá um papel fundamental nisso, buscando, inclusive, a aglutinação com os outros setores, seja na luta contra aquela Reforma e demais itens da pauta conjunta que já registramos, seja no movimento que poderá unificar as ações dos Servidores Federais para o próximo ano.

Entretanto, sentimos que o FONASEFE ainda está distante de efetuar essa tarefa, tendo se transformado num fórum de poucas ações pontuais, e que tem se habituado a servir de representação, quase que "teatral" na Mesa Geral junto ao governo Lula. Bem distante da trajetória de fóruns gerais de representação do conjunto dos Servidores/as Federais que anteriormente aglutinavam a todo setor federal.

Precisamos de ferramentas como a Coordenação Nacional de Entidades do Serviço Público Federal (CNESF), que realizava as Plenárias Nacionais conjuntas do Setor Público na construção e na defesa das pautas conjuntas, em que a lógica era a unidade na luta e na solidariedade de classe. O FONASEFE precisa voltar a ter sentido e objetivo comum como este, o que se perdeu há algum tempo. Não é possível que a pauta unificada do aumento dos benefícios, que a mesa geral se transformou, seja a única ação e dê sentido à nossa participação naquele Fórum. A unidade do FONASEFE poderá ser a sustentação para futuros enfrentamentos unitários de Servidores/as contra, por exemplo, os futuros ataques a partir de Reformas Administrativas e da Previdência, que certamente virão no

futuro. Os ataques permanecerão, até porque no atual modelo de Estado e das relações políticas institucionais, estes ataques só diminuirão ou não terão reverberação quando tivermos um Congresso de Esquerda, com maior compromisso com o Estado e com as Políticas Públicas para a maioria da população brasileira. E todos sabemos que estamos bem distantes disso.

Não queremos dar o entendimento de que defendemos a saída do SINASEFE do FONASEFE ou de qualquer outro fórum que dialogue com o conjunto de Servidores/as Públicos Federais (SPFs), queremos reviver apenas períodos anteriores em que a solidariedade de classe, a unidade de ações e pautas no Serviço Público Federal e até mesmo a unidade com Estaduais e Municipais eram a tônica de um bloco de setores que garantiram nas décadas de 80 e 90 direitos que vem sendo retirados paulatinamente nos últimos 15 anos. Depois do término da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF), em que as bases se aglutinavam em pautas conjuntas, bem como em ações de massa, começamos a ter perdas substanciais de direitos e benefícios, com reajustes diferenciados e valorização também diferenciada. E o FONASEFE, no modelo atual, não tem conseguido repetir a mesma trajetória de sucesso daquela Coordenação anterior.

Ainda como expectativa para o final de 2025 e primeiro semestre de 2026, precisamos intensificar, também, o andamento dos itens que foram direcionados pelo Termo de Acordo para a Mesa Setorial do MEC que deveriam passar pelo estágio de GTs e posterior aos seus relatórios seriam levados para negociações. Estes pontos precisam avançar e isso só irá ocorrer se a Mesa Setorial for tratada com mais respeito e responsabilidade por aquele Ministério. Precisamos definitivamente de uma posição negocial sobre 30 horas para os TAEs do PCCTAE, de uma revisão definitiva na Lei dos IFs, permitindo que os TAE possam ser Reitores/as e Diretores/as Gerais, além de itens que estão represados naquele Ministério como elementos de enrolação que completam mais de uma década, desde que constaram do acordo "não assinado" da greve de 2011. É preciso que o Ministro Camilo assuma outra postura.

O próximo CONSINASEFE ocorrerá no último mês de 2025 e terá que apontar a linha que o nosso Sindicato deverá adotar. Para além do processo eleitoral para Presidente e Congresso Nacional, precisamos também preparar a categoria para as ações que nortearão o ano seguinte de 2027, onde teremos uma outra perspectiva, com um novo governo – tomara que com a reeleição de Lula -, com a parte econômica do acordo de 2024 possivelmente toda ela implementada, e com os resultados do que foi ou não foi cumprido por parte do governo. Teremos um novo CONSINASEFE –

eleitoral – somente no final de 2026, e devemos, mesmo em meio às eleições gerais no país, que preparar a categoria para futuras negociações.

A partir dessas premissas, a nossa Tese pretende apontar caminhos necessários para a preparação da categoria. Não podemos apenas ter um ano eleitoral, dedicando todas as nossas forças apenas para eleger Lula, teremos que garantir um calendário que sirva também como preparatório para 2027, na medida que o novo governo eleito irá tentar impedir qualquer negociação e qualquer avanço no primeiro ano de mandato.

No SINASEFE já temos um protocolo político de preparação das nossas ações. Se por um lado temos as Assembleias de Base e as Plenárias que deliberam sobre a política a ser implementada pelo nosso Sindicato Nacional, também possuímos instrumentos importantes que possibilitam levar para as bases e para as cinco regiões do nosso país o debate nacional, com vistas à articulação pela base das ações a serem deliberadas na Plenária Nacional.

Seria muito importante a realização dos cinco Encontros Regionais até maio de 2026, com uma pauta que possa atender o conjunto das demandas que temos defendido historicamente na última década e, principalmente, nos últimos cinco anos. Precisamos preparar nosso Sindicato Nacional para além da (re) eleição de Lula. O que temos apontado no horizonte para os próximos dez meses, para além da luta contra a Reforma Administrativa, do cumprimento do Termo de Acordo e da (re) eleição de Lula?

Devemos construir nossa pauta em relação à reestruturação das duas Carreiras que o SINASEFE representa – PCCTAE e EBTT - e avançar nas seguintes questões: 1) Reestruturação efetiva da malha docente, incluindo os conceitos de carreira que sempre defendemos (step constante e linear, relação proporcional entre titulação e regime de trabalho); 2) A retomada da proporção da tabela descrita na Lei da EBTT, quanto ao regime de trabalho e titulação; 3) Publicação do Decreto que regulamenta o fim do ponto docente da EBTT; 4) Publicação da Regulamentação da Atividade Docente (RAD), a partir da revogação d a portaria 983/2020; 5) Reestruturação do PCCTAE, apontando: a) correlação no PCCTAE de A para E = 40% e de C para E = 61; b) Reajuste do STEP para 4,5% em 2027, 4,6% em 2028; 4,7% em 2029; e 4,9% em 2030; c) Aumento no piso para 3 salários mínimos em 2027 e 2028; e d) Racionalização dos Cargos do PCCTAE, conforme relatório construído nos GTs e nas Plenárias do SINASEFE.

Em relação à política pedagógica, entendemos que é muito importante que o SINASEFE prepare sua militância para intervir e influenciar na disputa e nos debates institucionais de qual Instituto Federal nós

queremos. Precisamos intervir quanto à nova realidade nas nossas Instituições quando das modificações legais ocorridas no último período, que tratam do Novo Ensino Médio e de outros elementos normativos. Devemos organizar nossa militância para darmos respostas às proposições que se apresentem pelo conjunto de gestores da nossa rede e não percamos a identidade e nem aceitemos mudanças que se distanciem do projeto político-pedagógico que já temos definido nas instâncias do nosso Sindicato Nacional. Se o projeto inicial do golpismo foi derrotado no texto final do Novo Ensino Médio, restaram algumas arestas que precisam ser aparadas e impedidas de ganhar corpo na sua aplicação nos Institutos Federais.

Da mesma forma, faz-se necessário combater o avanço do projeto neoliberal junto à educação pública levado a cabo por entidades privadas em sua relação promíscua com o Estado, através da implementação das orientações e do aparato político e ideológico de organismos internacionais como Banco Mundial, FMI, OEA, entre outros. A influência destes organismos internacionais e de ONGs (Fundação Lehman, "Todos Pela Educação", Fundação Bradesco, etc) na formulação das políticas educacionais com a apresentação e a defesa de um projeto de educação que caminhe na contramão da concepção da educação para o negócio e para o empreendedorismo, que procura atender às demandas do mercado. Entendemos como necessário colocar nosso Sindicato na linha de frente da defesa da educação em sua concepção pública e socialmente referenciada, atendendo aos anseios e demandas da classe trabalhadora.

Enfim, temos o dever de defesa da democracia e da manutenção dos avanços alcançados com a derrota do fascismo e do reacionarismo nas últimas eleições e, por isso, assumimos o compromisso de uma reeleição de Lula. Por outro lado, temos o dever histórico da continuidade da luta pelos avanços construídos na nossa última greve, até mesmo porque com as maiores possibilidades de uma nova vitória de Lula, devemos oportunizar maiores avanços nas questões que ficaram de forma mediada no último acordo, além do nosso compromisso com questões que estão represadas há décadas.

Propostas apresentadas pela Tese:

1. Realização de uma PLENA do SINASEFE, antecedida de um GT Carreira, até o final da segunda quinzena de abril de 2026, para definir a pauta geral dos Encontros Regionais;
2. Realização do GT de Políticas Educacionais, até o final da segunda quinzena de abril de 2026, para definir a pauta geral dos Encontros Regionais.

3. Realização dos cinco Encontros Regionais até o final de junho de 2026, para debater os itens da Pauta de Reivindicações a ser apresentado ao Governo Federal;
4. Realização de uma Plenária do SINASEFE, antecipada por um GT Carreira, com vistas à atualização dos itens que venha dos Encontros Regionais e das Assembleias de Base, com vistas aos elementos da Carreira e demais itens da Pauta de Reivindicações;
5. Início da Campanha Salarial do SINASEFE nas mídias sociais, apresentando a proposta de pauta de reivindicações para 2026/2027;
6. Solicitação de reunião da Direção Nacional do SINASEFE com o candidato Lula e seu comitê de campanha para a apresentação formal da pauta de reivindicações do Sindicato Nacional;
7. Realização do Congresso Eleitoral, somente após as eleições Presidenciais, onde prepararemos as ações para a campanha salarial 2027.

Assinam a presente Tese:

1. Alice de Souza Ribeiro - SESSEV
2. Alice Gomes – SINDSCOPE
3. Andréia de Fátima Pinsan – SINASEFE PVH/Ariquemes/Guajará-Mirim
4. Antonildo Pereira – SINASEFE IF Sertão/PE
5. Antônio Warner Lucas Alves - SINASEFE Cariri/CE
6. Carlos Magno Augusto Sampaio – SINASEFE IFBaiano
7. Cristina Valeria Gomes - SINDSCOPE
8. Deoclides da Gama Braga Filho – SINDSCOPE
9. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - SINASEFE Crato/CE
10. Edmar da Rocha Marques - SINDSCOPE
11. Edson Saldanha - SINASEFE Jataí/GO
12. Elane Mafra - SINASEFE Manaus
13. Elisabeth Soares Dutra - SINDSCOPE
14. Elton John da Silva Santiago – SINASEFE IFFluminense
15. Eugenia Tavares Martins - SINDSIFCE
16. Flavia Hiromi Takahashi – SINASEFE Pimenta Bueno/RO
17. Gerson Antônio Vieira Lourenço – SINASEFE Rio Pomba/MG
18. Ivanyr da Silva Alves - SINDSCOPE
19. Ivonildes B. Ramos – SINASEFE IFBaiano - Campus Uruçuca
20. Ivo de Silva – SINASEFE IFMT
21. Janete do Nascimento - SINASEFE Pimenta Bueno/RO
22. Jeferson Luis dos Santos Xavier - SESISIFRS SERTÃO/RS
23. José Roberto Costa Nascimento. SINASEFE Manaus
24. Joseady Alves – SINASEFE Acre

25. Josiane Azevedo Barreto – SINASEFE IFFluminense
26. Larissa da Costa Melo - SINASEFE IF Sertão/PE
27. Leida Alves Machado da Silva – SINASEFE Jataí/GO
28. Lucia Helena Teixeira Araujo - SINDSCOPE
29. Lucrécia Helena Iacovino - SINDSCOPE
30. Luis Ribeiro de Sousa - SINASEFE IGUATU/CE
31. Luiz Paulo Souza – SINDSCOPE
32. Luiz Vicente Sobrinho – SINASEFE Iguatú/CE
33. Luzia Batista Ferreira - SINASEFE Jataí/GO
34. Marcia Gabriel Cabral – SINDSCOPE
35. Márcio William da Costa - SINASEFE Rio Pomba/MG
36. Marcos Antonio Vieira Batista – SINASEFE Iguatu/CE
37. Maria Bernadete Olinda de Melo Silva – SINDSCOPE
38. Maria Cristina Santana de Oliveira- SINDSCOPE
39. Maria Edite Ferreira – SINASEFE Pimenta Bueno/RO
40. Maria Rita Berto de Oliveira – SINASEFE Porto Velho/RO
41. Maurício Mendes – SINASEFE Colégio Militar/RJ
42. Natalia Batista de Moraes – SINDSCOPE
43. Natália Salan Marpica - SINASEFE-SP
44. Nicelda Lovo – SINASEFE Pimenta Bueno/RO
45. Noemi da Silveira Jorge - SINDSCOPE
46. Nubia Regina Gomes Xavier - SINDSCOPE
47. Patricia Rodrigues Conde – SINASEFE Rio Pomba/MG
48. Paulo Garcia - SINASEFE Jataí/GO
49. Paulo Vitório Biulchi – SINASEFE Uberaba MG
50. Ricardo de Almeida Castillo - APROFCMPA
51. Rita Francisca Gomes Bezerra Casseb – SINASEFE/MT
52. Roberto Adão - SINDSCOPE
53. Rogier Viegas - SINDSCOPE
54. Roni Rodrigues da Silva – SINASEFE IFMT
55. Rosa Maria Cardoso dos Santos – SINASEFE CMRJ/CN
56. Wildson Justiniano Pinto – SINASEFE Rio Pomba/MG
57. William do Nascimento Carvalho – SINDSCOPE

07 - Salário baixo e lucros extraordinários

Realidade da classe trabalhadora
e dos bancos no Brasil

No último mês de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad Contínua), apontando um crescimento de 3,8% na renda média mensal do brasileiro em comparação a um ano atrás. O valor chegou à casa dos R$ 3.484,00.

Se quase 90 milhões de brasileiros (aposentados, trabalhadores formais e informais) possuem renda de até um salário mínimo por mês (R$ 1.518,00), então fica a pergunta: quem puxa essa média para cima? O percentual de 0,1% mais ricos da população brasileira possuem uma renda média de R$ 95 mil mensais (Fundação Getúlio Vargas), o equivalente a 158 beneficiários da faixa mínima (R$ 600,00) do Bolsa Família.

Dados sobre renda centrados numa média podem enganar os desavisados, mas, quando comparados, escancaram as profundas desigualdades socioeconômicas do Brasil. De um lado, uma massa trabalhadora imensa lutando para sobreviver, enquanto uma pequena parcela de super-ricos vive no luxo e propagandeando que o Brasil é "um país de todos".

Lucros dos bancos

Vejamos agora quem realmente conseguiu "aumento de renda" (lucros extraordinários) no Brasil nas últimas décadas.

Governo	Lucro inicial	Lucro final	Crescimento anual
Lula	R$ 6,1 bilhões	R$ 39,0 bilhões	26,11%
Dilma	R$39,0 bilhões	R$ 54,5 bilhões	5,73%
Temer	R$ 54,5 bilhões	R$ 65,6 bilhões	9,71%
Bolsonaro	R$ 65,6 bilhões	R$ 95,8 bilhões	9,92%

Fonte: Bloomberg

Esses foram os lucros somados apenas dos quatro maiores bancos de capital aberto que atuam no país (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e

Santander). Em 2024, eles bateram o recorde e lucraram R$ 114 bilhões.

E sabe como esses bancos lucram tanto? Primeiro, explorando seus funcionários e demitindo-os para explorar ainda mais os que ficam, como denunciou *A Verdade*, em sua última edição (nº 321), a demissão em massa de mil trabalhadores do Itaú.

Em segundo lugar, cobrando juros extorsivos das famílias trabalhadoras. De fato, mais de 78 milhões de brasileiros estão inadimplentes, segundo o Serasa. Já a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) aponta que mais de 43% da população adulta do país está com contas atrasadas, e o tempo médio de atraso só cresce. A própria CNDL, entidade que representa os capitalistas do comércio, reconhece que os juros são um dos principais

responsáveis por esse cenário. "A gente tem uma taxa de juros que ficou num patamar muito alto [taxa Selic de 15% ao ano]. As famílias têm menos espaço para outras compras ou para poder quitar dívidas que já estavam feitas antes", afirma a entidade.

Os brasileiros com idades entre 41 e 60 anos representam a maior parcela da população endividada (35,3%). Na sequência, estão as faixas etárias de 26 a 40 anos (34%); acima de 60 anos (19,2%); jovens entre 18 e 25 anos (11,5%).

Levantamento da plataforma Gigu, que auxilia motoristas de aplicativos a calcular a lucratividade de suas corridas, apontou que 92% desses trabalhadores estão endividados, sendo que, em 68% dos casos, as dívidas comprometem as despesas essenciais com alimentação, moradia e as contas de casa. Em São Paulo, maior cidade do país e com alto custo de vida, eles chegam a trabalhar 60 horas por semana, mas sua renda não passa dos R$ 4.000,00 por mês, e, muitas vezes, param de trabalhar por não conseguirem fazer a manutenção dos seus veículos. Em Maceió, capital de Alagoas, a renda média mensal cai drasticamente para R$ 1.800,00.

Portanto, dentro da lógica do sistema capitalista, todo e qualquer aumento na renda da classe trabalhadora brasileira é prontamente corroído pela inflamação dos itens básicos (alimentação, transporte, moradia, saúde, vestuário, etc.) e pela extorsão dos bancos.

Como definiu o revolucionário russo V. I. Lênin, os bancos se fundiram ao capital industrial e se transformaram em imensos monopólios capitalistas:

"A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da

classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias- primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista." (*Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*)

É exatamente o caso da família Moreira Salles, que detém um terço das ações do Itaú Unibanco e é dona da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), com um monopólio de 75% do nióbio mundial. Trata-se de um metal de grande resistência e condutividade, utilizado na produção de um décimo de todo o aço do mundo para a melhoria da qualidade da liga metálica, sendo aplicado no setor automotivo, aeroespacial, de construção, em baterias e em equipamentos de saúde. A família possui ainda vastas plantações de laranja e de cana-de-açúcar, além de ter comprado, em 2017, a Alpargatas, dona da marca de sandálias Havaianas.

Das 12 pessoas mais ricas do Brasil, segundo a revista *Forbes*, quatro são membros dessa família. A soma das fortunas desses magnatas é de quase US$
131 bilhões (R$ 693 bilhões). O brasileiro mais rico é Eduardo Saverin, cofundador da rede digital Facebook, com declarados US$ 34,5 bilhões (R$ 183 bilhões).

Solução é a luta

Não há outra maneira de o povo trabalhador sair desse buraco em que os ricos querem nos aprisionar, senão a luta coletiva, organizada, da nossa classe. Foi o que fizeram milhares de pessoas no Brasil no mês de setembro.

No dia 07 (Dia da "Independência"), cerca de 5 mil pessoas atenderam ao chamado do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) *(ver pág. 8)* e realizaram uma Jornada Nacional de Ocupações em 15 estados, no total de 18 ocupações.

À luta também foram milhares de brasileiros no dia 21 de setembro no ato nacional contra a PEC da Impunidade e o perdão às penas da organização criminosa encabeça pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus generais fascistas.

Seguramente, foram mais 600 mil pessoas em, pelo menos, 60 cidades. Em São Paulo e no Rio de Janeiro os atos contaram com mais de 100 mil pessoas, cada. No Rio, importantes artistas participaram, como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Ivan Lins. Belo Horizonte (50 mil); Fortaleza e Recife (40 mil, cada); Brasília, Salvador, Natal e Porto Alegre (20 mil) estiveram entre os maiores atos do país. Na Paraíba, houve atos na capital João Pessoa e em Patos, cidade de origem do presidente da Câmara Hugo Motta, onde, inclusive, seu pai é o atual prefeito.

A PEC da Impunidade previa que deputados, senadores e presidentes de partidos só poderiam ser processados e julgados com autorização do Congresso Nacional. Na prática, era uma forma de impedir que políticos corruptos fossem processados e condenados na Justiça. Fruto dos atos, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado rejeitou por unanimidade a PEC uma semana depois que os deputados a aprovaram, junto com o regime de urgência do projeto de perdão aos golpistas de 08 de janeiro de 2023.

Mas engana-se quem pensa que toda essa gente foi às ruas apenas contra dois projetos legislativos, mesmo que de grande importância à nação. As graves contradições vivadas pelo povo brasileiro, fruto da exploração capitalista; as ameaças imperialistas, especial dos EUA; o genocídio do povo palestino; a crescente consciência antifascista; enfim, o acirramento da luta de classes são elementos centrais na realidade nacional e devem ser desenvolvidos para uma correta ação das organizações revolucionárias rumo à construção do poder popular e do socialismo.

Assinatura	Representação
Francisco Dias	MLC/SINASEFE/NATAL
Yure Buarque	MLC/SINTIETFAL
Camila Félix	MLC/SINASEFE/IFBA/CMS
Alexandre	MLC/SINASEFE/BAMBUÍ

08 - *Quem nos representa, somos nós!*

A LUTA CONTINUA, EM DEFESA DOS DIREITOS CONQUISTADOS!

Aposentadas e aposentados são, atualmente, mais de 40%, e em crescimento, do total de sindicalizações do SINASEFE, pagando mensalidades há décadas, sendo parte responsável por importantes e necessários direitos trabalhistas e democráticos, conquistados com muitas lutas, principalmente com muitas greves, desde a Ditadura Militar.

Direitos esses, que estão sendo atacados, desrespeitados, e inclusive destruídos, por todos os governos federais, sem exceção, desde a Constituinte de 1988, quando, em virtude da luta organizada, por Associações Sindicais de trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos federais, estaduais e municipais, direitos foram incluídos na atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, que recebeu 136 Emendas, as quais retiraram direitos.

Entre essas conquistas estão: Direito à Sindicalização (SINASEFE é fundado em 11 de novembro de 1988), Direito de Greve, Concurso Público, Estabilidade no Emprego, Carreira Progressiva, Aposentadoria Diferenciada, Verbas Públicas para à Educação Pública, Eleição para Reitor e Diretor, entre outras. E algumas dessas conquistas, serão destruídas com essa Reforma Administrativa, a qual está em tramitação, no Congresso Nacional, das 4 bancadas do B, da Bíblia, da Bala, do Boi e do Banco. E o SINASEFE, está junto na Campanha Nacional Unificada, pelo "Não a Reforma Administrativa".

Cabe destacar que a Greve de 2024, que conseguiu arrancar conquistas, e que Acordos da Greve, incluindo os que se referem às aposentadas e aos aposentados, não estão sendo cumpridos pelo Governo Lula, demostram claramente, que aposentadas e aposentados, necessitam se organizar nacionalmente, para lutar com mais força, por reivindicações específicas, que são gerais, pois a Aposentadoria Diferenciada, é um direito conquistado a ser desfrutado.

Trabalhadoras aposentadas e trabalhadores aposentados, são vítimas do tal "Estado Mínimo", prática aplicada por governos, nos países mundos à fora, como a Reforma da Previdência em 2005, no primeiro Governo Lula, que permite usurpar do salário de aposentadas e aposentados dos serviços públicos federais, estaduais e municipais, a "Contribuição Previdenciária Perpétua". E a luta para anular essa Emenda

Constitucional, que ataca direitos, deve constar do Plano de Lutas do SINASEFE, a ser aprovado nesse 37º CONSINASEFE.

Devemos também, incluir no Plano de Lutas, ampliar a proporcionalidade, de integrantes aposentadas e aposentados na DN do SINASEFE, nas Plenas, nas Comissões Nacionais do SINASEFE, nas Diretorias das S. Sindicais, nos Encontros Regionais do SINASEFE, nos Comandos de Greve, nas atividades sindicais, que sejam de interesses, de aposentadas e aposentados, e realizar o ENAASS (Encontro Nacional do SINASEFE de Aposentadas e Aposentados e Assuntos de Aposentadorias), dois dias antes do CONSINASEFE, antecedido de Encontros Regionais de Aposentadas e Aposentados.

Aprovar no 37º CONSINASEFE, para entrar em vigor a partir do 38º CONSINASEFE, que a Delegação da S. Sindical ao CONSINASEFE, deverão ser integradas por delegadas aposentadas e delegados aposentados, no mínimo na mesma proporção, do somatório de suas sindicalizações, na respectiva S. Sindical, e na ausência de candidaturas, as vagas deverão ser preenchidas normalmente.

Essa Delegação da S. Sindical ao CONSINASEFE, também será integrada, por no mínimo, cinquenta por 50% de delegadas, e na ausência de candidaturas, as vagas deverão ser preenchidas normalmente.

Caso a Delegação da S. Sindical, à PLENA, não tenha integrante aposentada ou aposentado, a Assembleia Geral, dessa S. Sindical, deverá eleger uma observadora aposentada ou um observador aposentado, para participar preferencialmente de maneira presencial, da PLENA.

Aprovar no 37º CONSINASEFE, para entrar em vigor a partir do 38º CONSINASEFE Eleitoral, a ser realizado no último trimestre de 2026, a ampliação de integrantes aposentas e aposentados, na DN do SINASEFE, de 27 integrantes e atualmente uma aposentada:

Na Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais, deverá ter uma aposentada ou um aposentado, entre suas e seus dois integrantes;

Na Coordenação de Política para as Mulheres, deverá ter uma aposentada, entre as duas integrantes;

Na Coordenação de Inclusão e Acessibilidade, deverá ter uma aposentada ou um aposentado, entre suas ou seus dois integrantes;

Na Coordenação de Política para as Instituições de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, deverá ter uma aposentada ou um aposentado, entre suas e seus dois integrantes.

A Proposta, amplia de uma aposentada ou um aposentado, para cinco, entre vinte sete integrantes da DN. Sendo que, aposentadas e aposentados, dispõem de mais templo livre, para militar no movimento sindical.

As Comissões Nacionais do SINASEFE, de onze integrantes, indicados pelas Chapas da DN, que são de assessoramento e não deliberativas, deverão ter no mínimo uma aposentada e um aposentado, entre suas e seus integrantes.

Incluir, no Estatuto do SINASEFE, no primeiro próximo CONSINASEFE Estatuinte, as propostas, que foram aprovadas nesse 37º CONSINASEFE.

Impulsionar por iniciativa da DN, no FONASEFE, FONACATE, e Centrais Sindicais, a criação da "Comissão Nacional de Aposentadas e Aposentados do Serviço Público Federal", para organizar a luta geral, por reivindicações específicas de aposentadas e aposentados, do Serviço Público Federal, ampliando ao Estadual e Municipal.

Independentemente de quem for eleito em 2026, à Presidente da República, a luta continua, em defesa dos direitos conquistados!

Autor: Felipe Acácio Jacques da Seção Sindical SINASEFE-IFSC.

09 - TAEs na Luta e Travessia: Ataque às carreiras TAE e nova tentativa de precarização da educação

1. A conjuntura e o desafio histórico

O Brasil de 2025 atravessa um momento decisivo para o futuro do serviço público e da educação federal. Após um ciclo de instabilidade política e de ataques recorrentes às políticas sociais (2016–2022), o país busca se reequilibrar entre os esforços de reconstrução e a persistência de entraves estruturais. o papel do Estado volta ao centro do debate: entre a necessidade de fortalecer o compromisso com o desenvolvimento social, a soberania nacional e o trabalho público de qualidade, os limites impostos pelas amarras fiscais e pela lógica de mercado ainda vigentes.

As trabalhadoras e os trabalhadores técnico-administrativos em educação estão imersos nesse embate. A reestruturação da carreira PCCTAE, prevista no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, representou um avanço histórico construído com mobilização, negociação e resistência, durante uma greve que durou quase 90 dias. Contudo, o que deveria ser o início de uma reparação justa se transformou em uma sequência de adiamentos, indefinições e tentativas de esvaziamento por parte do governo federal, especialmente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, apesar do cumprimento de alguns pontos do referido acordo.

O cenário se agrava com o silêncio em torno do Projeto de Lei que deveria materializar o RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências para os TAEs a partir de 1º abril de 2026. A ausência desse encaminhamento não é um mero atraso burocrático, é um sinal de descaso político e de descompromisso com a valorização da nossa carreira. O RSC representa mais do que uma política remuneratória: simboliza o reconhecimento do conhecimento, da experiência e do papel essencial dos TAEs na sustentação da educação pública federal.

Ao mesmo tempo, o avanço das pautas de costume, fascistas e neoliberais, como a proposta de reforma administrativa em trâmite no Congresso Nacional, ameaça desmantelar o serviço público, abrir espaço para formas precárias de contratação e fragilizar a estabilidade, um dos pilares que asseguram a autonomia do serviço público frente às pressões políticas e econômicas.

Nesse contexto, reafirmamos: defender as carreiras TAEs é defender o serviço público, a educação e o projeto de país que acreditamos. Não há Estado soberano sem servidores valorizados, nem educação pública de

qualidade sem condições dignas de trabalho. O momento exige unidade, firmeza e ação, pois cada tentativa de precarização da nossa carreira é também uma tentativa de enfraquecer o papel transformador da educação pública brasileira.

2. O contexto político: velhas estratégias com novas roupagens

O governo federal, pressionado pelo mercado e por setores do Congresso que defendem a cartilha neoliberal, tenta equilibrar dois mundos inconciliáveis: o compromisso público com os trabalhadores e o compromisso financeiro com o capital. O resultado é um Estado capturado pela lógica fiscalista, que prioriza o superávit e sacrifica o serviço público.

A proposta de reforma administrativa que tramita no Congresso Nacional é a expressão mais nítida dessa lógica. Sob o falso argumento de "eficiência e modernização do Estado", o que se busca é destruir o serviço público, ampliar contratações temporárias, enfraquecer a estabilidade e abrir espaço para a terceirização irrestrita.

Se aprovada, representará a morte lenta do serviço público e, em especial, da carreira PCCTAE, que por sua natureza transversal e estratégica, seria uma das mais impactadas. A perda de estabilidade e a possibilidade de contratações temporárias colocariam em risco o conhecimento acumulado, a memória institucional e a continuidade das ações pedagógicas e administrativas que sustentam a qualidade da educação pública.

3. A carreira PCCTAE sob ataque e o acordo não cumprido

Em 2024, a greve nacional da Educação Federal arrancou conquistas históricas, registradas para a categoria no Termo de Acordo nº 11/2024, firmado entre o SINASEFE/FASUBRA e a Secretaria de Relações de Trabalho do MGI. O Acordo 11/2024 representou um marco na luta pela valorização da carreira PCCTAE, estabelecendo pontos concretos de reestruturação e de justiça histórica para a categoria.

Apesar dos avanços, chegamos ao final de 2025 com muitos desses compromissos ainda não cumpridos. O MGI, sob o discurso da "análise técnica" e do "impacto orçamentário", vem impondo atrasos, indefinições e protelações que revelam a ausência de vontade política de implementar o que foi assinado. Prefere adotar posturas que tensionam os GTs e Comissões, desconsideram o caráter coletivo e público da nossa luta.

Essa inércia não é casual: ela é sintoma de um projeto que enxerga o serviço público apenas como gasto, e não como investimento. Quando o governo posterga o cumprimento de um acordo assinado, ele não apenas desrespeita uma categoria, ele deslegitima o próprio processo democrático

de negociação e fere o princípio da boa-fé nas relações entre governo e servidores.

O que está em jogo é mais que o cumprimento de um acordo: é o reconhecimento do nosso papel na educação pública federal. É a garantia de que o Estado brasileiro não pode continuar nos tratando como mão de obra barata e invisível, enquanto dependem de nós para que cada laboratório, secretaria, biblioteca, hospital e campus funcione todos os dias.

4. O RSC para os TAEs: a promessa que não pode ser adiada

Entre os pontos mais aguardados do acordo nº 11/2024 está o Reconhecimento de Saberes e Competências, que deve entrar em vigor em 1º de abril de 2026. O RSC é mais do que uma reivindicação histórica dos TAEs, é o reconhecimento formal de que o trabalho técnico-administrativo é também trabalho intelectual, pedagógico e científico.

O RSC representa o reconhecimento da experiência acumulada, da formação continuada e do saber técnico que sustentam a qualidade da educação federal. Ignorar esse papel é reproduzir a lógica hierarquizante que invisibiliza a complexidade e a importância das funções técnico-administrativas.

Até o presente momento, o Projeto de Lei que viabiliza o RSC TAE foi sequer enviado ao Congresso Nacional, mesmo com a previsão de início de sua implementação para abril de 2026. Cada mês de inércia do governo é um golpe contra o compromisso assumido e uma tentativa velada de esvaziar uma das principais vitórias da greve de 2024 para os TAEs.

Se o PL do RSC não der sinal de vida, será necessário e urgente intensificar nossa mobilização nacional, nas bases, nas ruas e nas redes, pois cada dia de omissão é um dia a mais de injustiça com milhares de trabalhadoras e trabalhadores que carregam a educação pública nos ombros.

5. As 30 horas e a qualidade de vida: um compromisso que precisa sair do papel

Entre as conquistas arrancadas com muita luta e unidade durante a última greve foi a promessa concreta de regulamentação da jornada de 6 horas ininterruptas diárias, para todos os técnico-administrativos em educação, sem redução salarial e sem distinções.

Não estamos falando de uma flexibilização pontual, estamos falando de redefinir o padrão da nossa carreira, ajustando a jornada base de 40 para 30 horas semanais. Uma mudança justa, necessária e coerente com a realidade que vivemos nas instituições federais.

Essa pauta não é nova. A redução da jornada de trabalho é uma bandeira histórica da classe trabalhadora. No Brasil, ganhou força com o movimento VAT - Vida Além do Trabalho, que denuncia o modelo exaustivo de jornadas longas e o impacto devastador que isso tem sobre a saúde e a vida social das pessoas.

O próprio governo federal tem reconhecido publicamente a importância de rever essas escalas e promover mais qualidade de vida aos trabalhadores. Por isso, causa indignação e revolta ver a morosidade e o descaso com que o governo trata o cumprimento do nosso acordo, encerrando unilateralmente as discussões sobre esse ponto, sem qualquer encaminhamento concreto.

A pauta das 30 horas é mais do que uma reivindicação técnica é uma necessidade humana e sanitária. O adoecimento dos TAEs é um problema crônico, agravado por sobrecarga e escassez de pessoal, que nos obriga a assumir múltiplas funções, transformando setores inteiros em verdadeiras "euquipes".

A redução da jornada é uma medida de saúde pública: comprovadamente reduz o estresse, a fadiga e o risco de doenças relacionadas ao trabalho, como transtornos mentais e cardiovasculares. Com mais tempo para descanso, lazer, convívio familiar e formação profissional, teremos trabalhadores mais saudáveis, motivados, produtivos e, acima de tudo, pessoas mais plenas.

Além disso, as 30 horas fortalecem a própria carreira PCCTAE. Uma jornada mais humana torna o serviço público mais atrativo, reduz a rotatividade, contribui para reter talentos nas instituições e reverter o grave problema da alta rotatividade existente nos quadros do PCCTAE.

6. Unidade, ação e futuro

A história da classe trabalhadora nos ensina que nenhum direito foi concedido, todos foram conquistados pela força da organização coletiva. Não será diferente agora. O cumprimento integral do Termo de Acordo nº 11/2024, a implantação do RSC e a defesa do serviço público dependem da capacidade de mobilização e unidade das categorias TAE e docentes em torno do SINASEFE e do conjunto das entidades da educação federal.

Nos próximos meses, nossa luta precisa combinar firmeza política com estratégia: pressionar o Governo Federal - MGI - MEC pelo cumprimento dos compromissos firmados, exigir o envio imediato do PL que contêm o RSC e outros pontos, e intensificar o enfrentamento contra a reforma administrativa e qualquer tentativa de esvaziar o serviço público.

Enquanto a extrema direita tenta destruir as bases democráticas e a agenda neoliberal insiste em transformar direitos em mercadorias, nós,

TAEs, seguimos sendo a linha de frente que mantém vivo o sentido público da escola, do instituto e da universidade.

7. Encaminhamentos e proposições

- Cobrar do governo federal o cumprimento integral do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, com prazos e cronograma público de execução.
- Exigir o encaminhamento imediato do Projeto de Lei do RSC para os TAEs e outros pontos, com vigência a partir de 1º de abril de 2026, conforme pactuado.
- Organizar campanha nacional de valorização dos TAEs, destacando o papel estratégico da carreira para a educação pública e o desenvolvimento do país.
- Fortalecer a luta contra a reforma administrativa, articulando-se com outras entidades do funcionalismo e movimentos sociais.
- Promover jornadas de mobilização e paralisações nacionais caso o governo mantenha a omissão sobre os acordos de 2024.
- Defender a estabilidade e o caráter público da educação federal, denunciando toda tentativa de precarização ou terceirização.
- Ampliar o debate sobre carreira e valorização nos espaços internos do SINASEFE, com foco em formação política e atualização de estratégias de luta.

8. Conclusão

O 37º CONSINASEFE se realiza em um momento de definição histórica. A omissão diante do descumprimento do acordo, o atraso no RSC e as ameaças da reforma administrativa não são fatos isolados, são expressões de um mesmo projeto que tenta reduzir o Estado, enfraquecer os trabalhadores e transformar a educação em mercadoria. O tema do 37º CONSINASEFE - "Educação pública para um Brasil soberano! Derrotar nas ruas a extrema direita e a agenda neoliberal" - é também o chamado à ação concreta.

- Não haverá soberania nacional com trabalhadores desvalorizados.
- Não haverá democracia sem serviço público forte.
- Não haverá educação transformadora sem TAEs reconhecidos, respeitados e motivados.
- Pela implementação imediata e integral do nosso acordo!

- Pelo envio imediato do PL do RSC!
- Pela derrota da Reforma Administrativa!

TAES NA LUTA! A LUTA É PERMANENTE!

Assinam essa tese:

Adélia Pinto	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Adilson Luiz Silva	SINTEFPB
AGAMENON AZEVEDO DOS REIS	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Alex Fabiano Pimenta Machado de Castro	SINASEFE IFBA/CMS
Américo Bertulino de Oliveira	SINTEFPB
Ana Paula Oliveira Roman	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Ana Tereza Souza dos Santos	SINASEFE IFBA/CMS
Ana Quezia Santos Carneiro	SINASEFE IFBA/CMS
Andréia de Araújo Freitas Barroso	SINDSIFCE
Andreia do Nascimento Lima	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Angela Morel Nitschke Dums	SIINASEFE- SC
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	SINASFE Boa Vista RR
Anna Luiza Moura	Sindscope
Aureo Mendonça	SINASEFE - Monte Castelo
Bárbara Luana Sousa Marques	SINDSIFCE
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Célia da Silva Nunes	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Cicero Lima de Almeida	SINDSIFCE
Claudio Gomes de Moraes	SINASEFE IFMG
Cristina Maria Cabeça de Souza	SINASEFE COLORADO DO OESTE-RO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Dejane Sotero Sousa	SESISIFPI
Divina Eliane Silva Nogueira	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Dustin Justiniano de Santana Fonseca	SINASEFE IF Baiano

Edneide Ferreira dos Santos	SINTEFPB
Eduardo Gomes de Lucena	SINDSIFPE
Eduardo Perovano Santana	SINASEFE IF Baiano
Emily Carvalho	SINASEFE IF Baiano
Evelane Garces Silva	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Fernanda de Melo Felipe da Silva	SINASEFE IFMG
Fernanda Santos Bastos	SINASEFE IFBA/CMS
Francisco Freitas	SINTEFPB
Genesio Porto	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Gilberto Souza Santos	SINASEFE IFBA/CMS
Gina Eugênia Girão	SINDSIFCE
Gislaine Carvalho Cogo	SINASEFE - Seção São Vicente do Sul
Glábia Dutra	SINASEFE IFMG
Hilda Maria Coelho Santos	SINASEFE - Monte Castelo
Hugo Álisson Alves da Costa	SINDSIFCE
Isamarcia Catarina Oliveira de Sousa	SESISIFPI
Jádson Fábio de Araújo Marques	SINASEFE IFBA/CMS
Janainy Geisa Gomes	SINTEFPB
Jeane Gomes dos Santos	SINASEFE-SE
Jessica Vieira Dantas	SINTEFPB
Johnny Gaspar Santos	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
José Leonardo dos Santos Gomes	SINTEFPB
José Maria Marques da Silva Junior	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Josenilda de Souza Silva	SINASEFE Januária/MG
Laryssa Braga Martiniano Maciel	SINTEFPB
Leewertton de Souza Marreiro	SINTEFPB
Leidian Coelho de Freitas	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Leildes Alves dos Santos Silva	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Lídia Farias	SINDSIFCE
Lissa Mara Saraiva Fontenele	SINDSIFCE
Lissandra Luvizão Lazzarotto	SINASEFE - Seção Bento Gonçalves
Luiz Alberto Chaves Junior	SINTIFRJ

Marcelo Borges	SESISIFPI
Marcia Raquel	Seção SESISIFPI
Maria Fernanda Freitas Braga	SINASEFE Januária/MG
Maria Gezilda e Silva Nascimento	SINASEFE IFMA - Monte Castelo
Maria Penha	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Meireluce Alexandre Cavalcante	SINTEFPB
Milena Beatriz Lira Dias da SIlva	SINTEFPB
Moníca Batista da Trindade	SINTIFRJ
Nádia Ferreira	SINASEFE São Luís
Paulo André Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Emilio Paes Rodrigues	SINTIFRJ
Peterson de Souza Mattos	SINASEFE IFSC
Poliana Coste e Colpa	SINASEFE - Muzambinho
Raimundo Joaquim Façanha Serra	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Rodrigo Romero de Santana	SINASEFE
ronandry dos santos jardim	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Rony Pereira Leal	SINTIFRJ
Rosângela Maria Torres Emerique	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
ROSINALDO SILVEIRA	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Samoel Rodrigues da Silva	SINDSIFCE
Savio Coelho Alves	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	SESISIFPI
Sérgio Taquini	SINASEFE IFES
Shirley Maria da Costa de Araujo	SINASEFE MS
Silvana Meira Duarte Pinto	SINASEFE IFSC
Sofia Melo Cassiano da Conceição	SINDSIFPE
Sônia Dias	SINDSIFCE
Suelen Barbosa de Deus Rodrigues Pinto	SINTIFRJ
Suzan Evelin Silva	Seção Muzambinho
Suzanne de Oliveira Nunes	Sindscope
Sylvio Augusto De Mattos Cruz	SINTIFRJ

Victor Pereira	SINASEFE - Seção Bento Gonçalves
Vinicius Retamoso Mayer	SINASEFE - SEÇÃO MANAUS
Wilker Gomes Raposo	SINTEFPB

10 - Por um SINASEFE com Independência de Classe

Nessa Tese da conjuntura. buscamos dar um ordenamento e uma armação política que permita ao SINASEFE intervir na realidade. Como sempre, baseamo-nos na independência de classe, no internacionalismo proletário e na defesa intransigente das necessidades e reivindicações da classe trabalhadora, na luta estratégica pela ação e consciência rumo a superação da decadente sociedade capitalista.

Vários episódios da luta de classes estavam se desenvolvendo enquanto escrevíamos a presente Tese. O principal deles é o acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza, construído pelos EUA, Israel e o Hamas, que não representa a paz, mas sim uma manobra política. A primeira fase do acordo negociado por Trump, aceito por Israel e Hamas, prevê o cessar-fogo, a troca de israelenses sob o poder do Hamas por prisioneiros palestinos - 250 condenados à prisão perpétua e 1.300 presos nos últimos dois anos -, e o ingresso de ajuda humanitária. Porém, pelo acordo, Israel manterá o controle de 53% da Faixa de Gaza." A segunda fase do acordo não tem consenso. Os EUA e Israel querem impor o desarmamento e o exílio ao Hamas, e colocar a Faixa de Gaza sob tutela de Trump e Tony Blair. Essas negociações são muito incertas. Daí a necessidade de reforçar a solidariedade internacional. O repúdio internacional ao genocídio e as mobilizações globais pressionaram os EUA a intervir. Não foi Trump quem obrigou Israel a aceitar nada; foi a força das ruas no mundo todo. Se depender dos EUA e de Israel a limpeza étnica contra o povo palestino vai continuar, como pudemos assistir nos recentes ataques à Cisjordânia, Líbano, Síria. A questão palestina não está resolvida, a Nakba continua. Precisamos manter a mobilização por uma Palestina Livre do rio ao mar e campanhas como "Nenhuma Gota de Petróleo para Israel", de boicote como a Frente Palestina mineira contra o Café Três Corações, a ruptura dos acordos nas universidades com instituições sionistas. Entre outras iniciativas.

Nesse sentido, vivenciamos um dos maiores atos de solidariedade de nossa classe! É motivo de muito orgulho de todas e todos lutadores a missão da Flotilha Global Sumud, junto com ativistas do Brasil e do mundo todo, e reafirmando a convicção da luta por uma Palestina livre, do rio ao mar. Importante ressaltar a participação da CSP-Conlutas, única central do país a participar diretamente da Flotilha e ter um histórico de solidariedade internacional ativa, impulsionando outras campanhas, como em apoio à resistência do povo ucraniano, e integrando organizações, como a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.

Importante ressaltar, também, as recentes revoltas que acontecem neste momento em Bangladesh, Indonésia, Madagascar, Marrocos, Nepal, Peru e Equador. Elas têm em comum a crise social, o desemprego, o autoritarismo e a repressão estatal. Em Madagascar, uma ilha enorme na África, com 80% da população abaixo da linha da pobreza e com alto desemprego, começaram mobilizações contra a falta de energia, de água e por liberdades democráticas, organizadas pela juventude. No Marrocos, protestam contra reformas na Educação e na Saúde e contra os gastos com a Copa de 2030. Já há três mortos e mais de 300 feridos. No Nepal, também houve fortes lutas, iniciadas com o bloqueio das redes, mas que têm como fundo o desemprego e a pobreza. No Peru, desde setembro, ocorreram vários protestos porque o governo mexeu na Previdência e deu anistia a militares da ditadura. A presidente Dina Boluarte sofreu impeachment em 10/10. No Equador, há manifestações importantes contra o fim dos subsídios aos combustíveis, lideradas pelos indígenas.

Os ataques aos trabalhadores pelos patrões, pelo latifúndio, pelos banqueiros, e pelos seus governos - tais como os do governo Lula e sua política submissa ao arcabouço fiscal, bem como contra o projeto nefasto da ultradireita organizada em nosso país – tem impulsionado lutas de resistência por todo o planeta.

A submissão ao imperialismo – Da taxação e ataque à soberania até a "química" de Trump com Lula

Na busca pela manutenção da hegemonia política e econômica do planeta, mais expressa nas disputas entre EUA e China, o governo norte-americano taxou dezenas de países, dentre eles o Brasil, com tarifas de 100% nas exportações. De lá para cá, diferente da necessidade que tinha o nosso país de enfrentar com reciprocidade e defesa da soberania do país, como exigiu a nossa Central, o que vimos foi uma política de completa submissão e uma postura de negociata do governo e da burguesia nacional, o que fez com que chegássemos aos dias de hoje com o país disposto a aceitar acordos rebaixados, além de mais entrega das riquezas, incluindo as terras raras, e cenas lamentáveis como a de Trump afirmando que "bateu uma química" com Lula. O fato é que o Brasil segue se mantendo no seu devido lugar de nação submissa, conforme planejado e executado nesses três anos de governo, sob a égide do arcabouço fiscal.

Enquanto assistimos a infraestrutura do país ser desmantelada e setores estratégicos para segurança da população caírem na mão do crime organizado por um projeto consciente da burguesia. Como as mortes por intoxicação por metanol. Em 2016, durante o governo Temer, a receita federal decidiu desativar o SICOBE (Sistema de controle de produção de

bebidas), tudo para beneficiar os empresários que deixaram de pagar milhões em impostos, às custas da precarização de toda a estrutura de fiscalização e abrindo espaço para a produção clandestina e informal de bebidas.

A presença do PCC na Faria Lima, centro financeiro de São Paulo; em redes de combustível e até em franquias do boticário como foi denunciado recentemente, evidencia o afrouxamento de qualquer controle do mercado interno. Tudo isso pautado pelos acordões e muita corrupção, o que se combina perfeitamente com a tentativa de aprovação da PEC da Blindagem, que visava garantir impunidade total aos parlamentares.

Ao cenário acima descrito, um importante fato da conjuntura destacou-se em contraposição a postura do governo Lula. Parcela importante de nosso povo foi às ruas contra qualquer acordão em defesa da anistia para golpistas e contra a chamada PEC da blindagem.

Em 21 de setembro se demonstrou, apesar das direções majoritárias do movimento, haver senso crítico e espaço para a disputa política e programática, bem como capacidade de ação e mobilização do conjunto da classe trabalhadora, nos atos de protesto contra a PEC da Bandidagem, que acabou derrotado nas ruas. Em certa medida esse fato mexeu, no cenário político, ao mesmo tempo que confrontou a expressão política da ultradireita de nosso país e contribuiu – guardados aqui todos os elementos contraditórios – para uma melhoria dos índices de popularidade do Governo, que também contou com o avanço de medidas como a aprovação da isenção do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil.

Apesar do CONSINASEFE estar se realizando em início de dezembro de 2025, devemos nos empenhar para, hierarquizados pelas novas ações à serem desenvolvidas durante a realização da COP30, no novembro negro, nas mobilizações contra a reforma administrativa e todo o conjunto das resistências e lutas objetivas dos diversos setores de nossa classe, redobrar o nosso empenhos na disputa pela transformação da realidade brasileira, estimulando o método da ação direta de nossa classe nesse próximo período, inclusive, retomando a defesa da necessidade de construirmos as condições para uma greve geral. Por este último objetivo devemos fazer uma exigência a direção majoritária do movimento, começando pelas Centrais Sindicais.

A Hipocrisia da COP30 - A maioria dos povos amazônicos não tem expectativas com a COP30 em relação ao meio ambiente, nem a população mais pobre das cidades e municípios próximos à capital paraense tem com as melhorias que as obras “maquiadas” possam trazer à região metropolitana. O balcão de negócios da COP30 envolve créditos de

carbono, exploração de petróleo e destruição de biodiversidade. Na verdade, a COP30 veio para potencializar ainda mais o desmatamento e favorecer grandes obras para garantir a exportação do agronegócio e das mineradoras. Diversas obras estão sendo construídas com esse fim, impactando ainda mais o meio ambiente. Precisamos organizar a classe trabalhadora para enfrentar esses governos capitalistas, enfrentar os patrões, e enfrentar essa política de espoliação e devastação da Amazônia. É preciso organizar ações durante a COP30. Por exemplo, é provável que os líderes de Estado participem de um evento em Belém antes da COP30, temos que preparar protestos. Não podemos permitir que eles simplesmente se reúnam, façam suas negociatas vendendo e comprando a Amazônia, explorem o petróleo na Foz do Amazonas e promovam a destruição do Pedral do Lourenço, impactando a região dos rios Araguaia e Tocantins.

O ataque da Reforma Administrativa! É urgente aumentarmos o combate à Reforma Administrativa, que continua tramitando no Congresso e pode ser votada até o final do ano. A proposta publicada neste início de outubro visa instituir contratos com duração definida, acabando com a estabilidade de novos servidores, ampliar as terceirizações, entre outros ataques. A mobilização "para inglês ver" convocada pelas centrais e pela burocracia sindical não se opõe e nem luta de fato contra a Reforma Administrativa. Durante a elaboração dessa tese estava sendo feito um chamado para a luta, a manifestação para dia 29 de outubro em Brasília.

Junto a esse ataque ao serviço público temos o projeto nacional para a educação desenvolvido pelo MEC, permitindo a entrada de fundações privadas (como Lemann e Airton Senna) na Educação num âmbito de privatização do ensino. E o adoecimento mental dos professores tem aumentado devido à sobrecarga de trabalho e à “corrida por premiação em dinheiro”. Vivenciamos toda uma política de sucateamento, o mesmo que os metroviários e os correios vêm enfrentando: sucateia, ataca os trabalhadores, desvalorização do ensino e depois privatiza, buscando assim ter menos desgaste diante da população.

Em defesa do aborto legal! A necessidade do fortalecimento da mobilização nacional em defesa do aborto legal diante das constantes ofensivas dos setores conservadores sobre esse direito e a postura criminosa da frente ampla em rifar tais direitos em suas negociatas. O projeto da vez é o PDL 3/2025 que derruba a resolução do CONANDA de orientação ao protocolo de aborto legal em caso de violência sexual; a tentativa do Conselho Federal de Medicina em levar ao STF a votação da resolução que proíbe assistolia fetal (aborto), em casos de estupros, após as 22 semanas de gestação e a

proibição da hormonioterapia para crianças e adolescentes trans. Esses projetos disputam o que há de mais atrasado na consciência da nossa classe e reforçam o apoio ao projeto de extrema direita. Nossa tarefa é pautar esses temas pacientemente e buscar unificar nossa classe no enfrentamento a todo tipo de opressão

Campanha Despejo Zero! Os alarmantes dados da campanha Despejo Zero, indicando que mais de 437 mil famílias correm risco de despejo. Destaque para os processos de despejo que vem sofrendo as ocupações Queixadas, em Cajamar, e Esperança, em Osasco, ambas no estado de São Paulo e ligadas ao Luta Popular da CSP-Conlutas. A Luta por moradia é um direito básico. Importante nossa solidariedade à favela do Moinho, onde houve criminalização de líderes e moradores, com denúncias graves de repressão policial, incluindo a prisão de lideranças e de que a líder Alessandra "foi eletrificada e levou um soco de um delegado".

Se renova o nosso desafio, diante do cenário atual, de fortalecer no Brasil a organização e a ação direta de nossa classe, nos colocando em oposição de esquerda ao governo com um programa que atenda às necessidades da classe e avance na construção da estratégia socialista.

Nossas Propostas:

- No terreno internacional, seguir organizando ações em defesa da Palestina com centro na consigna de Palestina livre, do rio ao mar e pelo fim do Estado Sionista de Israel. Todo apoio ao povo palestino. Lula tem de romper todas as relações comerciais, militares e diplomáticas com o estado genocida de Israel! Nenhuma gota de petróleo para Israel!

- Não à ingerência imperialista de Trump! Abaixo o tarifaço! Em defesa da soberania nacional e dos direitos da classe trabalhadora e dos setores populares!

- Prisão para Bolsonaro e todos os golpistas e confisco dos bens! Sem anistia! Cassação do deputado Eduardo Bolsonaro!

- Pelo fim da escala 6x1! Não à pejotização irrestrita!

- A reforma administrativa é um violento ataque aos servidores públicos do Brasil e objetiva reduzir o Estado, tirando-lhe a obrigação de promover políticas sociais que atendam, sobretudo, o conjunto da população trabalhadora pobre de nosso país. Lembrando também que essa não é uma tarefa apenas dos trabalhadores do serviço público, mas

do conjunto da nossa classe que muito vai sofrer caso ela seja aprovada. Que o SINASEFE subscreva e convoque as atividades unitárias de enfrentamento à "reforma" administrativa, como plenárias, seminários e audiências públicas, para amplificar o volume de discussões em torno do tema e ampliar a visibilidade ao conjunto da classe!

- Intensificar a Lutar pelo fim do Arcabouço Fiscal, pela revogação das reformas Trabalhista e da Previdência! Auditoria e não pagamento da Dívida Pública! Fim do Plano Safra! Fortalecer a ACD, na luta pela auditoria constitucional da dívida pública e dar continuidade à luta pelo não pagamento dessa dívida, e investimentos nas áreas sociais.

- No que se refere ao meio-ambiente, e preciso desmascarar os objetivos capitalistas e hipócritas em relação à COP30! É necessário incentivarmos a construção de um forte bloco independente na cúpula dos Povos, no Pará, em defesa do meio ambiente, indígenas, quilombolas e povos tradicionais, contra a devastação ambiental e ganância capitalista!

- Não à exploração de petróleo na Amazônia e na Margem Equatorial! Petrobras 100% estatal e sob controle da classe trabalhadora!

- Não às privatizações e reestatização de empresas privatizadas!

- Em defesa das reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, sem-terra, sem teto, juventude e aposentados.

- Despejo Zero! Abaixo o Marco Temporal! Reforma agrária e urbana, já! Demarcação e titulação dos territórios!

- Basta de violência contra as mulheres! Intensificar a construção da Campanha Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. Fortalecer as atividades do novembro negro e do 25 de novembro-Dia Latino-americano e caribenho de combate à violência contra as mulheres

- Arquivamento imediato do PDL 3/2025. Criança não é mãe! Aborto legal e seguro já!

- Basta de genocídio do povo negro nas periferias, LGBTfobia e xenofobia! Rumo a um Novembro Negro de muita Luta!

- Apoio à campanha e abaixo-assinado dos aposentados pela revisão da regra de cálculo da pensão por morte, alterada pela reforma da Previdência de 2019, que reduziu o valor dos benefícios de viúvas e viúvos.
- Um chamado às Centrais Sindicais sobre a necessidade da construção da Greve Geral.

Assinam:

Fernanda Rosá – IFSC
Kyanny Onofre Pompilio - IFSC

Marcelo Teixeira- SINASEFE CMR/EAMPE

Claúdio - SINASEFE CMR/EAMPE

Claudicéa Alves Durans – IFMA- Seção SINASEFE Monte Castelo (Base)

Allysson Morais - SINASEFE-IFMG (base)

David Emanuel de Souza Coelho (Sindscope)

Luiz Sérgio - (Sindscope - base) DN SINASEFE

Elisa Guimarâes - (Sindscope)

Albano Luiz Francisco - (Sindscope - base)

11 - Crise sistêmica do capitalismo, da transição na ordem mundial às novas lutas do presente contra a precarização das relações de trabalho

O contexto atual é marcado pelo desenvolvimento da crise sistêmica do capitalismo – especialmente com a perda de dinamismo das economias dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão –, cujos principais indicadores são baixo crescimento econômico, ampliação da desigualdade de renda e riqueza, precarização do trabalho, concentração e centralização do capital, domínio da financeirização e da ampliação do rentismo e seu parasitismo, em contraste com o dinamismo da Ásia, notadamente de China, Vietnã e Índia.

A concentração de riqueza e as desigualdades sociais são características marcantes do capitalismo contemporâneo, agravadas pelo desmonte das políticas de proteção e bem-estar social, pela regressão dos direitos dos trabalhadores e a implementação de políticas fiscais regressivas promovidos pelo neoliberalismo. O 1% mais rico da população global detém 45% da riqueza mundial, enquanto os 50% mais pobres dela compartilham apenas 1% (Relatório de Riqueza Global do Credit Suisse, 2023).

Ampliam-se, no quadro atual, as contradições entre o trabalho e o capital. Na busca por maiores taxas de lucro, os capitalistas promovem uma desenfreada concorrência pela produtividade, intensificando a exploração da força de trabalho. As plataformas digitais (Uber, iFood etc.) fragmentam o trabalho, eliminando direitos e estabilidade. Os trabalhadores aparecem sob o falso título de "empreendedores de si mesmos", mas sem proteção social e responsáveis pelos custos dos seus meios e instrumentos de trabalho. A este movimento soma-se a ofensiva neoliberal, política e econômica, contra os direitos e a organização dos trabalhadores, levando à precarização e à degradação das condições de trabalho e à ampliação do desemprego.

A mudança climática é resultado direto da lógica destrutiva do capitalismo, que gerou a crise climática, cujos impactos recaem desproporcionalmente sobre as periferias do sistema, embora tenham sido as nações ricas as principais responsáveis pelo acúmulo histórico de emissões de gases que provocam o efeito estufa.

Os espaços de governança global, controlados pelos monopólios, hipocritamente emulam o enfrentamento da crise climática, enquanto ela

se aprofunda. Esse cenário piorou com o atual governo estadunidense negacionista. Ele se retirou dos mínimos acordos entre países para controlar as emissões de carbono e de investimento público em pesquisa científica para o desenvolvimento de novas tecnologias e de processos produtivos. A escolha é clara: ou se avança para uma sociedade que harmonize desenvolvimento, justiça social e equilíbrio com a natureza ou a degradação ambiental irá se agravar, com efeitos destrutivos ao planeta, penalizando em especial os países periféricos e os subdesenvolvidos, bem como os trabalhadores dessas nações. Um polo de países, do qual o Brasil faz parte, persiste em empreender esforços para salvaguardar os compromissos de enfrentamento às mudanças climáticas.

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, em Belém, Pará, em novembro deste ano, sob a presidência brasileira, é mais um capítulo do confronto entre concepções antagônicas. O Brasil tem a oportunidade de reafirmar suas posições em defesa de medidas mais ousadas para o combate às mudanças climáticas, dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. E, também, reafirmar a soberania do país sobre a Amazônia brasileira e garantir recursos para contribuir com a sua proteção.

A financeirização é uma marca intrínseca do capital. Domina a realização da riqueza, na lógica da acumulação, resultado dos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo. As políticas neoliberais, com a desregulamentação, a liberalização dos fluxos de capitais internacionalmente e a austeridade fiscal como instrumento de elevado superávit primário destinado ao pagamento de juros da dívida pública favoreceram a predominância financeira no processo de acumulação do capital.

A produção e o investimento produtivo, na era do capital financeiro, são cada vez mais orientados pela lógica da valorização financeira. As grandes empresas não-financeiras estão sob a lógica de máxima remuneração de acionistas, o que prejudica o investimento produtivo para turbinar dividendos, recompra de ações e pagamentos de juros. A financeirização amplia o endividamento de Estados, empresas e famílias, reforçando a dependência do sistema financeiro.

O capital fictício é constituído de ativos financeiros que representam direitos a ganhos futuros, não diretamente vinculados à produção. São fictícios porque seu valor é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação. Hoje, envolve a inovação de produtos financeiros em “papel”

(na verdade eletrônicos) cada vez mais complexos, como derivativos, ativos titularizados e hipotecas (inclusive em moeda estrangeira), cada vez mais distanciados da produção de mercadorias físicas. O crescimento exponencial do estoque destes ativos supera o produto mundial. Esse deslocamento da valorização de ativos financeiros da geração real de riqueza cria bolhas e instabilidade.

O mundo contemporâneo registra transformações significativas nas forças produtivas. Os avanços da denominada Quarta Revolução Industrial, ou da indústria 4.0 (inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações) – cuja razão interna é o aumento da produtividade social do trabalho em escala crescente –, suscitaram a introdução dos métodos industriais na agricultura e nos serviços, promovendo transformações no mundo do trabalho.

A era digital e seus processos disruptivos impulsionaram uma reorganização da produção e circulação de mercadorias e das relações de trabalho em torno da economia de dados, através das plataformas sociodigitais controladas e operadas por grandes corporações, as chamadas big techs. Elas se caracterizam por modelos de negócios baseados na extração, no processamento e na comercialização de dados produzidos através da interação dos clientes (indivíduos e empresas). Essas empresas (Google, Meta, Amazon, Airbnb, entre outras) oligopolistas concentram grande poder econômico e capacidade de manipulação ideológica.

A crescente importância de ativos intangíveis (marcas, software, dados e tecnologias patenteadas) nas cadeias de suprimentos globais tende a ampliar ainda mais a lacuna entre os países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Em 2023, o investimento em ativos intangíveis cresceu três vezes mais rápido do que os ativos físicos, atingindo US$ 6,9 trilhões, de acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 2024. Além disso, 70% das empresas multinacionais que prestam serviços internacionais estão sediadas em economias do capitalismo central.

Ao contrário das teses de um suposto novo capitalismo, o capitalismo da era da financeirização global continua fundado nas suas leis imanentes decisivas de sua dinâmica: a concentração e centralização do capital e a concorrência monopolista, de acordo com as descobertas de Karl Marx. Mais do que nunca, o que se reitera e se comprova é o avanço tentacular

das formas de valorização do capital fictício a penetrar em todos os espaços de realização da riqueza.

A financeirização e as transformações tecnológicas, sob o controle dos monopólios, não podem deixar de expressar as contradições estruturais entre produção social e apropriação privada, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. As transformações provocadas pela denominada Quarta Revolução Industrial, ou da indústria 4.0, potencialmente, com o aumento da produtividade social, permitiriam a diminuição das jornadas de trabalho, melhorando a vida dos trabalhadores. No entanto, estes avanços chocam-se com as relações de produção, que concentram e centralizam os ganhos do capital e a riqueza, aumentam a exploração de mais-valia, impedindo a sua generalização em benefício dos povos; ou são incorporados seletivamente, liquidando/precarizando milhões de empregos e dezenas de profissões, criando uma massa de excluídos da atividade laboral.

A reestruturação produtiva tem mudado profundamente as características da classe trabalhadora e suas frações. Atinge também estratos de outras classes sociais. Neste processo, o racismo, as desigualdades de gênero e a xenofobia são retroalimentados como forma de aprofundar, ainda mais, a exploração e a precarização da força de trabalho.

A dinâmica de acumulação do capitalismo levou a um acelerado deslocamento territorial/nacional do locus do dinamismo produtivo, com enfraquecimento relativo do poder dos Estados Unidos, da Europa e do Japão. Comandam essa dinâmica os monopólios, a crescente financeirização dos circuitos de acumulação nos países centrais, ampliada pela globalização neoliberal, e a multiplicação de investimentos produtivos em regiões da periferia e semiperiferia do capitalismo, em busca de ampliação das taxas de lucro com a formação de cadeias globais de valor.

Este fenômeno foi teorizado por Vladimir Lênin no início do século passado: a tendência estrutural à perda de dinamismo econômico e de poder relativo dos países capitalistas centrais, em função do predomínio de mecanismos de acumulação rentista associados ao capital financeiro e da ascensão de novos polos mais dinâmicos em países de desenvolvimento capitalista tardio no próprio centro ou na periferia do sistema.

Tendo em vista esta breve análise da crise econômica do Capitalismo, propomos:

- Ferrenha oposição a toda forma de relação de trabalho que tenha como pano de fundo a sua precarização;
- Regulamentação das Big Techs e empresas que gerenciam os algoritmos da internet.

Assinam essa tese: Décio Leite Marchi, Glábia Dutra, José Xavier Filho, Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Peixe), José Porfírio de Araújo Filho, Raphaella Portes, Wallison Agostinho Madeira – Seção IFMG, Rafael Bernardo Silveira – Seção Litoral, Dayvid Souza Santos – Seção IFG, Karla Bertotti - CRM/ EAMPE Recife, Cláudio Fonseca - Seção CRM Rio de Janeiro, Bruno Oliveira - Sindsifpe, Marcelo Brito – Seção IFNMG, Alexandre Machado Rosa – Seção IFSP, Marcos Milan - Seção CMR Porto Alegre, Francisco Freitas – SINTEFPB, David Lobão - SINTEFPB.

12 - O declínio estadunidense, a disputa pela hegemonia na américa latina e o papel da política externa brasileira

Trump e a tentativa de reversão do declínio dos Estados Unidos

A segunda vitória de Donald Trump, com maioria na Câmara e no Senado e apoio das big techs, deu-se com sua promessa de fazer a "América" grande novamente com medidas de guerras de tarifas, promessa de ocupação territorial de outros países, perseguição e deportação de imigrantes – uma tentativa de reposicionar os Estados Unidos no contexto global de "novos" centros de poder econômico e militar.

Tenta responder à perda de posição da sua economia, como contestações ao dólar como moeda padrão de reserva internacional, os crescentes e históricos déficits gêmeos – fiscal e comercial –, a deterioração de sua infraestrutura, a desindustrialização, as crescentes desigualdades e os problemas sociais, bem como realizar imediatas e profundas mudanças no funcionamento do Estado e na geopolítica do poder global. A estratégia é vencer seu mais forte concorrente, a China, nos âmbitos econômico, financeiro, militar e comercial. Age para recriar uma "guerra fria" de novo tipo, agora entre Estados Unidos e China, buscando dar um caráter ideológico inexistente à disputa, construindo uma narrativa propícia ao isolamento da China socialista e preparando futuros conflitos.

O receituário de recuperação da posição estadunidense passa pela reforma do sistema de comércio global, para promover a reversão do quadro de desindustrialização; preservar o dólar como moeda de reserva internacional e forçar a sua desvalorização para favorecer a produção interna; e reconfigurar 6as zonas de influências geopolíticas. Orientando todas essas medidas estão os objetivos ditos de segurança nacional.

Trump busca coesionar a sociedade frente à crise social e à perda de protagonismo, responsabilizando os imigrantes pelas chagas sociais via deportações em massa. E, falsamente, caracterizando o império estadunidense como vítima de relações desiguais. Para a execução do seu plano de hegemonia política interna, Trump busca consolidar o comando sobre o complexo industrial-militar, atraindo as big techs à ação de Estado. O respeito à Constituição, ao funcionamento das instituições (Poder Judiciário, universidades etc.) e à liberdade de imprensa, símbolos da

propagada democracia, está sofrendo ataques diretos. Este conjunto de ações tem mantido o eleitorado trumpista relativamente coeso. Todavia, promove crescente acúmulo de contradições, divisões, descontentamento e insegurança na sociedade e nas instituições.

As iniciativas de Trump, principalmente a enxurrada de tarifas, têm provocado mais instabilidade, ameaçando retração no comércio, desaceleração na economia global e aumento inflacionário. Esse quadro acirra as contradições interimperialistas e do imperialismo estadunidense com as nações.

O governo Trump, em seu segundo mandato, busca reverter o declínio dos Estados Unidos pela via do extremismo de direita e do neofascismo, adotando políticas chauvinistas, protecionistas e medidas de guerra comercial para tentar recuperar a produção industrial.

Sua política externa reconhece as dificuldades dos Estados Unidos em continuar exercendo supremacia em escala global. Diante disto, atua para redefinir e reorganizar suas áreas de influência nas quais espera concentrar a sua dominação hegemônica, esvaziando os órgãos multilaterais e agindo unilateralmente para impor sua política. Tais áreas abarcariam, concentradamente, as Américas e a Europa.

Na região da Ásia Ocidental, mais conhecida como Oriente Médio, os países imperialistas, em especial os Estados Unidos, apoiam e financiam a política colonialista, expansionista e de terrorismo do Estado de Israel, que pratica o genocídio do povo palestino e a limpeza étnica de Gaza.

As agressões militares de Israel contra Síria, Líbano e Irã, que chegaram à derrubada do governo sírio, agravaram a situação na região. Na África, em vários países do Sahel, como Burkina Faso, Mali e Níger, foram formados novos governos com orientação patriótica e de rompimento com o neocolonialismo francês.

O ascenso do neofascismo e da extrema-direita no mundo tem por epicentro os Estados Unidos e deriva da grande crise e de impasses do capitalismo, além do desgaste e esvaziamento da democracia liberal resultantes das políticas neoliberais. É a resposta da oligarquia financeira imperialista para tentar bloquear os projetos nacionais alternativos, além de ser elemento de ataque às forças revolucionárias nos países capitalistas, principalmente na Europa e nas Américas, tidas como área de influência do imperialismo estadunidense. A luta contra o neofascismo e a extrema-direita se apresenta dura e tende a ser prolongada. É uma luta pela paz, anti-imperialista, democrática e civilizatória.

América Latina e Caribe sob disputa de rumos

Na América Latina e Caribe, desde o final dos anos 1990, há uma luta renhida para afirmar os governos de esquerda e progressistas na região. Após uma primeira onda de ascensão de lutas populares, de fortalecimento de partidos de esquerda e progressistas e de vitórias eleitorais, seguiu-se uma contraofensiva das direitas locais e do imperialismo estadunidense.

Infelizmente, muitos processos nacionais foram revertidos, inclusive com golpes. Uma nova onda de lutas populares e vitórias eleitorais recentes do campo de esquerda e progressista – com destaque para México, Brasil, Colômbia, Chile e Uruguai – reafirmou o caminho das transformações que os povos latino-americanos exigem. Há fenômenos novos na região, como o crescimento do neofascismo e da extrema-direita, a exemplo do que ocorre no Brasil, em El Salvador e na Argentina.

Javier Milei, servil a Trump, rebaixa seu país ao papel de ponta de lança dos Estados Unidos na região. O governo Trump recrudesce ações e ameaças contra a soberania nacional dos países, pois trata a região como se fora seu "quintal". Já anunciou a ocupação do Canal do Panamá. Além de impor taxações a México, Venezuela e Brasil. De outra parte, as relações comerciais e de investimentos em infraestrutura da região com a China aumentaram com a Iniciativa do Cinturão e Rota. A ofensiva estadunidense contra a Revolução Cubana recrudesce e o bloqueio é ampliado, gerando uma situação de maiores sofrimentos ao povo.

Há tentativas de isolamento e cerco à República Bolivariana da Venezuela. A agenda da integração regional e de seus organismos retrocedeu e hoje encontra-se praticamente paralisada. Há descoordenação político-diplomática entre os países da região, mesmo entre os governos de esquerda e progressistas.

A política externa brasileira – avanços e limitações

Nesse contexto internacional instável, o Brasil tem o desafio de afirmar a sua inserção soberana, abandonada no período do governo de Jair Bolsonaro. No terceiro mandato do presidente Lula, uma política externa proativa é retomada pela diplomacia presidencial, em temas como a reformulação de conteúdo democrático da governança global a partir da Organização das Nações Unidas (ONU) e das demais instituições multilaterais mais democráticas e representativas, como o combate às desigualdades sociais, à pobreza e à fome no mundo –, tema presente na presidência brasileira do G20 – e a questão ambiental, com a realização da COP30 no Brasil.

Lula foi firme na proposta de paz para a guerra na Ucrânia e denunciou com veemência o genocídio do povo palestino. Houve avanços importantes na cooperação bilateral com vários países, destacadamente a China. No entanto, neste terceiro mandato de Lula o contexto internacional e a correlação de forças internas são mais desfavoráveis.

Mesmo tendo realizado uma importante cúpula de presidentes da América do Sul, o governo brasileiro teve muitas limitações na promoção da integração sul-americana e latino-americana. A diplomacia brasileira afastou-se da Venezuela bolivariana, inclusive, erroneamente, opondo-se à sua participação no BRICS. O Brasil é chamado, diante da nova ofensiva do imperialismo estadunidense, a ser mais proativo e dar novo impulso para a integração regional e seus organismos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e a dar maior prioridade ao BRICS e à sua ampliação na América Latina e no Caribe.

Pela paz contra a guerra, em defesa da democracia e contra o neofascismo

As jornadas pela paz contra as guerras imperialistas, pela democracia contra o neofascismo, pela solidariedade aos povos e por relações diplomáticas e de cooperação que resultem em prosperidade para os povos e países e contribuam para a redução das desigualdades, a denúncia e o combate ao imperialismo e suas ações guerreiras são uma necessidade e um dever internacionalista.

Destaca-se como tarefa de primeira ordem a solidariedade a Cuba que enfrenta o criminoso bloqueio econômico, comercial e financeiro. Combater e denunciar a política de genocídio e expulsão do povo palestino dos seus territórios, promovida pelo governo colonialista, de extrema direita, de Benjamin Netanyahu, com apoio total do imperialismo estadunidense, em associação com grandes grupos capitalistas.

É imperativo fortalecer a solidariedade ao heroico povo palestino, barrar imediatamente a política de extermínio e criar as condições para um Estado palestino soberano e independente, no âmbito da solução de dois Estados. Solidariedade aos povos brutalmente agredidos na região da Ásia Ocidental (Oriente Médio), e da África, em especial do Sudão.

Tendo em vista esta breve análise da correlação de forças internacional, propomos:

- Um sindicato que aja em defesa da paz, anti-imperialista e que defenda a democracia como valor universal;
- Reaproximação da diplomacia brasileira com a Venezuela, apoiando e defendendo o país do cerco imperialista que se avizinha;
- Novo impulso para a integração regional através do Mercosul e da CELAC, além dos BRICS;
- Solidariedade a Cuba e ao processo de cerco que a revolução cubana sofre pelo embargo econômico liderado pelos EUA;
- Solidariedade ao heroico povo palestino;
- Solidariedade ao povo sudanês vítima de extermínio e violência com o apoio logístico dos EUA.

Assinam essa tese: Décio Leite Marchi, Glábia Dutra, José Xavier Filho, Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Peixe), José Porfírio de Araújo Filho, Raphaella Portes, Wallison Agostinho Madeira – Seção IFMG, Rafael Bernardo Silveira – Seção Litoral, Dayvid Souza Santos – Seção IFG, Karla Bertotti - CRM/ EAMPE Recife, Cláudio Fonseca - Seção CRM Rio de Janeiro, Bruno Oliveira - Sindsifpe, Marcelo Brito – Seção IFNMG, Alexandre Machado Rosa – Seção IFSP, Marcos Milan - Seção CMR Porto Alegre.

13 - Teses sobre Conjuntura da Corrente Proletária na Educação

Combater os ataques da burguesia e do conjunto da extrema direita: Expressar nas ruas a independência diante dos governos e pela constituição de uma frente única anti-imperialista!

I. Conjuntura Internacional
Avanço da Guerra comercial e das tendências bélicas: Responder com o internacionalismo proletário

O 37.º CONSINASEFE ocorre em um cenário mundial marcado por graves acontecimentos, especialmente pelo recrudescimento da escalada bélica, materializada nos conflitos na Palestina e na Ucrânia.

Sobre o genocídio do povo palestino, o recente acordo de cessar-fogo proposto por Trump, ainda mantém a ocupação de Israel na Faixa de Gaza por tempo indeterminado, sob a justificativa de combater o "terrorismo" do Hamas e financiamento dos EUA, Israel avança sob o Oriente Médio. Junto a esse massacre, tem a guerra na Ucrânia, que já dura aproximadamente 3,5 anos. Com os EUA à cabeça do ataque, a OTAN recrudesce o cerco contra a Rússia, usando a Ucrânia como bucha de canhão, forçando a Rússia a se defender e, ao mesmo tempo, usar a Ucrânia como escudo, respondendo à ameaça promovida pelo organismo do imperialismo com os métodos de opressão nacional (invasão, anexação). Por se tratar de um conflito que opõe alianças entre potências militares, portadoras de milhares de ogivas nucleares, traz consigo o risco de uma generalização, ou seja, de uma possível conflagração mundial altamente destrutiva.

Tanto o genocídio do povo palestino quanto à guerra na Ucrânia têm ligação com a Guerra Comercial dos EUA contra a China. Todos esses acontecimentos são indicadores de que a partilha do mundo efetuada no fim da Segunda Guerra Mundial está esgotada. O rearmamento das potências imperialistas visa aumentar o cerco econômico militar à Rússia e à China. Daí se explica o aumento das tensões e conflitos, na disputa por mercados e fontes de matérias primas, como: acordo militar AUKUS contra a expansão chinesa no Indo-pacífico; na América Latina, o cerco militar de Trump à Venezuela e o tarifaço sobre o Brasil. Trata-se de manifestações concretas do avançado grau de decomposição do capitalismo. Na raiz do

problema está a contradição entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção monopolistas. As fronteiras nacionais se erguem como uma camisa de força, de modo que a crise do capitalismo impõe às potências uma nova partilha do mundo diante do esgotamento da divisão do pós Segunda Guerra Mundial.

O segundo mandato de Trump tem sido marcado pelo agravamento da guerra comercial, expressa pelos tarifaços que têm convulsionado ainda mais a economia mundial. O Brasil passou a ser um alvo direto do tarifaço após a cúpula dos BRICS, onde Trump disfere um profundo ataque a soberania nacional brasileira, com a taxação de 50% sobre os produtos. A crise é mundial! Respostas nacionalistas na África, no Oriente Médio ou mesmo na América Latina, como a "união nacional", não são capazes de parar esses cercos, tarifaços, golpes, guerras locais ou regionais. Apenas uma resposta internacionalista pode unir explorados contra a burguesia e seus governos.

Os atos multitudinários que ocorreram ao redor do mundo devido ao episódio da flotilha da liberdade mostram o caminho das massas e uma resposta ao imperialismo à nível mundial. Também é necessário atos para impedir que governos, como o do Brasil, continuem indiretamente financiando a máquina de guerra. Parar o envio de matérias-primas e outros itens é uma forma proletária de atuar pelo fim do genocídio e das guerras de dominação.

Desta forma, o 37º CONSINASEFE está diante de uma conjuntura internacional convulsiva. Os preços das mercadorias aumentam, assim como o endividamento dos Estados, de maneira que a burguesia age no sentido de descarregar o peso da enorme crise sobre os ombros dos explorados em todo o mundo.

II. Conjuntura Nacional

Governo Lula dá continuidade às políticas de ataques aos explorados – Responder com a construção da Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin

No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin não escapa da pressão da crise mundial. Esse governo é burguês porque se coloca por administrar os interesses da burguesia nacional e imperialista. Recusa-se a revogar o conjunto de contrarreformas aprovado nos governos de Temer e Bolsonaro, a exemplo da trabalhista, a previdenciária e a Lei da Terceirização. Sobre a Reforma do Ensino Médio, Lula sancionou sua versão do "novo" Novo Ensino Médio, que preserva a essência privatista,

mercantilista, e de ataque à Educação tal qual a medida aprovada por Temer.

A reforma tributária, promulgada em dezembro de 2024, preserva os privilégios da burguesia, mantendo o regime de sacrifício aos explorados do país. O chamado Novo Arcabouço Fiscal tem se mostrado uma reedição do Teto de Gastos, aplicado pela ditadura civil de Temer, levando o governo a apontar cortes orçamentários para satisfazer a sanha do capital financeiro. Nem mesmo as questões ambientais escaparam à política de continuidade do governo de frente ampla de Lula/Alckmin. O Brasil registrou 13.489 focos de incêndio na Amazônia no primeiro semestre de 2024, o pior número em duas décadas e um aumento de 61% em comparação ao ano de 2023. Compõem esse ataque o marco temporal, cujo objetivo é alimentar o agronegócio, que é parte da economia capitalista, a origem da crise ambiental. Além disso, os trabalhadores do Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro, que fizeram greve por melhores condições de trabalho no segundo semestre de 2024, por segurança e equiparação salarial com outras carreiras semelhantes, tiveram seu direito de greve ferido. No início do 7/2025 a AGU entrou com pedido na justiça contra a greve, o pedido foi atendido pelo STJ, que decretou multa de 200 mil reais por dia ao sindicato. Desta forma, assim como fez na greve da Educação Federal, o governo burguês de Lula, junto a seus aliados, atuou contra a greve dos trabalhadores ambientais, apesar desses órgãos terem sido duramente atacados e dilapidados no governo Bolsonaro. Trata-se de mais um ataque flagrante do PT e do Judiciário brasileiro contra o direito de greve. A greve da Educação Federal se projetou contra o pilar da política do governo. Não se pode esquecer quantos dos sindicatos envolvidos são controlados pelo PT e aliados. Por isso, foi tratada com mão de ferro, onde o governo manteve a infame proposta de 0% de reajuste para 2024. Apesar da inflexibilidade do governo em atender a greve que se estendeu por cerca de quatro meses, as direções das centrais sindicais não atuaram para unificar o movimento com as demais categorias, pois não houve unidade nem na luta nacional da educação, mesmo com movimentos ocorrendo nos estados, a exemplo de São Paulo na luta contra as escolas cívicos militares e Paraná que fez greve contra a privatização das escolas. Era momento de organizar a luta pela revogação das contrarreformas, com convocação das plenárias que combatesse o isolamento da Educação federal, e que derrubasse a intransigência do governo de frente ampla que foi eleito com a promessa de “revogaço”, mas que em quase 3 anos de mandato, só faz avançar na aplicação da política econômica dos governos que dizia criticar. A experiência com o governo petista está demonstrando, portanto, mais uma vez, a incapacidade do reformismo em levar a cabo o

seu próprio programa. Lula se encontra completamente atado às determinações impostas pelo imperialismo, pela burguesia nacional e pelas oligarquias representadas no parlamento. Os trabalhadores e a juventude oprimida têm de superar suas ilusões com o nacional reformismo, o que se dará a partir da própria experiência como foram tais greves. Daí a importância de um balanço classista e de impulsionar o combate pelas necessidades mais sentidas das massas, fazendo a ponte com o programa anticapitalista, em defesa de um programa próprio dos explorados e que se choque contra o estado burguês e retomar o rumo das revoluções socialistas.

Na prática, o tema do 37º CONSINASEFE, posto pela direção como "Educação pública para um Brasil soberano! Derrotar nas ruas a extrema direita e a agenda neoliberal", se não vincular com as reivindicações concretas e com a organização da luta a partir dos métodos próprios de luta dos explorados, não passará de antecipação da campanha eleitoral para reeleição de Lula. É preciso convocar as assembleias nos campi, plenárias unificadas com outros setores do serviço público (como ANDES-SN, Fasubra) contra a Reforma Administrativa e pelo cumprimento do acordo da greve de 2024. Continuam os cortes de verba à Educação e o arrocho salarial. Se soma a isso, a continuidade da aplicação das contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Lei de Terceirização, Novo Ensino Médio), que ferem os empregos, direitos e salários. Diante disso, só será possível combater o avanço da extrema direita como a unidade dos explorados pela revogação de todas as contrarreformas e contra a aprovação da Reforma Administrativa (que fere a estabilidade dos servidores e ataca os serviços públicos). É preciso que as direções das centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares construam um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e massivas manifestações de rua, a partir de comitês que expressem a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Que o 37º CONSINASEFE se coloque pela independência perante o governo Lula. Nenhuma ilusão no governo que dá continuidade aos ataques da direita e ultradireita!

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação defende que o 37º CONSINASEFE aprove:

– Romper relações econômicas e políticas com o Estado de Israel;

– Pelo fim da guerra na Ucrânia, paz sem anexações;

– Erguer uma poderosa frente única anti-imperialista para pôr fim às guerras de dominação, pelo direito à autodeterminação e soberania nacional;

– Por uma Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin – contra o avanço da ultradireita, lutar no campo da independência de classe, mobilizando os oprimidos com o método da ação direta das massas e aplicando o princípio da democracia operária;
– Que o SINASEFE, junto as centrais, estudantes e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua massivas, em defesa dos empregos, salários, direitos, Educação e Saúde públicas;
– Pelas plenárias unificadas do funcionalismo pela aprovação do acordo de greve e, pelo financiamento da educação pública;
– Abaixo a Reforma Administrativa – que fere principalmente a estabilidade dos servidores públicos e precariza ainda mais os serviços públicos;
– Erguer a luta nas ruas pela derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da Terceirização e novo Novo Ensino Médio.

Assinam esta tese:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE
Michell Tolentino – IFPE
Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB
Fábio Alves dos Santos Dias - IFC

14 - Vencer a extrema direita e o fisiologismo: o caminho das ruas!

Palavras chave: conjuntura internacional; sindicalismo; Reforma Administrativa

O avanço da extrema direita em escala mundial desnuda o atual estágio do capitalismo tardio. O projeto neoliberal lança mão de todas as cartas disponíveis para manter o domínio econômico do capital financeirizado sob hegemonia norte-americana. Para tanto, apoia projetos autoritários e antidemocráticos, trazendo como consequência a ampliação dos conflitos comerciais e militares, ameaçando todo o planeta.

Discursos de ódio aos imigrantes, aos LGBTQIAPN+, às mulheres e às religiões são manifestações de uma guerra cultural aberta e internacionalmente organizada por membros da extrema direita, apoiada pelas grandes empresas, principalmente as chamadas BigTechs, representadas por seus principais nomes na posse do Presidente Donald Trump.

- Um mundo em conflito: maior insegurança desde a Guerra Fria e o genocídio palestino

Consequências disso são as guerras comerciais e propriamente militares. Neste último caso, o avanço da OTAN no leste europeu fez eclodir o conflito na Ucrânia, no qual todas as grandes potências do ocidente travam, sem sucesso, uma guerra, que não parece ter uma saída no curto prazo, contra a Rússia.

Sem dúvidas, o conflito mais cruel é o genocídio da população palestina na Faixa de Gaza. Após ataques do Hamas em território palestino ocupado por Israel, o estado sionista empreende um massacra de uma população desarmada, que morre pelas armas e pela fome. A primeira etapa do acordo de paz que entrou em vigor recentemente não garante a justiça ao povo palestino, que viu suas terras serem invadidas após o término da Segunda Guerra Mundial, sob o pretexto de reparar o terrível holocausto do povo judeu. No decorrer do conflito, Israel bombardeou o Irã, o Líbano, o Qatar e o Iêmen, sempre com apoio dos EUA.

A história de opressão do povo Palestino é antiga, remonta à grande tragédia, Nakba, logo após a II Guerra. Contudo, na atual conjuntura, com os sionistas israelenses e americanos interessados em todo petróleo embaixo da faixa de Gaza, a situação se agravou. Com a desculpa de combate aos terroristas, estão cometendo genocídio naquela região, numa proporção descomunal, assassinando bebês, mulheres grávidas, crianças

e jovens, matando de fome, exterminando com requintes de crueldade, não apenas com drones e mísseis, mas de fome e sede.

Todas as organizações humanitárias, como Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, Repórteres Sem Fronteiras, UNICEF, e tantas outras, estão há mais de dois anos denunciando os crimes de Guerra cometidos por Israel.

Entendemos que apenas um boicote ainda maior do que já ocorreu com a África do Sul, há alguns anos, em função do *apartheid*, poderá parar de vez Israel, em sua escalada de crimes humanitários.

Nosso apelo, o registro que deixamos por escrito, é de boicote de todas formas à Israel. Desde acadêmico, como o realizado pela Unicamp, até o comercial e político, pelo Brasil.

Nosso repúdio não é apenas uma nota de solidariedade ao povo Palestino, é um pedido de boicote à Israel, em todos os aspectos.

No campo comercial, o governo Trump trava uma Guerra comercial contra o mundo, visando manter o dólar como a moeda utilizada para as transações comerciais internacionais e como reserva cambial das nações. Desde o rompimento unilateral pelos EUA do Acordo de Bretton Woods, na década de 1970, com o fim do câmbio fixo e do padrão ouro como lastro, os EUA tem conseguido manter seu déficit orçamentário – que anualmente é próximo aos 2 trilhões de dólares – graças ao poder de senhoriagem do dólar, transferindo suas dívidas para quem detém sua moeda.

Entre os principais alvos do tarifaço de Trump estão os membros do Bloco Econômico dos BRICS, incluindo o Brasil. Trump aproveitou-se da irresponsabilidade golpista de Eduardo Bolsonaro, agindo como um embaixador em favor dos interesses do pai, condenado por tentativa de Golpe de Estado, para impôr tarifas injustas frente os tratados internacionais em vigor.

Defender a Palestina dos sionistas e lutar contra o domínio econômico e militar dos EUA é tarefa dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do mundo!

- Uma nova Geopolítica Mundial e o papel do Brasil

A hegemonia econômica e política norte-americana está em declínio. A China desponta como a maior economia mundial e o Bloco dos BRICs, constituído inicialmente por Brasil, Rússia, India e China, recebendo a adesão da África do Sul em 2011, mudando a sigla para BRICS. Em 2025, somaram-se oficialmente ao bloco a Arábia Saudita, o Egito, os Emirados Árabes Unidos, a Etiópia, a Indonésia e o Irã, além de vários países terem manifestado intenção de ingresso: Argélia, Barém, Bangladesh, Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Honduras, Kuwait, Palestina, Senegal, Tailândia, Venezuela, Vietnã. A última solicitação, já endossada pela China, foi da Palestina, recentemente reconhecida por dezenas de países, em ato

paralelo à Assembleia Geral da ONU, comandado pela França e com a participação do Brasil.

A aposta brasileira no fortalecimento dos BRICS tem sido fundamental para a superação dos efeitos nocivos à economia nacional e ao emprego de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Na maioria dos ramos da primário e secundário, as exportações para os EUA foram substituídas por exportações para uma gama mais heterogênea de países e regiões do mundo.

Percebe-se que a luta comercial entre a China e os EUA tende a agravar-se e uma aposta em um mundo multilateral é a saída para o Brasil e demais economias da periferia e semiperiferia do capitalismo internacional. Nesse sentido, a organização da classe trabalhadora em nível internacional deve ser um sustentáculo para relações mais justas e que apontem para a superação do capitalismo.

Defendemos o fortalecimento de nossa atuação na CEA - Confederação dos Educadores Americanos como forma de estreitamento de laços com organizações sindicais da América Latina e Caribe, aproveitando suas ramificações pela Península Ibérica e demais países da Europa.

- A América Latina e o Caribe sob a ameaça intervencionista

O governo Trump tem escalado o discurso intervencionista na América Latina e Caribe. Defendendo interesses econômicos de acesso às riquezas naturais da região, sobretudo petróleo e terras raras, utilizadas pela indústria espacial e de semicondutores, a política do "Big Stick" ganha força. Além disso, a ameaça de retomada do Canal do Panamá é uma afronta a toda a região.

A política estadunidense ganha força devido à polarização política estabelecida pelo avanço da extrema direita. O caso da Argentina é emblemático. Antes parceira no Mercosul e com intenção de participação nos BRICS, agora cai ajoelhada ao imperialismo, atacando sua ciência nacional e suas universidades. No Equador e no Peru, a extrema direita vive de golpes contra as instituições e à população. de outro lado, vemos Gustavo Petro, na Colômbia, Claudia Scheibaum, no México e Gabriel Boric, no Chile, apresentarem-se como alternativas contra-hegemônicas, mesmo que complexas.

O Prêmio Nobel da Paz concedido a uma defensora de intervenção norte-americana na Venezuela é a demonstração do avanço do discurso intervencionista em nível mundial. A instrução para que a CIA atue com liberdade para matar na Venezuela e o ataque às embarcações em seu litoral demonstram o nível do intervencionismo que assombra nossa região.

O movimento sindical brasileiro e o SINASEFE devem estar ao lado de iniciativas governamentais que busquem um desenvolvimento soberano e

cooperativo da América Latina e Caribe, unindo-nos à África, aos povos árabes e à classe trabalhadora mundial no enfrentamento ao imperialismo.

- A irresponsabilidade da extrema direita e a ganância extrema do Centrão abrem um novo horizonte para o governo Lula

O terceiro mandato do Presidente Lula foi resultado de uma ampla aliança eleitoral para derrotar a extrema direita. A diferença de votos obtida no segundo turno das eleições de 2022, quando já enfrentamos um cenário de construção golpista, que envolveu o uso da máquina pública para compra de votos, para desacreditar as urnas e eletrônicas e, até mesmo, o uso da PRF para impedir deslocamentos no dia da votação, demonstra que foi acertada nossa deliberação, no 34º CONSINASEFE, realizado em maio de 2022: Eleger Lula para derrotar Bolsonaro. A consolidação, em segundo mandato, da extrema direita no poder levaria o Brasil a uma ditadura, com cerceamento da atuação sindical e graves riscos à integridade das(os) militantes do campo socialista.

Contudo, um governo eleito por um espectro político tão heterogêneo, que avança até quadro históricos do neoliberalismo, está sob constante disputa. Essa disputa é bem mais difícil, do ponto de vista da classe trabalhadora, do que nos dois primeiros governos Lula. A tendência a busca de pactos por governabilidade se mostrou como tendência nos dois primeiros anos do atual mandato.

A situação só começa a mudar a partir da quebra de acordo, por parte do centrão, para a votação do IOF. Preso às amarras do arcabouço fiscal, o governo buscou formas de garantir promessas da campanha eleitoral, que beneficiam a classe trabalhadora, mudando a política tributária. A traição do centrão fez com que parte do governo e, principalmente, as(os) parlamentares dos partidos mais à esquerda, percebessem a constante chantagem do fisiologismo do centrão e a inviabilidade eleitoral de manutenção dessa relação de subordinação aos interesses daquele bloco parlamentar.

Somado a isso, a irresponsabilidade da extrema direita, capitaneada por Eduardo Bolsonaro, ao tentar reverter decisão Histórica do STF, de punir as(os) golpistas de 8 de janeiro de 2023, principalmente no tocante ao ex-presidente preso, trouxe ao governo Trump a possibilidade de tentar prejudicar economicamente nosso país.

Dessa forma, a ganância desenfreada do fisiologismo do centrão e a irresponsabilidade anti-cívica da extrema direita abriram caminho para uma política mais progressiva por parte do governo Lula.

A campanha "Congresso Inimigo do Povo" somada às pautas sociais defendidas no Plebiscito Popular, como o fim da escala 6x1 e taxação dos BBB (BETs, Bancos e Bilionários), bem como a luta contra a

Anistia/Dosimetria e PEC da Bandidagem devem ser encampadas pelo SINASEFE, associando-as com a luta Contra a Demolição do Estado (Reforma Administrativa) e o cumprimento dos Acordos de Greve de 2024!

- O auto-boicote e o descumprimento dos Acordos da Greve de 2024

O governo federal está em dívida com as(os) servidoras(es), devido a não integralidade do cumprimento dos acordos de greves de 2024. A incapacidade do governo garantir aquilo que acordou com a nossa categoria escancara uma burocratização e disputas internas, no próprio Partido dos Trabalhadores, que engessa as ações, sobretudo na área de políticas sociais.

Percebemos que a estrutura negocial construída a partir da MNNP - Mesa Nacional de Negociação Permanente e suas Mesas Setoriais está muito centralizada no MGI, nas Secretarias de Gestão e Relações de Trabalho. Isso não permite avanços negociados nas Mesas Setoriais e parece haver um descompasso entre os Secretários e corpo técnico que atuam nas Mesas de Negociações e o jurídico do MGI, que tem sido bastante restritivo em suas análises daquilo que já está assinado pelo governo. Para piorar a situação de auto-boicote do atual governo federal, a Casa Civil mantém seus superpoderes e intenta sabotar os trabalhos de outras pastas ministeriais, a partir de interesses nada republicanos, que envolvem a projeção nacional de figuras públicas. Rui Costa, Ministro da Casa Civil, é a personificação do auto-boicote no atual governo. O mudança do Decreto 1.590/95 para fins de extinção controle de frequência dos docentes e a demora para o envio do instrumento legal para a implementação da RSC dos TAE, bem como os empecilhos colocados para o Regime de trabalho de 6 horas ininterruptas (30 horas), já acordados, são exemplos do engessamento e do auto-boicote.

A articulação nacional do SINASEFE para a implementação da aceleração de progressão de até 3 níveis na Carreira das(os) TAEs é um exemplo de como devemos enfrentar a burocracia e o auto-boicote. Fora Rui Costa!

- A ameaça de Desmonte do Estado através da Contrarreforma Administrativa.

Dos mesmos autores da PEC da Bandidagem (Blindagem), surge a chamada "Reforma Administrativa". Na verdade é uma contrarreforma, no sentido dado por Roberto Leher, que aponta para o desmonte do Estado.

Após assaltarem o orçamento público, por meio das emendas parlamentares, durante o pacto de governabilidade executado pelo governo Bolsonaro, o fisiologismo do centrão e a irresponsabilidade social da extrema direita pretende tomar de assalto a estrutura estatal brasileira das 3 esferas da administração pública (União, estados e municípios, incluído o Distrito Federal).

São 2 as razões principais para essa contrarreforma:
1. Acabar, de fato, com a estabilidade das(os) servidoras(es) públicas(os), transformando a estrutura governamental em um "cabide de empregos" para cabos eleitorais e apoiadores políticos. A(O) servidor(a) pública(o) concursado e com estabilidade é uma "pedra no sapato" de políticos corruptos. Sem estabilidade, um servidor da Receita Federal não aprenderia no aeroporto as jóias roubadas por Bolsonaro. Não haveria fiscalização trabalhista apontado regime de trabalho análogo à escravidão na JBS, no ramos das vinícolas gaúchas e nos latifúndios monocultores. Não teríamos a denúncia que impediu, durante a pandemia, a compra de vacinas COVAXIN, que nem liberação da ANVISA tinha e que previa uma propina de um dólar por unidade para políticos e militares que ocupavam os espaços de gerência no MInistério da Saúde. A intenção é acabar com a capacidade fiscalizadora e reguladora do Estado.
2. Aumentar os lucros do capital com a terceirização dos serviços públicos. O projeto de unificação de carreiras em 10 anos, previsto na contrarreforma, além de acabar com as especificidades das carreiras, jogando por terra todas as conquistas de categorias, baseadas nessas especificidades, aponta para a redução drástica do número de servidoras(es) públicas(os). Grande parte das atividades serão terceirizadas, abrindo possibilidades mercadológicas para conglomerados de fundações que representam os interesses do capital. Nós, servidoras(es) da educação, sabemos bem o poder desses conglomerados. Não é à toa que o maior conglomerado de empresas educacionais privadas do mundo, é brasileiro. O serviço público se elitizará, diminuindo o número de vagas em concursos, restritos à formação que afastará os filhos e filhas da classe trabalhadora dessa possibilidade de ingresso um pouco mais digno no mundo do trabalho.
O SINASEFE, somado aso movimentos sociais, sindical e estudantil derrotará a Desmonte do Estado!

- Pelo fim do arcabouço fiscal e por uma Auditoria Cidadã da Dívida

Um projeto soberano de nação, que aponte para o socialismo e, consequentemente, para o fim das desigualdades sociais, deve iniciar pela suspensão do pagamento da dívida pública e a realização da Auditoria prevista na Constituição de 1988. Em 2025 o Brasil está entregando mais de 50% do orçamento para pagamento dos serviços da dívida pública. É a Bolsa Banqueiro nas palavras de Maria Lúcia Fattorelli. Até junho, foram 53,4%, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, organização da qual o SINASEFE faz parte e deve participar cada vez mais ativamente.
O arcabouço fiscal mantém a lógica da PEC do Fim do Mundo (teto de gastos para as áreas sociais) e existe devido a essa priorização do capital financeiro mundializado, tão bem definido por Chesnais. A dívida pública,

com todo esse assalto aos cofres públicos, que hoje representa 77% do PIB, deverá chegar a 82% em 2026. Com a maior taxa de juros reais do mundo, o Brasil se transformou no paraíso do capital internacional financeirizado.
Pela suspensão do pagamento da dívida e sua auditoria! Pelo fim do Arcabouço Fiscal!

- Derrotar a extrema direita e o Congresso Inimigo do Povo

Defendemos que politicamente estejamos Atentes e Fortes nas lutas contra a extrema direita e o fisiologismo do centrão e seus movimentos no Congresso, convocando e sendo exemplo de ocupações e lutas nas ruas. Apoiar o governo Lula em um ano eleitoral é lutar contra a extrema direita que cresce em todo mundo, com movimentos neofascistas, mesmo com um declínio do bolsonarismo no Brasil. A extrema direita brasileira está se reorganizando e mantém o discurso de ódio e preconceitos, tendo os governos dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Paraná como alguns dos exemplos.
Todavia, estar na luta para brecar a direita e o fisiologismo do centrão, não significa deixar de representar a classe trabalhadora e que é nosso papel lutar por ela, pressionar governos, ainda mais quando estes se mostraram excessivamente reformistas em uma perspectiva hegemonicamente neoliberal.
Precisamos atuar ativamente no processo eleitoral de 2026, apoiando candidaturas que defendem os interesses da classe trabalhadora, da ciência, da educação e das políticas públicas que combatem os preconceitos e o ódio disseminados pela extrema direita e seus parceiros fisiologistas. Precisamos de serviços públicos fortalecidos, para atendimento da sociedade brasileira.

Assinam essa tese

Manoel José Porto Júnior – Seção IFSUL

Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal

Amaury Garcia dos Santos Neto – Seção CMRJ

Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSUL

Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa

Camila Tenório Cunha – Seção Brasília

Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS

Cláudia Pinto – Seção IFSUL

Cleiton Mariano da Silva – Seção SINDSIFPE

Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL

Daniela Da Rosa Curcio – Seção IFSUL

Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Diogo Soares Bica – Seção IFSUL

Elaine Cristina dos Santos - Seção SP

Elenira Vilela – Seção IFSC

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP

Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró

Fernanda Cristina Camillo – Seção IFSUL

Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES

Francilon Lima Simões - Seção IFSUL

Francisco Carlos Gonçalves Brongar – Seção IFSUL

Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC

Hilário Paes de Almeida - Seção SP

Jairo Campelo – Seção IFSUL

Janete Otte – Seção IFSUL

Jaqueline de Cássia Vaz – Seção Brasilia

Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS

Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL

Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Marcelo Peske Hartwig – Seção IFSUL

Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB

Maria de Fátima Silveira Medeiros – Seção IFSUL

Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS

Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS

Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL

Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga

Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL

Osni da Costa Rodrigues - Seção IFSUL

Pensilvania Bermudez – Seção IFSUL Campus Pelotas

Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas

Rosa Maria Mota Costa – Seção -IFBA/CMS

Sandro Cavalheiro Souza – Seção IFSUL

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB

Sueli Borges Pereira dos Santos – Seção Monte Castelo

Teresa de Souza Bahia – Seção IFBA CMS

Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS

William Junior Sperb – Seção - IFSUL

William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

15 - Primeiro como tragédia, depois como farsa, por fim como deboche. É hora de romper esse ciclo!

É mais do que conhecida a frase de Marx no 18 Brumário, onde se referindo a Hegel que comentava que todos os grandes fatos da história mundial são encenados duas vezes, aponta que Hegel se esqueceu de acrescentar que esses fatos acontecem na primeira vez como tragédia e na segunda como farsa. A interminável crise de direção das organizações da classe trabalhadora brasileira (e mundial) tem feito com que a reencenação se repita *ad infinitum* (e, principalmente, *ad nauseum*), cada vez de forma mais ridícula, tornando tudo um grotesco deboche com uma classe trabalhadora cada vez mais massacrada pelas engrenagens de um capitalismo que vive uma brutal crise, que pode ser terminal, não só para o capitalismo - o que seria ótimo - mas sim para a a humanidade.

A disputa inter-imperialista entre o decadente mas ainda dominante imperialismo dos EUA e o ascendente imperialismo chinês estabelece o cenário da luta de classes em nível internacional. É contra esses dois imperialismos que nossa classe precisa se enfrentar.

É nesse cenário que acontece o genocídio palestino em Gaza, com a cumplicidade das nações do mundo que não vão além das palavras e das condenações formais. A China, obviamente poderia ter bancado a chegada de ajuda humanitária a Gaza, mas não o fez. Foram as heroicas e heroicos camaradas das flotilhas que tentaram ajudar. Nenhuma nação o fez. Nem mesmo o Irã, que estava em guerra com Israel, foi capaz de ajudar os palestinos em Gaza, bombardeando alguma instalação militar naquela região. Quanto ao governo brasileiro, segue com um discurso bonito de solidariedade, mas mantém intocado o comércio com a entidade sionista, financiando assim o genocídio do povo palestino. Vale ainda citar que, enquanto Israel explode e queima vivas crianças, o senado brasileiro aprovou por unanimidade um "dia da amizade Brasil-Israel". E que o senador sionista Jaques Wagner (PT-BA) fez coro com Netanyahu e disse o Hamas precisa ser exterminado.

Também é nesse cenário de disputa inter-imperialista que seguem as guerras e conflitos na Africa: Congo, Sudão, Sudão do Sul, Somália, Etiópia, Marrocos, Mali, Níger, Burkina Faso, Saara Ocidental, Líbia... No Oriente Médio, Iraque e Síria estão devastados.

Os conflitos na África, em especial, produzem uma onda enorme de refugiados que buscam abrigo em outros países, principalmente na Europa. A isso, as burguesias europeias reagem com ideologias fascistas que usam os imigrantes como bode expiatório para a crise desses países. Isso é forte

em toda a Europa, mas vale destacar a gravidade da situação na Grécia, Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália.

A instabilidade da crise de acumulação do capitalismo é mundial, atingindo desde o Nepal a El Salvador. Nos EUA, Trump busca impor um regime autocrático e fascista para garantir o lucro das mega-corporações nesse cenário de disputa com a China. Enfrenta resistência crescente das massas, mas o freio às lutas que o Partido Democrata representa ainda funciona como um formidável dique de contenção à revolta e de canalização da mesma para as eleições. Nessa disputa, o petróleo e os minerais da Amazônia são valiosíssimos, e é isso que está por trás das agressões e ameaças à Venezuela e à Colômbia por parte de Trump e que, sem significar apoio aos governos burgueses desses países, precisam ser fortemente rechaçados pelo conjunto das organizações de nossa classe em todo o mundo.

O Brasil hoje tem uma dependência bem maior do imperialismo chinês do que do estado-unidense, principalmente depois das sanções que Trump impôs aos produtos brasileiros, com grande parte da produção predatória do latifúndio quase monocultor e exportador rebatizado de "agronegócio" sendo escoada para o gigante asiático. Produção essa, diga-se de passagem, financiada com bilhões do dinheiro público via os famigerados planos safra.

A maioria da "esquerda" saúda a ampliação de relação de subordinação imperialista com a China, como se esta representasse um "imperialismo do bem", ou em negação da realidade, ainda fosse um Estado Operário e chegando, nos casos de completa alienação, a ser considerada um país comunista. No entanto, a China é um país onde é normalizada a jornada 9-9-6, ou seja: trabalhar de 9 da manhã a 9 da noite de segunda a sábado. É um país onde a greve é proibida desda a década de 1980 e onde, devido à super-exploração da sua classe trabalhadora, se extrai a maior massa de mais-valia do mundo, base material para a retumbante ascenção do sino-imperialismo, construído pela derrota da revolução chinesa (e do povo chinês) pela burocracia do Partido Comunista Chinês. Não é a toa que na fábrica chinesa da BYD na Bahia foi descoberta a realização de trabalho análogo à escravidão.

Lula-Alckmin articularam com a China a compra de produtos que os EUA deixaram de comprar, defendendo os interesses de grandes grupos capitalistas brasileiros (em especial do agro e da mineração). Da mesma forma agora buscam costurar com os EUA a retirada das tarifas impostas a outros produtos. Nada disso corresponde aos interesses da classe trabalhadora brasileira. O agro não gera empregos, gera êxodo rural, desmatamento, contaminação dos lençóis freáticos e violência no campo,

além de ter financiado a tentativa de golpe bolsonarista. Se a preocupação de Lula-Alckmin fosse como os empregos no campo, deveriam fazer reforma agrária, coletivização, investir na agricultura familiar, não nos (tu-)barões do agronegócio. Da mesma maneira, a mineração (seja "legal" ou "ilegal", destrói florestas, polui rios, expulsa populações originárias, adoece, mata e enriquece pouquíssimos a custa de tornar a vida de milhões mais miserável. Defender a soberania nacional, que é uma tarefa democrática que obviamente deve ser defendida, não é defender os interesses da grande burguesia golpista nacional, não é oferecer (entre outras coisas) os terras-raras brasileiros como mais uma commodity para alguma metrópole levar aqui da sua colônia, deixando para trás apenas miséria e devastação.

Frente a situação política gerada pelas tarifas trumpistas com o discurso de apoio a Bolsonaro, Lula e Alckmin conseguiram retomar a iniciativa política e, ao que parece, mesmo que a contragosto, tornaram-se a alternativa da maior parte da burguesia nacional para as próximas eleições. O bolsonarismo, embora não esteja para nada morto, entra em uma evidente decadência e, se por um lado a extrema-direita continuará presente no cenário político nacional, por outro é mais provável que mude suas lideranças e sua cara pública devido o desgaste.

Sendo assim, o cenário mais provável é que a continuidade dos ataques à nossa classe em nosso país continuem a ser realizados sob o cenário de um governo encabeçado por Lula. Entre eles, além da continuidade da política de arrocho fiscal e juros altíssimos, se destacam a reforma administrativa, uma nova reforma da previdência, a exploração de petróleo na foz do Amazonas e o avanço da mineração em terras indígenas.

É urgente sair da falsa dicotomia que a única alternativa à Lula é o fascismo. Que precisamos apoiar Lula e sua frente amplíssima como o único dique de contenção contra a ultra-direita. Pelo contrário, a única forma de derrotar a ultra-direita é a organização independente, classista, revolucionária da classe trabalhadora. O golpe bolsonarista não foi consumado porque a maior parte da burguesia nacional e internacional não quis, não porque fomos capazes de oferecer resistência a isso. Esse é o resultado do apassivamento da nossa classe produzido por suas direções pelegas: para manter a forma de nossa exploração dentro dos marcos do regime democrático burguês dependemos única e exclusivamente da boa vontade da burguesia nacional e do imperialismo!

Na última crise econômica aguda que atingiu nosso país e que, na falta de uma alternativa dos trabalhadores, foi canalizada pela direita e levou ao impeachment de Dilma, prisão de Lula e eleição de Bolsonaro, deveria ter ficado evidente que a boa vontade da burguesia é bastante volúvel e que, para garantir seus lucros ela não tem nenhum pudor de jogar fora aqueles

que até ontem lhe serviram e de colocar um traste como Bolsonaro na cadeira presidencial.

É preciso pois ter claro que o capitalismo vive de crise em crise. Se hoje, por conta das importações chinesas, principalmente, há uma relativa calmaria no Brasil que volta a permitir concessões mínimas (menores que as do primeiro mandato de Lula) que podem ter resultado eleitoral satisfatório para o petismo, não há nenhuma razão para esperar que novas (e piores) crises não virão. Pelo contrário, a situação mundial está cada vez mais tensionada pela disputa inter-imperialista. Além disso, o impacto da destruição ambiental, que é cada vez mais irreversível, irá inevitavelmente levar a gravíssimas crises e conflitos por coisas elementares como água para beber.

A farsa das COPs, que fazem a festa de burocratas, políticos corruptos e empreiteiros, não engana mais ninguém. O capitalismo sempre foi insustentável e a cada dia é mais incompatível com a sobrevivência da vida em nosso planeta! Apostar num futuro sem crise e de crescimento sustentado para a economia brasileira é como preencher um único cartão da mega-sena da virada, não registrar a aposta na Caixa, e ficar torcendo para ganhar.

Sendo assim, é necessário sair do apassivamento e buscar nos organizar. Cabe às organizações sindicais fazer parte dessa luta. Infelizmente, a enorme maioria dessas organizações (nosso sindicato incluso) serve de correia de transmissão da política do governo Lula-Alckmin e como freio das mobilizações. Depois da derrota da nossa greve ano passado, auto-imposta pela direção do Sinasefe, essa agora tenta empreender esforços pelo comprimento do pífio acordo de greve, sendo (obviamente) ignorada pelo governo. Da mesma forma, finge que luta contra a reforma administrativa, sem fazer nenhuma mobilização efetiva. O máximo que fazem são atos por procuração insignificantes em Brasília, "pressão" sobre parlamentares, além de falsas paralisações tão mal construídas que não conseguem de fato parar as atividades. Mas mesmo nessa pantomima são incapazes de fazer críticas a Lula e se limitam a cobrar o ministro Rui Costa, como se esse não estivesse ali a mando de Lula, repetindo a ridícula ladainha do "negocia Feijó" da nossa última greve.
Mas, além de lutar de forma coerente pelas demandas da sua categoria (coisa que as direções das organizações da "esquerda" não fazem, pelo contrário), é preciso mais, muito mais: é preciso participar ativamente da disputa pelos corações e mentes da classe trabalhadora de nosso país, construindo uma alternativa ao veneno das ideologias burguesas, inoculadas diuturnamente pelos seus aparatos de doutrinação, a mídia, o Estado, as polícias, as forças armadas, as igrejas, as escolas, etc.

Para construir mobilização, é preciso gastar sola de sapato, "ir aonde o povo está" não apenas nas eleições e certamente não apenas para pedir votos e, em cada local de trabalho, de estudo, de moradia, defender e construir um programa que dialogue com as necessidades mais sentidas de nossa classe. A luta pelo fim da jornada 6x1 é um exemplo de uma consigna que tem conseguido ser compreendida pela maioria da população (e que ganha a simpatia de sua ampla maioria). O repúdio à pec da bandidagem também conseguiu levar centenas de milhares às ruas. Quando se apresenta um programa que faça sentido para a população, ela entende. Apresentamos aqui elementos de um programa que este sindicato deveria aprovar e defender. Defender de verdade, não engavetar como tantas outras resoluções. Um programa para debater com outras organizações e com o povo, para superar o apassivamento e a capitulação das direções.

- Diminuição geral dos preços dos alimentos e aluguéis! Uma política pública para garantia de preços dos alimentos e contra a especulação imobiliária!
- Revogação da reforma trabalhista! Não aos empregos precarizados! Não à pejotização!
- Não à reforma administrativa! Por mais e melhores serviços públicos em todos os níveis! Não à terceirização dos serviços públicos! Revogação das reformas previdenciárias de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro! Revogação da reforma trabalhista de Temer!
- Fim da jornada 6x1! Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários! Por uma política permanente e fortemente progressiva de valorização do salário mínimo acima da inflação.
- Revogação do arcabouço fiscal! Abaixo o discurso hipócrita de "responsabilidade fiscal" que significa garantir cada vez mais as benesses do Estado para os mais ricos, às custas da miséria do povo! Em um país tão desigual é um crime que a prioridade do orçamento público seja pagar juros para especuladores! Responsabilidade é investir em saúde, educação, moradia, geração de empregos, preservação do meio ambiente, produção de alimentos, transporte público de qualidade, segurança, cultura, lazer...
- Fim de todas as emendas parlamentares! O orçamento deve ser aprovado e definidas as prioridades, sem precisar de “favores” de parlamentares. Que um parlamentar federal ou estadual ganhe o mesmo que um operário, sem aposentadoria ou plano de saúde especiais. Não é possível que quem corta salários e direitos dos trabalhadores tenha os seus salários aumentados e seus direitos preservados. Substituição das câmaras de vereadores por conselhos populares deliberativos, organizados por local de trabalho e moradia.

- Fim das polícias militares, burguesas, racistas e assassinas! Pela criação de mecanismos de controle da população sobre as outras polícias. Organização da auto-defesa da população. Reestruturação das forças armadas, acabando com a formação golpista e os privilégios e mordomias do oficialato. Punição exemplar para os golpistas de 64 e 2023! Fim das escolas cívico-militares.
- Abrir a caixa preta do judiciário! Fim dos super-privilégios de juízes, desembargadores, promotores, etc. Mandatos não-vitalícios para desembargadores e ministros do STF.
- Auditoria popular e rigorosa da dívida pública. Taxação dos dividendos, das grandes fortunas, das heranças, todas fortemente progressivas! Combate à especulação imobiliária e rural, com taxação e confisco. Fim das isenções fiscais para as grandes empresas, para o latifúndio, para as igrejas e seus pastores milionários! Garantia da laicidade do Estado em todos o níveis!
- Garantia plena de realização do aborto legal nos casos já previstos em lei, sem nenhum constrangimento para as mulheres. Avançar rumo a legalização completa do aborto e sua realização pelo SUS. Por políticas públicas efetivas de combate à violência de gênero e ao feminicídio. Creches por local de trabalho e de moradia, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.Restaurantes e lavanderias públicas em todas as regiões das cidades, especialmente nas mais carentes.
- Combate à LGBTfobia! O Brasil precisa parar de matar, mutilar, adoecer, violentar, excluir a população LGBT! Não é valorizar pink money! Não é fazer pinkwashing! É implementar políticas públicas efetivas de educação, saúde, segurança, emprego! É defesa da laicidade do Estado, é o combate aos oportunistas e fundamentalistas que instrumentalizam o ataque a essa população em benefício dos seus lucros!
- Revogação do Marco temporal! Reestatização da Petrobrás! Não à exploração da margem equatorial do Rio Amazonas! Não à mineração em terras indígenas! Reestatização da Vale e controle sobre todas as barragens em risco de ruir! Ampla reforma agrária em todo país, com apoio público à produção e distribuição dos alimentos, até que não haja mais nenhum trabalhador rural sem-terra em nosso país! Expropriação sem indenização das terras griladas e dos latifúndios que desmatam ilegalmente, estrito controle público do uso de agrotóxicos, fortalecimento do IBAMA e do ICMBIO com valorização de seus trabalhadores, proteção rigorosa das nascentes e dos aquíferos.

- Para garantir saúde e educação de qualidade é necessário (e isso já ocorre em outros países) acabar com a dicotomia entre público e privado. A única forma de acabar com o sucateamento da educação e da saúde públicas e com o controle dessas políticas por parte dos tubarões do ensino e da saúde é a completa estatização desses sistemas. Precisamos caminhar rápido para o fim da educação e da saúde privadas, em todos os níveis. De imediato é preciso revogar a "deforma" do Novo Ensino Médio e construir um novo plano nacional de educação, construído pelos trabalhadores do setor.

Esses são alguns pontos de um proposta de programa mínimo que responde a questões muito concretas, muito sentidas, para a enorme maioria da população do nosso país! Com base neles é possível mobilizar a nossa classe! Se quisermos parar de repetir a História de forma cada vez mais degradante, como dissemos no início desse texto, é por aí que temos que ir. É óbvio que a maior parte dessas propostas se choca frontalmente com o própria manutenção do capitalismo. Pois então, como ensinou o velho Trotsky, se o capitalismo não pode garantir dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras, *então que morra!!!* É essa a agitação, a propaganda que as organizações da classe trabalhadora deveriam estar fazendo, ao invés de ficar dizendo que a saída é "votar melhor nas próximas eleições". Não é, nem nunca foi! Se por enquanto ainda é importante participar das eleições, e não negamos isso, ansiamos pelo dia em que nossa classe, a classe trabalhadora, entenda que só tem seus grilhões a perder, volte as costas para o regime eleitoral burguês, tome as ruas, pare as fábricas, o país, o mundo, e tome seu futuro em suas mãos, e com ele, o de toda a humanidade.

Assinam: Ayana Pereira (Sinasefe-Ifes), Bruno Basílio (Sinasefe-Ifes) e Patrícia Andrade (Sinasefe-Ifes)

16 - Independência de classe como política do SINASEFE

Coletivo Vozes da Base

Ano que vem teremos eleições gerais.Como sempre ocorre em períodos assim, o SINASEFE sofrerá pressões para se posicionar a favor desta ou daquela candidatura.

O governo Lula 3 com certeza representa uma situação melhor para trabalhadores e oprimidos do que o Governo Bolsonaro , sem dúvida. Mas, na história recente do Brasil vimos 12 anos de governo do PT que não representaram nenhuma mudança estrutural no Brasil. É verdade que houveram conquistas sociais, quase todas revertidas após o golpe de 2016. Na última eleição, Lula voltou à presidência e gerou muitas expectativas, mas o que assistimos foi um governo fraco que não reverteu os retrocessos dos governos Temer e Bolsonaro.

Portanto, ganhar uma eleição não significa um avanço político e social necessariamente, visto que nem sempre esse governo terá possibilidade e a vontade de gerar conquistas reais para os trabalhadores.

Por outro lado, devemos nos recordar como a desmoralização da derrota eleitoral de Lula para Collor e Fernando Henrique nas décadas de 1980 e 1990, representaram uma derrota na luta e mobilização dos trabalhadores.

Desta forma somos colocados na seguinte situação: condicionar o avanço da luta dos trabalhadores a vitória eleitoral, nos coloca numa sinuca de bico. Se vencer um candidato de esquerda, podemos não conseguir as mudanças necessárias aos trabalhadores, como a reversão das reformas trabalhista e da previdência social, elevação dos salários, reestatização das empresas privatizadas etc. Mas se vencer um candidato de direita, essa derrota pode significar um retrocesso ainda maior, como foi o caso da vitória de Milei na Argentina.

O erro lógico-político dos governistas é fazer decorrer da correta constatação de que o governo Lula 3 garante melhores condições para a luta dos trabalhadores (menos repressão, mais espaços de negociação,...) consequências insustentáveis: "não se deve fazer greve contra o governo"; "a nossa greve acaba quando inicia a defesa do governo"; "não podemos cobrar/criticar o governo". Estes "50 tons de governismo" colocam necessariamente a classe trabalhadora num beco sem saída, condenando-a ao imobilismo ou a uma luta estéril e de fachada. A ideia - equivocada - de que, ao apoiar, como sindicato, o Lula 3 receberíamos em troca o justo compenso faliu à prova dos fatos: o aumento salarial da educação federal foi uns dos mais baixos, sendo o das polícias federais uns dos mais altos.

A saída para este impasse é defendermos a independência política dos trabalhadores. Nossa luta deve se dar nas greves, nas mobilizações e na defesa das posições políticas da classe trabalhadora, sem acordos com candidatos burgueses sejam de partidos de esquerda ou direita. Vencendo um ou outro nossa luta deve continuar e prosseguir com independência e tendo como única estrela polar a melhora das condições da nossa classe .

Assinaturas:

Alessandro Emilio Teruzzi - SINASEFE-SP - *Campus* Pirituba

Cristiane Toledo Maria - SINASEFE-SP - *Campus* Itaquaquecetuba

Jandui Almeida Amorim - SINASEFE-SP - *Campus* São Paulo

Jurandyr Carneiro Nobre de Lacerda Neto - SINASEFE-SP - *Campus* Araraquara

Ruama Sales Carneiro - SINASEFE-SP - *Campus* Pirituba

Sidinei Roberto Nobre Junior - SINASEFE-SP - *Campus* Itaquaquecetuba

EIXO 2. TESES DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

01 - A Luta Anticapacitista no SINASEFE e a Defesa de uma Escola Popular

Movimento por uma Escola Popular (MEP)

A construção de uma escola verdadeiramente popular exige o enfrentamento das múltiplas formas de opressão que atravessam a educação pública brasileira. Entre elas, o capacitismo – sistema de exclusão que marginaliza corpos e mentes fora da norma – se impõe como uma das mais silenciosas e persistentes. No âmbito do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), essa luta ganha contornos específicos, pois se articula com a defesa de uma educação emancipadora, crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A luta anticapacitista, nesse sentido, não pode ser vista como pauta secundária ou restrita a adaptações técnicas, mas como fundamento indispensável da construção da escola popular.

A escola popular, conforme defendida pelo Movimento por uma Escola Popular (MEP-SINASEFE), rompe com a lógica da educação fragmentária, tecnicista e mercantilizada, que oferece o mínimo às camadas populares para mantê-las adaptadas ao mercado de trabalho. Em vez disso, propõe uma formação omnilateral, que socializa os saberes históricos e culturais da humanidade, permitindo que todas as pessoas – sem exceção – possam compreender e transformar o mundo. Essa concepção se opõe frontalmente ao modelo capitalista, que converte a educação em mercadoria e naturaliza as desigualdades sociais. É por isso que a escola popular se afirma como anticapitalista, antirracista, antissexista e anticapacitista.

O capacitismo não deve ser entendido apenas como preconceito individual ou falha moral. Ele é uma estrutura de poder funcional ao capitalismo, assim como o racismo, o sexismo e o etarismo. Desde a Revolução Industrial, o capital passou a exigir corpos produtivos, disciplinados e eficientes, convertendo a "normalidade" em parâmetro de humanidade. Quem não se enquadrava nesse modelo era classificado como "deficiente" e relegado à marginalidade. A "normalidade" é uma invenção moderna a serviço da racionalidade capitalista, que define o que conta como corpo válido e mente produtiva. Assim, o capacitismo não é um acidente ou resíduo cultural: ele é parte constitutiva da ordem social que sustenta o capital.

A partir desta constatação, é necessário reconhecer a realidade concreta das pessoas com deficiência (PcD) e neurodivergentes no serviço público federal, inclusive dentro do próprio SINASEFE. O sindicato recebe diversos relatos de servidores autistas e com outras neurodivergências que enfrentam situações de negação de

direitos e até de violência institucional, especialmente nas avaliações realizadas por médicos peritos do SIASS. Esses profissionais, muitas vezes, deixam de reconhecer o autismo como deficiência, produzindo laudos excludentes e reforçando estigmas que já atravessam o cotidiano dessas pessoas. Tal prática não apenas perpetua o capacitismo institucional, mas também acentua a insegurança, a precarização e o sofrimento psíquico de servidores que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

Esse cenário revela a contradição entre os avanços legais e sua aplicação prática. Até hoje, dez anos após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13146/2015), ainda não há perspectiva concreta de implementação da avaliação biopsicossocial nos Institutos Federais. Isso significa que servidores autistas e com outras neurodivergências continuam dependendo de modelos biomédicos e reducionistas, centrados na validação de um diagnóstico clínico, e não no reconhecimento das barreiras sociais que produzem a exclusão. Essa lacuna institucional reforça o que os estudos críticos vêm denunciando: o capacitismo não é uma falha individual de alguns gestores ou profissionais, mas sim um mecanismo de reprodução estrutural que sustenta a lógica produtivista do capitalismo

Nesse sentido, a luta anticapacitista dentro do sindicato deve ir além da denúncia e se colocar como instrumento de pressão e transformação institucional. É necessário disputar o próprio sentido da inclusão, questionando as práticas que restringem direitos sob a justificativa de eficiência administrativa. Defender os direitos das Pessoas com Deficiência, como o direito a ter uma avaliação biopsicossocial, é defender uma concepção de deficiência que reconhece a diversidade como parte da experiência humana e não como falha a ser corrigida. É afirmar que o valor de uma pessoa não se mede pela produtividade ou pelo encaixe em padrões normativos, mas pela sua dignidade e direito à participação plena.

Se vamos além da situação de pessoas servidoras PcD e observamos as nossas instituições como um todo, veremos que elas são construídas como espaços de normalização. Também no caso de estudantes, a diferença é tolerada desde que adaptada à norma: laudos, diagnósticos e ajustes mínimos substituem a transformação efetiva da cultura institucional. A lógica meritocrática e produtivista reforça a exclusão, penalizando estudantes e servidores que não performam de acordo com critérios de "eficiência" e "excelência". Não por acaso, nos Institutos Federais, a inclusão muitas vezes se reduz a protocolos burocráticos, sem enfrentar as bases estruturais do capacitismo. No caso das instituições vinculadas ao Ministério da Defesa, a padronização e a lógica da meritocracia são ainda mais intensificadas: estudantes são ranqueados por nota, e estudantes com necessidades específicas, por terem avaliações adaptadas, ficam de fora.

Historicamente, a deficiência foi tratada como falha a ser corrigida ou eliminada. No neoliberalismo, essa lógica adquiriu novos matizes: ora a deficiência e a neurodivergência são vistas como obstáculos à eficiência, ora como diferenciais exploráveis pelo mercado. A diversidade, nesse contexto, é frequentemente convertida em ativo de gestão, esvaziando o caráter político da luta anticapacitista. O que poderia ser emancipação torna-se apenas mais um mecanismo de captura capitalista. Essa contradição é ainda mais evidente quando pensamos a neurodivergência: enquanto formas de cognição não lineares ou não normativas são medicalizadas e domesticadas, certas expressões são cooptadas como fontes de inovação e lucro. O capitalismo, portanto, tolera a diferença apenas quando ela pode ser convertida em valor.

É nesse ponto que a luta sindical assume relevância estratégica. O SINASEFE, precisa assumir o protagonismo da luta anticapacitista, entendendo-a como parte indissociável da luta anticapitalista. A atuação sindical não pode se restringir à defesa de direitos trabalhistas, mas deve incorporar a pauta da acessibilidade, da inclusão crítica e da valorização da diferença como questões centrais. Isso se expressa em ações concretas, como a luta contra a Reforma Administrativa, a luta contra a militarização e privatização das escolas, a participação em conselhos e instâncias deliberativas dos IFs, a organização de grupos de estudo sobre anticapacitismo e a defesa da ampliação dos programas de permanência estudantil.

Essas ações demonstram que o sindicato não atua apenas na esfera reivindicatória, mas na disputa de projetos de sociedade. Afinal, a luta anticapacitista e a construção da escola popular são partes de um mesmo horizonte: o de uma educação que liberte, que reconheça a dignidade de todos os corpos e mentes, que valorize a diversidade como potência e não como obstáculo. Isso exige romper com a lógica da adaptação individual e construir uma cultura institucional que acolha a diferença como valor intrínseco. A escola popular não pode ser pensada fora de um projeto de sociedade, e esse projeto só será realizável com a superação do capitalismo e a construção de uma vida baseada na coletividade, na justiça social e na dignidade humana.

A luta por uma escola popular e anticapacitista no âmbito do SINASEFE é, portanto, uma luta por humanidade. É a recusa da exclusão, da normalização e da mercantilização da vida. É a afirmação de que todos têm direito ao conhecimento, à participação e à transformação. Mais do que uma pauta específica, a luta anticapacitista é um fundamento ético e político indispensável da educação emancipadora – e sua força está justamente em revelar que não há verdadeira inclusão sem a superação do capitalismo.

Assinam esta tese:

1. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
2. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
5. Ana Claudia Colvara - IFSUL
6. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
7. Andréa Moraes - Sintietfal
8. Andreia do Nascimento Lima - IFPA, CTRB e CIABA
9. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
10. Anna Júlia Giurizatto Medeiros -Sintietfal
11. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB
12. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
13. Bárbara Andrade - SINASEFE IFSC
14. Beatriz Costa e Cunha - CMRJ
15. Brunhilde Berg - Alto Vale do Itajaí IFC
16. Carlos Alberto Genz - APROFCMPA
17. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
18. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
19. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
20. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
21. Darci Emiliano - Sertão RS
22. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
23. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
24. Ednilson Gomes Matias - Sintietfal
25. Eliana Silva Nascimento - IFBA
26. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
27. Emiliana da Consolação Ladeira - Barbacena
28. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
29. Fabiano Couto Milagres - IFMG/CMBH
30. Fernanda Cristina Camilo - IFSUL
31. Fernanda Oliveira - Silva Mato Grosso
32. Fernando Vlana Costa - SINASEFE Itumbiara
33. Francisco Douglas Silva de Alcântara Vianna - Rio Branco
34. Francisco Freitas - SINTEFPB

35. Frederico Bazana - Litoral - IFC
36. Gabriel de Oliveira Rodrigues - APROFCMPA
37. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
38. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
39. Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
40. Gizella Menezes Rodrigues - CMR/EAMPE
41. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
42. Gustavo Leite Gonçalves - Barbacena
43. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
44. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
45. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
46. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
47. Jésura Lopes Chaves - APROFCMPA
48. João Alves Pacheco - São Paulo
49. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
50. Joiana Dias Prestes - Alto vale/ sc
51. José Eurico Ramos de Souza - Manaus
52. Josenilda de Souza Silva - Januária
53. Júlia de Cássia Oliveira Soares Maia - São Vicente da Serra
54. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
55. Jussara Hilario dos Santos - IFMS
56. Kader Carvalho Assad - IFMS
57. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
58. Laura Santos da Cunha - IFSC
59. Leandro Batista da Silva - APROF CMPA
60. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
61. Leonardo Pereira Maia - IFMG/CMBH
62. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
63. Lissa Mara Saraiva Fontenele - SINDSIFCE
64. Lissandra Luvizão Lazzarotto - Bento Gonçalves
65. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
66. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
67. Maria Aparecida Porfírio - CMB
68. Maria da Conceição Castro Cordeiro - Sintefpb
69. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
70. Maria Eliana Almeida Matos - IFBA/CMS

71. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
72. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
73. Marlise Sozio Vitcel - IFSUL
74. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
75. Mere Luci da Rosa - Bento Gonçalves
76. Milene Bobsin - IFSC
77. Mônica Teles Santos - SINASEFE SERGIPE
78. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
79. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
80. Monique Izoton - SINASEFE BG
81. Nelda Plentz de Oliveira - SINASEFE-SC
82. Nelson de Lima Damião - Muzambinho - MG
83. Onilma Freire dos Santos - CMR/EAMPE
84. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
85. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
86. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
87. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
88. Roberto Valmorbida de Aguiar - Sertão RS
89. Rodrigo Buske - SINASEFE Santa Maria RS
90. Rodrigo Lima - IFSC
91. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
92. Ronivaldo Ferreira Mendes - SINASEFE - Salinas
93. Rosa Maria Cardoso dos Santos - CMRJ/CN
94. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
95. Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho - SESISIFPI
96. Sidinei Roberto Nobre Júnior - IFSP
97. Silvana Schuler Pineda - APROFCMPA
98. Suzan Evelin Silva - Muzambinho
99. Suzana de Souza Gutierrez - APROFCMPA
100. Teresa de Souza Bahia -SINASEFE IFBA-CMS
101. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
102. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
103. Vera Haas - APROFA
104. Victor dos Santos Pereira - Seção Bento Gonçalves/IFRS
105. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
106. Vinicius Retamoso Mayer - SINASEFE SEÇÃO MANAUS

107. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC
108. Wilker Gomes Raposo - SINTEFPB

02 - Questões em torno do pardo indígena: contribuições para um debate ainda lacunar

Movimento por uma Escola Popular - MEP/SINASEFE

Recentemente, vimos o debate sobre o pardismo reaflorar nas redes sociais e nos movimentos étnico-raciais, em especial em torno da ideia de uma "parditude". Longe de buscar legitimar essa espécie de "empoderamento pardo", não podemos negar que tal debate acabou fazendo reemergir a complexidade da categoria no país e, por uma consequência mais lateral que direta, um interesse pela discussão pelo viés indígena, que permanece sendo uma lacuna na lei e nos movimentos.

Nossa intenção, com esta tese, não é a conceituação teórica (apesar de que inevitavelmente ela será requerida), mas a provocação profícua a um sindicato que precisa conectar os debates teóricos à luta concreta do cotidiano da categoria que representa e da classe trabalhadora como um todo, e bem sabemos como a apropriação profunda e responsável dos debates étnico-raciais é necessária à compreensão dessas necessidades.

Se por uma lado, o reaflorar do pardismo, que muitos consideravam assunto vencido, a ser suplantado com letramento racial, trouxe incômodo e comprovou duramente, aos que ainda se negavam a enxergar, que esse letramento não será fruto apenas de conhecimento e boa vontade, mas é também objeto de disputa; por outro lado, o remexer na ferida precisa ser visto como uma oportunidade de compreender melhor uma camada da classe trabalhadora que permanecia submersa no guarda-chuva pardo, e muitas vezes resignada nesse apagamento, acostumada ao limbo, muito embora siga lutando diariamente contra o racismo que lhe acomete com instrumentos específicos.

Em primeiro lugar, a existência do pardo indígena precisa ser reconhecida pelos diversos movimentos e entidades que lutam pela igualdade racial. Não se trata de "disputa interna" com movimentos negros, não podemos deixar que tal discurso sectarista ecoe. Pardos negros e pardos indígenas lutam na mesma trincheira, mas um não pode subsumir o outro. É preciso ir além dos discursos centrados em apenas algumas realidades regionais, principalmente sudestinas, que traçam paralelo direto na interpretação dos dados sobre os pardos e, por isso, associam à busca de embranquecimento a discrepância estatística vista especialmente nos estados nortistas, em que há pouquíssimos autodeclarados negros enquanto mais de 50% autodeclaram-se pardos. Neste paralelo direto, explica-se a distância dos números seja pela negação da negritude à qual a discriminação leva, seja pela declaração

centrada no colorismo. Dizer que tanto uma explicação como a outra invariavelmente levam à origem negra desses pardos é simplista e contribui para o apagamento indígena.

Subsumir o pardo indígena ao pardo negro desconsidera o modo como muitos indígenas foram assimilados pelo sistema colonial. Nos conflitos entre o colonizador branco e os povos originários, a prática das missões, e outras posteriores, foi usada para desetnicizar estes últimos, tornando-os "índios" sem nação e cultura à qual pertencer. Esta mistura, porém, não lhes garantia qualquer tipo de privilégio social, mas, pelo contrário, foi a prática que efetivou uma racialização que lhes manteria nas ocupações mais precarizadas. Não à toa, hoje muitos destes pardos indígenas ocupam as periferias de grandes cidades sudestinas, vindos de fluxos migratórios do Norte e Nordeste, enquanto nessas regiões específicas há maior complexidade dos seus lugares sociais. De qualquer forma, só poderemos compreendê-la quando conseguirmos olhar para essa especificidade.

Além disso, sabemos que a ideia de pardo encontra-se muito mais ligada à não-identidade do que a qualquer afirmação identitária. No que se refere ao pardo indígena, essa identificação pela ausência revela, porém, dois movimentos: alguns, afirmam-se pardos por simplesmente saberem-se não brancos e não negros, e não apenas pela cor da pele, mas pela ausência de traços fenotípicos que comprovem a negritude; outros, preferem assim se autodeclararem por saberem-se descendentes indígenas, mas não pertencerem de fato a nenhuma etnia. Quanto a estes últimos, são muitas vezes os que tentam acessar as cotas raciais como pardos e vêm sendo constantemente indeferidos. No caso dos que não pertencem à etnia, mas sabem sua origem, cobram-lhe que se autodeclarem indígenas, portanto, reivindicando outra cota. Já para os que nem sequer conhecem sua(s) etnia(s) de origem, sobra o limbo do colorismo e a acusação de tentativa de fraude, muito embora o racismo esteja presente em sua história. Em todos os casos, um letramento racial indígena se faz necessário, seja a nível individual, para aqueles que ainda afirmam-se pardos simplesmente pelo que não são; seja a nível coletivo, para não condenar aqueles que estão em busca de afirmar suas origens (portanto, não podem ser acusados nem de "embranquecimento" nem de "fraudes"), mas vêm sendo barrados por um sistema que insiste em apagar a história dos indígenas e seus descendentes.

Nesse contexto, a impossibilidade de que a pessoa parda indígena se reconheça apenas como indígena é também importante de ser tratada, e essencial para que não caiamos em uma armadilha fácil do identitarismo: a ideia de que tudo se resolverá com o "retorno às origens". Primeiramente, é preciso compreender e respeitar que a aceitação como indígena tem diferentes critérios para cada povo, não é feita apenas a partir de semelhanças fenotípicas. Antes de tudo, ser indígena

requer um reconhecimento étnico, o que no caso dos pardos foi perdido. Os movimentos de retomada tentam sanar essa quebra de certa forma, mas são movimentos coletivos, não individuais. Requerem ao menos algum pertencimento cultural e pressupõem, sobretudo, a ideia de retomar junto com a ancestralidade o território, estes dois vistos de forma intrinsecamente conectada. Estas são as condições e também os limites da retomada, e algumas vezes seriam até difíceis de ser alcançados, no caso dos pardos que já perderam suas raízes étnicas há tanto tempo que nem se saberia o que reivindicar sem tornar a questão uma caricatura mística, desenraizada da luta concreta que envolve as estruturas racistas da nossa sociedade capitalista. Indígenas e pardos indígenas têm especificidades muito diferentes dentro da luta travada neste contexto.

É preciso avançar juntamente com esta camada da nossa classe para além da identidade pela negação: a autodeclaração como pardo associada indubitavelmente ao negro tem induzido os pardos de origem indígena a uma autodeclaração não só errônea como voltada exclusivamente à identidade pela ausência. Além de contribuir para o apagamento indígena, isso dificulta o caminho para o letramento racial, já que este busca não apenas o autorreconhecimento identitário, mas a compreensão das amarras racistas do sistema, que acomete de formas diferentes cada grupo. Logo, se entendemos como nossa tarefa trilhar um letramento que seja efetivo tanto a nível individual quanto a nível coletivo, e venha a contribuir para a formação de uma sociedade igualitária e emancipada, não podemos mais permitir que tal questão permaneça lacunar.

Assinam esta tese:

1. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
2. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
5. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
6. Andréa Moraes - Sintietfal
7. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
8. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - Sintietfal
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança

10. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
11. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
12. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
13. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
14. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
15. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
16. Eliana Silva Nascimento - IFBA
17. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
18. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
19. Fernando Viana Costa - SINASEFE Itumbiara
20. Frederico Bazana - Litoral - IFC
21. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
22. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
23. Gislaine Carvalho Cogo -SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
24. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
25. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
26. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
27. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
28. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
29. João Alves Pacheco - São Paulo
30. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
31. Joiana Dias Prestes - Alto Vale do Itajaí
32. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
33. Jussara Hilario dos Santos -SINASEFE MS
34. Kader Carvalho Assad - IFMS

35. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
36. Laura Santos da Cunha - IFSC
37. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
38. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
39. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
40. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
41. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
42. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
43. Mariana de Oliveira - Seção Mato Grosso do Sul
44. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
45. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
46. Milene Bobsin - IFSC
47. Mônica Teles Santos de Oliveira - SINASEFE SERGIPE
48. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
49. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
50. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
51. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
52. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
53. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
54. Rodrigo Lima - IFSC
55. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
56. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
57. Solange Rodrigues SINASEFE - IFMG
58. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
59. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) - IFBA/CMS

60. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador

61. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS

62. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

03 - Tese Confluências contracoloniais: por uma Política Institucional Antirracista, equânime e decolonial do SINASEFE

Tese para a construção de Política Institucional de Equilíbrio e Representatividade Étnico-Racial na pasta de Relações Étnico-Raciais

1. Apresentação

A presente tese tem por finalidade orientar as ações e decisões da Pasta de Relações Étnico-Raciais, garantindo a representatividade e o equilíbrio na composição de suas estruturas e processos internos. Reconhecendo a diversidade étnica, racial e cultural do Brasil, busca-se assegurar que a atuação institucional da pasta seja coerente com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade humana e da valorização das identidades que compõem o tecido social brasileiro, inclusive desde antes da colonização.

A construção de políticas públicas verdadeiramente democráticas exige que o princípio da representatividade seja mais do que um ideal, devendo ser uma prática constante e coerente com a realidade plural desse Brasil de Pyndorama, Áfricas, Quilombolas e Povos Ciganos. Nesse sentido, a ocupação da Pasta de Relações Étnico-Raciais deve refletir o compromisso com a diversidade étnica e cultural brasileira, assegurando a presença e a voz de pessoas negras, indígenas, quilombolas e ciganas nos processos decisórios e de gestão.

Quando iniciou a invasão europeia, Pindorama era composta por milhões de pessoas que aqui viviam formando centenas de povos com línguas, costumes, modos de vida que foram desconsiderados pelos invasores que assassinaram logo no primeiro centenário da colonização milhões de pessoas pelo contágio de doenças, pelos maus tratos, pela escravidão e pelo assassinato a sangue frio. Esse genocídio misturou-se a muita violência sexual e permanece até hoje em várias partes do país com constantes assassinatos de indígenas que lutam por seus territórios. Existe, ainda, um eficiente sistema de etnocídio que tenta apagar da História as resistências indígenas desde o início da invasão, decretou como extintos vários povos que ainda vivem, retirou do censo a categoria indígena por quase cem anos e cunhou “apelidos" (pardo, ribeirinho, caboclo) para invisibilizar os povos originários.

O processo de colonização também trouxe para estas terras povos que viviam na Europa perseguidos por não professarem a fé cristã. Os ciganos chegaram a então colônia Brasil já no século XVI e no séc. XVII a deportação de ciganos para cá se intensificou permanecendo o mesmo tratamento preconceituoso recebido em Portugal de onde já veio todo um imaginário negativo em relação a esse povo solidificado por contos, literatura que reforçava estereótipos que criavam e criam até hoje forte hostilidade contra eles e elas. Esse cenário dificulta enormemente o acesso dos ciganos a políticas públicas adequadas, considerando suas diversidades. Por muito tempo foi comum a polícia invadir acampamentos ciganos e assassinar as pessoas. E até hoje persiste forte discriminação.

O tráfico de pessoas africanas também foi um dos vieses nefastos da colonização. Sequestradas de África, as pessoas negras chegaram ao Brasil e também foram forçadas a trabalhar nas lavouras de cana de açúcar inicialmente e posteriormente em vários empreendimentos da metrópole em condições completamente desumanas. No século XIX tiveram uma "libertação" completamente formal sem nenhuma possibilidade de reconstrução de suas vidas com mínimo de dignidade passando a compor espaços periféricos, sem trabalho e sem qualquer reparação pelos anos de escravidão. Atualmente presenciamos o extermínio da juventude negra pela polícia, dentre outras mazelas que assolam a população negra.

Muitos negros/s que vieram escravizados de África resistiram e conseguiram permanecer em territórios hoje reconhecidos pelo Estado Brasileiro como quilombos. Os quilombos são espaços de resistência que demarcam a presença desse povo que por vezes tenta proteger modos de vida contra coloniais e se levanta perante o avanço do Capital e suas empreitadas avassaladoras contra a natureza e a vida comunitária. Quilombolas são alvo de violências, ameaças, manipulações e todo tipo de pressão e avanço insano dos grandes empreendimentos sobre seus territórios. Constantemente o direito de consulta a esses territórios é atropelado pela força do grande capital.

Tudo isso reforça a necessidade do equilíbrio na composição dessa pasta que encontra amparo também em várias legislações

Como a Lei nº 11.645/08, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, assim como em conformidade com o Decreto nº 12.128, de 1º de agosto de 2024, que institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos (PNPC), e pôr fim a Resolução CNE/CEB nº

08/2012 – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. As referidas Leis e normativas reforçam o dever do Estado e das instituições públicas de reconhecer e valorizar as contribuições dos diversos povos que formam o assim chamado Estado Nacional cuja constituição se valeu do sangue desses povos.

A busca por equilíbrio na ocupação da pasta de relações étnico-raciais é fundamental para garantir uma gestão realmente plural e coerente com os princípios de Leis, normativas ampliando a compreensão da diversidade étnica do Brasil reforçando dessa forma o compromisso com a equidade e o respeito às identidades culturais que também sã políticas. Sem essa presença plural – negra, indígena, quilombola e cigana – o trabalho da pasta corre o risco de se tornar parcial e distante da realidade multicultural do país. Ou seja, representatividade não é apenas um princípio ético, mas também uma exigência legal, pedagógica e política que deve orientar todas as ações nessa área.

2. Propostas de Encaminhamentos:

- Representatividade Equitativa: garantir a participação equânime e efetiva de pessoas negras, indígenas, quilombolas e ciganas nas instâncias decisórias e de gestão.

- Diversidade e Inclusão: reconhecer a pluralidade cultural como elemento essencial à formulação de políticas públicas justas e eficazes.

- Coerência Institucional: assegurar que todas as ações e nomeações reflitam o compromisso com a diversidade étnico-racial.

- Diálogo Intercultural: promover espaços de escuta, troca e aprendizagem entre diferentes grupos étnicos, valorizando saberes e práticas tradicionais.

- Transversalidade: incorporar a perspectiva étnico-racial em todas as políticas, programas e projetos desenvolvidos pela Pasta de Relações Étnico-Raciais

- Formação Continuada: promover ações de formação e sensibilização voltadas para o combate ao racismo, preconceito e discriminação étnico-cultural.

- Parcerias Institucionais: estimular a cooperação com organizações da sociedade civil, universidades e movimentos sociais para fortalecer políticas inclusivas.

- Monitoramento e Avaliação: instituir mecanismos de acompanhamento para avaliar a implementação desta política e propor ajustes quando necessário

- Instituir letramento e compromisso com a pauta antirracista de sua direção nacional e respectiva assessoria jurídica, e estimular as seções sindicais a assim procederem e a criarem GT's de Relações Étnico-raciais ou similares

- Construir no âmbito nacional protocolos de combate a ações que configurem racismo em suas atividades, assim como tratativas para o

encaminhamento desses casos e construir diálogos com as seções sindicais para incentivar a criação desses expedientes

- Comunicação Inclusiva: adotar práticas comunicacionais que representem a diversidade da categoria e combatam estereótipos raciais, étnicos e culturais.
- Incentivar processos participativos e democráticos que fortaleçam a voz e o protagonismo dos sujeitos historicamente oprimidos.

- Garantir que as instâncias deliberativas e executivas do SINASEFE reflitam a diversidade étnico-racial da categoria, promovendo paridade e equidade, sem prejuízo da paridade de gênero

- Instituir uma comissão permanente responsável por planejar, acompanhar e avaliar as ações de promoção da igualdade racial e combate ao racismo.
- Ofertar cursos, oficinas e campanhas educativas sobre antirracismo, equidade e diversidade cultural.

- Fortalecer a articulação com movimentos negros, indígenas, quilombolas e ciganos, bem como com instituições públicas e organizações da sociedade civil.
- Implementar o Observatório Afro-Indígena, já aprovado em congressos anteriores, estendendo seu escopo para quilombolas e ciganos.

Por meio da pasta de Relações Étnico-Raciais, o Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) deve afirmar e reafirmar que cada decisão, ação e representação sindical esteja

ancorada nos princípios de equidade étnico-racial, dignidade humana e respeito às diferenças. As propostas desta tese objetivam garantir a transformação social, a justiça racial e étnica e a valorização da diversidade como fundamentos para uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

Assinam esta tese:

Diacuy Pereira de Andrade Felipe
Ana Tereza Souza dos Santos
Maria Eliana Almeida Matos
Eliana Pereira de Carvalho
Márcia Farias de Oliveira e Sá
Gerson Carlos Pereira Lindoso
Sidinei Roberto Nobre Júnior
Vicente Duque de Almeida Neto
Marlene Santos Socorro
Luisa Ramos Senna Souza
Tícia Viviani Souza Guia de Britto
Maria Cristina da Silva Pereira/ Crystyna Tapuya
Francisco de Assis da Costa Dias
Solange Rodrigues
Rosa Maria Cardoso dos Santos
Darci Emiliano
Daise Vieira Moitinho
Ticiano Lima de Souza Santos
Roberta Ribeiro Cassiano

04 - Em defesa do espaço das mulheres: lutar pela implementação da Lei nº 14.986/2024 e pela paridade de gênero na gestão das IFEs

Eixo: Combate às Opressões

Palavras-chave: Currículo, Violências de gênero; Ações afirmativas

> "Os poderes dominantes não estão equivocados com relação a seus planos para a educação. Sabem o que estão fazendo. Não se enganam ao seguir o seu currículo... A reprodução da ideologia dominante depende do poder de obscurecer a realidade ..."
>
> Paulo Freire

Ao discutir a importância do currículo para a Educação, Paulo Freire afirma que um currículo nunca é imparcial, pelo contrário, é sempre social e culturalmente definido. Dessa forma, um currículo é sempre resultado de relações de poder e reflete uma concepção de educação, de sociedade e de mundo.

Nas sociedades ocidentais de uma maneira geral e, particularmente, nas sociedades latinoamericanas, as relações de poder que estabelecem o conjunto de hierarquias e identidade que as caracterizam são estabelecidas a partir do patriarcado, que, por sua vez, se apresenta como uma tecnologia ou sistema de controle e opressão social, centralizado no homem enquanto gênero construído e definido culturalmente e não enquanto sexo biológico. Na construção do patriarcado, o gênero masculino está sempre associado à força e à violência. A violência é, portanto, elemento estruturante das dinâmicas sociais de uma maneira geral e, de forma particular, das sociedades da América Latina.

É a partir da violência patriarcal que se constituem as hierarquias de gênero e etnia e que se constroem as identidades nacionais como o bandeirante, o caudilho, o militar, o coronel. O machismo, por sua vez, é uma expressão ideológica do patriarcado, que produz a diferenciação e hierarquização dos seres humanos a partir do sexo biológico, atribuindo comportamentos, funções e lugares sociais distintos a cada sexo.

Analisando os currículos da educação básica brasileira à luz desses pressupostos é possível chegar a conclusões perturbadoras: o currículo brasileiro da educação básica atende a necessidade de sustentação e reprodução do patriarcado e do machismo que caracterizam a sociedade brasileira, uma vez que não existe espaço para outros corpos e outras realidades dentro desses currículos. Dessa forma, temos currículos centralizados na visão e na produção masculina, o que contribui para uma falsa visão de que apenas os homens são capazes de produzir conhecimento científico, tecnológico e racional.

Essa realidade curricular transforma-se naquilo que Andrea Steil (1997) descreve como teto de vidro, que consiste numa barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional .

O teto de vidro se apresenta, nesse contexto, como uma barreira que impede a ascensão vertical acadêmica de meninas e mulheres, em especial nas áreas de ciências exatas, engenharias e tecnologia, consideradas áreas masculinas. Também se relaciona com a presença minoritária das mulheres nos cursos de pós-graduação dessas áreas. A Plataforma Sucupira apresenta números que demonstram que as mulheres são maioria entre os alunos de pós-graduação no país. Em 2023 o Brasil tinha 428.598 alunos em cursos de pós-graduação, dos quais 54,62% eram mulheres e 45,38% homens. Entretanto, os dados por área demonstram que na grande área de ciências exatas 69,06% dos alunos são homens, enquanto nas engenharias esse percentual é de 65,45%.

Essa diferença se reflete na composição do magistério EBTT que, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal - PEP do Governo Federal, é composto por 55% de professores homens e 45% de mulheres.

Se essa já é uma realidade ruim para as mulheres Cis e brancas, quanto mais elementos acrescentamos ao quadro, mais baixo é o teto de vidro e mais perversa é a exclusão. O elemento étnico-racial rebaixa ainda mais o teto de vidro tornando a ascensão acadêmica de mulheres negras ainda mais difícil. Como resultado, se o número de professoras EBTT nas instituições federais de educação já é pequeno, o número de professoras negras é ainda menor. Ao analisarmos a questão de gênero para além da cisgeneridade, não existem nem ao menos dados estatísticos que sejam capazes de mensurar a exclusão de pessoas não cis do magistério EBTT.

Além de um percentual maior de homens na carreira EBTT, os dados do PEP também apontam um maior percentual de homens cis ocupando cargos com funções comissionadas de direção e assessoramento e com funções de gratificação técnica. Um exemplo gritante desse quadro é o reduzido número de reitoras nos institutos federais.

Temos, a partir disso, instituições de educação gerenciadas por homens, cuja educação é pensada e estruturada por homens, com currículos que atendem os interesses do patriarcado e reproduzem suas concepções de sociedade e de mundo, onde a ascensão tanto acadêmica quanto organizacional de outros seres é limitada por barreiras invisíveis, mas potentes, que contribuem para a manutenção dessa realidade tanto dentro dessas instituições como na sociedade brasileira de maneira geral.

Nessas instituições identificamos a persistência do machismo estrutural e seus reflexos. Os episódios de assédio moral e sexual contra alunas e servidoras noticiados ao longo de 2025 comprovam essa persistência. Não podemos mais nos calar diante desse quadro.

A educação federal e o SINASEFE, como representante sindical legítimo de suas categorias, se encontram diante de um desafio. Como superar essa realidade? Como construir um modelo de educação que inclua a todos de forma equânime e que combata a violência e o assédio contra meninas e mulheres em nossa rede?

Nos diversos eventos de mulheres organizados pela Coordenação de Politicas para Mulheres ao longo de 2025, essas questões têm sido debatidas. Nessas discussões

um dos caminhos que identificamos como possibilidade de mudança dessa realidade surgiu a partir da promulgação da Lei no. 14.986/2024.

Essa lei altera a LDBEN, para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, assim como as Leis no. 10.639/2003 e 11.645/2008 incluíram a obrigatoriedade do ensino de educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Institui ainda, a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, com data já determinada para a segunda semana de março.

A inclusão dessa obrigatoriedade se apresenta como uma oportunidade de desconstrução dos atuais currículos falocêntricos de nossas instituições e cursos, bem como sua substituição por outros mais inclusivos e menos discriminatórios.

No entanto, bem sabemos que a publicação de uma lei não garante a efetivação de uma política real em nosso país. Por isso defendemos que é necessário lutarmos para a aplicação efetiva da Lei no. 14.986/2024 e, para tanto, propomos o seguinte plano de lutas.

Outro caminho apontado é a necessidade de ampliação do percentual de mulheres ocupando cargos com funções comissionadas de direção e assessoramento e com funções de gratificação técnica. Precisamos mudar o perfil de quem gerencia nossas instituições de educação, para mudar o perfil dessa educação. Com esse objetivo, defendemos a importância de ações afirmativas específicas para ampliar o número de mulheres nas gestões, bem como a obrigatoriedade de paridade de gênero, considerando as diferentes mulheridades e o recorte étnico-racial, nas instituições federais de educação.

- Plano de Lutas

1. Lutar pela implementação da Lei no. 14.986/2024, cobrando ao MEC e ao CONIF um cronograma com prazos para a adequação dos PPCs de cursos

atualmente em funcionamento, bem como a exigência de adequação à lei para aprovação de novos cursos.

2. Exigir do CONIF a previsão da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" nos calendários dos IFs para o ano letivo de 2026.
3. Cobrar do MEC a construção de Diretrizes Curriculares Nacionais para implementação das Experiências e Perspectivas Femininas nos conteúdos curriculares da Educação Básica.
4. Defender a construção de um Projeto de Lei instituindo a obrigatoriedade da paridade de gênero nas gestões dos IFs, considerando as diferentes mulheridades e o recorte étnico-racial, utilizando como base a Portaria Normativa da AGU no. 174/2025.
5. Cobrar do MEC o estabelecimento de ações afirmativas visando ampliar o percentual de mulheres nas gestões das IFEs.

Assinam essa tese

Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES

Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal

Amalia Cardona Leites – Seção Alto Vale do Itajaí

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ

Ana Cláudia kohls Colvara – Seção IFSUL;

Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa

Camila Tenório Cunha – Seção Brasília

Carmelita dos Santos Osório – Seção -IFBA/CMS

Cláudia Pinto – Seção IFSUL

Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL

Daniela Da Rosa Curcio – Seção IFSUL

Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Elaine Cristina dos Santos - SP

Elenira Vilela – Seção IFSC

Elizangela Maria Esteves de Barros - SP

Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró

Evandina Argena da Silva – Seção Litoral SC

Francilon Lima Simões - Seção IFSUL

Graziele de Almeida – Seção IFSUL

Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC

Hilário Paes de Almeida - - SP

Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT

Jairo da Silva Campelo – Seção IFSUL

Janete Otte – Seção IFSUL

Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS

Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL

Luciana Neves Loponte – Seção IFSUL

Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL

Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Margarete Maria Chiapinotto Noro – Seção IFSUL

Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB

Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS

Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS

Marlene Socorro - Seção IFBA CMS

Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL

Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga

Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL

Osni da Costa Rodrigues - Seção IFSUL

Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas

Rosa Maria Mota Costa – Seção -IFBA/CMS

Sandro Cavalheiro Souza – Seção IFSUL

SÍLVIO SÉRGIO OLIVEIRA RODRIGUES - SINTEFPB

Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA CMS

Vilma Urpia - Seção IFBA CMS

William Junior Sperb – Seção - IFSUL

William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

05 – Inclusão é Revolução: Pelo Fim da Norma Capacitista e por uma Sociedade de Corpos Livres

Eixo: Combate às Opressões

Palavras chave: inclusão, educação pública, luta de classes

Vivemos um período de acirramento das contradições do capitalismo em sua fase neoliberal e financeirizada. A ofensiva da extrema direita não é um fenômeno isolado, mas a expressão política de um sistema em constante crise, que recorre ao autoritarismo, à guerra cultural e à precarização da vida para manter suas taxas de lucro. Neste contexto, os discursos de ódio – contra indígenas, negros, mulheres, LGBTQIAPN+ e imigrantes – cumprem um papel central: fragmentar a classe trabalhadora e naturalizar hierarquias sociais. É neste cenário de ataques coordenados que a luta pela acessibilidade e inclusão se revela não como uma pauta secundária, mas como um eixo estratégico de resistência. Defender a pluralidade dos corpos e das existências é confrontar diretamente a lógica perversa de um projeto de sociedade que descarta tudo e todos que não se enquadram em seu padrão de produtividade e consumo.

O SINASEFE, compreendendo a profundidade deste desafio histórico, deu um passo fundamental ao criar e consolidar a pasta de Inclusão e Acessibilidade. Esta não foi uma mera atualização estatutária, mas um ato político de profundo significado: assumir, em nível nacional, que a defesa intransigente de um serviço público popular e de qualidade é incompatível com qualquer forma de exclusão. Temos orgulho de nossa trajetória pioneira em garantir cadeiras na Direção Nacional dedicadas a desnaturalizar a segregação e a colocar o sindicato a serviço da construção de uma verdadeira educação para todas as pessoas. Mas agora é preciso avançar, transformando essas conquistas institucionais em ações de base que efetivamente derrubem as barreiras em cada local em que atuamos.

A urgência desta bandeira de luta se evidencia quando observamos os dados educacionais. As taxas de analfabetismo entre pessoas com deficiência são dramaticamente mais altas, e o acesso ao Ensino Médio e ao nível superior ainda é um privilégio de poucos, em um país que sistematicamente nega condições de permanência e conclusão de estudos para essa parcela da população. Esses

números, no entanto, são mais do que estatísticas frias; são a materialização de um projeto social que interdita futuros, nega dignidade e reforça ciclos de vulnerabilidade. Olhar para a inclusão, portanto, significa encarar de frente essa máquina de produzir desigualdades e organizar a sua superação na prática cotidiana das nossas escolas e dos nossos câmpus.

É justamente contra essa lógica excludente que os Institutos Federais, com seu projeto de Educação Profissional e Tecnológica orientado pela formação integrada e omnilateral, se erguem como uma alternativa concreta. O princípio do Ensino Médio Integrado, ao associar formação técnica, trabalho, ciência e cultura, é por si um projeto de inclusão. Ele se opõe à visão fragmentada e utilitarista da educação, propondo uma formação humana completa que desenvolve todas as potencialidades dos sujeitos. No entanto, para que este projeto se cumpra plenamente, é imperativo que a acessibilidade seja tratada não como um apêndice, mas como alicerce dessa construção. Só será verdadeiramente integrado e omnilateral o ensino que for concebido desde sua origem como includente, garantindo que a deficiência não seja um impedimento para o acesso ao conjunto do conhecimento, à experimentação técnica e à vivência cultural.

Para desmantelar a lógica capitalista da exclusão, é preciso ir à raiz do problema. Como bem debate o sociólogo Douglas Barros, operamos sob uma régua social invisível, porém onipresente, que eleva a figura do homem branco, cisgênero, hétero e não-deficiente à condição de norma universal. Esta identidade, por ser hegemônica, consegue o feito de se apagar enquanto construção social, tornando-se sinônimo de "humanidade". Tudo que foge a esse padrão – um corpo com deficiência, uma identidade de gênero dissidente, uma pele não-branca – é imediatamente marcado, problematizado e taxado pejorativamente de "identitário". Dessa maneira, a luta pela acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência é, na verdade, um confronto direto com essa norma. Não somos nós que carregamos um "identitarismo"; a norma é que é profundamente identitária, mas goza do privilégio de não ser percebida como tal, impondo-se como parâmetro único do que é um "corpo eficiente" e uma "existência válida". O que chamam de "luta identitária" é, na verdade, a luta pela desconstrução dessa identidade normativa, hegemônica e opressora.

Romeu Sassaki nos ensina que a inclusão é um paradigma de sociedade, um horizonte civilizatório. Significa transformar radicalmente os sistemas sociais – a educação, o trabalho, o transporte, a comunicação – para que sejam concebidos, desde sua origem, para que acolham toda a diversidade humana. Neste projeto, a acessibilidade deixa de ser um mero requisito técnico ou uma adaptação posterior, e se torna um

pressuposto ético e político inegociável. É dever da sociedade, de forma coletiva e organizada, assegurar a eliminação de todas as barreiras – urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação, na informação e, sobretudo, as atitudinais – que impedem o exercício pleno da autonomia e da cidadania por parte de qualquer pessoa.

Essa transformação exige uma mudança de paradigma. Precisamos migrar urgentemente do modelo médico-individual da deficiência – que olha para a limitação como um atributo patológico localizado no corpo do indivíduo, culpabilizando-o por sua condição – para o modelo social. Neste, compreendemos que o impedimento não está na condição da pessoa, mas nas inúmeras barreiras que a sociedade insiste em não eliminar.

Dessa forma, é urgente que o atendimento realizado nas perícias médicas seja mais humanizado, de modo que o profissional avalie a documentação apresentada pelos servidores com respeito e consideração. É necessário evitar atitudes desrespeitosas e, sobretudo, a prática de colocar em dúvida os laudos emitidos por especialistas.

Essas situações têm sido amplamente relatadas por todos aqueles e aquelas que precisam se submeter a tais procedimentos.

É compreensível que os médicos peritos das instituições não sejam especialistas em todas as áreas, porém, o que se espera é um tratamento digno e empático, com respeito ao ser humano que, muitas vezes, já se encontra fragilizado em razão de sua condição de saúde.

Como afirmam Diniz e Ivone Gebara, "o normal tem nome e predicado": é o patriarcado racista e capacitista, com suas tramas perversas que hierarquizam e discriminam os corpos. É aqui que o conceito cunhado pelas feministas negras se torna indispensável para qualquer luta que almeje a libertação: a interseccionalidade. Quando falamos de PcDs, não falamos de um grupo homogêneo. Falamos de mulheres, negras, LGBTQIAPN+, pobres, que acumulam camadas de opressão. Uma mulher negra com deficiência enfrenta o racismo, o sexismo e o capacitismo de forma simultânea e combinada, criando uma experiência de opressão única e agravada. Nossa luta pela inclusão, portanto, só fará sentido se for interseccional, sob o risco de, ao combater uma opressão, reforçarmos outras.

Essa barreira sistêmica e ideológica tem um nome: capacitismo. Débora Diniz define o capacitismo, à semelhança do racismo e da misoginia, como uma forma de discriminação que opera pela abjeção de corpos que fogem ao padrão de capacidade

valorizado pela norma. É uma prática de despossessão que fragmenta nossa humanidade comum e que é funcional ao capital, pois hierarquiza a força de trabalho e justifica a exclusão. O capacitismo estrutura as relações em nossa sociedade, subestima capacidades, reduz pessoas à sua deficiência e nega oportunidades. Parafraseando a genial Lélia Gonzalez, o capacitismo é uma das "sintomáticas da neurose cultural brasileira", uma chaga social que precisa ser extirpada.

Diante disso, fica evidente que a luta sindical não pode se dar ao luxo de ser parcial. A luta sindical é, necessariamente, a luta contra o capacitismo. É o enfrentamento a esse sistema de exclusão que descarta corpos não padronizados para a produção e o consumo, segregando-os também da educação, da cultura e da vida pública. A verdadeira inclusão não é uma concessão, uma política de gabinete ou um favor. É um direito fundamental e um ato de rebeldia cotidiano contra a norma que oprime. Que nossas instituições de ensino, nossos locais de trabalho e nosso próprio sindicato se transformem em trincheiras ativas e incansáveis na construção de um mundo onde a diversidade corporal e cognitiva não seja apenas tolerada, mas celebrada como a verdadeira norma da existência humana e como a base de uma nova sociabilidade, livre de todas as opressões.

Assumir a luta pela inclusão, portanto, é assumir uma luta intrinsecamente anticapacitista, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, é o enfrentamento direto às estruturas que fragmentam nossa classe.

- Plano de lutas

1. Pressionar politicamente o CONIF para a implantação de avaliação biopsicossocial da deficiência como propõe o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, instituído pelo Decreto nº 11.487/2023.

2. Realizar ações de combate ao capacitismo em todas as esferas do SINASEFE, incluindo a DN.

3. Incentivar a implantação de pastas ou grupos de trabalho de inclusão e acessibilidade nas seções.

Assinam essa tese

Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL

Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSUL

Alexandre Fleming Vasques Bastos - Seção Sintietfal

Amalia Cardona Leites – Seção Alto Vale do Itajaí

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ

Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa

Camila Tenório Cunha - Seção IFB

Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS

Catarina de Freitas Barbosa Assis – Seção IFBAIANO

Cleiton Mariano da Silva – Seção SINDSIFPE

Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL

Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Elaine Cristina dos Santos – Seção Seção São Paulo

Elenira Vilela – Seção IFSC

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP

Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró

Fernanda Cristina Camillo – Seção IFSUL

Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES

Francilon Lima Simões - Seção IFSUL

Francisco Carlos Gonçalves Brongar – Seção IFSUL

Gislaine Carvalho Cogo – Seção São Vicente do Sul

Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC

Hilário Paes de Almeida - Seção SP

Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT

Jairo da Silva Campelo - Seção IFSUL

Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS

Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL

Luisa Ramos Senna Souza – Seção IFBA/CMS

Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL

Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Marcelo Peske Hartwig - Seção IFSUL

Margarete Maria Chiapinotto Noro – Seção IFSUL

Maria da Conceição Castro Cordeiro - Seção SINTEFPB

Maria de Fátima Silveira Medeiros – Seção IFSUL

Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS

Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS

Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga

Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL

Osni da Costa Rodrigues - Seção IFSUL

Patrícia Mendes Calixto – Seção IFSUL

Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA CMS

Sandro Cavalheiro Souza – Seção IFSUL

Sidinei Roberto Nobre Júnior – Seção SP

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB

Sueli Borges Pereira dos Santos – Seção Monte Castelo

Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA/CMS

Tícia Viviani Souza Guia de Britto – Seção IFBA/CMS

Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS

William Junior Sperb – Seção - IFSUL

William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

06 – Racismo institucional e omissão política: da estrutura do Estado à reprodução sindical

Plano político-sindical de enfrentamento ao racismo institucional

1. Fiscalização e denúncia pública: exigir relatórios periódicos das instituições sobre cotas, ERER e políticas de permanência; acionar o Ministério Público e órgãos de controle; criar um observatório sindical de políticas afirmativas; monitorar concursos, seleções e PSS; denunciar publicamente o descumprimento das leis e exigir transparência nas ações afirmativas.
2. Formação política e pedagógica: incorporar os debates de intelectuais negros, indígenas e quilombolas na formação sindical; adotar a ERER como eixo de formação de base; construir materiais e cartilhas sobre racismo institucional e políticas afirmativas.
3. Democratização interna e autonomia da pasta racial: garantir orçamento, representação proporcional e participação efetiva da pasta de relações étnico raciais nas decisões estratégicas do SINASEFE; assegurar paridade racial e de gênero nas direções.
4. Articulação com os movimentos sociais: fortalecer alianças com movimentos negros, quilombolas, indígenas e populares; construir agendas conjuntas de mobilização e formação; atuar solidariamente nas lutas contra o racismo, o patriarcado e a exploração.
5. Saúde mental e combate ao racismo: criar núcleos de acolhimento e escuta a vítimas de racismo; promover campanhas nacionais sobre saúde mental e solidariedade antirracista; incluir o tema na agenda de saúde do trabalhador.
6. Defesa da educação antirracista e emancipadora: pressionar pela efetivação das políticas afirmativas; exigir planos institucionais de enfrentamento ao racismo; lutar por uma educação pública, gratuita, popular e plural, que reconheça o protagonismo dos povos historicamente oprimidos.

Esses eixos compõem mais que um plano de ação: representam um projeto político de reconstrução da unidade da classe trabalhadora. O racismo fragmenta, hierarquiza e divide; combatê-lo é condição para unificar e emancipar.

Ao assumir essa tarefa, o SINASEFE reafirma o sentido histórico do sindicalismo classista: não apenas defender direitos, mas reconstruir o projeto de humanidade negado pelo racismo. A emancipação das pessoas racializadas é parte inseparável da emancipação da classe trabalhadora.

O racismo institucional é o cimento invisível da dominação de classe. Enfrentá lo é

retomar o fio vermelho da história – aquele que une Palmares, Canudos, as greves operárias, os quilombos e os sindicatos livres – e recolocar a luta de classes em sua dimensão completa.

Assinam:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas 6.
Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense 8.
Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione CabralSão Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM

32.Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33.Fabiano Godinho Faria Sintifrj
34.Fabio de Oliveira Dias IFSul
35.Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
36.Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
37.Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
38.Giovana Lopes da Silva Codó
39.Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
40.Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
41.Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga- ,Aeronáutica
42.Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
43.Igor Lima Rodrigues Sindsifce
44.Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
45.Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
46.Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
47.Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
48.Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
49.José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
50.José Eurico Ramos de Souza Manaus
51.José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
52.Josenilda de Souza Silva Seção Januária
53.Karlane Holanda IFCE
54.Laurenir Santos Peniche Pará
55.Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
56.Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
57.Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
58.Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
59.Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
60.Maíra Ferreira Martins São Paulo
61.Márcio Alves de Oliveira São Paulo
62.Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
63.Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
64.Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
65.Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
66.Maria da Conceição da Silva RodriguesSINDIFCE IFCE

67.Maria das Gracas Souza AlencarManaus/AM
68.Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
69.Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
70.Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
71.Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
72.Marival Baldoino de Santana São Paulo
73.Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
74.Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
75.Michel Torres IFRJ
76.Natalia Ayres Sindsifce
77.Nericilda Bezerra Sindisifce
78.Odemir vieira SINASEFE ifsc
79.Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
80.Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
81.Pedro Ribeiro Monte Castelo
82.Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
83.Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
84.Raimunda Regina Ferreira de Educação
85.Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
86.Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
87.Renildo Viana SINASEFE Manaus
88.Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
89.Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
90.Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
91.Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
92.Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
93.Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
94.Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
95.Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
96.Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
97.Samantha Lima Macedo Sindsifce
98.Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
99.Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
100. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
101. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe

102. Thais Norberta Bezerra de Moura Sintefpb
103. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
104. Thalismar Matias Gonçalves IFES
105. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
106. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
107. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

07 - Política de combate à opressão, em caráter operacional.

O presente trabalho tem como objetivo defender um ambiente de trabalho salutar e combativo a todas as formas de opressões. Em virtude a isso, precisaríamos de um instrumento de caráter operacional, a fim de combater o assédio, a discriminação e todos os fatores de riscos psicossociais.

O Programa Federal de Prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação necessita de complementações. Seria irrealista garantir uma política de combate ao assédio e a riscos, apenas por formalizações generalistas. Onde entrariam os atos do dia a dia que deveriam ser coibidos para que tais opressões não venham acontecer?

Há necessidade de um instrumento que sirva de "freios", para determinadas condutas que acarretem a moral dos demais. Uma portaria criada por cada instituição de ensino tenderia a coibir práticas que incitam o adoecimento dos funcionários. Pois, tal regulamentação teria um caráter proibitivo e assegurador.

A quantidade de adoecimento dos trabalhadores em virtude do seu ambiente de trabalho cresceu muito. Analisando sobre um aspecto mais amplo, além dos muros das nossas instituições, a situação se tornou preocupante para o INSS. Diante disso, legislações foram criadas, a fim de obrigar as empresas, a partir de Maio de 2025, a implantarem programas de gestão de riscos psicossocais.

Frente a essa conjuntura, a ISO 45003 está sendo fortemente implantada, ela tem demonstrado efetividade no combate ao assédio. Porque ela não depende da conscientização do outro, ela "amarra" de um jeito, para não criar oportunidades para que a pessoa possa demonstrar ou praticar o seu "lado assedioso". Visto que, a vítima geralmente é o lado vulnerável, decorrente, não apenas, de grupos minoritários, como também, de formas de organização do trabalho, de fatores sociais relacionados a ele, e até mesmo, de suas atribuições.

Em relação ao funcionalismo público, não vemos outra maneira de conseguir combater o assédio sem uma portaria prática e exequível. Se partirmos do princípio que a gestão de riscos psicossociais é competência do setor de saúde e/ou do setor de segurança do trabalho, certamente, inviabilizaríamos o êxito do processo. A gestão precisa ser participativa, com comprometimento de todos.

Empresas resolvem esses problemas, através de estratégias que reduzem tais incertezas. Elas avaliam, monitoram o que é um fator de risco e realizam a sua mitigação, ou seja, "cercam" por todos os lados, para que o risco não venha a acontecer. Enaltecemos que a convenção 190 da OIT trata junto ao assédio os riscos psicossociais (ambos estão especificados na mesma linha), o que ratifica a importância de citar ambos em qualquer política de combate. Além do mais, nós já temos leis que regulamentam a gestão de riscos no âmbito federal.

Se conseguíssemos pautar os fatores de riscos psicossociais dentro das instituições, com isso, fizéssemos uma portaria para coibi lós ou incentivar a sua negativa, combateríamos o assédio de um jeito mais rápido e mais simples. Estaríamos fazendo uma gestão de risco psicossocial a custo zero, altamente participativa e flexível, autoexecutável e auto controlável, com muito mais probabilidade de eficácia, pois ela seria muito mais comportamental do que técnica. Assim, usaríamos uma seleção de riscos sinalizados pela ISO 45003 somada às condutas exemplificadas no guia Lilás da AGU. Seguirá em anexo, caso a tese seja aprovada, uma proposta de minuta de portaria.

Ainda complementaríamos essa política de combate ao assédio e a discriminação com um PSPE (plano setorial de prevenção e enfrentamento), equivalente ao PSPE – CP2 (Colégio Pedro II) criado pelo GT mulheres dessa instituição. Esse plano integraria o regimento interno, ele estaria estruturado para monitorar os fatores de riscos, para trabalhar com avaliação e identificação dos mesmos, e também, promover campanhas preventivas e educativas.

A respectiva portaria colocaria em suas disposições finais a aplicação de questionários de identificação de riscos psicossociais, com prazos estipulados. Tais questionários forneceriam dados para o trabalho da comissão, a originada em resposta a implantação do PSPE – CP2. Assim, minimizaríamos significativamente riscos, pois todo o processo oriundo do plano conseguiria ter sustentabilidade, ou seja, a demanda pela atuação da comissão tenderia a ser inferior a capacidade de resolução da mesma. Por esse viés de combate, as vítimas ficaram em situações muito mais confortáveis e muito menos expostas. Do contrário, dificilmente a expectativa das vítimas seria atendida, para elas pouco importaria a formalidade do combate, mas sim a revitimização. E apenas a celeridade oriunda de uma normativa não teórica e corriqueira poderia impedir que tais pessoas viessem a vivenciar ou revivenciar o dano.

E a questão da organização sindical é de extrema importância. O interessante de ter a participação do CONSINASEF é ganhar relevância e, posteriormente, conseguir ser

acatada por todos os reitores. Logo, teríamos uma adesão nacional, a luta pela portaria operacional de combate obteria visibilidade, o que fortaleceria a sua credibilidade e, consequentemente, o respeito a ela.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Assi, Marcos. Gestão de riscos com controles internos: ferramentas, certificações e métodos para garantir a eficiência dos negócios. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.
2. Avalos, José Miguel Aguilera. Auditoria e gestão de riscos. São Paulo: Saraiva,2009.
3. Baraldi, Paulo. Gerenciamento de riscos empresariais: a gestão de oportunidades, a avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
4. Bergue, Sandro Trescastro.Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para a análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.
5. Carbone, Pedro Paulo; Brandão, Hugo Pena; Leite, João Batista Diniz; Vilhena, Rosa Maria de Paula. Gestão por competências e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
6. Carvalho, Antônio Vieira de. Aprendizagem organizacional em tempos de mudança. São Paulo: Pioneira, 1999.
7. Chiavenato, Idalberto. Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
8. Chrispino, Alvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

9. Cornachione Júnior, Edgard Bruno. Sistemas integrados de gestão: uma abordagem de tecnologia da informação aplicada à gestão econômica (Gecon): arquitetura, método, implantação. São Paulo: Atlas, 2001.

10. Corrêa, Henrique L. e Corrêa, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2009.

11. Cury, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2000.

12. Dessler, Gary. Administração de recursos humanos. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

13. Duarte, Jorge. Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

14. Easterby-Smith, Mark; Burgoyne, John; Araujo, Luis. Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.

15. Ferreira, Patricia Itala. Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

16. Fonte, Felipe de Melo. Políticas Públicas e direitos fundamentais: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no Estado democrático de direito. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2013.

17. França, Ana Cristina Limongi. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2014.

18. Griffin, Ricky W. e Moorhead, Gregory. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Ática, 2006.

19. Kanaane, Roberto; Filho Alécio Fiel; Ferreira, Maria das Graças. Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

20. Kaplan, Robert S. e Norton, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard.

21. Keeling, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002.

22. Lacombe, Francisco José Masset. Recursos Humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2011.

23. Macedo, Ivanildo Izaias de; Rodrigues, Denize Ferreira; Johann, Maria Elizabeth Pupe; Cunha, Neisa Maria Martins da. Aspectos comportamentais da gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

24. Matias-Pereira, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2012.

25. Mayo, Andrew. Valorização das pessoas como ativos. São Paulo: Prentice hall, 2003.

26. Melo Neto, Francisco Paulo de e Fores, César. O bem-feito: os novos desafios da gestão de responsabilidade socioambiental sustentável corporativa. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2011.

27. Netto, Francisco Sobreira. Modernização da Administração pública Brasileira com o uso da tecnologia da informação: fatores críticos de sucesso. São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

28. Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de. Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade. São Paulo: Atlas, 2006.

29. Robbins, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

30. Robert B. Denhardt e Thomas J. Catlaw. Teoria da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

31. Valle, Rogério e Oliveira, Saulo Barbará de. Análise e modelagem de processos de negócio: foco na notação BPMN (Business Process Modeling Notation). São Paulo: Altas, 2009.

08 - Sem cuidado coletivo não há luta coletiva: Da margem ao centro, na defesa de todas, todos e todes trabalhadores da educação

Eixo: Combate às Opressões

Palavras-chave: Representatividade, Antirracismo, Decolonialidade

A luta sindical no SINASEFE perpassa o reconhecimento acerca do racismo estrutural, do colonialismo e a exclusão histórica de negras, negros, indígenas, quilombolas e ciganos que constituem elementos centrais da exploração capitalista no Brasil e também está presente dentro das articulações políticas dos trabalhadores da educação na rede federal. Esses sujeitos não são "periféricos" à luta da classe trabalhadora da educação na rede: são sujeitos políticos históricos de resistência, cujas experiências organizativas (quilombos, aldeias, coletivos ciganos, redes de mulheres negras, indígenas, ciganas e/ou racializadas) articularam trabalho, cuidado, território e cultura como formas de sobrevivência e emancipação.

Não é de hoje que no SINASEFE se discute que o racismo estrutural faz com que as mães negras, quilombolas, indígenas e periféricas carreguem a sobrecarga de cuidado e exclusão histórica, o que exige políticas afirmativas articuladas dentro da luta sindical. Sabe-se igualmente que a conjuntura brasileira evidencia o aprofundamento da precarização da educação pública, das condições de trabalho e da vida da classe trabalhadora. TAEs e docentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vivenciam um cenário em que o racismo estrutural, o sexismo, a LGBTfobia e o capacitismo se articulam às contrarreformas neoliberais e ao avanço do neofascismo. Por isso, não há luta de classes consequente sem centralidade no combate às opressões e sem uma luta sindical de trabalhadores da educação que não defenda a unidade na diversidade e rompa com as visões que hierarquizam as opressões.

Em nossa sociedade, o capitalismo produz e se alimenta da divisão racial do trabalho, sustentando hierarquias entre trabalhadores. Por isso, o combate ao racismo é inseparável da luta contra a exploração já que o racismo estrutural também se manifesta como uma das engrenagens de exploração da classe trabalhadora e a interseccionalidade revela como classe, raça, gênero, sexualidade e território produzem desigualdades múltiplas no mundo da Vida e do Trabalho.

Nesse contexto, a luta por uma educação antirracista deve um projeto de classe. A implementação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e outras reivindicações discutidas e aprovadas no ENNIQ, ao reconhecer a centralidade dos saberes afro-indígenas e quilombolas como base para uma educação crítica, emancipatória e socialmente referenciada pode orientar esse projeto não apenas de educação para a rede, mas também orientar a luta sindical nas questões referentes a articulação sindical de docentes e taes ao incorporar de modo estrutural a pauta das opressões, vinculando-a às lutas salariais e contra as reformas neoliberais.

As discussões oriundas do ENNIQ e de outros espaços de articulação sindical de negras, negros, indígenas, quilombolas e ciganos nos mostram a necessidade constante de uma reorganizacao sindical para que tais sujeitos racializados não sejam invisibilizados nas instâncias de decisão sindical e institucional.

É necessário um combate áexclusão persistente, já que dem antirracismo não há luta de classes: negras, negros, indígenas, quilombolas e ciganos também estão na vanguarda da resistência contra o capital e as opressões dentro do SINASEFE. Em teses de congressos anteriores e espaços de articulação sindical como o ENNIQ, diversos companheiros já discutiram sobre a necessidade de estabelecer cotas internas em GTs e coordenações sindicais para mulheres negras, indígenas, quilombolas e pessoas ciganas e já foram problematizadas pautas visando garantir cerca de 30% como um mínimo de funções gratificadas ocupadas por negras(os), indígenas e quilombolas, com revisão demográfica das metas; criação do Observatório Afro-Indígena da Rede Federal, com dados sobre desigualdades salariais, acesso a cargos, evasão e condições de saúde mental que publicasse relatórios semestrais, organizando campanhas de formação com base nesses dados. Tais pautas e planos de lutas reiteram o que essa tese propõe: uma estratégia sindical antirracista, feminista e interseccional no âmbito do SINASEFE, compreendendo que não há luta de classes sem centralidade no combate às opressões e que articule uma agenda política que coloca negras, negros, indígenas, quilombolas e ciganos saindo da margem para o centro da luta sindical e da defesa da educação pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada.

Arriscando ser redundante reafirmamos que a luta sindical classista não pode se restringir ao enfrentamento econômico e corporativo e a exclusão histórica de negros, indígenas, quilombolas e ciganos são estruturas fundamentais da exploração capitalista no Brasil que não devem ser perpetuadas pela articulação sindical da classe trabalhadora da educação federal tecnologica: a luta contra as opressões é condição para a unidade da classe trabalhadora. Reconhecer isso significa assumir

que as populações racializadas e historicamente marginalizadas são sujeitos políticos centrais da resistência contra o capital e não se trata de acessório ou pauta identitária isolada.

A política fiscal restritiva e as contrarreformas aumentam a exploração, sendo as mulheres negras e os povos indígenas os mais atingidos pelas desigualdades salariais, pela sobrecarga de cuidado e pela violência institucional. É preciso reconhecer que o Brasil foi fundado sobre a escravização negra, a invasão e expropriação de terras indígenas e a marginalização de quilombos e comunidades ciganas. Daí compreeender em que medida o capitalismo continua a se reproduzir pela divisão racial do trabalho, afetando desproporcionalmente trabalhadores/as racializados/as na Rede Federal e, consequente se articular para que TAEs e docentes negros/as, indígenas e quilombolas não sejam sub-representados em cargos de direção, gestão e mesmo nas instâncias sindicais.

1. O ENNIQ como Farol

Desde sua criação, o Encontro de Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas (ENNIQ) é um marco de um avanço crucial: um espaço de construção e articulacao das vozes e demandas da luta sindical organizada pelos sujeitos racializados que compõe o e SINASEFE e se articular com outras espaços de resistência. A partir dele, se articulam outras demandas e lutas sindicais antirracistas que não podem ficar confinadas a um evento específico; já que permeiam todas as instâncias e discussões.

O último ENNIQ nos mostrou a importância da articulação sindical do SINASEFE com outros espaços de resistência: NEABIs, NEGEDIs, coletivos de mulheres negras, quilombolas, indígenas são territórios vivos de produção de resistência e conhecimento, mas ainda não possuem articulação orgânica com as estruturas sindicais. Tal encontro também reiterou que o combate ao racismo estrutural e às opressões não é pauta secundária dentro do SINASEFE, mas fundamento da luta de classes. Negras, negros, indígenas, quilombolas e ciganos não são sujeitos periféricos, mas não também estão na vanguarda histórica da resistência contra o capital. O SINASEFE, para se consolidar como sindicato classista e combativo, precisa assumir a centralidade dessa luta em sua prática organizativa, política e formativa.

A luta sindical só é plena quando ninguém é deixado para trás. No campo sindical, historicamente, a ausência de políticas de cuidado recaiu sobre mulheres, sobretudo negras, indígenas, quilombolas e ciganas, empurrando-as para fora dos espaços de decisão. Reconhecer o cuidado e o bem viver como dimensão política é tarefa urgente do SINASEFE, se pretendemos construir um sindicato inclusivo, combativo e

verdadeiramente classistas. Daí, não deixar ninguém para trás significa não deixar mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas, nem as crianças que carregam consigo. Daí nessa tese também se ressaltar a necessidade de etnoreferenciar o Sinasefinho: Torná-lo permanente é romper com a lógica patriarcal e racista que expulsou muitas do espaço político, reafirmando que cuidar e brincar também são formas de lutar. Ao garantir condições dignas para mães, pais e responsáveis participarem das instâncias sindicais, o sindicato combate desigualdades estruturais e afirma o cuidado como parte da luta de classes, na medida em que se afirma que o cuidado não pode ser invisibilizado ou privatizado, pois sua desvalorização é uma forma de racismo e sexismo estrutural. O brincar e cuidar são práticas de resistência comunitária que também estão presentes nos sabores ancestrais da diáspora africana e dos povos originários e manter um Sinasefinho etnoreferenciado pode ajuda a fortalecer no SINASEFE o cuidado e o bem viver como eixos ético-político da luta sindical.

2. Vozes e Corpos Dissidentes (Negras, Negros, Indigenas, Quilombolas, Ciganas e Ciganos): o que temos a dizer?

Este ponto da tese já não deveria ser mais necessário, mas a realidade o impõe. Há muito tempo vozes negras e indígenas reivindicam dentro do SINASEFE o seu direito de falar não apenas quando o assunto é racismo. Reivindicam o direito de contribuir com sua perspectivas, cosmovisoes e saberes ancestrais em todos os temas da luta sindical – política, ciência, educação, finanças – porque é ótica etnoreferenciada, forjada na luta contra os resquícios de mais de 300 anos de escravidão e na resistência cotidiana ao racismo estrutural. Já ecoavam também em nosso sindicato, quer nos encontros de mulheres, que no ENNIQ, as vozes negras, indígenas e racializadas: "Aqui estamos nós, donas de nossas próprias palavras, revolucionárias do cotidiano, regando a terra outrora batida por nossas antepassadas, firmando nossas pegadas, sabendo que hoje, cada vez que nossa fala se propaga, equivale a dez que antes foram silenciadas." (Mel Duarte, 2019)

A garantia da participação obrigatória de sujeitos racializados (negras, negros, indígenas, quilombolas e ou ciganos) como palestrantes ou mediadores em TODAS as mesas de discussões do sindicato, seja de encontros e congressos nacionais, bem como palestras em plenárias, do SINASEFE, independentemente do tema abordado é o objetivo desse ponto da tese. Não se trata de um pedido, mas de uma reparação necessária pela histórica exclusão da intelectualidade e da presença visível de pessoas racializadas nos espaços centrais de discussão do nosso sindicato.

3. UMA HISTÓRIA DE LUTAS E AUSÊNCIAS: justificando esse ponto da tese com nossas histórias e bandeiras

O SINASEFE foi fundado em 1988, um ano emblemático com a promulgação da "Constituição Cidadã". É fundamental destacar que sujeitos racializados, sobretudo, mulheres (negras e indígenas) estiveram presentes e ativas nesse momento fundacional e ao longo destes 37 anos de lutas. Combatemos decretos retrógrados, lutamos pela democracia interna e por um projeto de país justo, sempre alinhadas com as bandeiras históricas do sindicato, como:

- Educação pública, gratuita, de qualidade, laica, com referência social e em consonância com os interesses da classe trabalhadora;
- Por uma sociedade sem exploração;
- Democratização das Instituições Federais de Ensino (IFEs);
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
- Reajuste linear e constante da remuneração, não permitindo a redução salarial pela corrosão inflacionária;
- Por uma Carreira Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação;
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Contra todo tipo de discriminação e/ou intolerância racial, LGBTfóbica, de gênero etc;
- Autonomia da classe trabalhadora frente ao Estado.

4. A Contradição: A Luta Antirracista e a Invisibilidade nos Espaços de Poder

Apesar do compromisso formal com a luta antirracista, existe uma contradição gritante: a subrepresentação de sujeitos racializados (negras, negros, Indígenas, quilombolas, ciganos e etc) nos espaços de protagonismo intelectual do sindicato, como as mesas de debate. É comum ouvirmos de quem está sujeito as interseccionalidades de opressão, sobretudo das mulheridades racializadas, como é

cansativo e frustrante: Não se ver representadas na composição das mesas. Daí, precisarmos, constantemente, questionar a ausência de pessoas racializadas. Infelizmente, não deveria ser comum termos as reivindicações por representatividade vindas das mulheridades racializadas sendo minimizadas durante a condução dos trabalhos. Estes são alguns de fatores que justificam a proposta desse ponto de visibilização das vozes, corpos e expressões dos sujeitos racializados que compõe a luta sindical do SINASEFE.

5. PROPOSTA PARA O PLANO DE LUTAS

- Propomos a obrigatoriedade de que toda mesa de debate, palestra ou grupo de trabalho com mais de uma pessoa expositora em eventos nacionais do SINASEFE inclua, no mínimo, uma pessoa racializada na condição de palestrante ou mediadora. A escolha deverá priorizar a expertise e o conhecimento das pessoas participantes sobre o tema, dentro da vasta gama de profissionais e intelectuais negras e negros, indígenas, quilombolas e/ou ciganas disponíveis, rompendo com a falácia da inexistência de qualificação.
- Cobrar a efetivação do Decreto 11.443/2023, que reserva 30% dos cargos de direção a pessoas negras, com monitoramento sindical e denúncia em caso de descumprimento e iniciar discussão sobre a implementação de cotas internas no SINASEFE para sujeitos racializados (negras/os, indígenas, quilombolas e ciganos) nas coordenações, GTs e direção;
- Retomada da tese apresentada nos congressos anteriores e efetivar a criação do Observatório Afro-Indígena da Rede Federal, em articulação com NEABIs e NEGEDIs, para monitorar desigualdades raciais, assédio, evasão e acesso a cargos assegurando a produção de relatórios semestrais ou anuais apresentados em Plenas e/ou Congressos do SINASEFE.
- Instituir um programa de Formação Sindical Antirracista Permanente: formações a serem disponibilizadas para dirigentes sindicais e demais TAEs e docentes sobre racismo estrutural, feminismo negro, pedagogias decoloniais e Leis 10.639/03 e 11.645/08 com publicação e envio para as seções sindicais de guias de práticas sindicais interseccionais.

- Participar e estimular a criação de protocolos na rede e na luta sindical contra o racismo, o assédio e as violências institucionais, com atendimento jurídico e psicossocial.
- Reconhecer o cuidado e o bem viver como princípio político-sindical do SINASEFE, incluindo o cuidado do bem viver na agenda sindical como dimensão da luta por condições dignas de trabalho e participação plena.
- Etnorreferenciar o Sinasefinho ao compreendê-lo como uma política permanente do SINASEFE em congressos, plenárias e eventos, garantindo orçamento fixo, infraestrutura e profissionais adequados: assegurar que o brincar é cuidado, direito e resistência e, portanto, também deve se inspirar em pedagogias afro-indígenas, e não se reduzir a mera recreação utilitária. Incorporando práticas culturais como contação de histórias afro-indígenas, cantos, danças, jogos tradicionais e oficinas de memória comunitária.

Assinam essa tese

Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró

Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS

Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ

Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSUL

Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa

Camila Tenório Cunha - Seção IFB

Carmelita dos Santos Osório – Seção IFBA/CMS

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Elaine Cristina dos Santos - Seção SP

Elenira Vilela - Seção IFSC

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP

Evandina Argena da Silva – Seção Litoral SC

Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES

Francilon Lima Simões - Seção IFSUL

Hilário Paes de Almeida - Seção SP

Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT

Jairo da Silva Campelo - Seção IFSUL

Jaqueline de Cássia Vaz – Seção Brasília

Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS

Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL

Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL

Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Maria da Conceição Castro Cordeiro - Seção SINTEFPB

Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS

Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL

Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga

Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL

Osni da Costa Rodrigues - Seção IFSUL

Pensilvania Bermudez – Seção IFSUL Campus Pelotas

Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas

Rosa Maria Mota Costa – Seção IFBA/CMS

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB

Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA/CMS

Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS

William Junior Sperb – Seção - IFSUL

William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

09 - Superar o proibicionismo e frear o encarceramento do trabalhador preto e pobre

Sabemos que a história da humanidade tem sido, desde os primórdios, uma história de luta entre as classes dominantes de cada tempo histórico contra as classes exploradas. No tempo em que lutamos observamos inúmeras ferramentas utilizadas pela classe dominante para manter o poder sobre os trabalhadores, e o racismo é um dos pilares estruturantes nesta estratégia de controle. Em nosso sindicato temos avançado constantemente no combate ao racismo, propondo debates e encontros que tem mudado as dinâmicas de atuação da militância para além dos espaços sindicais. Há muito para avançar ainda, e aqui queremos abordar uma questão tratada muitas vezes de forma isolada, que é a proibição legal do uso de cannabis, mas que é intrìnseca e indissociável do racismo no Brasil.

Desde o período colonial, o racismo se estruturou como um mecanismo de poder que define quais corpos e culturas são dignos de reconhecimento e quais devem ser reprimidos. No Brasil, após a abolição formal da escravidão, o Estado não implementou políticas de inclusão, mas de vigilância. Leis como a de vadiagem e a criminalização das práticas religiosas afro-brasileiras serviram para manter o controle sobre a população negra, agora "livre", mas sem direitos. Essa lógica se atualiza no século XX e XXI com o proibicionismo das drogas.

A proibição do consumo de drogas, especialmente da maconha, tem sido uma ferramenta de manutenção do racismo estrutural no Brasil, criminalizando e subjugando expressões culturais, artísticas e sociais das comunidades pobres e negras. Ao deslegitimar o modo de vida, a estética e as formas de resistência de uma parte da população que tem cor e classe social, o Estado reproduz uma lógica colonial de controle social mascarada por um discurso moral e higienista.

A política criminal de drogas no Brasil é fruto de uma longa trajetória marcada pelo proibicionismo, pela repressão e pela criminalização do uso e do comércio de substâncias psicoativas. Desde o início do século XX, o país vem adotando medidas inspiradas em diretrizes internacionais de combate às drogas, voltadas mais para o controle e a punição do que para a prevenção e a saúde pública. Essa abordagem, no entanto, tem se mostrado ineficaz na redução do consumo e da violência associada ao tráfico, gerando consequências profundas, como a superlotação dos presídios, a violação de direitos humanos e o agravamento das desigualdades sociais e raciais.

A atual política, amparada pela Lei nº 11.343/2006, mantém a distinção entre usuários e traficantes, prevendo tratamento para os primeiros e longas penas de

prisão para os segundos. No entanto, sua aplicação revela um viés seletivo e arbitrário, que recai majoritariamente sobre jovens pobres e periféricos, muitas vezes detidos sem flagrante e sem vínculos com o crime organizado. Assim, a chamada Lei de Drogas se mostra sancionadora da violência: institucionaliza injustiças ao fornecer respaldo jurídico para a repressão das classes subalternas e legitima uma estrutura social que criminaliza a pobreza, enquanto preserva os privilégios e as práticas anti-sociais das classes dominantes.

Segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024), dependendo dos parâmetros adotados, entre 23% e 35% das pessoas processadas por tráfico portavam quantidades de cannabis e/ou cocaína compatíveis com o consumo pessoal e, com a aplicação de critérios objetivos, poderiam ser classificadas como usuárias. No sistema prisional, a adoção de critérios claros para distinguir usuários de traficantes em relação à cannabis e à cocaína permitiria identificar entre 5,2% e 8,2% dos presos como usuários, o que resultaria em uma economia anual estimada entre R$ 1,3 bilhão e R$ 2 bilhões para o erário, dinheiro que poderia estar disponível para saúde, educação e/ou segurança pública.

Entretanto, se tais critérios forem definidos apenas para uma das substâncias – como a cannabis, por exemplo –, os efeitos econômicos e sociais seriam significativamente menores. Nesse cenário, o impacto alcançaria entre 1% e 2,4% da população prisional, o que representaria uma redução de custos anual estimada entre R$ 262,7 milhões e R$ 591,6 milhões para o sistema penitenciário.

A maconha, associada historicamente à cultura negra e indígena, foi alvo de um processo de demonização que refletia mais preconceitos raciais do que preocupações sanitárias. Ao ser ligada ao "comportamento marginal", a "malandragem" e à música popular – especialmente o samba, o rap, o funk e o reggae –, a planta tornou-se símbolo de uma alteridade indesejada. Assim, a proibição da maconha serviu como instrumento de criminalização da cultura popular, permitindo ao Estado perseguir corpos negros sob o pretexto de combater o crime.

Esse mecanismo se estende à desqualificação simbólica da produção cultural das periferias. O funk, o rap e outras expressões artísticas contemporâneas das favelas são constantemente tratados como apologia ao crime, enquanto manifestações semelhantes em espaços brancos são celebradas como arte. O racismo estrutural atua, portanto, como um filtro estético e moral, definindo o que é "cultura" e o que é "delinquência". A roupa do jovem periférico é suspeita; o mesmo estilo, no corpo branco, é tendência. O uso da maconha no Leblon é "lifestyle"; no subúrbio, é crime.

O proibicionismo, nesse contexto, não é apenas uma política de drogas – é uma política de extermínio e controle social. Ele justifica a militarização das favelas, o

encarceramento em massa e a perpetuação de um sistema penal seletivo, que pune a pobreza e protege os privilégios. A guerra às drogas é, na prática, uma guerra aos pobres e aos negros.

E onde tem ficado a Educação neste contexto? Para muito além de fornecer informações sobre o assunto, muitas vezes a partir de critérios morais, esse é um dilema que precisamos, como educadores, mover toda a estrutura da Educação para superar. Nosso local de trabalho tem mantido, ao longo dos anos, essa situação quase imutável. Em especial por desvincular a proibição da Cannabis de seu papel na manutenção do racismo e tratar do tema da descriminalização como um mote de desocupados, como se fosse algo secundário e descolado das políticas educacionais. Ao agir assim, a Educação tem perpetrado a segregação entre o que é "cultura" e o que é "delinquência", entre o que é socialmente aceito numa sociedade feita para brancos, e, o que é próprio daqueles que não se ajustam à este modelo de sociedade.

Superar o proibicionismo é, portanto, um imperativo antirracista. A descriminalização e a legalização da maconha não devem ser vistas apenas como uma pauta de liberdade individual, mas como parte de uma agenda de reparação histórica. Trata-se de reconhecer que o Estado brasileiro usou e continua usando a política de drogas para controlar e punir populações racializadas, desqualificando suas formas de vida e expressão. Um verdadeiro projeto de justiça social exige romper com esse paradigma, valorizando a cultura das comunidades periféricas, desconstruindo o olhar "padrão" sobre seus corpos e construindo políticas que afirmem sua dignidade e autonomia.

Plano de Lutas:

- Que o SINASEFE inclua, em seus eventos de Combate às Opressões, mesas sobre o tema Antiproibicionismo;
- Que o SINASEFE fortaleça através da divulgação, organização e/ou participação as Marchas da Maconha e outros eventos relacionados à temática da descriminalização da maconha e outras drogas;
- Que o SINASEFE declare neste 37º CONSINASEFE seu compromisso com a regulamentação do plantio e uso da Cannabis como forma de combater o racismo estrutural e o encarceramento do povo preto e pobre.

Assinam esta tese:

Hérlon Iran Rosa - IFC - Seção Litoral
João Carlos Cichaczewski - IFC - Seção Litoral
Mário Luiz Ferreira - IFC - Seção Litoral
Silvia Domingos - IFSC - Seção SINASEFE IFSC
Tamiris Bauer Grimaldi - IFC - Seção Litoral
Camila Marques - IFG - Seção Águas Lindas
Debora Claudiano - IFC - Seção Litoral
Camila Tenório Cunha - IFB - Seção Brasília
Elenira Vilela - IFSC - Seção SINASEFE IFSC
Michele Roos Marchesan - IFSul - Seção IFSul Sapiranga
William Kelbert Nitschke - IFSul - Seção IFSul
Alessandro Emilio Teruzzi - IFSP - Seção SINASEFE IFSP
Teresa de Souza Bahia - IFBA - Seção IFBA CMS
Flávia Cândida do Nascimento de Souza - IFES - Seção SINASEFE IFES
Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi - IFMT - Seção Cáceres-MT
Osni da Costa Rodrigues - IFSul - Seção SINASEFE IFSul
William Junior Sperb - IFSul - Seção SINASEFE IFSul Campus Lajeado
Caetano José de Lima - IFPB - Seção SINTEFFPB Campus Souza
Maria da Conceição Castro Cordeiro - IFPB - Seção SINTEFPB
Euza Raquel de Sousa - IFRN - Mossoró
Evandina Argena da Silva - IFC - Seção Litoral
Ramon José Ribeiro da Fonseca - IFNMG - Seção Norte de Minas
Gabriela Borges Barbosa - IFMT - Seção IFMT
Marlene Santos Socorro - IFBA - Seção IFBA/CMS
Jane Miranda Ventura - IFPE - Seção SINDIFPE
Alane Karine Dantas Pereira - IFPE - Seção SINDIFPE
Cleiton Mariano da Silva - IFPE - Seção SINDIFPE
Dagmá Rego de Queiroz - IFRN - Seção Mossoró
Wagner Ayrão de Castro - IFES - Seção IFES
Philipe Michel Silva Soares - IFPE - Seção SINDIFPE

10 - Da Norma à Prática: A Luta por Ambientes Educacionais Livres de Assédio e a Efetivação da Portaria MGI 6.719/2024

Essa tese dialoga diretamente com uma pauta urgente no âmbito da Educação Pública Federal: a necessidade de consolidar o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio, com o objetivo de criar ambientes de trabalho e estudo verdadeiramente livres de violência, assédio e discriminação.

A Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, surge como um marco legal nessa trajetória, ao estabelecer diretrizes obrigatórias para que todos os órgãos e entidades da administração pública federal elaborem seus Planos Setoriais de enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e à discriminação. Entre suas diretrizes estão ações de formação, acolhimento, escuta qualificada, canais seguros de denúncia, responsabilização dos agressores e mecanismos de monitoramento.

Ainda que o debate sobre assédio esteja presente nos espaços sindicais há bastante tempo, ele engatinha dentro das instituições públicas. Mesmo quando tratado, ainda é feito de forma tímida e superficial. Os assédios moral e sexual, assim como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão, seguem naturalizados no cotidiano institucional, reproduzindo a lógica de uma sociedade patriarcal que insiste em silenciar, isolar e deslegitimar as mulheres. A luta feminista, nesse contexto, é constantemente atacada, e nós, mulheres, somos colocadas em posições de subserviência e impotência, como se nossa voz não tivesse lugar.

É fundamental reafirmar, portanto, uma tese política central: toda mulher precisa de acompanhamento, cuidado e acolhimento. Isso não se trata de vitimização, mas sim de uma resposta estruturada a uma realidade histórica de exclusão, violência e desigualdade. Essa necessidade é ainda mais urgente para mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+, com deficiência e periféricas, que acumulam camadas de vulnerabilidade.

Dentro das instituições federais, nós, servidoras públicas, seguimos sendo atacadas em nossos ambientes de trabalho, enfrentando assédio moral constante: somos silenciadas, interrompidas, expostas, desautorizadas por chefias, sobrecarregadas e, muitas vezes, alvos de piadas sexistas e desconfiança. Essa violência não é pontual e sim estruturada. Trata-se de um assédio institucionalizado, que adoece, desmotiva e isola as mulheres, provocando sofrimento psíquico e afastamento dos espaços de decisão.

Ainda mais alarmante é a situação vivida por nossas estudantes, sobretudo as mais jovens. Dentro das instituições de ensino, elas são frequentemente alvo de

assédio sexual, que se manifesta por meio de toques não consentidos, olhares invasivos, insinuações, convites constrangedores e até ameaças veladas por parte de servidores, terceirizados ou colegas. Muitas não denunciam por medo, vergonha ou descrença nos canais institucionais, que na maioria das vezes se mostram ineficientes ou coniventes com os agressores.

Diante desse cenário, nos perguntamos: como prevenir essa série de violências? Como proteger mulheres que estão sob risco contínuo dentro de espaços que deveriam ser seguros?

A primeira resposta é compreender que assédio não é um caso isolado, nem um desvio individual de conduta. É uma prática enraizada no machismo estrutural, no autoritarismo institucional e nas relações de poder desiguais. Por isso, o enfrentamento precisa ser sistêmico, contínuo e politicamente engajado, capaz de transformar a cultura institucional e garantir proteção efetiva às vítimas.

A Portaria MGI nº 6.719/2024 nos oferece um instrumento jurídico importante, mas sua eficácia depende de pressão, organização e vigilância ativa da sociedade civil, especialmente dos movimentos feministas e sindicais. Não basta existir no papel: é preciso que se torne realidade. É imperativo que o SINASEFE assuma o compromisso público de defender e colocar em prática os pontos listados a seguir, transformando essa diretriz legal em ação sindical concreta.

Diante disso, defendemos e propomos que o SINASEFE implemente as seguintes ações efetivas:

1. A criação de comissões permanentes de enfrentamento e prevenção aos assédios e discriminações, com participação paritária e representativa de servidoras técnico-administrativas, estudantes, terceirizadas e docentes.

2. Garantia de um acolhimento institucional independente e seguro, com escuta qualificada, proteção às vítimas, garantia de anonimato e medidas protetivas imediatas.

3. A criação dos NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) nos institutos federais que ainda não possuem, com o objetivo de promover ações de ensino, pesquisa e extensão para defender a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Esses núcleos atuam na prevenção e combate à violência de gênero, apoiam grupos de estudo e coletivos feministas.

4. A capacitação obrigatória e continuada para toda a comunidade acadêmica e administrativa sobre assédio, ética nas relações, diversidade e justiça de gênero;

5. Campanhas educativas permanentes, com linguagem acessível e ampla divulgação, atingindo todos os setores institucionais;
6. O fortalecimento de redes de apoio entre mulheres, promovendo espaços de escuta, acolhimento e construção coletiva de estratégias de proteção e enfrentamento;
7. A garantia de que vítimas não sejam revitimizadas nos processos institucionais, com respeito, sigilo, acolhimento e celeridade no tratamento das denúncias;
8. A destinação de recursos específicos para ações de prevenção, formação e reparação, acompanhadas por órgãos de controle social.

Além disso, é fundamental que todas as mulheres da militância se apropriem dessa pauta. Não se trata de uma causa exclusiva de determinados grupos feministas, mas de uma agenda coletiva e transversal. Apropriar-se da pauta é conhecer os instrumentos legais, pressionar por sua aplicação e construir redes de solidariedade e proteção mútua nos espaços em que estamos inseridas.

Nosso silêncio não nos protege, pelo contrário, ele sustenta a impunidade. É com organização, denúncia, acolhimento e resistência que conseguiremos transformar as instituições públicas em espaços seguros, justos e verdadeiramente igualitários para todas.

Fortalecer umas às outras é romper com o individualismo que o sistema nos impõe. É ouvir com empatia, acolher sem julgamento, caminhar juntas e construir redes de solidariedade feminista que garantam que nenhuma de nós esteja só. Porque, quando uma mulher fala, rompe o silêncio de muitas e quando muitas falam juntas, nenhuma estrutura patriarcal permanece de pé.

Anna Luiza Azevedo da Silva Moura - Sindscope
Beatriz Marinho Silva Romão - Sindscope
Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
Priscila da Cunha Bastos - Sindscope
Suzanne de Oliveira Nunes - Sindscope

11 - Tese coletiva das mulheres do SINASEFE: “Somos históricas, lutamos para mulherar o futuro”

Esta tese é fruto de um esforço coletivo das mulheridades do SINASEFE em fortalecer seus temas, suas pautas e bandeiras no sindicato. Ao longo de 2025, a partir da realização de diversas atividades organizativas e políticas, como a construção dos encontros regionais de mulheres, a realização de conferências livres de mulheres, reuniões ampliadas e inserção de temáticas relacionadas nas plenárias e instâncias sindicais, foi possível observar a necessidade e urgência latente do SINASEFE em continuar a fortalecer a pauta relacionada a gênero. Importante destacar que a nossa perspectiva de gênero perpassa a ampliação de mulheres para além da perspectiva biológica, envolvendo a dimensão política do “ser mulher”. É inerente às nossas pautas a defesa de todas as mulheridades, inclusive na perspectiva de defesa das mulheres trans e pessoas não binárias, sobretudo de forma a romper a tentativa da extrema-direita e de movimentos radicais em secundarizar e tratá-las como pessoas invisíveis.

Nós, mulheres do SINASEFE, defendemos que o tema de combate às opressões deve ter centralidade no sindicato, pois o enfrentamento ao reacionarismo, neofascismo e o fortalecimento da luta de classes perpassa por compreender as centralidade da luta das mulheres e a construção de políticas para mulheres que sejam efetivas. Ao problematizar esta tese, refletimos sobre diversas questões, dentre elas: como tem sido nossa inserção nos espaços sindicais: somos protagonistas ou coadjuvantes? Como estamos construindo nossa intervenção: as pautas das mulheridades estão presentes nas nossas intervenções? Como o sindicato tem se construído feminista?

Além disso, como temos aproximado a diversidade de mulheres da luta sindical? Como pensamos um sindicato que dialoga com as nossas pautas, tais como condições de trabalho, enfrentamento aos assédios em suas diversas facetas? Como construirmos um sindicato que tenha a presença das mulheridades como uma força motriz que promove, articula, organiza e pensa taticamente as lutas sindicais? Cabe pontuar que não visamos trazer respostas definitivas a esses questionamentos, mas construir unidade em apresentar o debate e um plano de lutas que direcione as nossas tarefas políticas e sindicais.

Frente à isso, ao refletirmos sobre as mulheridades na atual conjuntura, faz-se necessário entender que, conforme dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, a população de mulheres relacionava-se a

51,5% do total da sociedade brasileira, o que equivale ao total de 104,5 milhões de mulheres, sendo 60,6 milhões de mulheres negras. Na perspectiva das carreiras dos cargos Técnico-administrativos em Educação (TAE) e docentes do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), é importante entendermos que somamos um contingente considerável de mais de 147 mil mulheres, sendo mais de 117 mil mulheres da carreira TAE e mais de 30 mil docentes EBTT, de acordo dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP.

Nesse cenário, sob a égide neoliberal que dita a construção das políticas econômicas e sociais, é inerente o debate sobre os desafios vivenciados na contemporaneidade. Para nós, trabalhadoras da Educação Federal, esses desafios atravessam, dentre outras coisas, ao enfrentamento a um Congresso Nacional altamente reacionário, ao arcabouço fiscal, o fortalecimento das nossas carreiras, das instituições democráticas de participação, diálogo e controle social. Além disso, vivenciamos o desafio de exigir que o atual governo cumpra - em sua integralidade - os acordos da greve histórica de 2024 bem como o enfrentamento a proposta de emenda constitucional que visa implementar a reforma administrativa no Estado brasileiro.

A proposta de reforma administrativa que tramita no Congresso Nacional, ao apontar a perspectiva de gerenciamento do Estado, traz impactos significativos na vida das mulheres. Ao pensarmos, enquanto servidoras da Educação Federal, poderemos ter - enquanto consequências: vivenciarmos uma maior dificuldade de ascensão nas carreiras; maior possibilidade de perda do cargo; possibilidade de menores bônus. Além disso, compreendemos que as mulheres chefes de família também serão as mais atingidas, sobretudo com a fragilização dos serviços públicos e a precarização da vida social nos territórios que vivenciam estas mulheres.

Mulheres no SINASEFE: conquistas, paridade e desafios à frente

As mulheres no SINASEFE têm escrito, com luta e coragem, uma história de conquistas que transformam o sindicalismo e fortalecem a democracia. Hoje, estamos presentes em todos os espaços da nossa organização: nas bases, nas coordenações locais, nas direções nacionais e nos espaços de formação e mobilização. Essa presença não é fruto do acaso – é resultado de décadas de resistência e de uma construção coletiva que coloca a igualdade de gênero como princípio e prática cotidiana.

A paridade, que conquistamos com muito empenho, é mais do que uma regra estatutária: é um eixo estruturante da nossa atuação. Ela atravessa todas as dimensões do sindicato, na direção e nas instâncias deliberativas, garantindo que as mulheres participem: a) das decisões estratégicas e políticas em igualdade de condições; b) nas pautas de luta, inserindo de forma permanente as questões de

gênero, raça, sexualidade e diversidade nos debates da educação, do trabalho e dos direitos sociais; c) na formação sindical, onde reafirmamos a importância de espaços de escuta, estudo e fortalecimento das mulheres trabalhadoras da educação; d) na comunicação e na mobilização, visibilizando nossas vozes, nossas histórias e a potência transformadora das mulheres na construção do SINASEFE.

Esses avanços são motivo de orgulho. No entanto, sabemos que os desafios permanecem. Precisamos continuar enfrentando o machismo e o racismo estruturais, ampliar a participação efetiva das companheiras nos espaços de decisão, e garantir que a paridade se traduza em igualdade real de oportunidades e condições. É preciso seguir fortalecendo as mulheres de todas as realidades – negras, indígenas, trans, com deficiência, mães, jovens e aposentadas –, porque é na diversidade que se faz o verdadeiro sentido da luta coletiva.

Cabe pontuar também que - além dos pontos elencados anteriormente - defendemos a construção de um plano de lutas que esteja ancorado no enfrentamento à violência política, ao combate ao assédio, a construção de lideranças feministas, na formação político e sindical pautada no letramento de gênero e na efetivação de leis que implementam o debate de gênero na construção de Políticas Educacionais, como a Lei 14.986, de 25 de setembro de 2024, que institui a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, além de instituir a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

De agora em diante, nosso compromisso é não retroceder. É fazer da paridade um princípio vivo em todas as instâncias, inclusive na constituição da Coordenação Geral do Sindicato. É garantir que o feminismo siga sendo um alicerce político, ético e transformador do nosso sindicato. Seguimos firmes e juntas, porque sabemos que: sem as mulheres, não há SINASEFE; e sem feminismo, não há sindicalismo que transforme o mundo.

Plano de lutas

1. Lutar pelo fortalecimento de estratégias, por meio de políticas afirmativas, para o acesso, permanência e êxito de mulheres e meninas em todas as etapas da Educação, com financiamento de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, implantando e consolidando espaços de acolhimento

para crianças nas instituições e por creches nas unidades de ensino para filhos de trabalhadores e estudantes.

2. Defender a criação de programas de incentivo para a promoção de mulheres em cargos de liderança, buscando a representatividade e a implementação da paridade de gênero em todos os níveis nas instituições federais de ensino.
3. Lutar pela Implementação e fortalecimento dos Núcleos de Gênero, Diversidade e Sexualidade e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígena, além das Comissões Interseccionais de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio em todas as unidades de ensino das Instituições Federais, com autonomia de atuação e garantia de verba para o desenvolvimento de suas ações. Além disso, é necessário que sejam criadas Funções Gratificadas (FGs) vinculadas a esses núcleos e comissões, reconhecendo institucionalmente o trabalho pedagógico, político e administrativo envolvido na coordenação dessas atividades.
4. Incentivar a criação e o fortalecimento das delegacias territoriais das mulheres e os núcleos de acolhimento para mulheres vítimas de violência, bem como ampliar a construção de iniciativas no SINASEFE que dialoguem com o tema.
5. Criar programas de incentivo para a promoção de mulheres nos espaços sindicais, buscando a representatividade e a implementação da paridade de gênero em todas as instâncias de representação de trabalhadoras e trabalhadores.
6. Lutar pela Garantia da participação da diversidade e necessidade de mulheridades na perspectiva de raça/etnia, gênero, sexualidade em todas instâncias de representatividade política.
7. Lutar pela alteração da Lei 14.540/2023 para ampliar o “Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e à violência sexual" de forma que inclua todas as diferentes formas de violências contra mulheres, incluindo o acolhimento jurídico e psicossocial às vítimas.
8. Defender a criação de observatório para mapeamento e divulgação de experiências da Rede Federal de Ensino sobre o enfrentamento às situações de violência.

9. Criar de um canal nacional de apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência, além da construção de iniciativas voltadas às políticas de saúde do/a trabalhador/a, similar ao que ocorre em outros sindicatos, como o Sindicato dos Bancários e o Sinsprev.
10. Incentivar as seções e a Direção Nacional a criação de editais específicos de fomento para financiamento de ações e propostas voltadas às diferentes mulheridades.
11. Trabalhar pela construção de um decreto, tornando obrigatória a paridade de gênero na gestão federal, seguindo a Portaria Normativa da AGU nº 54/2024, considerando as diferentes mulheridades e mantendo o recorte étnico-racial.
12. Defender a construção de uma política pública de atendimento às necessidades específicas das servidoras que são pessoas com deficiência e as mães atípicas, garantindo a redução de jornada de trabalho, o atendimento biopsicossocial especializado e o acesso às perícias biopsicossociais especializadas.
13. Realizar um levantamento nacional de dados sobre adoecimento e afastamentos em razão de doenças relacionadas à saúde mental das trabalhadoras nas Instituições Federais de Ensino, de forma a construir um diagnóstico mais bem acabado sobre essa situação
14. Lutar pela criação de espaços seguros e adequados para o aleitamento materno nas Instituições Federais de Ensino;
15. Construir uma campanha de sensibilização e conscientização sobre a erradicação da violência contra a mulher e o feminicídio.
16. Defender a realização de um levantamento de dados sobre as egressas das Instituições Federais de ensino para acompanhamento das mesmas, bem como a construção de políticas para valorização de ações afirmativas que garantam a continuidade na Educação na perspectiva da verticalização e o fomento de programas e projetos, como o Mulheres Mil;
17. Garantir espaços de diálogo, denúncias e construções de políticas voltadas às mulheres trabalhadoras vinculadas às escolas ligadas ao Ministério da Defesa (MD), bem como lutar para a transferência dessas escolas do MD para o Ministério da Educação.

18. Desenvolver políticas públicas voltadas à pesquisa e ao reconhecimento da participação da mulher na economia brasileira e seu impacto no projeto de soberania nacional, nos moldes do trabalho já realizado em relação à economia sustentável, que desenvolveu parâmetros para as contas nacionais.
19. Construir espaços formativos sindicais voltados ao letramento de gênero e combate ao sexismo, com a garantia da participação dos homens nas atividades.

Assinam esta tese:

1. Adriane Pinto SINASEFE IFSul
2. Alane Karine Dantas Pereira Sindsifpe
3. Aleida das Graças Bermeo AmorimSin SINASEFE Manaus
4. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE IFfluminense
5. Álvaro Henrique Cândido de Souza SESUR
6. Amalia Cardona Leites Alto Vale do Itajaí - IFC
7. Amanda Thais da Bomfim SINASEFE cruzeiro do sul
8. Amaury Garcia dos Santos Neto SINASEFE CMRJ
9. Ana Cláudia kohls Colvara IFSUL SINASEFE
10. Ana Quezia Santos Carneiro - IFBA-CMS
11. Ana Paula Brasil Ifes
12. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
13. Andréa Lima Barros IFMA/Monte Castelo
14. Andréa Moraes Sintietfal
15. Andréia Cristina André Soares Melo Seção Cáceres -MT
16. Andréia Fernanda Silva iocca SINASEFE seção sindical Mato Grosso
17. Andressa Fouchy Schons Bento Gonçalves
18. Anna Júlia Giurizatto Medeiros Sintietfal
19. Artemis Martins Sindsifce
20. Bárbara Borges de Almeida IFMS Campus Campo Grande
21. Beatriz Costa e Cunha CMRJ
22. Bernadete Melo Sindscope RJ
23. Bruna da Costa Pereira SINASEFE MT
24. Camila Tenório Cunha Brasília
25. Carolina Costa SINTEFPB, IFPB, campus Cajazeiras
26. Cassia Maria de Sousa Pereira Seção Araguatins

27. Catia Cilene Farago IFBAIANO
28. Claudia Marcia Pereira Alves IFFLUMINENSE
29. Cláudia Pinto IFSUL
30. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
31. Cleiton Mariano da Silva SINDSIFPE
32. Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade SINASEFE/IFBAIANO
33. Cremil Maria de Faria Palmas
34. Crisoneia Nonata Gomes dos Santos Brasília
35. Cristiana Teixeira Lima Brasília
36. Cristina Maria Cabeça de Souza IFRO- Campus Colorado do Oeste-RO
37. Cristina Zanella Rodrigues Seção IFSul
38. Cynthia Mattosinho IFS
39. Daise Vieira Moitinho SINASEFE/IFBA/CMS
40. Daniel Mendes Pires Haack SINTIFRJ
41. Daniela Botti da Rosa Sintietfal
42. Daniele Rodrigues Gomes Souto SINASEFE Sergipe
43. Daniella Zanellato São Paulo – SPO
44. Danielle Lisboa SINASEFE IFSul
45. Darci Emiliano SINASEFE Sertão RS
46. Daryne Lu Maldonado Gomes da Costa Mato Grosso
47. Debora Garcia De Figueredo IFSertaoPE
48. Demian Boaroli Bento Gonçalves
49. Diacuy Pereira de Andrade Felipe Crato ceara
50. Dione Cabral São Paulo
51. Dolores Setuval Assaritti SINASEFE IFBAIANO
52. Edilaine Andrade Melo Secão SINASEFE IF BAIANO
53. Elaine Cristina dos Santos Seção São Paulo
54. Elane de Souza Mafra Seção SINASEFE Manaus
55. Elane Martha Barbosa dos Santos SINASEFE/Am
56. Elenira Vilela IFSC
57. Eliseanne Lima da Silva SINASEFE Manaus
58. Emiliana da Consolação Ladeira Barbacena
59. Eugenia Tavares Martins SINDSIFCE
60. Euza Raquel de Sousa Seção Mossoró
61. Fabiano Couto Milagres IFMG/CMBH
62. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce

63. Fernanda Cristina Camillo IFSUL
64. Fernanda Fernandes de Souza IFC Concórdia
65. Fernanda Rodrigues de Figueiredo Norte de Minas
66. Fernanda Rosá IFSC
67. Fernanda Silva Rocha Petrolina
68. Flávia Cândida do Nascimento de Souza Ifes
69. Francisco Douglas Silva de Alcântara Vianna Rio Branco
70. Francisco Freitas SINTEFPB
71. Gabriel de Oliveira Rodrigues APROFCMPA
72. Gerbison Dos santos de Sá IFBA-CMS
73. Gerson Carlos Pereira Lindoso SINASEFE Seção Monte Castelo
74. Giselda Corrêa Dorileo São Vicente - MT
75. Gislaine Carvalho Cogo São Vicente do Sul
76. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais - Salinas
77. Gizella Menezes Rodrigues CMR/EAMPE
78. Graziele de AlmeidaSINASEFE IFSUL
79. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
80. Helena Mara Dias Pedro IFMG
81. Iara Bernabó Colina IFBAIANO
82. Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi Cáceres-MT
83. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE PARÁ
84. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
85. Jairo Luiz Medeiros Aquino Junior Cuiabá
86. Janete Otte IFSul
87. Jaqueline de Cássia Vaz Brasília
88. Jarderlany Sousa Nunes SINASEFE Crato
89. Jeane Gomes dos Santos SINASEFE Sergipe
90. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
91. Jessica Caroline Bigaski Ribeiro IFBAIANO
92. Jessica Vieira Dantas SINTEFPB
93. Joiana Dias Prestes Alto Vale / sc
94. Jorgenete Crispim da Silva Ferreira SINASEFE-Acre
95. José Eurico Ramos de Souza Manaus
96. José Roberto de Andrade IFBA Campus Salvador - SINASEFE-Bahia
97. Juliana Das Oliveiras SINDSIFPE
98. Juliene Kely Zanardi SINASEFE CMRJ

99.Karen Gomes Leite SINASEFE/SE
100. Karen Kissila Dourado Silva SINASEFE
101. Karine Pertile Bento Gonçalves
102. Karla Simões de Andrade Lima Bertotti CMR/EAMPE
103. Katiuscia da Costa Pinheiro Monte Castelo
104. Kelly Samara do Nascimento Silva SINTEFPB
105. Laís Andrade Souza SINASEFE IFBA CMS
106. Laura Santos da Cunha IFSC
107. Laurenir Santos Peniche Pará
108. Leandro Batista da Silva APROF CMPA
109. Letícia de Arruda Dias SINASEFE/MS
110. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindsifce
111. Lilian Escandiel Crizel SINASEFE BG
112. Lissandra Luvizão Lazzarotto Bento Gonçalves
113. Luciana Mazzutti SINASEFE IF Baiano
114. Lucidalva Andrade de Menezes Santa Ines
115. Luciele Espich SINASEFE - IFSC
116. Luiz Alberto Sintifrj
117.Maíra Martins São Paulo
118. Marcela Ariete dos Santos Seção Cáceres
119. Marcelo Pereira Dantas da Silva Seção Sindical Mato Grosso
120. Marcelo Teixeira da Silva SINASEFE CMR/EAMPE
121. Márcia Farias de Oliveira e Sá IfSertaoPE
122. Márcia Regina Marques Amado da Silva Seção Sindical Araguatins
123. Márcio Alves SINASEFE São Paulo
124. Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo ASSINES
125. Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya Natal-RN
126. Maria da Conceição Castro Cordeiro SINTEFPB
127. Maria da Conceição da Silva Rodrigues SINDIFCE IFCE CE
128. Maria das graças Souza alencar Manaus/Azm
129. Maria Eliana Almeida Matos IFBA/CMS
130. Maria de Fátima Silveira Medeiros IFSul
131. Maria Fernanda Bianco Gução Bento Gonçalves
132. Maria Helena Corrêa Nogueira Grillo SINASEFECMRJ
133. Maria Luciana Sousa Penha IFPA CTRB e CIABA
134. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus

135. Mariana Abreu Gualhano SINASEFE - Itaperuna
136. Mariana Cristina Borges Novais Rio Pomba
137. Mariana de Oliveira Seção Mato Grosso do Sul
138. Mariana Lucas Mendes Urutaí
139. Marilete Cândido de Mattos Previero IF Baiano
140. Marina Viana Bispo dos Santos SINASEFE/Ifba
141. Marlene de Alencar Dutra Sindifce
142. Marlene Santos Socorro IFBA/CMS
143. Marlise Sozio Vitcel IFSul
144. Maximiano Guimarães Neves SINASEFE IFSul
145. Mere Luci da Rosa Bento Gonçalves
146. Michel Torres Sintifrj
147. Milena Beatriz Lira Dias da Silva SINTEFPB
148. Monique Elles Souza Santos SINASEFE Sergipe
149. Monique Izoton SINASEFE BG IFRS
150. Nádia Cilene de Abreu Ferreira São Luís MA
151. Natalia Batista de Moraes Sindscope
152. Nelson de Lima Damião Muzambinho - MG
153. Onilma Freire dos Santos CMR/EAMPE
154. Patricia Mendes Calixto IFSul
155. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
156. Patrícia Teixeira Sampaio SINASEFE Pirapora MG
157. Paula Jucá de Sousa Palmas
158. Paula Ramila da Silva Freitas SINASEFE Rio Branco/AC
159. Paulo Emilio Paes Rodrigues SINTIFRJ
160. Pedro Ribeiro Monte Castelo
161. Pensilvania Bermudez Ifsul Campus Pelotas
162. Priscila Ferrari Paulino Seção São Vicente da Serra - MT
163. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
164. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira Sindsifce
165. Rebeca Melo Magalhães SINASEFE IF baiano
166. Regina Maria de Oliveira Brasileiro Sintietfal
167. Rejane Marinho de Sousa SINASEFE Seção Palmas
168. Roberta Ribeiro Cassiano SINTIFRJ
169. Rodrigo Buske SINASEFE - Santa Maria RS
170. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo

171. Rosa Maria Cardoso dos Santos CMRJ/CN
172. Rosália Aparecida da Silva SINASEFE Rondônia (Porto Velho)
173. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
174. Sarah da Silva Soares Mato grosso
175. Silvana Schuler Pineda APROFCMPA
176. Sílvia Fernanda Sales dos Santos Sta Inês
177. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
178. Solange de Abreu Prates SINASEFE Sp
179. Solange Rodrigues SINASEFE IFMG
180. Suelen Barbosa de Deus Rodrigues Pinto Sintifrj
181. Sueli Borges Pereira dos Santos Monte Castelo
182. Tamíris Bauer Grimaldi SINASEFE Litoral (IFC)
183. Tânia Gomes Façanha SINASEFE- Acre
184. Tânia Regina de Souza SINASEFE Sergipe
185. Taysa Tamara Viana Machado Sintefpb
186. Teresa de Souza Bahia IFBA CMS
187. Tícia Viviani Souza de Britto Ifba Salvador
188. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi
189. Wilker Gomes Raposo SINTEFPB

12 - Enfrentar o machismo, combater a extrema direita e garantir a efetiva participação das mulheres nas instituições e no sindicato

Esta tese é fruto dos acúmulos de mulheres do Coletivo Sindical Pão e Rosas, sobretudo após a eleição de Bolsonaro, período, marcado pelo avanço do neofascismo, do neoliberalismo, do machismo e da misoginia - fundamental ao projeto da extrema-direita. A trajetória dos movimentos e das lutas ao longo dos séculos evidenciam que o fortalecimento político e a mobilização das mulheres é um pressuposto para barrar retrocessos e, para o avanço de conquistas históricas para toda a classe trabalhadora.

Desta forma, entre os inúmeros desafios que se apresentam na atual conjuntura, o combate ao machismo e à misoginia dentro e fora das nossas instituições - incluindo o sindicato - se constitui como condição fundamental para a derrota da extrema-direita e do projeto neoliberal, bem como a defesa da educação. Para isso, é fundamental que o SINASEFE reconheça o machismo e a misoginia institucionais como parte constitutiva da exploração e dominação capitalista. É preciso consolidar um novo paradigma político para o sindicato, que assuma o combate às opressões não como fragmentação da luta, mas sim, pelo reconhecimento da diversidade e das diferenças intrínsecas à classe trabalhadora. Esse reconhecimento é central para a construção de uma real unidade de classe e de ação.

1. Combater o machismo e a misoginia nas instituições e na política

A persistência da violência contra as mulheres no Brasil segue sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país. Dados revelam números elevados de feminicídios e de agressões, e Apesar de políticas implementadas nas últimas décadas – como a atualização da Lei do Feminicídio (Lei nº 14.994), em 2024 –, a violência contra as mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade, segue como um problema público grave

Os registros do SUS indicam que mulheres continuam sofrendo diferentes formas de violência e que grande parte delas acontece dentro de casa. Esse padrão reforça a necessidade de compreender a violência de gênero não como eventos isolados, mas como um problema estrutural, cíclico e que inclui agressões físicas, psicológicas, patrimoniais e sexuais. O problema se agrava e atinge de forma desproporcional mulheres negras.

Dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero[1] apontam que, somente no primeiro semestre de 2025, foram registrados 718 feminicídios no paísO levantamento, elaborado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência, do Senado Federal, também apontou 33.999 registros de estupros contra mulheres durante o primeiro semestre de 2025. A maioria das vítimas de violência atendidas pelo Ligue 180 é de mulheres negras (44,3%), de acordo com o Atlas da Violência (2025).

O Instituto Mariele Franco divulgou estudo, apontando que a violência política no espaço digital é sistêmica e coordenada. Entre os casos mapeados, 71% das ameaças remetiam morte ou estupro No perfil das vítimas dessas violências se destacam mulheres negras (cis, trans/travestis, LGBTQIA+); pobres/periféricas; parlamentares/candidatas; militantes/atiivistas. o Instituto Alziras divulgou relatório[2] avaliando a efetividade da Lei nº 14.192/2021 e chama a atenção para o fato de que, até o momento, nenhuma condenação por violência política de gênero foi definitiva.

Os ataques aos direitos reprodutivos para as pessoas que gestam também seguem com força. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou em 15/10/2025 o PL 2.524/2024, que proíbe o aborto a partir da 22ª semana de gestação, mesmo em casos de estupro e anencefalia, com exceção do "comprovado risco de morte" de quem gesta. Além disso, outras matérias surgiram em 2025, como o PL 1301/2025, do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), o PDL 3/2025 - das Deputadas Chris Tonietto (PL/RJ) e Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS), do Dep. Marco Feliciano (PL/SP), entre outros. propostas ultrajantes se considerarmos que é comum crianças vítimas de violência sexual não saibam ou não compreendam que estão gestantes e precisem realizar o procedimento após as 22 semanas. Um estudo da ONG ANIS (2025) mostra que 4 em cada 5 mulheres denunciadas por aborto são condenadas no Brasil, sendo mais de 50% de prisões antes do julgamento. Segundo a Revista AzMina, a cada meia hora uma menina vira mãe no Brasil. O número de mulheres indígenas vítimas de violência sexual (assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual) mais que triplicou entre 2014 e 2023[3]. O recorte que abrange as vítimas (identidade étnico-racial, condições socioeconômicas e faixa etária) coincide, em sua maioria, com o perfil de grande parte das estudantes da educação federal e demais mulheres das nossas comunidades acadêmicas. Esse breve diagnóstico mostra que a questão dos direitos reprodutivos faz parte do combate às violências contra mulheres.

[1] Plataforma interativa que reúne dados das bases do Senado Federal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

[2] Monitor de Violência Política de Gênero e Raça (2025).

[3] Levantamento divulgado pela associação de mídia independente Gênero e Número, com dados do Ministério da Saúde.

Acerca de violência de gênero no ambiente de trabalho, 60% das mulheres no serviço público federal relatam casos de assédio e 28,3% afirmam ter sido vítimas de assédio sexual; 30% delas sofreram com violência psicológica e 15,5% relatam ter sofrido violência política[4]. Conforme a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, 36% das trabalhadoras dizem já ter sofrido preconceito ou abuso por serem mulheres e 76% reconhecem já ter passado por um ou mais episódios de violência e assédio no trabalho. Em apenas 28% dos casos relatados, a vítima soube que o agressor sofreu alguma consequência. Em 39%, a vítima não soube o que houve com o agressor e em 36% nada aconteceu e ele não foi punido. Fatores como assédio moral, jornadas exaustivas e metas abusivas são frequentemente associados ao desenvolvimento de transtornos mentais em trabalhadoras

O direito ao maternar e ao cuidar seguro também nos é muito caro. A luta pela garantia de que as tarefas de cuidados de crianças e tutelados (PCDs, idosos, acamados) são uma atribuição coletiva da sociedade e não preocupação exclusiva das mulheres. Nesse contexto, a defesa e a ampliação do Sinasefinho, das creches nas unidades de ensino da Rede Federal e do assumir a divisão dos cuidados de forma igualitária entre homens e mulheres é tarefa que deve contar com esforços e recursos deste sindicato. Paralelamente, no entanto, devemos defender políticas públicas que socializem o cuidado, além de maiores investimentos que garantam acesso à habitação, saúde e educação dignas para a população. Estes custos só podem ser empenhados com o fim do arcabouço fiscal e enterrando o nefasto projeto da reforma administrativa.

O crescimento dos casos de violência política contra as mulheres no Brasil explicita um grave problema na democracia, na medida em que essa violência restringe a entrada e permanência das mulheres em espaços de poder e decisão nas várias esferas políticas. Essa realidade comprova que a violência política contra as mulheres precisa ser compreendida e enfrentada de modo estrutural. as diferenças nas estruturas de opressão vão determinar experiências específicas para as mulheres em sua diversidade: mulheres negras, por exemplo, passam por tipos específicos de violência, Assim, a ampliação da participação das mulheres na luta política deve estar, necessariamente, acompanhada do compromisso de todos os companheiros de que elas possam atuar de forma respeitosa, segura e saudável. São inúmeros os casos de mulheres que optam por se afastar dos espaços sindicais devido à exaustão mental que a violência política impõe cotidianamente.

A sub-representação das mulheres nos espaços de poder das instituições e na política tem relação direta com a misoginia e outras formas estruturais de opressão.

[4] Mulheres na liderança da burocracia federal: desafios e dificuldades para ascensão na carreira, República.org, 2024.

Logo é imprescindível o combate às opressões de gênero nas nossas instituições com a formulação de políticas concretas, como formações continuadas sobre a temática de gênero nos locais de trabalho, a criação e ampla divulgação de fluxos e instâncias para denúncia, para acolhimento das vítimas e os devidos encaminhamentos administrativos. No sindicato, é preciso encorajar e fortalecer espaços políticos de formação e debate com toda a categoria, garantir os recursos para a realização dos encontros e demais ações da Coordenação de Políticas para mulheres e monitorar a implementação das pastas de mulheres em todas as seções. É fundamental criar mecanismos próprios de monitoramento das violências de gênero, além de garantir as condições de trabalho para o Conselho de Ética, informando às mulheres da categoria os procedimentos para encaminhar suas denúncias.

O sindicato precisa garantir a paridade nas representações em todos os espaços do SINASEFE e suas seções, inclusive na Coordenação Geral. Também devemos garantir a participação das mulheres negras, LGBTQIAPN+ e com deficiência nestes espaços, visando a representatividade e reiterando o caráter diverso da nossa categoria e da classe trabalhadora

O sindicato deve assumir um papel ofensivo no combate às diversas formas que o machismo e a misoginia operam na sociedade, coibindo, de modo educativo e exemplar, comportamentos e práticas sexistas em suas fileiras. Primeiramente, devemos seguir buscando formas de aprimorar a participação de mulheres no sindicato, reconhecendo suas necessidades e pautas específicas, organizando formação sindical para mulheres e tentando tornar o sindicato um espaço mais acolhedor e seguro. Também é central aprimorarmos os mecanismos de combate ao assédio moral e sexual, tanto com campanhas de conscientização, com formações e cartilhas sobre o tema, quanto com previsões de sanções contra os assediadores. A violência política de gênero que desmoraliza, desconsidera, diminui e cala as mulheres que se levantam contra as práticas machistas em nosso sindicato tem se mostrado obstáculos constantes para nossa efetiva e segura participação.

2. O papel da luta feminista no combate ao neoliberalismo e em defesa da educação federal

A educação, enquanto política pública, inserida na sociedade e nas suas relações, também é atravessada pelas questões de gênero. Há uma feminização da educação em níveis como a educação básica em detrimento do ensino superior e em áreas como as vinculadas às ciências humanas em detrimento às ciências exatas. Na

Educação Básica: conforme dados do censo escolar do INEP, em 2024, 80,6% das direções são ocupadas por mulheres.

a partir do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, publicado em março de 2025, pelo Ministério das Mulheres, o diagnóstico social sobre o tema traz dados que carecem de atenção, com destaque para: a maioria dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres; apesar dos avanços legislativos, persistem casos de exploração no trabalho doméstico, com muitas mulheres submetidas à trabalhos análogos a escravidão, e as mulheres ainda ganham o equivalente a 79,3% dos rendimentos dos homens, desempenhando a mesma função ou trabalho de igual valor; apesar do cumprimento da lei de cotas nos processos eleitorais, os números não se traduzem em mulheres eleitas para o executivo e legislativo.

Ainda no âmbito da inserção das mulheres nos espaços de poder e decisão, em termos do sindicalismo, as mulheres ocupam aproximadamente 25% dos cargos que se relacionam às presidências, vice-presidências e funções correlatas, o que demonstra a necessidade do tema avançar. Na perspectiva das Políticas de Cuidado, ainda recai sobre 85% das mulheres a responsabilidade dos cuidados, que geralmente é informal, Essa perspectiva contribui para que no âmbito acadêmico, em cursos voltados às ciências, tenhamos a redução da taxa de conclusão de mulheres de 53% para 27%, em 2023, conforme levantamento feito pela Nexus - Pesquisa e Inteligência de dados, a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Diante deste breve panorama, é elementar compreender que as desigualdades de gênero afetam significativamente a vida das mulheres e configura-se como um desafio que está longe de ser superado caso a implementação de políticas efetivas voltadas às mulheres siga o ritmo atual, conforme aponta a (ONU). Ainda nesta perspectiva, a Fundação Perseu Abramo, a partir da divulgação dos resultados da 3.ª edição da pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados, reforça a tese de que a vida das mulheres no Brasil piorou, em comparação à década passada, o que reflete o acirramento das desigualdades econômicas, sociais e da violência de gênero.

Na perspectiva das inserções das mulheres nas instituições da Educação Federal, há muitos desafios, e violências, seja na ausência de espaços de trabalho com condições adequadas, sobretudo quando relacionadas ao suporte para as servidoras e estudantes que exercem a maternagem, seja na estruturação de políticas para o enfrentamento e combate ao assédio e as violências, além do acesso, permanência e êxito de mulheres em cargos de gestão, com políticas de valorização e incentivo para a ascensão profissional e institucional, de forma a diversificar as

instituições e contribuir para que modifiquemos uma cultura política que é atravessada pelo machismo e misoginia, como expressões do patriarcado.

Nessa perspectiva, compactuamos com as ideias de bell hooks, que nos diz que a luta feminista é antes de tudo uma luta de consciência política para acabar com a opressão sexista. Atualmente, vivenciamos o retrocesso do SINASEFE no tocante a defesa de pautas históricas das mulheres. Apesar do esforço político em fazer a denúncia política nas instâncias sindicais, enquanto coletivo sindical, observamos a ausência da paridade de gênero em comissões internas do sindicato e em representações externas. É fundamental que o SINASEFE não retroceda e garanta que a paridade de gênero seja um princípio político inegociável de todos e todas que constroem este sindicato, além da importância da garantia das pessoas negras, LGBTQIAPN+ e com deficiência nestes espaços, materializando a representatividade e o caráter diverso da nossa categoria e da classe trabalhadora

Mais do que nunca, é fundamental que o nosso sindicato seja, inegavelmente, feminista e antimachista. nosso coletivo conclama como tarefa pulsante que o SINASEFE construa mecanismos de combate ao assédio moral e sexual, como a construção de campanhas de conscientização e formação, bem como protocolos de combate ao assédio e a violência política de gênero, tendo em vista que estas violências afastam, desmoralizam e/ou adoecem mulheres e tem se mostrado obstáculos constantes para nossa efetiva e segura participação.

Frente ao exposto, compreendemos que o SINASEFE, a partir do seu 37.º CONSINASEFE, deve ter no horizonte das tarefas prioritárias do seu plano de lutas:

1. O combate a toda e qualquer tentativa de reforma administrativa, como desmantelamento do Estado e precarização das políticas sociais e dos serviços públicos - que ataca, diretamente, à vida das mulheres; derrotar o neofascismo, a extrema-direita e a neoliberalização das políticas sociais;
2. Defender a educação e a democracia como fortalecimento da soberania nacional;
3. A defesa intransigente da paridade de gênero em todas as instâncias sindicais, incluindo a composição das comissões e o combate à misoginia, ao machismo, ao racismo, à LGBTQIAPN+fobia, ao etarismo e ao capacitismo;
4. A construção de atividades de formação e campanhas de comunicação e enfrentamento ao assédio e às violências de gênero em suas diferentes facetas;construção de protocolos de enfrentamento ao assédio e às violências,

além da realização de pesquisa nacional sobre as situações de assédio nas instituições federais de ensino que tenham trabalhadoras/;

5. A realização de atividades de formação voltadas especificamente às mulheres, sobretudo na perspectiva de fortalecer lideranças femininas para ocupar cargos de representação sindical;
6. A construção de atividades voltadas ao letramento de gênero para todos(as) os/as sindicalizados/as, bem como à direção nacional e às seções sindicais;
7. A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheridades, incluindo o aborto legal, gratuito e seguro para todas;
8. A luta pela ampliação da licença maternidade e da licença parentalidade;
9. O combate à violência política de gênero e a todas as formas de silenciamento e invisibilização das mulheres nos espaços sindicais e de mobilização;
10. A luta pela criação de espaços de apoio lúdicos-pedagógicos nas instituições, bem como a implantação de creches para os filhos/as dos/as trabalhadoras/es e estudantes nas instituições;
11. Garantia de percentual mínimo de mulheres nos cargos de gestão nas instituições federais de ensino;
12. O fortalecimento do debate e das políticas interseccionais dentro do SINASEFE, envolvendo as mulheridades, a comunidade LGBTQIAPN+, negras e negros, indígenas e quilombolas, aposentadas e aposentados e pessoas com deficiência.

Assinam esta tese:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista

13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione Cabral São Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
32. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33. Fabiano Godinho Faria Sintifrj
34. Fabio de Oliveira Dias IFSul
35. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
36. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
37. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
38. Giovana Lopes da Silva Codó
39. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
40. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
41. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga-,Aeronáutica
42. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
43. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
44. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
45. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
46. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
47. Jaqueline de Cássia Vaz Brasília
48. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará

49. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
50. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
51. José Eurico Ramos de Souza Manaus
52. José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
53. Karlane Holanda IFCE
54. Laurenir Santos Peniche Pará
55. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
56. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
57. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
58. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
59. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
60. Maíra Ferreira Martins São Paulo
61. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
62. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
63. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
64. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
65. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
66. Maria da Conceição da Silva Rodrigues SINDIFCE IFCE
67. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
68. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
69. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
70. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
71. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
72. Marival Baldoino de Santana São Paulo
73. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
74. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
75. Michel Torres IFRJ
76. Natalia Ayres Sindsifce
77. Nericilda Bezerra Sindisifce
78. Odemir vieira SINASEFE ifsc
79. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
80. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
81. Paulo Raimundo Stering Malta SINASEFE IFBA/CMS
82. Pedro Ribeiro Monte Castelo
83. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
84. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo

85. Raimunda Regina Ferreira de Educação
86. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
87. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
88. Renildo Viana SINASEFE Manaus
89. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
90. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
91. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
92. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
93. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
94. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
95. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
96. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
97. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
98. Samantha Lima Macedo Sindsifce
99. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
100. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
101. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
102. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
103. Thais Norberta Bezerra de Moura Sintefpb
104. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
105. Thalismar Matias Gonçalves IFES
106. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
107. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
108. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

13 - Tese da Diversidade Sexual e de Gênero: A Diversidade Nos Fortalece!

1. Apresentação

Nós, integrantes do GT Diversidade Sexual e de Gênero do SINASEFE, vimos por meio desta socializar reflexões e encaminhamentos com ês/as/os companheires/as/os do SINASEFE.

No mundo hoje, o ódio a pessoas que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, ou a LGBTQIAPN+fobia, manifestam-se diariamente em nossas interfaces sociais, profissionais e mesmo sindicais. Quem nunca ouviu (ou mesmo reproduziu) comentários jocosos e/ou insultantes direcionados a pessoas representantes da diversidade sexual e de gênero? As "piadinhas inocentes", os olhares debochados e/ou reprovadores, a invisibilização política/sindical de companheires/as/os pelo simples fato de serem quem são, e de suas pautas de opressões? Se para o conjunto de nossa comunidade LGBTQIAPN+ já é pesado imagina para pessoas trans e não binárias que enfrentam barreiras estruturais mais pesadas em diversos espaços sociais, incluindo os sindicatos.

2. A precarização das políticas e o avanço do ódio

Outro aspecto nessa realidade é o constante corte de verbas orçamentárias das IFEs que, sem uma plena recomposição, aprofundam a tendência à redução ou inexistência de verbas para os núcleos de gêneros e sexualidades, contribuindo para o esgotamento dos servidores envolvidos em suas atividades e das ações com estudantes e comunidade em geral na luta contra as opressões LGBTQIAPN+fóbicas. A Lei Federal nº 11.892/2008 estabelece o compromisso das Instituições Federais de Ensino (IFEs) com uma educação pública, democrática, inclusiva e promotora da diversidade. Nesse contexto, o fortalecimento dos núcleos de gênero e sexualidades (e correlatos) constitui medida indispensável à consolidação desses princípios. Para tanto, é necessária a institucionalização dessas estruturas e a concessão de Função Gratificada (FG) às suas coordenações, a exemplo dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), assegurando condições adequadas de gestão e continuidade das ações atualmente desenvolvidas.

O ódio à população LGBTQIAPN+ está cada vez mais em evidência no Brasil, em ações e discursos por parte de agentes do Estado, representantes de um pensamento retrógrado que vem ecoando e ganhando adeptos, ameaçando os poucos direitos igualitários tão

duramente conquistados. Os discursos de ódio, o cerceamento e desvios de recursos para políticas específicas e outras formas de manifestações fortaleceram os seres que não tinham a coragem de se apresentar abertamente como nossos inimigos. Tudo isso foi potencializado pelo avanço das agendas de extrema-direita conservadora, reacionária, fascista e preconceituosa nos últimos anos.

As redes sociais tornaram-se imensos campos de disputa ideológica de discursos, fatos, leituras, perspectivas, "fake news" e pós-verdades, inundando a internet e alcançando mentes e corações de pessoas que se entendem no direito de ditar como a outra pessoa deve existir, como ela deve performar para ser acolhida como "cidadane/ã/ão de bem".

Os aspectos culturais são constitutivos do sujeito e fundamentais para a inserção da pessoa na sociedade. São eles que auxiliam na construção da cidadania, garantem visibilidade e representatividade cultural/social/política. Nesse sentido, é importante dizer que as redes favorecem a promoção da cultura de identidade, na medida em que pessoas públicas como artistas, atletas, autories/as/es, polítique/cas/os e trabalhadories/as/es (como de nossa categoria) se sentem livres para produzir e consumir materiais significativos da identidade LGBTQIAPN+, ao se identificar no outro, de certa forma, nossa existência torna-se mais confortável. No entanto, o ciberespaço também se mostrou um lugar propício para disseminação do ódio e da violência contra cidadanes/ãs/ãos representatives/as/os da diversidade sexual e de gênero.

3. Capitalismo, mercantilização da diversidade e luta de classes

O capitalismo, conforme já nos foi ensinado, inaugurou o conceito da família e da mulher como propriedades privadas. Essa opressão, ao longo da história e em resposta às lutas dos grupos minorizados, desdobra esse conceito na forma de opressões contra as mais diversas formas de viver que não se adaptam ao formato "tradicional" da família patriarcal que o capital elegeu como núcleo de reprodução da força de trabalho. Não alcançando o objetivo de destruir essas formas de viver, o capitalismo, em sua infinita capacidade de se reinventar, assume o conflito dialético e, de forma cínica, se apropria e transforma em mercadoria os símbolos dessa luta, apagando sua história e esvaziando seu significado.

Hoje, o sistema capitalista – e seus olhos vidrados no que as últimas décadas têm chamado de "*pink money*" – ostenta grandes marcas que frequentemente se utilizam da pauta dos grupos minorizados para se mostrarem "modernas, antenadas, inclusivas e

politicamente corretas", quando, na verdade, buscam dar visibilidade a si mesmas e enxergam nesta população apenas um nicho comercial ainda muito promissor e pouco explorado.

Inebriado por uma tendência cultural de consumo, o mercado se pretende simpático e aberto à diversidade, embora escondendo a ultraexploração na forma de informalidade, escalas 6x1, empreendedorismo etc., além de ser responsável por negar trabalho e direitos trabalhistas e sociais à maioria da população LGBTQIAPN+. Assim, todo um discurso inclusivo e simpatizante é construído em torno da diversidade sexual e de gênero, visando ao lucro que essas pessoas potencialmente podem gerar, enquanto exibe uma máscara de responsabilidade social.

O capital está de braços abertos para a pessoa LGBTQIAPN+, desde que ela tenha potencial de consumo. A Parada de São Paulo, da qual participamos de forma crítica, é um importante movimento político de visibilidade, mas cuja aceitação passa pelo financiamento de entes do Estado e particulares que visam, acima de tudo, à exposição de suas marcas e projetos com a finalidade de lucro, seja ele político ou financeiro. Não nos enganemos: o capitalismo somente é simpático para com o capital!

4. O papel do SINASEFE e a construção de uma pauta emancipatória

Nessa conjuntura, o SINASEFE avançou no 35º CONSINASEFE, quando criou a Coordenação Nacional de Políticas para Pessoas LGBTQIAPN+. Trata-se de uma pasta na estrutura da Direção Nacional, dedicada à pauta do combate às opressões e da defesa dos grupos minorizados, pela promoção da igualdade e da inclusão da diversidade na luta pelos Direitos Humanos e contra o preconceito.

No entanto, consideramos que a inclusão de cotas deve ser uma ferramenta política de ação afirmativa que visa corrigir desigualdades históricas e garantir acesso equitativo a espaços de poder. Nesse caminho, ainda existe muito a se fazer no caso de pessoas trans e não binárias, a exclusão sistemática em ambientes institucionais e políticos dessa parte da comunidade LGBTQIAPN+ é agravada por violências simbólicas, físicas e institucionais. A presença dessas identidades em cargos de liderança sindical não é apenas uma questão de representatividade, mas de justiça social.

Também nesse caminho, no 36º CONSINASEFE, avançamos um pouco mais aprovando a primeira tese que trata especificamente das questões de diversidade sexual e de gênero.

Historicamente, os sindicatos desempenham papel fundamental na defesa dos direitos trabalhistas e na construção de políticas públicas. No entanto, muitos ainda reproduzem estruturas excludentes, invisibilizando grupos marginalizados.

Nos sindicatos, reflexões sobre esse tema LGBTQIAPN+ ainda são recentes. Dentro do SINASEFE, já são apontadas em nossas plenárias, as mazelas do machismo, do racismo e do fascismo, mas as questões da LGBTQIAPN+fobia ainda são bastante invisibilizadas, em especial as questões trans e não binária, que são varridas para debaixo do tapete.

O movimento sindical precisa compreender e abraçar a pluralidade do conjunto da classe trabalhadora, ou seja, ê/a/o trabalhadore/a/o jamais deve ser discriminade/a/o por um aspecto da sua existência, seja sua identidade de gênero ou sua sexualidade. Somente será possível avançar na pauta da inclusão das maiorias minorizadas e do combate às opressões promovendo-se a igualdade e a inclusão da diversidade na defesa dos Direitos Humanos e na luta contra o preconceito, com foco numa perspectiva interseccional, o que certamente guia os rumos da atuação da Coordenação Nacional de Políticas para Pessoas LGBTQIAPN+ na estrutura do SINASEFE.

Mais que isso, deve se reconhecer também o SINASEFE como espaço perpetuador de comportamentos de violência contra servidores LGBTQIAPN+ e, neste sentido, se permitir à autorreflexão para o enfrentamento intransigente a essas violências. Neste contexto, convém destacar que o combate às opressões sexuais e de gênero não divide nem esvazia a luta de classes, tendo em vista que a comunidade LGBTQIAPN+ é parte constituinte da classe trabalhadora. Desta forma, não se pode falar em vitória da classe trabalhadora enquanto uma parte dela continua oprimida. Não devemos, portanto, lançar mão do argumento da "luta geral da classe trabalhadora" em prol do esvaziamento do combate as opressões.

5. Compromisso ético e político

A Coordenação Nacional deve garantir a visibilidade e o espaço político dentro do sindicato para a atuação de pessoas LGBTQIAPN+, trabalhadories/as/es da Educação que constroem o SINASEFE e que, além de sofrerem todos os ataques classistas do sistema, ainda são vítimas de preconceito na sociedade, no local de trabalho e até dentro do sindicato.

É para dar lugar e vez a essas vozes que este grupo de pessoas se organizou no 35º CONSINASEFE e apresentou a tese que resultou na criação da pasta. Agora é o momento de exercer seu papel de combate à LGBTQIAPN+fobia em todas as suas manifestações,

principalmente no ambiente de trabalho e na luta sindical; de estabelecer a representatividade LGBTQIAPN+ na Direção Nacional do SINASEFE; de impulsionar a representatividade nas seções sindicais do SINASEFE no país inteiro; de acolher e encaminhar denúncias de vítimas de LGBTQIAPN+fobia; de propor atividades específicas de formação para a diversidade; de complementar ações do SINASEFE no combate às opressões; e de dar visibilidade à população LGBTQIAPN+ dentro do sindicato.

Com esse intuito, foi realizado, entre os dias 18 e 22 de junho de 2025, o I Encontro de Diversidade Sexual e de Gênero do SINASEFE, um evento protelado nos últimos anos dentro deste sindicato. Deixamos claro que não foi privilégio concedido pelo sindicato, mas sim uma conquista de nossa militância LGBTQIAPN+, ao reivindicar a mesma atenção que nosso sindicato dispensa a outras pautas das lutas de combate às opressões, todas tão legítimas e importantes quanto a nossa. Este encontro não foi um favor institucional, mas uma vitória política, resultado direto da luta pela igualdade e pelo reconhecimento de todas as pautas de combate às opressões.

Agora precisamos avançar para garantir no próximo congresso estatutário a presença de pessoas trans e não binárias em espaços de decisão para romper com estruturas normativas que historicamente definiram quem pode ocupar posições de poder. A deputada federal Erika Hilton tem sido um belo exemplo da importância de pessoas trans em espaços de poder no cenário político brasileiro.

Diferenciando-se deste sistema vigente, o respeito e o espaço dispensado à pauta da diversidade sexual e de gênero demonstrarão o efetivo compromisso do SINASEFE com a luta contra todas as formas de opressão, bem como com a batalha para superar o sistema capitalista, etapa fundamental para que possamos reconstruir as relações humanas na sociedade, no trabalho e no movimento sindical.

Acreditamos que ao adotar políticas afirmativas como as cotas, o SINASEFE se posiciona como referência na luta por direitos humanos, diversidade e democracia. Essa postura não apenas fortalece sua atuação interna, mas também projeta sua relevância no cenário nacional, inspirando outras entidades a seguirem o mesmo caminho. A representatividade, nesse sentido, é força, é resistência e é futuro.

Propostas de encaminhamentos

1 – O SINASEFE se compromete com as pautas, lutas e conquistas des/as/os companheires/as/os LGBTQIAPN+ no âmbito do sindicato.

2 – Será criado, no âmbito do SINASEFE, um observatório com o objetivo de estudo e acompanhamento da violência contra LGBTQIAPN+ nas instituições educacionais, bem como no movimento sindical.

3 – O SINASEFE deve fomentar a atuação para o fortalecimento dos núcleos de gêneros e sexualidades (e correlatos) institucionais, bem como pressionar pelo pagamento de FG para coordenação desses núcleos.

4 – O SINASEFE deve atuar para o fortalecimento dos GTs/ núcleos de gêneros e sexualidades institucionais, fomentando o surgimento e fortalecimento de coletivos políticos independentes centrados nas questões de gêneros e sexualidades no âmbito das instituições da base.

5 – O SINASEFE deve orientar a construção de GTs/ núcleos de gêneros e sexualidades em suas seções, estimulando ações construídas por e para sindicalizades/as/os.

6 – O SINASEFE promoverá cursos de letramento em diversidade sexual e de gênero, obrigatoriamente, para as pessoas ocupantes de cargos de direção sindical, a fim de proporcionar melhor acolhimento aês/às/aos sindicalizades/as/os.

7 – O SINASEFE exigirá letramento e compromisso com a pauta LGBTQIAPN+ de suas assessorias jurídicas locais e nacional.

8 – O SINASEFE criará um fórum nacional dês/as/os sindicalizades/as/os que atuam nos coletivos independentes e núcleos de gêneros e sexualidades.

9 – O SINASEFE deverá incluir urgentemente o tema das cotas trans nas mesas de negociação com o governo.

10 – O SINASEFE deverá mapear as identidades de gêneros e sexualidades presentes nas seções do SINASEFE, respeitando a privacidade dês/as/os servidories/as/es.

11 – O SINASEFE deverá incluir as questões de pessoas 60+, inclusive aposentadas, nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero.

12 – O SINASEFE deverá incluir ações de letramento em diversidade sexual e de gênero em todos os eventos do SINASEFE.

13 – O SINASEFE deverá ampliar as ações e a presença de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans, não restringindo às mesas sobre discussão de gêneros e sexualidades.

14 – O SINASEFE deverá estimular a criação de protocolos para encaminhamento de casos de LGBTQIAPN+fobia ocorridos no âmbito institucional.

15 – O SINASEFE, tanto no âmbito nacional quanto no das seções, deverá construir protocolos de combate a ações que configurem violência de gênero e/ ou sexualidade em suas atividades.

16 – O SINASEFE deverá realizar campanha por trabalho e direitos trabalhistas com foco na realidade de ultraexploração, negação de trabalho, preconceitos no trabalho e de direitos à renda da população da LGBTQIAPN+.

17 – O SINASEFE deverá promover discussões sobre o impacto da EC 19/98 e dos ataques ao RJU.

18 – O SINASEFE deverá, com prioridade e urgência, retomar a luta contra a reforma administrativa, compreendendo as graves consequência para a população LGBTQIAPN+.

19 – O SINASEFE deverá desenvolver campanhas e ações de conscientização sobre o envelhecimento com dignidade ao público LGBTQIAPN+.

20 – O SINASEFE deverá combater as políticas liberais ultraconservadoras que se baseiam em premissas LGBTQIAPN+fóbicas, sexistas, machistas, racistas, capacitistas, etaristas, circunscritas na ideologia "escola sem partido", tal como a militarização das escolas, a educação domiciliar e os PLs que visam censurar o debate das questões de gênero e diversidade sexual nas instituições públicas de ensino.

21 – O SINASEFE deverá fortalecer e conscientizar nossas seções da luta contra as tentativas de realizar uma reforma administrativa que vulnerabiliza os novos servidores, diante de todas as ações de assédios, constrangimentos, PADS sobre os servidores LGBTQIAPN+ enquanto ainda temos a garantia da estabilidade.

22 – O SINASEFE deve incentivar que as seções promovam a participação de pessoas trans e não binárias nas plenárias, garantindo sua representação como delegades/as/os, e adotar ações de aproximação com iniciativas, projetos, programas e Núcleos voltados às questões de diversidade sexual e de gênero, atuando de forma pró-ativa no acolhimento das pessoas pertencentes a essa comunidade.

23 – Preferencialmente, os GTs, pastas e outras iniciativas das seções sindicais deverão adotar a nomenclatura "Diversidade Sexual e de Gênero" ao se referir à nossa comunidade.

Assinam esta tese:

1.	Adriana Martins Marques da Costa	IFBA CMS
2.	Adriane Pinto	SINASEFE Pelotas
3.	Alane Karine Dantas Pereira	Sindsifpe
4.	Alemar Moreira de Sousa	SINTEF - Goiás
5.	Alexandre Fleming Vasques Bastos	Sintietfal
6.	Alice de Araújo Nascimento Pereira	SINASEFE iffluminense
7.	Alice Gomes	Sindscope
8.	Alice Seben Campana	Bento Gonçalves/RS
9.	Alisson Lima	SINASEFE ifba
10.	Aluísio Gomes Coelho.	Seção CMR/EAMPE
11.	Amalia Cardona Leites	Alto Vale do Itajaí – IFC

12.	Amaury Garcia dos Santos Neto	SINASEFE CMRJ
13.	Ana Cláudia kohls Colvara	IFSUL/SINASEFE
14.	Ana Paula Brasil	SINASEFE Ifes
15.	ANA PAULA DA SILVA	SINTIFRJ
16.	Ana Paula Meneghelli Zanchetta	Seção Colatina
17.	Ana Paula Oliveira Roman	IFPA, CTRB e CIABA
18.	Ana Quezia Santos Carneiro	IFBA CMS
19.	Ana Tereza Souza dos Santos	SINASEFE IFBA CMS
20.	Anderson Allan Almeida Galvão	SINASEFE Brasília
21.	ANDERSON ROCHA DA SILVA	SINTIFRJ
22.	André de Holanda Sarmento	IFBA/CMS
23.	André Martins	IFBA CMS
24.	Andréa Lima Barros	IFMA/ Monte Castelo
25.	Andréa Conceição Costa	IFBA CMS
26.	Andrea Moraes	Sintietfal
27.	Andréia de Fátima Pinsan	Porto Velho/Ariquemes/Guajará-Mirim
28.	Andréia Fernanda Silva iocca	SINASEFE seção sindical Mato Grosso
29.	Andressa Fouchy Schons	Bento Gonçalves
30.	Anna Luiza Moura	Sindscope
31.	Antonildo Santos Pereira	Seção SINASEFE IF Sertão PE
32.	Antonio Warner Lucas Alvea	Cariri
33.	Arlindo José Merçon	Vitória
34.	Bárbara Borges de Almeida	IFMS Campus Campo Grande
35.	Bárbara Luana Sousa Marques	SINDSIFCE
36.	Beatriz Costa e Cunha	CMRJ
37.	Bernadete Melo	Sindscope
38.	Bianca Ponciano Prell	Sintifrj
39.	Breno Lima Rodriguez	Vitória
40.	Brunna Teixeira da silva	Brasília
41.	Camila Lima Santana e Santana	SEÇÃO IF BAIANO
42.	Camila Tenório Cunha	Brasília
43.	Carla Adriana Oliveira Silva	IFG - Águas Lindas
44.	Carlos Alberto firmino dos Santos	Ifes
45.	Carlos Magno Augusto Sampaio	SINASEFE IFBAIANO
46.	Carmelita dos Santos Osório	Seção IFBA CMS
47.	Carolina Costa	SINTEFPB, IFPB, campus Cajazeiras
48.	Claudemir Onassayô	SINDSIFPE
49.	Claudia Ferreira	Espírito Santo

50.	Claudilena Corrêa Araújo	SINASEFE seção Codó - IFMA
51.	Cleiton Mariano da Silva	SINDSIFPE
52.	Cleoni Virginio da Silveira	São Gabriel da Cachoeira-AM
53.	CLISIVANIA DUARTE DE SOUZA	IFAM
54.	Clisivânia Duarte de Souza	IFAM
55.	Crispim Alves de Barros	IFBA CMS
56.	Cristina Zanella Rodrigues	Seção IFSul
57.	Cynthia Mattosinho	IFS
58.	Daise Vieira Moitinho	SINASEFE/IFBA/CMS
59.	Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
60.	Danielle Lisboa da Silva	SINASEFE IFSul
61.	Demian Boaroli	Bento Gonçalves
62.	Deoclides da Gama Braga Filho	Sindscope
63.	Diacuy Pereira de Andrade Felipe	Crato Ceará
64.	Edimar da Rocha	Salinas
65.	Edison Nogueira	SINTIFRJ
66.	Edmar da Rocha Marques	Sindscope
67.	Edson Santos Nascimento	IFBA CMS
68.	Eduardo Gomes de Lucena	SindsIFPE
69.	Eduardo Perovano Santana	IFBAIANO
70.	Elaine Cristina dos Santos	SINASEFE SP
71.	Elane de Souza Mafra	Seção SINASEFE Manaus
72.	Elane Nardotto Rios	SINASEFE IFBA/CMS
73.	Elenira Vilela	IFSC
74.	Eliana Silva Nascimento	Filiada
75.	Eliseanne Lima da Silva	Manaus-AM
76.	Elizabeth Soares Dutra	Sindscope
77.	Elizangela Maria Esteves de Barros	SINASEFE-SP
78.	Emiliana da Consolação Ladeira	Barbacena
79.	Emiliano Gonçalves de Jesus	IFBA/CMS
80.	Emmanuel Victor Hugo Moraes	Ifes
81.	Eugenia Tavares Martins	SINDSIFCE
82.	Euza Raquel de Sousa	Mossoró
83.	Evaldo Gonçalves Silva	SINTEF-GO
84.	Everton Murilo da Vitória Olario	Itapina
85.	Fabiano Brito dos Santos	SINASEFE-IFBA-CMS
86.	Fabiano Couto Milagres	IFMG/CMBH
87.	Fabio Costa Peixoto	SINTIFRJ
88.	Fátima Maria de Oliveira	Natal
89.	Fernanda Cristina Camillo	IFSul
90.	Fernanda Fernandes de Souza	IFC Concórdia

91.	Fernanda Fernandes de Souza	Concordia
92.	Fernanda Rodrigues de Figueiredo	Norte de Minas
93.	Fernanda Rosá	IFSC
94.	Fernando Moraes de Oliveira	SINTIFRJ
95.	Flávia Cândida do Nascimento de Souza	Seção Ifes
96.	Flavia Hiromi Takahashi	Pimenta Bueno RO
97.	Francilon Lima Simões	Seção IFSul
98.	Francisco Freitas	SINTEFPB
99.	Gabo Oliveira	APROFCMPA
100.	Gabriela Borges Barbosa	Mato Grosso
101.	Gerson Antônio Vieira Lourenço	SINASEFE IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba
102.	Gerson Carlos Pereira Lindoso	SINASEFE Seção Monte Castelo- SI_MA.
103.	Gil Aciolly Dantas Jacinto	Sindsifpe
104.	Gislaine Carvalho Cogo	SINASEFE/ Seção Sindical São Vicente do Sul
105.	Gizella Menezes Rodrigues	CMR/EAMPE
106.	Grazielle Nayara Felício Silva	SINASEFE São Paulo
107.	Guery Tã Baute e Silva	SINASEFE sp
108.	Gustavo Leite Gonçalves	Barbacena
109.	Hélio de França Gondim	SINTEFPB
110.	Hérlon Iran Rosa	Litoral
111.	Hermes de Oliveira Machado Filho	Sintef-PB
112.	Hilário Paes de Almeida	SINASEFE SP
113.	Hugo Álisson Alves da Costa	SINDSIFCE
114.	Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi	Cáceres-MT
115.	Irismar Monteiro Brasil	SINASEFE – PARÁ
116.	Isabel Milanez Ostrower	SINTIFRJ
117.	Ivan Almeida Rozário Júnior	SINASEFE-Ifes
118.	Ivanyr da Silva Alves	Sindscope
119.	Jairo da Silva Campelo	Seção IFSul
120.	Jálvaro Santana da hora	IFBA
121.	Janaína Marinho Wanderley da Silva	SINASEFE IFBA CMS
122.	Janete do Nascimento	Pimenta Bueno RO
123.	Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas	SINDSIFCE
124.	Joacir Benedito de Figueiredo	Cáceres-MT
125.	João Carlos Cichaczewski	Litoral/SC
126.	Joiana Dias Prestes	Alto vale /sc

127.	Jonas Heck	Bento
128.	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Bento Gonçalves
129.	Jorgenete Crispim da Silva Ferreira	SINASEFE-Acre
130.	José Eurico Ramos de Souza	Manaus
131.	José Roberto Costa Nascimento	Manaus
132.	Josenilda de Souza Silva	Januária/MG
133.	Jucelio Kulmann de Medeiros	IFSC
134.	Juliana Das Oliveiras	SINDSIFPE
135.	Juliene Kely Zanardi	SINASEFE CMRJ
136.	Karla Simões de Andrade Lima Bertotti	CMR/EAMPE
137.	Katiuscia da Costa Pinheiro	Monte Castelo
138.	Kelly Samara do Nascimento Silva	SINTEFPB
139.	Lafayete Menezes de Alencar Lima Rios	IFBA/CMS
140.	Laís Andrade Souza	SINASEFE-IFBA/CMS
141.	Laís Costa de Oliveira	IFBA CMS
142.	Larissa da Costa Melo	IFSertãoPE
143.	Larissa Pani Intra	SINASEFE Ifes Vitória
144.	Laurenir Santos Peniche	Pará
145.	Leandro Aparecido de Aguiar	SINASEFE Bento Gonçalves
146.	Leandro Batista da Silva	APROF CMPA
147.	Leane Liny dos Santos Lima	IFBA CMS
148.	Leida Alves Machado Da Silva	Seção Jatai - IFG
149.	Leonardo Campos Soares	Seção IFSul
150.	Leonardo Pereira Maia	IFMG/CMBH
151.	Leyza Buarque Lucas	SINTIFRJ
152.	LISSA MARA SARAIVA FONTENELE	SINDSIFCE
153.	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Bento Gonçalves
154.	Luciana dos Santos Teixeira	Colatina
155.	Luciele Espich	SINASEFE – IFSC
156.	Lucrécia Helena Iacovino	Sindscope
157.	Luiggia Girardi Bastos Reis de Araujo	SINTIFRJ
158.	Luís Fernando Barbosa Brito	SINASEFE/CMS
159.	Luzia Batista Ferreira	Jataí GO
160.	Margareth de Souza Cunha	SINDSCOPE
161.	Maíra Ferreira Martins	São Paulo
162.	Manoel José Porto Júnior	Seção Sindical IFSul
163.	Mara Suzenir Lemos de Souza Marcellino	Manaus-AM
164.	Marcela Ariete dos Santos	Seção Cáceres/MT

165.	Marcelo Assunção	CMRJ
166.	Marcelo Teixeira da Silva	SINASEFE CMR/EAMPE
167.	Marcia Gabriel Cabral	SINDSCOPE
168.	Márcia Maria Granja França	SINDSCOP
169.	Márcia Maria Paixão Angelo	IFBA CMS
170.	Marcos Antônio Vieira Batista	Iguatu CE
171.	Marcos da Cru Alves Siqueira	IFSP - Ilha Solteira
172.	Marcos Fassina	Ifes Campus Vitória
173.	Marcos Vinicius Milan Maciel	APROFCMPA
174.	Marcus Podestá	IFES - Vitória ES
175.	Marcus Vinicius Araújo Ávila	Valença-BA
176.	Maria Angela Dutra Machado	Vitória ES
177.	Maria Aparecida Porfírio	CMB
178.	Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo	ASSINES-RJ
179.	Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya	Seção sindical /Natal-RN
180.	Maria Cristina Santana de Oliveira	Sindscope
181.	Maria da Conceição Castro Cordeiro	Sintefpb
182.	Maria da Penha Xavier	Vitória
183.	Maria de Fátima Silveira Medeiros	SINASEFE IFSUL
184.	Maria Edite Ferreira	Pimenta Bueno
185.	Maria Eliana Almeida Matos	IFBA/CMS
186.	Maria Fernanda Freitas Braga	SINASEFE Januária/MG
187.	Maria Lêda Costa Silveira	IFSC
188.	Maria Rita Berto de Oliveira	Porto Velho
189.	Mariana Lucas Mendes	Urutaí
190.	Marilete Cândido de Mattos Previero	IF Baiano
191.	Marina Viana Bispo dos Santos	SINASEFE/Ifba
192.	Mario Luiz Madeira Ferreira	Litoral
193.	Marlene de Alencar Dutra	Sindifce
194.	Marlene Santos Socorro	IFBA/CMS
195.	Marli Selini	Mato Grosso do Sul
196.	Marlise Sozio Vitcel	IFSul
197.	Matheus Basilio Silva Gomes	Urutaí GO
198.	Maurício Mendes	CMRJ
199.	Maurício Roberto da Silva	Manaus/Amazonas
200.	Maximiano Guimarães Neves	SINASEFE IFSul
201.	Meire Siqueira	Manaus
202.	Mere Luci da Rosa	Bento Gonçalves
203.	Milena Beatriz Lira Dias da Silva	SINTEFPB
204.	Miriam Amanda Torres Lustosa	Seção Codó (MA)

205.	Monica Batista da Trindade	SINTIFRJ
206.	Monique Izoton	SINASEFE BG
207.	Nadja Conceição de Jesus Miranda Costa	IFBA/CMS
208.	Nadjar Aretuza Magalhães	Brasília
209.	Nadson Silva dos Santos	SINASEFE-IFBA-CMS
210.	Neilza Silva dos Santos	Gravataí
211.	Nelson de Lima Damião	Muzambinho – MG
212.	Nicelda Lovo	Seção Pimenta Bueno
213.	Norma Souza de Oliveira	IFBA CMS
214.	Onilma Freire dos Santos	CMR / EAMPE
215.	Osni da Costa Rodrigues	Seção IFSul
216.	Patrícia Mendes Calixto	Ifsul
217.	Patrícia Nery Silva Souza	Norte de Minas
218.	Paula Clarissa de Souza	IFSC
219.	Paula Mara Messias Costa	IFBA CMS
220.	Paulo André Ferreira	SINTIFRJ
221.	Paulo Marconi Linhares Mendonça	SINDSIFCE
222.	Paulo R. dos Santos	SINASEFE IFBA / CMS
223.	Paulo Raimundo Stering Malta	SINASEFE IFBA/CMS
224.	Paulo Thiago Piazza	SINASEFE - Seção Alto Vale do Itajaí
225.	Philipe Murillo Santana de Carvalho	IFBA/CMS
226.	Priscila Ferrari Paulino	São Vicente da Serra - Mato Grosso
227.	Priscila Uzêda Pereira do Vale	SINASEFE IFBA CMS
228.	Rafael Adelino Fortes	Juína
229.	Ramon José Ribeiro da Fonseca	Norte de Minas
230.	Ranieri Viana lima	SINASEFE-AM
231.	Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	Sindsifce-CE
232.	Raquel Folmer Corrêa	Bento Goncalves
233.	Regina Maria de Oliveira Brasileiro	Sintietfal
234.	Renato Garcia	Colatina-ES
235.	Ricardo Cesar Rocha da Costa	SINTIFRJ
236.	Ricardo Gomes Assunção	Urutaí/GO
237.	Rita de Cássia dos Santos	SINASEFE IFBA CMS
238.	Roberta Ribeiro Cassiano	SINTIFRJ
239.	Rodrigo Buske	SINASEFE Santa Maria RS
240.	Rony Pereira Leal	SINTIFRJ
241.	Rosa Maria Cardoso dos Santos	CMRJ/CN

242.	Rosa Maria Mota Costa	SINASEFE-ifba
243.	Rosana de Jesus dos Santos	SINASEFE Norte de Minas Gerais
244.	Roseilda Santos Patriota Queiroz	Sindisifpe
245.	Rosinaldo Fonseca da Silveira	SINASEFE IFPA, CTRB E CIABA
246.	Sabrina da Silva de Oliveira	Norte de Minas
247.	Samuel Azevedo Santos	IFBA/CMS
248.	Samuel de Carvalho Lima	Mossoró
249.	Samuel de Medeiros Modolon	Santa Rosa do Sul
250.	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	Sesisifpi
251.	Silda Morelli Cristiano Barbosa	SINASEFE sessão IFES
252.	Silvana Schuler Pineda	APROFCMPA
253.	Simone Souza Leite	SINDSIFPE
254.	Sofia Melo Cassiano da Cocneição	SINDSIFPE
255.	Suelen Barbosa de Deus Rodrigues Pinto	Sintifrj
256.	Sueli Borges Pereira dis Santos	Monte Castelo
257.	Suênia Vasconcelos de Souza	Sintefpb
258.	Suzana de Souza Gutierrez	APROFCMPA
259.	Suzanne de Oliveira Nunes	SINDSCOPE
260.	Tamíris Bauer Grimaldi	SINASEFE Litoral (IFC)
261.	Tânia Gomes Façanha	SINASEFE Acre
262.	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Sergipe
263.	Tarcísio Duarte da Costa	Sintef - PB
264.	Tátia Áquila Vieira	SINTIFRJ
265.	Tatiana Donadio Abreu	SINASEFE-SP
266.	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	SINASEFE Pará
267.	Teresa de Souza Bahia	SINASEFE IFBA CMS
268.	Tereza Prallon	Colégio Pedro II
269.	Thiago Coelho de Santana	Petrolina-PE
270.	Tícia Britto	IFBA CMS
271.	Ticiano Lima de Souza Santos	IFBA CMS
272.	Valter José da Silva	IFBA CMS
273.	Vicente Duque de Almeida Neto	IFBA CMS
274.	Victor dos Santos Pereira	Seção Bento Gonçalves/IFRS
275.	Vilma Urpia	Seção IFBA CMS
276.	Wagner de Avila Quevedo	Sintifrj
277.	Wildson Justiniano Pinto	Rio Pomba
278.	Wilker Gomes Raposo	SINTEFPB
279.	William do Nascimento Carvalho	SINDSCOPE

280. William Kelbert Nitschke IFSul

14 - Racismo institucional e omissão política: da estrutura do Estado à reprodução sindical

O racismo institucional constitui a forma mais consolidada e silenciosa de reprodução das desigualdades no Brasil. Diferentemente das manifestações explícitas de discriminação, ele não depende da intenção consciente de quem o pratica. Opera nas estruturas do Estado, nas regras burocráticas, nas decisões administrativas, nos critérios aparentemente neutros de mérito e produtividade. É a lógica que naturaliza privilégios e invisibiliza a desigualdade. É, portanto, a face moderna do mesmo racismo histórico que sustentou o projeto colonial, escravista e patriarcal brasileiro.

Desde a formação colonial, a administração pública foi construída como instrumento de controle das elites sobre as populações trabalhadoras. O Estado brasileiro nasceu como um aparelho de coerção racial, desenhado para garantir a exploração econômica e a exclusão política de negros, indígenas e mestiços. Como analisa Clóvis Moura, a escravidão não foi apenas um sistema econômico, mas um sistema de produção e de dominação que articulava exploração e coerção racial (1959). O regime escravista estruturou não apenas a economia, mas a cultura política e as hierarquias que ainda moldam o país: a abolição não destruiu o sistema escravista; apenas o atualizou sob novas máscaras.

Essa atualização histórica é o núcleo do racismo institucional. A passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre não rompeu com a lógica racial da exploração: apenas deslocou o foco da coerção física para a coerção legal e simbólica. O Estado republicano, herdeiro direto da Casa-Grande, construiu políticas que mantiveram a população negra e indígena fora dos direitos de cidadania. O voto censitário, o controle policial sobre as populações pobres, a exclusão do negro e do indígena do serviço público e a criminalização das culturas afro-brasileiras foram mecanismos estatais de continuidade da dominação racial.

No século XX, o racismo institucional adquiriu novas formas. A industrialização e a urbanização não significaram integração plena, mas uma nova divisão racial do trabalho. A população racializada foi empurrada para os setores mais precarizados, informalizados e perigosos da economia. O Estado, por sua vez, consolidou o que Moura chama de "proletariado marginal" – um contingente de trabalhadores racializados, superexplorados e descartáveis (1994).

Esse proletariado marginal é o retrato mais cruel da combinação entre racismo e capitalismo dependente. No Brasil, o capital precisou racializar a força de trabalho

para garantir sua reprodução. A exploração econômica e a discriminação racial são, portanto, dimensões indissociáveis da formação social brasileira. A raça funciona como critério de seleção e desvalorização da força de trabalho, assegurando que a superexploração de uns mantenha o privilégio de outros.

A estrutura estatal foi erigida sobre essa desigualdade. Desde a polícia até a universidade, as instituições brasileiras foram desenhadas para preservar a hierarquia racial. A ideia de "mérito" foi convertida em filtro de exclusão, e a impessoalidade administrativa, em disfarce da injustiça. Como observa Lélia Gonzalez, o mito da democracia racial funciona como "um véu ideológico que encobre o racismo cotidiano e estrutural, permitindo que ele se reproduza sob a aparência da cordialidade" (1983, p. 226). Essa cordialidade institucional é a pedagogia da omissão: administra-se a diferença sem jamais enfrentá-la.

Ao longo do século XX, o Estado brasileiro aprendeu a governar o racismo por meio do direito abstrato. Não é preciso negar a igualdade, basta não garanti-la. Essa forma sofisticada de exclusão faz do silêncio uma política pública. A ausência de reparação, de redistribuição e de reconhecimento é, ela mesma, uma estratégia de gestão. Assim, o racismo institucional transforma-se em método e uma política de governo: um modo de administrar a desigualdade racial sem admitir sua existência.

Essas práticas são constantemente reproduzidas e muitas vezes naturalizadas nos ambientes de trabalho a exemplo da divisão de poder e espaços de chefia onde constata-se a necessidade de melhorias urgentes nas instituições públicas e privadas evidentes ao olhar comum porque tem cor.

Assim é necessário que os sindicatos defendam e proponham que as instituições busquem um diagnóstico interno e que posteriormente permita incluir a diversidade de raça e gênero e como critério para ocupação de cargos conforme o Decreto nº 11.443/2023, que determina a reserva de 30% dos cargos em comissão e funções de confiança (CCE e FCE) para pessoas negras, com o objetivo de aumentar a representatividade em postos de liderança. Uma medida necessária a modificar barreiras muitas vezes invisíveis e promover uma maior diversidade em nossas instituições.

Essa mesma lógica atravessa o movimento sindical. O sindicalismo, nascido como instrumento de luta contra a exploração capitalista, acabou reproduzindo parte das contradições da sociedade que combate. Por muito tempo, predominou no campo sindical brasileiro uma concepção universalista e abstrata de classe, que tratava os trabalhadores como categoria homogênea, ignorando que a classe trabalhadora é atravessada por diferenças raciais, de gênero e de território. O resultado foi o

apagamento das experiências e das pautas dos trabalhadores negros, indígenas e quilombolas dentro de suas próprias organizações.

Como adverte Frantz Fanon, não basta dizer que o racismo é consequência da dominação econômica; é preciso compreender como ele se transforma em estrutura do inconsciente social (1952). A advertência de Fanon ajuda a entender por que a luta de classes, quando desprovida da análise racial, tende a reproduzir as hierarquias da sociedade capitalista. O racismo não é apenas uma ideologia do capital; é uma tecnologia de poder que organiza as relações de produção, o imaginário e até os afetos.

Nas entidades sindicais, essa tecnologia se manifesta de diversas formas: na composição das direções, majoritariamente brancas e masculinas; na ausência de formações políticas sobre racismo e desigualdade; e na resistência a reconhecer as opressões específicas vividas por trabalhadores racializados. A omissão não é mero descuido: é um ato político que preserva estruturas de privilégio. Quando o sindicato se cala diante do racismo, reproduz o mesmo silêncio que denuncia no Estado.
O racismo institucional nas organizações dos trabalhadores revela uma contradição profunda. O sindicalismo se propõe emancipador, mas muitas vezes reproduz os mecanismos de exclusão que estruturam a sociedade capitalista. A falta de representatividade racial e de gênero nas direções não é casual: é resultado de um processo histórico em que a liderança sindical foi capturada por segmentos socialmente privilegiados da classe trabalhadora. Esse fenômeno, analisado por Clovis Moura, expressa a divisão racial da consciência de classe, onde o trabalhador branco se percebe universal, enquanto o trabalhador negro é percebido como exceção.

Assim, a luta de classes, no Brasil, sempre foi racializada. O proletariado não é apenas um sujeito econômico, mas também histórico e culturalmente marcado por hierarquias raciais. Ignorar isso significa reduzir a complexidade da exploração e enfraquecer a própria capacidade de organização coletiva.

A superação dessa limitação exige que o sindicalismo reconheça o racismo institucional como parte constitutiva da dominação capitalista. Isso implica redefinir suas formas de ação, suas práticas pedagógicas e sua própria cultura política. Assumir o combate ao racismo não é fragmentar a classe, mas reconstruir sua unidade real, a partir do reconhecimento das diferenças concretas que a compõem.

O desafio é, portanto, reconstruir o sindicalismo como instrumento de emancipação social e racial. Essa reconstrução passa pela democratização interna das entidades, pela formação política permanente, pela inclusão de trabalhadoras e trabalhadores

negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiências nas instâncias de decisão, e pela adoção de uma agenda que reconheça o racismo como problema estrutural da classe.

Como escreveu Lélia Gonzalez, a luta do povo negro é, antes de tudo, um projeto de libertação humana (1982). Esse projeto não é separado da luta de classes, mas seu prolongamento histórico no contexto brasileiro. Um sindicalismo que compreende essa articulação é capaz de transformar a dor coletiva em consciência política e a consciência em organização transformadora.

Por isso, enfrentar o racismo institucional é reencontrar o sentido político da solidariedade de classe – não a solidariedade abstrata que apaga as diferenças, mas aquela que reconhece, nas feridas abertas do povo negro, indígena e quilombola, o mapa concreto da exploração e da resistência. O silêncio diante da desigualdade racial é cumplicidade com o capital; o enfrentamento consciente é o primeiro passo da libertação.

Somente quando o sindicalismo incorporar a luta antirracista ao seu centro político – e não como apêndice ou formalidade – poderá cumprir sua vocação histórica de ser instrumento de emancipação da classe trabalhadora em toda a sua diversidade. Ter uma pasta dedicada à questão racial é um avanço necessário, mas insuficiente quando essa estrutura permanece subfinanciada, isolada e desarticulada das decisões centrais. Quando os tempos e espaços destinados à discussão racial são sempre reduzidos e subaproveitados. Destinar recursos escassos e espaços simbólicos a esse debate é uma forma sutil de reproduzir o mesmo "gueto" que o movimento pretende superar. O racismo institucional, portanto, não é um tema periférico, mas o espelho mais nítido da estrutura de dominação que o sindicalismo deve combater.

Racismo institucional na educação e o dever sindical de fiscalizar e garantir a efetivação das políticas afirmativas

A educação é um dos espaços em que o racismo institucional brasileiro se manifesta com maior persistência e sofisticação. Em um país que formalmente se declara igualitário, a escola e a universidade continuam reproduzindo as hierarquias raciais que estruturam a sociedade desde o período colonial. A promessa de democratização do ensino público, tantas vezes reiterada, sempre veio acompanhada de mecanismos de exclusão. O acesso foi ampliado, mas a desigualdade permaneceu.

A passagem do trabalho escravizado ao trabalho livre não significou libertação, mas a reorganização da coerção racial sob novas formas institucionais (MOURA, 1988). A

escola moderna, parte desse mesmo projeto de civilização, foi erigida como instrumento de disciplinamento social: a educação que deveria libertar passou a regular corpos e saberes, garantindo a continuidade da ordem racial e de classe – um verdadeiro processo de deseducação do negro.

O currículo escolar foi concebido como instrumento de inculcação da ideologia eurocêntrica que naturaliza a inferiorização do negro (MUNANGA, 1999). Esse silenciamento pedagógico não é resultado de ausência casual de representatividade, mas de um projeto histórico de branqueamento que oculta o protagonismo negro, indígena e popular em nome de uma pretensa universalidade do saber europeu, configurando um processo de epistemicídio – a negação e destruição sistemática dos conhecimentos e racionalidades produzidos pelos povos racializados (CARNEIRO, 2005).

A ideologia da neutralidade escolar mascara o racismo institucional. A universalidade da razão moderna, base do modelo educacional brasileiro, foi construída pela negação dos "outros". A escola participa da produção simbólica do "não-ser negro", convertendo sujeitos racializados em objetos de tutela e avaliação, enquanto a branquitude institucional define quem é o sujeito do conhecimento.

Esse processo produz também adoecimento psíquico. As instituições educacionais são espaços de introjeção do racismo, onde sujeitos negros aprendem a negar sua identidade como condição de aceitação (SOUZA, 1983). O racismo escolar, ao gerar vergonha e silenciamento, cumpre uma função ideológica na reprodução das desigualdades.

Manifesta-se de forma sutil e cotidiana, sustentada pela omissão institucional e pela crença na igualdade formal. Professores e gestores, ao negarem o problema em nome de uma suposta "educação para todos", acabam legitimando a exclusão. Esse silêncio é uma forma de violência institucional que desresponsabiliza o Estado e naturaliza o fracasso escolar da população negra (CAVALLEIRO, 2000).

As políticas afirmativas só têm caráter emancipatório quando transformam as instituições e suas mentalidades. Não basta a presença de pessoas negras, indígenas e quilombolas nas instituições; é preciso que as instituições se tornem representativas no sentido político do termo. Essa perspectiva desloca o foco da mera inclusão para a transformação estrutural – uma educação que reconheça saberes e histórias racializadas como parte legítima da produção do conhecimento.

Essas leituras convergem para uma constatação: o racismo institucional na educação é a continuidade do colonialismo sob novas roupagens. A forma "civilizada" do racismo

contemporâneo é sua burocratização, ou seja, no uso das rotinas institucionais para reproduzir desigualdades e administrar a exclusão.

As conquistas das últimas décadas – especialmente a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008 e a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) – representaram vitórias históricas arrancadas pela luta dos movimentos negros, indígenas e quilombolas. Pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu o racismo como questão estrutural da educação. No entanto, a resistência à efetivação dessas políticas revela que a mudança legal não produziu a transformação institucional necessária.

A implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), por exemplo, é frequentemente superficial. Em muitas instituições, limita-se a ações pontuais e, algumas vezes, até caricatas – eventos, palestras e atividades isoladas – que não alteram as práticas pedagógicas nem os conteúdos curriculares. A ausência de acompanhamento, a descontinuidade da formação docente e a falta de recursos revelam que o Estado pratica uma política de aparência. O resultado é uma inclusão excludente – uma inclusão que admite a presença de sujeitos negros, indígenas e quilombolas, mas preserva intacta a lógica do privilégio.

Essa inclusão controlada é o coração do racismo institucional. O Estado administra a diversidade como concessão, não como reparação. As universidades e institutos federais cumprem parcialmente as leis, mas raramente questionam seus próprios fundamentos. O que está em jogo, portanto, não é apenas o acesso, mas o sentido da educação pública: formar para a igualdade ou reproduzir o *status quo*.

Como observa Lélia Gonzalez, o que se ensina e o que se omite revelam o pacto racial que estrutura o país (1988). A exclusão dos saberes africanos, afro brasileiros e indígenas é também exclusão política: impede o reconhecimento da experiência histórica da classe trabalhadora negra e indígena, e reforça a ideia de que o saber legítimo é o saber branco.

Frente a esse cenário, o sindicalismo classista não pode permanecer neutro. A defesa da educação pública exige o enfrentamento direto ao racismo institucional que a estrutura. Quando o sindicato não fiscaliza o cumprimento das leis, não denuncia as violações, não pressiona por formação antirracista e não protege os trabalhadores vítimas de discriminação, ele reforça a mesma omissão que critica no Estado. A neutralidade, nesse contexto, é cumplicidade.

Nos últimos anos, o SINASEFE deu um passo importante ao criar a pasta de relações étnico-raciais, conquista que expressa a luta e a resistência de suas bases negras e indígenas. Contudo, essa conquista ainda se encontra sob o que Nilma Lino Gomes

chama de "participação simbólica": o reconhecimento sem poder real. A pasta existe, mas com orçamento restrito, pouca integração e escassa influência sobre as decisões centrais. Assim, o debate racial continua marginalizado..

Essa forma de inclusão limitada é, por si, uma expressão do racismo institucional dentro da estrutura sindical. Como lembrava Lélia Gonzalez, "o problema não é apenas estar dentro das instituições, mas o modo como somos colocados nelas: sem voz, sem orçamento e sem autoridade para transformar" (1983, p. 229). O desafio é transformar a pasta racial em núcleo estratégico, articulado às demais pastas, com autonomia, poder deliberativo e papel transversal.

Concordamos com Kabengele Munanga ao afirmar que enfrentar o racismo é tarefa coletiva, não obra de heróis individuais (2009). Essa advertência serve também ao sindicalismo: não basta contar com representantes negros, indígenas ou quilombolas; é preciso que o conjunto da entidade reconheça o combate ao racismo como parte indissociável de sua agenda de classe.

Assinam:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef

20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione Cabral São Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
32. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33. Fabiano Godinho Faria Sintifrj
34. Fabio de Oliveira Dias IFSul
35. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
36. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
37. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
38. Giovana Lopes da Silva Codó
39. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
40. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
41. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga-,Aeronáutica
42. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
43. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
44. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
45. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
46. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
47. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
48. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
49. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
50. José Eurico Ramos de Souza Manaus
51. José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
52. Josenilda de Souza Silva Seção Januária
53. Karlane Holanda IFCE
54. Laurenir Santos Peniche Pará
55. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ

56. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
57. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
58. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
59. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
60. Maíra Ferreira Martins São Paulo
61. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
62. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
63. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
64. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
65. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
66. Maria da Conceição da Silva Rodrigues SINDIFCE IFCE
67. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
68. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
69. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
70. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
71. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
72. Marival Baldoino de Santana São Paulo
73. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
74. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
75. Michel Torres IFRJ
76. Natalia Ayres Sindsifce
77. Nericilda Bezerra Sindisifce
78. Odemir vieira SINASEFE ifsc
79. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
80. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
81. Pedro Ribeiro Monte Castelo
82. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
83. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
84. Raimunda Regina Ferreira de Educação
85. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
86. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
87. Renildo Viana SINASEFE Manaus
88. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
89. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
90. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
91. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus

92. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
93. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
94. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
95. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
96. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
97. Samantha Lima Macedo Sindsifce
98. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
99. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
100. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
101. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
102. Thais Norberta Bezerra de Moura Sintefpb
103. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
104. Thalismar Matias Gonçalves IFES
105. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
106. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
107. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

15 - Teses sobre opressões da Corrente Proletária na Educação

Combater o Capitalismo, raiz de todas as formas de opressão, com a luta massiva nas ruas!

I. Apresentação

A crise econômica mundial expressa o apodrecimento da sociedade capitalista. Guerras na Palestina e Ucrânia, a guerra comercial entre China e EUA, escalada militar, destruição de direitos, golpes e até da natureza revelam essa putrefação. A fome, miséria e desemprego avançam. A ultradireita obscurantista intensifica discriminações contra mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ etc. Todas essas opressões têm raiz na opressão de classe da burguesia.

No Brasil, os oprimidos sentem o peso do desemprego, subemprego, informalidade; salário de miséria; negação aos direitos básicos, como saúde, educação e aposentadoria. As contrarreformas Trabalhista, Previdenciária, Lei de Terceirização, Tributária e o novo Novo Ensino Médio impactam diretamente a vida das massas. Aparece agora a concreta ameaça da Reforma Administrativa que pretende subordinar completamente os serviços públicos ao ditame do capital financeiro.

Em resposta aos ataques dos capitalistas e seus governos, as direções dos sindicatos e movimentos sociais cultivam as ilusões eleitorais e nos métodos de pressão jurídica e parlamentar. Assim, estas respostas separam os oprimidos e os fazem confiar na possibilidade de solução das opressões sob esta sociedade capitalista decomposta, distanciam os explorados da necessária e urgente unidade que vincule a luta contra as opressões – às mulheres, negros, quilombolas, indígenas, homossexuais – à necessidade de derrubar o capitalismo pela revolução socialista, que enfrente a violência do imperialismo e enterre a exploração do homem pelo homem.

Por isso, é necessário que o 37º CONSINASEFE se dedique a organizar a luta contra as opressões fazendo um balanço crítico das tendências que impedem os explorados a se organizarem coletivamente em resposta aos ataques da burguesia. Que os explorados sejam unificados, em defesa das condições de vida, com independência de classe diante dos governos e democracia operária, sob os métodos de organização próprio da classe operária, com atos massivos, paralisações e greves.

II. Combater as opressões defendendo as condições de vida

Abaixo à violência contra as mulheres

A Lei Maria da Penha completou 19 anos, mas os dados demonstram um quadro de avanço da violência contra as mulheres. Os dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu Anuário 2025 apontam que em 2024, foram 1.492 vítimas de feminicídio no Brasil. Foram 4 mulheres mortas por dia, ou uma a cada 6 horas. A taxa é de 1,4 vítimas fatais para cada 100 mil mulheres. O perfil das vítimas mostra que 63,6% eram negras e 70,5% estavam na faixa etária de 18 a 44 anos. Em 80% dos casos, os autores foram companheiros (60,7%) ou ex-companheiros (19,1%), sendo 97% dos agressores homens e 64,3% dos crimes ocorreram dentro de casa. Além disso, 28,3% das mulheres assassinadas tinham medida protetiva ativa no momento da morte.

Em relação à violência sexual, foram registrados 87.545 casos em 2024, o equivalente a 41,2 por 100 mil habitantes – o maior número da história. Entre as vítimas, 87,7% eram mulheres, sendo 76,8% crianças e adolescentes. Os estados com maiores índices foram Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2024 houve mais de 966.785 novos processos de violência doméstica encaminhados à justiça, com 1.297.142 casos pendentes de julgamento até o fim do ano.

Estes dados mostram o fracasso da política reformista. Os números também mostram que não é sob o governo A ou B, conservador ou reformista, que a tendência ao reacionarismo e à barbárie capitalista se altera. No aniversário de 19 anos, as Secretarias, órgãos de segurança e governos se viram obrigados a reconhecer a insuficiência da Lei, porém com o mesmo discurso – que precisa apenas de mais rigor, maior investimento, fortalecimento da segurança pública etc. – o velho tripé do reformismo contra as opressões: conscientização/educação, políticas públicas/afirmativas e coerção/punição.

Em São Paulo, até mesmo o governo aliado à ultradireita bolsonarista divulgou a ampliação dos recursos de 35 milhões em 2021 para 63 milhões em 2024 para combater os crimes contra as mulheres.

Além disso, as mulheres enfrentam a falta de creche, salários menores, dupla ou tripla função – condições que são pioradas nos Institutos Federais com a política de arrocho salarial, corte no orçamento da educação, terceirização e com os ataques previstos na Reforma Administrativa.

Portanto, não é possível separar a opressão sofrida pelas mulheres da opressão de classes. Sob análise marxista das opressões, não podemos nos limitar às

aparências, mas compreender e dar respostas a partir da essência. Sob o capitalismo em decadência também se apodrecem as relações humanas, das quais a família é um de seus componentes fundamentais, assentada na propriedade privada.

Por isso, é tarefa deste 37º CONSINASEFE defender que as reivindicações das mulheres são parte da luta sindical, que deve organizar as servidoras construindo uma plataforma de reivindicações que expresse a defesa das condições de trabalho e de vida das mulheres vinculadas à defesa dos salários e direitos, sob os métodos próprios da classe operária, com independência de classe e sob a unidade dos explorados contra os ataques da burguesia. Que o movimento se coloque pela defesa da revolução socialista, que enterre o capitalismo e toda forma de opressão do homem contra o homem.

Combater o extermínio da juventude negra defendendo as condições de vida

Diariamente as notícias expressam o assassinato de jovens negros nas periferias, normalmente sob responsabilidade do aparato policial do Estado burguês, cujo objetivo último é proteger a propriedade privada. O Atlas da Violência indicou que somente em 2022 a média foi de 62 jovens assassinados por dia no Brasil. Desses dados, de 46 mil mortes em 2022, 35 mil foram de negros, ou seja, 76% dos casos de homicídios. Em 2024, esse número foi de 74%. De 661 mil mortes entre 2012 e 2022, 321 mil foram de jovens.

O capitalismo apodrecido nega à juventude o acesso à escola e ao emprego, enquanto aumenta a violência. Não é possível esperar que a burguesia resolva a violência contra os negros. Nos últimos anos, foram muitos os jovens assassinados pela polícia no Brasil, e pouquíssimos os casos em que a família conseguiu ver a condenação dos policiais. Na maioria das vezes, ameaças à família por parte dos policiais e conivência do judiciário burguês fazem com que muitos sequer busquem justiça pelos seus mortos.

Os diversos casos de impunidade só evidenciam que não se pode depositar esperanças na justiça burguesa. Os crimes contra os jovens negros, que são cotidianamente exterminados nas periferias, só poderão ser julgados por um Tribunal Popular, encabeçado pela classe operária e a maioria oprimida, erguido sobre a base das reivindicações mais sentidas, como moradia, emprego, salário, educação e saúde. Responder ao avanço das opressões com independência de classe diante dos governos, que terminam todos por fortalecer o aparato policial, só é possível pela política proletária. É imprescindível que a classe operária, os demais explorados e a

juventude ergam um poderoso movimento de massa em defesa dos direitos das mulheres, dos negros e outros grupos oprimidos de conjunto e em combate à opressão de classe, raiz das formas de discriminação.

O capitalismo não acabará com a opressão aos LGBTQIA+

É impossível ignorar os dados sobre a matança e toda forma de violência que impedem a livre manifestação das diversas formas de sexualidade e relacionamentos. Pelo 17.º ano consecutivo, entre os países analisados, o Brasil é o país que mais mata transsexuais. Aumentam as mortes de homossexuais, sendo a maioria das notificações de professores(as). A derrocada econômica e social faz ressurgir ou fortalece pseudoteorias obscurantistas sobre essa população – aumenta o estigma e o preconceito, nega-se trabalho e direitos. Há retrocessos, como a ameaça do RG transfóbico que ataca a identidade das pessoas trans.

Diante disso, devemos unir os explorados na compreensão de que o Estado não pode se intrometer nas relações privadas das pessoas, algo que diz respeito apenas aos envolvidos, excetuados casos de coerção. Defender o Estado laico não só em palavras, mas em ações classistas e atos unificados, com a separação das Igrejas do Estado.

Pelo direito de autodeterminação dos povos indígenas

Sabemos da história de invasões, extermínio, escravização e opressão aos povos indígenas. A luta pela demarcação de terras acabou estagnada, limitada e sob ameaça constante, conforme o caráter semicolonial do Brasil e as fronteiras agrícolas, grilagem e assassinatos no campo e aldeias. O marco temporal foi um duro ataque, que aconteceu no atual governo, mostrando que na prática econômica que interessa à burguesia da agroindústria se tem um continuísmo dos governos. A burguesia latifundiária e imperialista jamais admitirá o direito à autodeterminação e às condições de vida mínimas aos indígenas, a exemplo da barbárie do povo yanomami. A luta anticapitalista é que pode aliar os povos do campo ao proletariado e realizar a reforma agrária, que a burguesia não fará, pois o latifúndio atende interesses econômicos da burguesia mundial.

Diante disso, que o 37º CONSINASEFE aprove: um verdadeiro chamado, aprovado em assembleias de base presenciais, chamando centrais, sindicatos e movimentos populares para um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios de rua, sob as bandeiras:

1. Revogação de todas as contrarreformas em defesa dos empregos, salários e direitos;
2. Contra o Arcabouço Fiscal, que corta verba dos serviços públicos;
3. Abaixo ao RG transfóbico;
4. Pelo direito irrestrito ao aborto, gratuito e pelo SUS;
5. Trabalho igual, salário igual e um salário-mínimo vital à família trabalhadora;
6. Creches nos locais de trabalho;
7. Autodeterminação dos povos indígenas;
8. Contra os crimes da burguesia, que se constituam os tribunais populares;
9. Em defesa da Revolução Socialista, contra todas as manifestações da opressão capitalista!

Assinam esta tese:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Michell Tolentino – IFPE

Fábio Alves dos Santos Dias – IFC

EIXO 3. TESES DE EDUCAÇÃO

01 - O destino da Rede Federal é inseparável da disputa de projeto de sociedade[5]

Movimento Por uma Escola Popular (MEP-SINASEFE)

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, representa a maior estrutura pública de ensino técnico e tecnológico da América Latina e uma das maiores do mundo. Com 606 campi, 27 campi avançados, 127 centros de referência e 40 reitorias, a rede reúne mais de 1,98 milhão de matrículas e 84 mil trabalhadores, entre docentes e técnicos administrativos (que chegarão a quase 90 mil no contexto da expansão da rede). Dada sua capilaridade e diversidade, a Rede Federal é um sistema de ensino que forma valores, visões de mundo e subjetividades. Nesse sentido, constitui um espaço de absoluta relevância na disputa de hegemonia entre projetos de sociedade antagônicos: o projeto burguês, que instrumentaliza a educação como meio de adequação à lógica do capital, e o projeto popular, que entende a educação como prática de emancipação humana. Diante desse cenário, o SINASEFE, que representa os trabalhadores dessa Rede, tem o dever histórico de exercer uma intervenção política sistemática sobre a RFEPCT, articulando a luta econômica à luta política, para disputar o caráter e o destino dessa estrutura educacional na sociedade brasileira.

A hegemonia de uma classe determinada sobre o conjunto da sociedade se constrói na sociedade civil, no terreno das ideias, valores e instituições, onde se define a direção moral e intelectual dessa classe sobre as demais. A educação, enquanto prática cultural e política, é um dos principais instrumentos dessa disputa. A educação, em sociedades de capitalismo dependente como o Brasil, está estruturada para reproduzir as relações de dominação e o caráter autocrático da burguesia nacional. Todavia, o mesmo campo educativo pode ser apropriado pelas classes subalternas como instrumento de resistência e de construção de uma nova consciência social. Assim, a RFEPCT constitui um terreno privilegiado da luta de classes em sua dimensão cultural. Seu controle, orientação e finalidade não são neutros: ou servem à lógica do capital, transformando a educação em mercadoria,

[5] Os dados presentes nesta tese são de 2024 e foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9. Acesso em 06/10/2025.

ou se orientam pela perspectiva da classe trabalhadora, convertendo-se em instrumento de emancipação.

A composição social da RFEPCT reforça sua potencialidade de espaço popular e estratégico. Os dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024) evidenciam esse caráter da RFEPCT: 52% dos estudantes provêm de famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo; 49% se autodeclaram pretos ou pardos; e, 56% são mulheres. A faixa etária majoritária (15–29 anos) corresponde a 60% do total, mas há presença significativa de adultos trabalhadores em requalificação (20% têm entre 30 e 39 anos). Esse perfil revela que a Rede Federal cumpre um papel de inclusão social e territorial sem precedentes, alcançando majoritariamente jovens, mulheres e pessoas negras das classes populares. Por essa razão, a rede se constitui em um campo real de disputa de hegemonia: um espaço em que é possível disputar consciências, práticas culturais e concepções de mundo.

O SINASEFE, enquanto entidade que organiza mais de 30 mil dos 84 mil trabalhadores da RFEPCT, tem condições objetivas de exercer um papel histórico singular. Sua base está presente em todos os estados brasileiros, o que lhe confere capilaridade política e pedagógica comparável à própria estrutura da Rede. Essa presença territorial faz do sindicato um instrumento de direção cultural e política: um potencial "intelectual coletivo" da classe trabalhadora no campo da educação. Para isso, a ação sindical precisa ir além do economicismo, articulando:

- Luta econômica: defesa de salário, carreira, condições de trabalho e financiamento público;
- Luta política: disputa de concepções de escola, enfrentamento das reformas neoliberais e defesa da formação omnilateral;
- Luta cultural: promoção de valores antirracistas, feministas, populares e socialistas no cotidiano da prática educativa.

Por meio de atividades formativas, intervenções pedagógicas e alianças com movimentos sociais e estudantis, o SINASEFE pode transformar cada campus da RFEPCT em polo de resistência e formação crítica, consolidando a educação como prática de liberdade e emancipação social.

A presença do sindicato na Rede não pode ser episódica, nem restrita às pautas salariais. É necessário um projeto permanente de intervenção política e pedagógica, baseado em três dimensões complementares:

a) Formação política e sindical: criação de programas nacionais e regionais de formação de base, que articulem o conhecimento técnico à consciência de classe;

b) Produção de conhecimento crítico: incentivo a articulação de projetos de pesquisa e extensão voltados à análise das contradições sociais e educacionais do país, fortalecendo a autonomia intelectual da classe trabalhadora;

c) Ação comunitária e territorial: articulação entre os campi da Rede, as comunidades locais e os movimentos sociais, consolidando os Institutos Federais como espaços de poder popular.

Essa intervenção sistemática permite ao SINASEFE ocupar de forma orgânica o espaço da sociedade civil, disputando a direção moral e intelectual da educação pública contra as forças que pretendem subordiná-la ao mercado.

É pertinente incluir também nesse debate a questão das escolas de ensino básico administradas pelo Ministério da Defesa. Embora façam parte do ensino público federal, usufruindo para seu funcionamento de recursos públicos e do trabalho de servidores civis concursados, tais instituições foram idealizadas para atender aos interesses privados daqueles que ocupam as forças armadas. Nesse sentido, o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos se mostra bem distinto do público das demais escolas de Educação Básica da rede federal, já que as vagas são majoritariamente ocupadas por dependentes de militares e as poucas vagas remanescentes são preenchidas por meio de concurso altamente concorrido. Além disso, o uso dessas instituições como veículos de replicação de valores militares (sabidamente conservadores e, por vezes, alinhados a projetos da extrema direita) é abertamente declarado em documentos que determinam sua prática pedagógica. Em outras palavras, trata-se de um descarado aparelhamento ideológico do espaço e dos recursos públicos, visando ao adestramento de mentes e corpos de jovens estudantes a partir de preceitos do militarismo, como hierarquia, meritocracia e padronização.

Diante desse cenário, faz-se necessário trazer para o debate público a problemática manutenção desse modelo de escola na rede pública federal, especialmente em um contexto em que se observa sua expansão para outras redes por meio das chamadas escolas cívico-militares. Assim, cabe ao SINASEFE intensificar a luta pela migração dessas instituições para a RFEPCT, visando não só à expansão desta, mas também, e principalmente, à garantia de que espaços e recursos da rede pública federal de ensino não sejam indevidamente apropriados em prol de projetos que vão de encontro à proposta de uma educação emancipadora. Vale ressaltar, nesse sentido, a necessidade de apoio ao PL 5010/2024, da Deputada Maria do Rosário, que propõe a transferência administrativa das instituições de ensino do Ministério da Defesa para o MEC.

A RFEPCT, pela sua amplitude territorial, composição social e relevância formativa, é hoje um dos mais importantes espaços de disputa de hegemonia na sociedade brasileira. O SINASEFE, por representar os trabalhadores que constroem cotidianamente essa rede, tem não apenas o direito, mas o dever histórico de intervir politicamente em seu interior. Essa intervenção deve ser sistemática, articulada e consciente, orientada pela compreensão de que a luta econômica (salário, carreira e

condições de trabalho) é inseparável da luta política (projeto de educação e de sociedade). Somente dessa forma o sindicato poderá consolidar-se como intelectual coletivo da classe trabalhadora, transformando a Rede Federal em instrumento efetivo de formação crítica, emancipação social e construção de uma nova hegemonia fundada nos interesses históricos do povo brasileiro.

Assinam esta tese:

1. Adão Caron Cambraia - SINASEFE Santo Augusto
2. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
3. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
4. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
5. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
6. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
7. Andréa Moraes - Sintietfal
8. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
9. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - Sintietfal
10. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança
11. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
12. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
13. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
14. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
15. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
16. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
17. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
18. Eliana Silva Nascimento - IFBA
19. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
20. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
21. Fernanda Cristina Camillo - IFSUL
22. Fernanda Oliveira Silva - Mato Grosso
23. Fernando Viana Costa - SINASEFE Itumbiara
24. Frederico Bazana - Litoral - IFC
25. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
26. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
27. Gislaine Carvalho Cogo -SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
28. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
29. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
30. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
31. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
32. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
33. João Alves Pacheco - São Paulo

34. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
35. Joiana Dias Prestes - Alto Vale do Itajaí
36. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
37. Jussara Hilario dos Santos -SINASEFE MS
38. Kader Carvalho Assad - IFMS
39. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
40. Laura Santos da Cunha - IFSC
41. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
42. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
43. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
44. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
45. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
46. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
47. Mariana de Oliveira Seção - Mato Grosso do Sul
48. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
49. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
50. Milene Bobsin - IFSC
51. Mônica Teles Santos de Oliveira - SINASEFE SERGIPE
52. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
53. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
54. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
55. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
56. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
57. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
58. Rodrigo Lima - IFSC
59. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
60. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
61. Sidinei Roberto Nobre Júnior - SINASEFE -São Paulo
62. Solange Rodrigues - SINASEFE IFMG
63. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
64. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
65. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
66. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

02 - Balanço Histórico do Fórum Nacional de Educação

Movimento por uma Escola Popular - MEP/SINASEFE

1. O FNE é uma conquista da classe trabalhadora brasileira organizada em torno da pauta educacional (CBEs, FNDEP, CONEDs)

O Fórum Nacional de Educação (FNE) constitui, em essência, uma conquista da classe trabalhadora brasileira organizada em torno da pauta educacional, expressão de um acúmulo histórico de lutas, formulações e experiências construídas desde as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), na década de 1980, passando pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), nos anos 1990, e pelos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs), nos anos 2000.

Desde as CBEs de 1980, 1982 e 1986, a classe trabalhadora, por meio de seus intelectuais orgânicos e entidades representativas – sindicatos, associações científicas e movimentos sociais –, formulou a necessidade de uma instância permanente de deliberação e controle social da política educacional. Essa proposta, amadurecida nos debates do FNDEP, ganhou expressão legislativa no Projeto de Lei nº 1.258-D/1988, que propunha a criação de um Fórum Nacional de Educação (FNE) com autonomia política, orçamento próprio e infraestrutura pública, a ser institucionalizado pelo Estado.

Ainda que o projeto tenha sido derrotado em 1996, com a aprovação da LDB nº 9.394, a reivindicação permaneceu como símbolo da disputa de hegemonia da classe trabalhadora no campo educacional. Essa tática, nascida da sociedade civil organizada, orientava-se pela compreensão de que a consolidação de um sistema nacional de educação exigia um espaço público de participação e controle social, capaz de articular governo e sociedade na definição das políticas de Estado, à exemplo do debate de saúde pública ocorrida em torno da pauta do SUS.

A criação formal do FNE, em 2010, e sua institucionalização pelo Decreto nº 7.480/2011, representaram a materialização tardia dessa agenda, ou seja, uma conquista tática resultante de três décadas de luta. Contudo, como toda conquista sob o capitalismo dependente brasileiro, ela se deu em meio a contradições: o Fórum nasceu dentro do aparelho estatal, o que lhe conferiu reconhecimento institucional, mas também limites de autonomia frente ao poder executivo.

2. No seu desenvolvimento, o FNE se demonstrou um espaço que mais limitou o projeto autônomo da classe trabalhadora do que ampliou sua capacidade de intervenção na realidade brasileira

O FNE incorporou, em seu desenho organizativo, a lógica da participação tutelada pelo Estado. Em vez de se constituir como espaço autônomo de deliberação e controle social efetivo das políticas educacionais, tornou-se um conselho consultivo vinculado ao Ministério da Educação, subordinado à agenda e ao ritmo do Executivo federal. Essa característica transformou uma reivindicação nascida da sociedade civil – o direito de o povo organizar e avaliar a política educacional de forma soberana – em um mecanismo de absorção e neutralização da crítica social, típico dos processos de revolução passiva nos quais o Estado incorpora parcialmente as demandas populares para conter sua radicalidade.

Na prática, o FNE passou a operar como mediação burocrática entre o governo e as entidades da educação, restringindo o alcance transformador que o FNDEP e os CONEDs haviam projetado. Ao integrar as entidades populares e sindicais a uma estrutura estatal formal, o Fórum reduziu sua capacidade de contestação e sua autonomia política, transformando a "participação social" em participação controlada. O diálogo com o Estado substituiu a mobilização de massas, e a institucionalidade foi apresentada como substitutiva da luta política.

A consequência desse movimento foi o esvaziamento do projeto autônomo de educação popular, que se traduzia na busca por uma escola unitária, omnilateral e emancipadora, e sua substituição por uma agenda de reformas administráveis dentro dos limites da governabilidade. O Fórum, ao invés de ampliar a capacidade de intervenção da classe trabalhadora na realidade brasileira, passou a reproduzir os condicionamentos estruturais do Estado capitalista dependente, servindo como instância legitimadora de políticas educacionais alinhadas ao projeto hegemônico de desenvolvimento. O golpe parlamentar de 2016 e o desmonte do FNE pelo Decreto nº 9.099/2017 apenas tornaram explícita essa fragilidade. Ao ser dissolvido e substituído por um órgão subordinado ao MEC, o Fórum perdeu o pouco de autonomia que ainda possuía, confirmando que sua institucionalização havia sido, desde o início, uma vitória tática parcial e precária, facilmente revertida quando a correlação de forças se inverteu.

3. Alternativas foram propostas em diferentes momentos do desenvolvimento do FNE: o caso da CONEDEP e dos ENEs; o caso do FNPE e das CONAPEs.

O processo de institucionalização e posterior esvaziamento político do FNE não ocorreu sem resistência. Em diferentes momentos de sua trajetória, a classe trabalhadora e suas organizações educacionais procuraram reconstruir espaços autônomos de debate e formulação política, reafirmando o projeto de educação pública, popular e democrática que deu origem ao Fórum. Duas experiências se

destacam nesse percurso: Coordenação Nacional em Defesa da Escola Pública (CONEDEP) e os Encontros Nacionais de Educação (ENEs), bem como, em momento posterior, o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e as Conferências Nacionais Populares de Educação (CONAPEs), criados após o golpe de 2016 e a dissolução do FNE por meio do Decreto nº 9.099/2017. Ambos as iniciativas são herdeiras diretas do acúmulo político das CBEs e do FNDEP.

A CONEDEP, criada em 2014, surge como reação crítica à crescente burocratização do FNE e à sua subordinação ao Ministério da Educação. Composta por entidades sindicais, estudantis e acadêmicas – entre elas o ANDES-SN e SINASEFE –, essa coordenação buscou retomar o princípio de auto-organização que caracterizou o FNDEP nos anos 1990, afirmando o direito das entidades da sociedade civil de deliberar sobre os rumos da política educacional sem tutela governamental.

Os Encontros Nacionais de Educação (ENEs), realizados em 2014, 2016 e 2019, consolidaram esse esforço, configurando-se como espaços de articulação classista, unitária e autônoma. Neles, reafirmou-se a necessidade de reconstruir um projeto de educação popular e socialista, capaz de enfrentar tanto o empresariamento da educação quanto a cooptação institucional promovida pelos mecanismos de "participação" estatal. Em contraste com o FNE – que se limitava a pautas de gestão e acompanhamento do PNE –, os ENEs formularam uma agenda política de enfrentamento ao capital, vinculando a luta educacional à luta mais ampla contra as reformas neoliberais e o desmonte do serviço público.

A crise política aberta pelo golpe de 2016 e a extinção do FNE original impulsionaram uma nova etapa da reorganização popular. As entidades históricas que foram retiradas do Fórum (CNTE, UNE, UBES, ANPEd, ANFOPE, PROIFES, entre outras) articularam em 2017 o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), retomando explicitamente o legado das CBEs e do FNDEP. Sob sua coordenação, foram realizadas as Conferências Nacionais Populares de Educação (CONAPEs), em 2018 e 2022. Essas conferências procuraram assumir o papel de substituir a CONAE oficial (esvaziada e aparelhada pelo MEC) e de retomar a dimensão democrática, participativa e de base do projeto histórico da educação pública. As CONAPEs, portanto, representaram a reapropriação do sentido original do FNE: um espaço de construção de hegemonia pela sociedade civil trabalhadora, que reafirma o vínculo entre educação pública, projeto popular e soberania nacional.

4. O SINASEFE deve retornar ao FNE, porém sem esquecer de sua história (conclusão)

O Fórum Nacional de Educação (FNE) foi, sem dúvida, uma conquista da classe trabalhadora brasileira organizada em torno da pauta educacional. Entretanto, sua trajetória revelou também as contradições inerentes à institucionalização das lutas populares no interior do Estado, que frequentemente converte conquistas táticas em instrumentos de contenção e neutralização da crítica social. Ao longo de seu desenvolvimento, o FNE se mostrou mais eficaz em limitar o projeto autônomo da classe trabalhadora do que em ampliar sua capacidade de intervenção transformadora na realidade brasileira.

Não obstante, diante da conjuntura atual – marcada pela disputa de rumos das políticas públicas de educação, pelo avanço do capital sobre o fundo público e pela reconfiguração conservadora da sociedade –, o retorno do SINASEFE ao FNE deve ser compreendido como uma tarefa tática, não como uma subordinação estratégica. O espaço do Fórum segue sendo um terreno de disputa dentro do Estado, por isso, a presença do sindicato e de suas forças de base deve ocorrer com autonomia política e crítica permanente.

Retornar ao FNE significa ocupar novamente o campo institucional da política educacional, mas fazê-lo a partir de uma memória de luta que não pode ser esquecida: a das Conferências Brasileiras de Educação, do FNDEP, dos CONEDs, da CONEDEP, dos ENEs, do FNPE e das CONAPEs. Essa história demarca um projeto de educação pública que não nasceu do Estado, mas da organização coletiva dos trabalhadores da educação e de seus aliados. O retorno ao FNE deve ser orientado pelo compromisso de repolitizar o debate educacional, reintroduzindo nele a perspectiva classista, anticapitalista e popular que fundamenta a atuação do SINASEFE. Mais do que participar, é preciso disputar: disputar o sentido da educação pública, disputar a concepção de democracia e disputar o próprio papel do Estado. Em síntese, o SINASEFE deve voltar ao FNE sem renunciar à sua história, mas mantendo-se fiel ao legado das lutas que o forjaram e consciente de que a verdadeira democratização da educação brasileira não se esgota nas instâncias institucionais, mas depende da organização permanente da classe trabalhadora, dentro e fora do Estado.

Assinam esta tese:

1. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
2. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
5. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
6. Andréa Moraes - Sintietfal

7. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
8. Anna Júlia Giurizatto Medeiros -Sintietfal
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança
10. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
11. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
12. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
13. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
14. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
15. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
16. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
17. Eliana Silva Nascimento - IFBA
18. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
19. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
20. Fernanda Oliveira Silva - Mato Grosso
21. Fernando Viana Costa - SINASEFE Itumbiara
22. Frederico Bazana - Litoral - IFC
23. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
24. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
25. Gislaine Carvalho Cogo -SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
26. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
27. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
28. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
29. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
30. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
31. João Alves Pacheco - São Paulo
32. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
33. Joiana Dias Prestes - Alto Vale do Itajaí
34. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
35. Jussara Hilario dos Santos -SINASEFE MS
36. Kader Carvalho Assad - IFMS
37. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
38. Laura Santos da Cunha - IFSC
39. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
40. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
41. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
42. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
43. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
44. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
45. Mariana de Oliveira - Seção Mato Grosso do Sul
46. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
47. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
48. Milene Bobsin - IFSC

49. Mônica Teles Santos de Oliveira - SINASEFE SERGIPE
50. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
51. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
52. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
53. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
54. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
55. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
56. Rodrigo Lima - IFSC
57. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
58. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
59. Solange Rodrigues SINASEFE - IFMG
60. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
61. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
62. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
63. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

03 - Politizando o debate sobre o FNPE

Movimento por uma Escola Popular - MEP/SINASEFE

1. O histórico de subordinação aos governos por parte das entidades que fundam o FNPE

As entidades que, em 2017, viriam a fundar o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) (entre elas a CNTE, a UNE, a UBES, a ANPEd, a ANFOPE, a CONTEE, e outras) têm uma trajetória profundamente vinculada à história das lutas pela democratização da educação pública no Brasil. Contudo, essa trajetória não é linear nem isenta de contradições. Nos anos que antecederam a criação do FNPE, parte significativa dessas organizações desenvolveu uma relação de crescente subordinação política aos governos federais, especialmente durante os períodos de governos petistas (2003–2016), quando se consolidou o padrão de concertação social e conciliação de classes como eixo da política educacional e sindical no país.

No interior dessa dinâmica, o Fórum Nacional de Educação (FNE) – criado em 2010 e institucionalizado pelo Decreto nº 7.480/2011 – passou a funcionar como instrumento de mediação entre governo e sociedade civil, dentro de um modelo de participação social controlado pelo Estado. Em vez de constituir um espaço de disputa de rumos e projetos, o FNE se converteu em canal de legitimação das políticas oficiais, sobretudo durante a tramitação e a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024. Em nome da "governabilidade" e da preservação do diálogo institucional, evitou-se o confronto direto com o governo federal, o que resultou na desmobilização da base e na despolitização da crítica ao projeto educacional hegemônico. O exemplo mais evidente dessa guinada foi o debate acerca dos "10% do PIB para a Educação Pública Já!" ocorrido na CONAE de 2014, onde o campo político que hoje hegemoniza o FNPE polemizou justamente sobre as palavras "pública" e "já", seguindo a linha do governo à época.

Essa adesão parcial e acrítica à política governamental levou à diluição do caráter classista e combativo que marcara experiências anteriores, como o FNDEP e os CONEDs. A pauta da educação popular e da formação omnilateral dos trabalhadores foi sendo substituída por uma agenda de regulação e avaliação educacional, fortemente influenciada por organismos internacionais e por fundações privadas, inclusive dentro dos espaços do MEC. Dessa forma, quando ocorre o golpe parlamentar de 2016 e o governo Temer extingue o FNE original pelo Decreto nº 9.099/2017, as entidades que o compunham se viram diante de um dilema histórico: haviam perdido, ao mesmo tempo, o espaço institucional de diálogo e a capacidade

autônoma de mobilização de massas. A criação do FNPE e a realização da 1ª CONAPE (2018) expressam, assim, uma tentativa de recomposição tardia da autonomia perdida, mais reativa do que propositiva.

2. O SINASEFE precisa reconstruir laços orgânicos com o conjunto das entidades históricas da educação brasileira, com autonomia

Não há dúvidas de que é tarefa do SINASEFE a reconstrução de laços com o conjunto das entidades históricas da educação brasileira, como: CNTE, CONTEE, UNE, UBES, ANPED, entre outras. Porém, essa reaproximação deve ser compreendida não como um gesto de conciliação institucional, mas como uma necessidade política da classe trabalhadora brasileira. Trata-se de retomar a organicidade perdida entre os sindicatos, os movimentos populares e estudantis e as organizações de trabalhadores que, em diferentes momentos da história, constituíram o núcleo de resistência e formulação do projeto de educação pública no Brasil. Nas décadas de 1980 e 1990, a luta em torno das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) expressava uma ação unitária e autônoma da classe trabalhadora sobre as políticas educacionais. Foi dessa organicidade que emergiram conquistas como:

- a inserção do direito à educação pública, gratuita e laica na Constituição de 1988;
- a defesa de um sistema nacional de educação sob controle público;
- e a reivindicação por um Fórum Nacional de Educação com autonomia, orçamento e estrutura garantidos por lei, proposta inicialmente formulada pelo próprio FNDEP em 1988.

Com o passar dos anos, entretanto, esse projeto foi sendo fragmentado pela institucionalização da participação popular. O que antes se constituía como espaço autônomo de formulação (CBEs, FNDEP, CONEDs) passou a se converter em instâncias consultivas ligadas ao Estado, como o FNE e as CONAEs. O resultado foi o enfraquecimento dessa frente única da educação pública e a perda de enraizamento de classe das entidades dirigentes. Assim, o SINASEFE deve se esforçar para buscar o reencontro com as demais entidades, mas não para se subordinar às direções conciliadoras. Pelo contrário, essa reconstrução de laços deve disputar o sentido da unidade no campo educacional, recolocando a pauta da classe trabalhadora no centro das lutas por políticas públicas em detrimento da pauta das fundações privadas.

3. A presença do PROIFES e o projeto político educacional que ele representa não deve ser ignorada

O SINASEFE não pode, em hipótese alguma, considerar o PROIFES um parceiro de lutas. A experiência concreta dos últimos anos demonstra que essa federação atua sistematicamente contra os interesses das categorias que afirma representar e a serviço dos governos e das burocracias estatais, e não da base trabalhadora. O PROIFES é e continuará sendo um instrumento de fragmentação sindical e de desmobilização política da classe trabalhadora da educação. Desde sua fundação, o PROIFES se apresenta como uma alternativa dócil e institucional aos sindicatos autônomos e combativos. Sua origem sem base social real e construída a partir de acordos de gabinete com o Ministério da Educação e setores governistas, marca seu caráter de organismo de cúpula, e não de representação orgânica dos trabalhadores. Em vez de se enraizar na luta cotidiana da categoria, o PROIFES atua como um braço sindical do Estado, assumindo o papel de gestor da política de conciliação de classes dentro do funcionalismo público federal. Por essa razão, as direções do PROIFES nunca participaram efetivamente de greves nacionais. Em todas as oportunidades históricas, optaram pela quebra de unidade, assinando acordos à revelia das assembleias de base e traindo o movimento grevista. Essa prática – conhecida, reiterada e documentada – colocou o PROIFES a serviço da divisão do movimento sindical da educação federal, atuando contra o SINASEFE, ANDES-SN e FASUBRA e contra a unidade da classe trabalhadora.

Ao propor que servidores da educação que atuam em instituições militares passem a integrar um sindicato sob jurisdição do Ministério da Defesa, o PROIFES ainda naturaliza a militarização da vida civil e aproxima o campo educacional da lógica de segurança nacional, tão cara aos regimes autoritários do passado. Essa postura se alinha a um projeto de educação tecnocrático e disciplinar, baseado na obediência, na hierarquização e na negação do pensamento crítico. Em vez de fortalecer a escola pública como espaço de emancipação humana e desenvolvimento da consciência social, o PROIFES propõe um modelo de educação voltado à formação de mão de obra dócil e subordinada ao Estado e ao mercado. A aceitação passiva dessa iniciativa significaria legitimar a militarização da política educacional e enfraquecer a resistência organizada dos trabalhadores da educação federal. Por isso, o SINASEFE deve denunciar publicamente essa manobra e reforçar a construção de uma frente classista e autônoma, que una docentes, TAEs, estudantes e movimentos populares em torno de um projeto emancipador de escola e de sociedade. Enquanto o PROIFES aposta na cooptação e na docilidade institucional, o SINASEFE historicamente sustenta uma prática sindical combativa, classista e internacionalista, que compreende a educação como parte da luta geral da classe trabalhadora contra o capital e suas formas de dominação.

A derrota do PROIFES na disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (SINDIEDUTEC) em outubro de 2025 é um marco histórico e político. Essa derrota não foi apenas eleitoral, foi ideológica. Ela demonstrou que as bases rejeitam a política de conciliação e traição que o PROIFES representa, reafirmando a confiança no sindicalismo de base, classista e autônomo. No Paraná, os representantes do PROIFES foram derrotados pelo voto consciente da categoria, que reconheceu na prática o abismo entre o discurso "democrático" da federação e sua atuação real – burocrática, governista e submissa ao Estado. Essa derrota ecoa nacionalmente como uma resposta das bases à tentativa de usurpação do movimento sindical pela via institucional e ministerial. Mostra que a categoria não aceita mais o sindicalismo domesticado, que se contenta em assinar acordos rebaixados e mediar a exploração em vez de combatê-la.

Aceitar a convivência orgânica com o PROIFES dentro do FNPE significaria legitimar um projeto de sindicalismo domesticado, que cumpre a função de transformar a luta dos trabalhadores em gestão subordinada da política estatal. Esse é o modelo de "participação social" que o capital e os governos buscam preservar: um sindicalismo de gabinete, sem base e sem autonomia, útil para justificar políticas de ajuste, contenção salarial e desmonte do serviço público. O SINASEFE deve reconhecer a importância do diálogo com o FNPE e reconstruir laços com o campo histórico da educação pública e popular (CNTE, CONTEE, UNE, UBES, ANPED, etc.). Entretanto, essa adesão não pode ser incondicional.

4. O SINASEFE deve aderir apenas se reconhecido como legítimo representante da sua base (conclusão)

O SINASEFE deve aderir ao Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) apenas se for reconhecido como legítimo representante da sua base, o que implica, necessariamente, a exclusão do PROIFES desse espaço. Essa condição não é uma formalidade, mas uma exigência política de coerência de classe. O PROIFES não representa a categoria, mas atua contra ela, fragmentando o movimento docente federal, enfraquecendo a luta coletiva e tentando submeter a organização sindical à tutela de governos e até mesmo do Ministério da Defesa. Sua presença no FNPE fere o caráter popular e democrático do fórum e contradiz o princípio da autonomia dos trabalhadores na condução de suas próprias lutas.

O SINASEFE, por sua trajetória e legitimidade histórica, é o verdadeiro representante das trabalhadoras e dos trabalhadores da Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Sua adesão ao FNPE deve significar o fortalecimento da unidade classista no campo da educação, e não a conivência com

estruturas que reproduzem o autoritarismo, o corporativismo e a conciliação de classes. Portanto, a adesão do SINASEFE ao FNPE só pode ocorrer sob o reconhecimento explícito de sua representatividade e da exclusão do PROIFES, condição indispensável para a reconstrução de um espaço verdadeiramente popular, autônomo e combativo em defesa da educação pública brasileira.O SINASEFE deve atuar no FNPE com consciência tática, autonomia política e projeto estratégico. Porque participar sem disputar é subordinar-se, e disputar sem autonomia é legitimar a dominação. Politizar o FNPE é, portanto, transformar a "participação" em instrumento de luta pela hegemonia da classe trabalhadora na educação e na sociedade.

Assinam esta tese:

1. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
2. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
5. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
6. Andréa Moraes - Sintietfal
7. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
8. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - Sintietfal
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança
10. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
11. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
12. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
13. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
14. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
15. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
16. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
17. Eliana Silva Nascimento - IFBA
18. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
19. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
20. Fernando Viana Costa - SINASEFE Itumbiara
21. Frederico Bazana - Litoral - IFC
22. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
23. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
24. Gislaine Carvalho Cogo -SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
25. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
26. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
27. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
28. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope

29. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
30. João Alves Pacheco - São Paulo
31. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
32. Joiana Dias Prestes - Alto Vale do Itajaí
33. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
34. Jussara Hilario dos Santos -SINASEFE MS
35. Kader Carvalho Assad - IFMS
36. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
37. Laura Santos da Cunha - IFSC
38. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
39. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
40. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
41. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
42. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
43. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
44. Mariana de Oliveira - Seção Mato Grosso do Sul
45. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
46. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
47. Milene Bobsin - IFSC
48. Mônica Teles Santos de Oliveira - SINASEFE SERGIPE
49. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
50. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
51. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
52. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
53. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
54. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
55. Rodrigo Lima - IFSC
56. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
57. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
58. Solange Rodrigues - SINASEFE IFMG
59. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
60. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
61. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
62. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

04 - Defender as trabalhadoras e os trabalhadores em educação e derrotar o fascismo

Palavras-chave: Educação; combate ao fascismo; democratização da educação

A educação no Brasil tem sempre a conotação de um projeto inacabado e que antes mesmo de se estabelecer como componente estrutural de um projeto nacional, igualmente eternamente incompleto, por fim, inexistente como elemento unificador de um povo.

As condições de construção de uma nação estruturada sobre os pilares da escravização, das capitanias hereditárias e do estupro, a partir de invasão, assalto, de sucessivas tentativas de epistemicídio dos povos que habitavam o território há milhares de anos, ou os povos que foram trazidos sequestrados, forçados a vir, reproduzir e produzir.

Neste território que a terra foi distribuída literalmente entre reis e a seus amigos e na base do qual os povos foram forçados a conviver com as diferenças culturais com o opressor e entre si, mesmo dos diversos povos indígenas e da diáspora africana e o projeto educacional é, em princípio, apenas para manter a dominação e exclusão, não permitindo que quase ninguém acesse o conhecimento, nem o originário desses povos, nem da educação formal e da ciência reconhecida como tal pelo opressor, acessada apenas por uma pequena parte mesmo dos brancos invasores, dos quais a elite tem acesso indo ao exterior.

Não é coincidência que desde as primeiras revoltas, há um elemento educativo associado: de transmissão de práticas culturais, incluindo as alimentares, religiosas, de manifestações estético-artísticas, entre outros com os elementos organizativos das resistências, passando por quilombos e revoltas, como a dos malês e transmissão de elementos fundamentais como a leitura e escrita fazendo parte da luta pela libertação e pela criação de direitos para a maioria da população que iniciou com o reconhecimento da condição de humanos, o que também passa pela negação ou acesso à educação como elemento humanizador.

No filme recém lançado “Revolta dos Malês” é possível reconhecer que o acesso à leitura e escrita e ao conhecimento científico que era muito avançado no mundo islâmico há milênios faz esse papel organizador e catalisador da revolta, apenas para citar um exemplo.

Tampouco é coincidência que os exploradores negaram sistematicamente por séculos a criação de qualquer sistema de socialização do conhecimento, por exemplo, com as leis pós abolição da escravidão que impedem o acesso do povo negro recém liberto à educação e à terra, mantendo os pilares intactos, apesar da alteração significativa que coloca na ilegalidade a escravidão, ainda não superada na prática mesmo quase 2 séculos depois e de negar à mulheres e à maioria da população rural à educação.

Muitos movimentos ao longo do tempo reivindicam a democratização da educação, com destaque à figuras históricas populares como Berthath Lutz, Leonor e Antonieta de Barros, Anísio Teixeira, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Raoni, Chico Mendes, Paulo Freire e Demerval Saviani, entre muitas e muitos outros.

A determinação de uma política efetiva de democratização absoluta do acesso à educação básica ocorre apenas em 1988, com uma Constituição Federal que torna o Ensino Fundamental obrigatório para todas as crianças e como obrigação do Estado e da família. Desde a aprovação da Constituição conhecida como Cidadã, houve alguns avanços a partir da luta dos movimentos sociais e muitos retrocessos a partir da atuação dessa classe exploradora que nunca aceita nenhum direito aos mais pobres pela herança escravista que carregam.

O ensino Fundamental aumentou de 8 para 9 anos, a criação do Fundef, que depois passou para FUNDEB (que passou a incluir Educação Infantil e Ensino Médio constitucionalizado em 2006 e tornado permanente em 2020), sendo que o Ensino Médio foi tornado também obrigatório apenas em 2024 (finalmente, mas ainda bem).

Mas há muitas emendas e outros instrumentos legais ou políticos que representaram retrocessos importantes para a educação como um direito e uma política pública universal e integral, algumas antes mesmo de sua concretização.

Desde os ataques à organização do Estado, que começaram com as terceirizações das atividades meio, como segurança, limpeza, apoio e administração, até o ataque brutal durante o Governo golpista de Temer que autorizou a terceirização das atividades fim, que tem em conjunto desestruturado totalmente a educação como direito vai passando pela transformação para uma compreensão social a partir de um interesse de empresas gigantes de comercialização de ensino e que passam a atuar politicamente e junto às empresas de publicidade dos interesses dos super ricos, que incluem organizações Globo e Folha e as big techs e as suas redes sociais para tentar criar um consenso em torno dessa educação mercadoria. Programas desde o governo FHC que congelou salários e funcionamento de todo o serviço público, privilegiando apenas os chamados serviços de carreiras típicas de Estado e

atuando fortemente pela cobrança de mensalidades nas universidades, sobre o que foram derrotados pelo Movimento Estudantil e Sindical e congelando a rede de educação profissional e tecnológica, tendo impedido a ampliação do acesso a essa formação de qualidade pela maioria da população e, portanto, atrapalhando o desenvolvimento tecnológico e a profissionalização crítica do país.

Em paralelo, com a crise estrutural do capitalismo, o neo fascismo volta a crescer em todo mundo, quando as burguesias que veem suas taxas de acumulação de capital cair e a superconcentração de renda travar a circulação de mercadoria, tendo o fascismo como o botão de emergência acionado pelas diversas burguesias e pelo capital internacional e tem no Brasil um ponto forte da massificação fascista. Uma das primeiras ações do fascismo ressurgente foi a famigerada lei da Escola Sem Partido que cria uma campanha de demonização das escolas e da profissão das professoras. Esse espantalho fundamental para a geração do pânico moral massivo é eficaz em descredibilizar a educação, criar espaço para o negacionismo e atua como elemento fundamental para a eleição de fascistas para diversos cargos públicos e dificultar o trabalho educativo de base laica, científica, crítica e emancipatória e até o momento não está superado, mas é elemento de embate constante entre as forças democráticas e as forças autoritárias.

A terceirização total, a plataformização, a precarização, a desmoralização, a desinformação, a perseguição e o desmonte desde a estrutura física até a organização pedagógica tornam a educação um dos alvos principais das campanhas fascistas e, ao mesmo tempo, tornando a tarefa de educar ou de atuar em instituições educacionais um desafio que acontece cada dia mais com risco de morte a qualquer pessoa que tente seguir.

Os governos estaduais formalizaram a precarização por meio de contratação temporária da maioria das professoras, sendo que alguns avançaram com a plataformização e privatização, além de políticas de remuneração por produtividade, via bônus que torturam professoras, levam ao extremo da exploração, com cada vez mais frequentes casos de morte por exaustão, inclusive dentro das escolas ou impedimentos de recebimento de bônus em casos de faltas justificadas por motivo de saúde.

Um avanço que merece destaque foi a aprovação do piso salarial do magistério que, no entanto, ainda não é realidade implementada em muitas redes e que em outras significou a destruição ou achatamento de carreiras.

As políticas atuais do Governo Lula representaram recuperação por um lado, mas seguem sob as influências de interesses mercadológicos de entidades como a

Fundação Lehman. Os avanços se referem ao retorno de alguma política de recomposição salarial, a negociação permanente de condições de trabalho, sendo que alguns dos itens negociados não chegaram a ser cumpridos e a retomada de aspectos fundamentais como a reestruturação do Ensino Médio, com a conquista, com a nossa luta, da revogação de absurdos como a carga horária imensa aos famigerados itinerários formativos e a retomada da prioridade aos conhecimentos clássicos das ciências sociais e naturais, matemática, filosofia e linguagens, incluídas a Educação Física e as Artes e dos itinerários sendo submetidos à articulação prioritária com os conhecimentos clássicos. Ainda mantém a redução de carga horária para a formação geral no caso de ensino médio técnico e profissionalizante.

O governo Bolsonaro encaminhou políticas nefastas e tentou em todo o seu governo desmoralizar as universidades e institutos e privatizar essas instituições, sendo que nas próprias palavras do ex ministro da Economia Paulo Guedes, que tem vários conflitos de interesse em relação ao seu direito em lucrar com as mega empresas de ensino e o interesse público do povo brasileiro, "fizemos uma reforma administrativa silenciosa, aposentando muitos servidores e sem reposição de cargos, além dos processos de privatização e congelamento de salários". Apesar de que o movimento sindical organizado conseguiu impedir a aprovação da famigerada PEC 32, mas deixou muitos rastros prejudicando a educação pública, além de ter instituído por motivos fisiológicos o orçamento secreto e o aumento pornográfico das emendas parlamentares, sequestrando para interesses eleitoreiros principalmente quase 25% do orçamento discricionário dificultando brutalmente a retomada de investimento eficaz na educação pública federal.

Associada ao Ajuste Fiscal que substituiu o Teto de Gastos, mas segue impondo restrições brutais ao orçamento das políticas públicas que atendem o povo, o orçamento para educação ainda é muito baixo e proporcionalmente menor do que o investimento em 2014, impondo que muitas instituições funcionem em condições de precariedade.

O governo Bolsonaro e o congresso presidido por um dos maiores inimigos do povo: Artur Lira, deixaram de debater o Plano Nacional de Educação no prazo e são responsáveis pelo não alcance de várias metas. A Conferência Nacional de 2024 consolidou algumas propostas necessárias e várias insuficientes e serviu de base para um documento sem metas, mas com objetivos.

O SINASEFE não participou da coordenação da CONAE, visto que persiste no equívoco de não participar do Fórum Nacional da Educação e sequer participou de maneira organizada a partir de proposição da maioria da direção nacional, apesar de ter um caderno profundo e bastante debatido de Políticas Educacionais, mas que

não se materializou em intervenção neste momento e cujas intervenções são erráticas em relação a outros debates. O retorno ao Fórum Nacional de Educação é primordial para que o SINASEFE volte a ocupar o espaço a que tem direito nas discussões sobre políticas educacionais no país.

O SINASEFE precisa se organizar melhor para atuar a partir da sua elaboração e importância política, especialmente na definição de diretrizes e políticas para a Educação Profissional e Tecnológica, na defesa central do Ensino Médio Integrado, na formação omnilateral, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na valorização do conjunto dos profissionais da educação, além do enfrentamento à violência contra escolas e desmilitarização do ensino, defendendo, inclusive, a transferência das instituições de educação básica atualmente sob a gerência do Ministério da Defesa para o Ministério da Educação e o fim do programa de escolas cívico-militares.

O Congresso debate neste final de ano dois projetos absolutamente fundamentais para a educação pública e a Rede-Tec, além das novas propostas apresentadas pelos defensores da pec da bandidagem Deputados Pedro Paulo (PSD/RJ) e Zé Trovão (PL/SC) sob mandato do presidente da Câmara Hugo nem se importa, digo Hugo Motta (Rep/PB) que apresentaram um conjunto de documentos de mais de 600 páginas, apresentando um projeto total de destruição da parte do Estado que atende ao povo, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC, um Projeto de Lei e um Projeto de Lei complementar, além das justificativas para priorizar totalmente o Bolsa banqueiro e o Bolsa Latifundiário e não permitindo sobrar quase nada para atender as demandas de mais de 200 milhões de brasileiros. Essa destruição impõe um ajuste fiscal a estados e municípios, quebrando o pacto federativo, privilegia a terceirização à estruturação do Estado, destrói o Regime Jurídico Único (RJU) no que o STF ainda não consegui destruir, acaba com a estabilidade, tanto por propor a criação de "efetivos temporários", quanto por criar a possibilidade de demissão por falta de desempenho, o que se tornará, inexoravelmente, a institucionalização do assédio moral e se materializa no fim da estabilidade. Altera brutalmente as carreiras e congela, quase definitivamente, os salários, tentando instituir uma perspectiva de carreira baseada em produtividade antissistêmica. Na prática é a PEC do Cabidão de empregos e o fim dos pilares constitucionais da implantação dos direitos previstos por meio de serviços públicos: estabilidade, concursos públicos e estruturação de políticas públicas de Estado que garantam o acesso aos direitos.

Também o Congresso finalmente debate a criação do Sistema Nacional de Educação, pauta muito necessária, que pode permitir avanços, como a instituição do

Custo Aluno Qualidade (CAQ), mas que pode acabar por propor políticas reacionárias e que o SINASEFE deve acompanhar muito proximamente e se organizar para intervir na aprovação, tanto para melhorar o seu conteúdo na defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, laica, socialmente referenciada, não militarizada e emancipatória, quanto para impedir que ataques sejam incorporadas neste sistemas.

O Ministério da Educação segue errático, apesar de nos aliviar ao anunciar em conjunto com o MGI a abertura de mais de 6 mil vagas para cargos de técnicos e docentes para universidades e mais de 4 mil para institutos federais e demais instituições de educação básica no seu âmbito. Por outro lado, segue sofrendo interferência direta das fundações ligadas aos banqueiros e grandes empresários da educação, aprovando políticas de bônus, carteira nacional docente com convênio com grande empresa de força de trabalho mobilizada pro aplicativo para descontos ou descontos em viagens que são boas, mas absolutamente superficiais e "perfumaria" sem apresentar nenhuma política efetiva de valorização dos profissionais de educação. As conquistas da luta dos profissionais por meio de nossas greves no âmbito federal são conquistas da organização dos trabalhadores diante de um governo minimamente sensível às reivindicações, mas não uma política efetiva de valorização em todos os níveis da federação.

- Plano de Lutas

1. Que o SINASEFE inclua, na pauta de negociação com o MEC, a defesa pelo fim das escolas cívico-militares e pela migração das instituições de educação administradas pelo Ministério da Defesa para o MEC.
2. Que o SINASEFE volte a fazer parte do Fórum Nacional de Educação - FNE. Para tanto, é necessário rearticular o Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE, como espaço de construção de unidade de ação entre movimentos sociais, entidades sindicais, acadêmicas e estudantis no FNE.
3. Que o SINASEFE fortaleça a luta pela federalização do ensino médio, baseada na experiência do Ensino Médio Integrado.
4. Que o SINASEFE construa estratégias de enfrentamento à perseguição aos profissionais de educação e defesa da liberdade de cátedra e para a defesa dos profissionais que sofram perseguição e violência em razão de sua atuação profissional.
5. Que o SINASEFE cobre do MEC ações efetivas para garantir a liberdade de cátedra e acabar com a perseguição aos profissionais da educação.

6. Que o SINASEFE fortaleça a luta pela democratização da educação e defesa das práticas democráticas e inclusivas e por uma verdadeira inclusão de negros, indígenas, PCDs, de pessoas LGBTQIAPN+, comunidades tradicionais, ciganos e estrangeiros, especialmente refugiados.
7. Que o SINASEFE crie um GT, no primeiro semestre de 2026, para debater o Plano Nacional de Educação - PNE, o Sistema Nacional de Educação - SNE e a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - PNEPT (incluindo o SINAEPT) para construção de uma pauta de reivindicações da categoria para ambos.

Assinam essa Tese

Elenira Vilela – Seção IFSC
Flávia Cândida do Nascimento de Souza – Seção IFES
Alexandre Fleming Vasques Bastos - Sintietfal
Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ
Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSul
Camila Tenório Cunha - Seção IFB
Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA CMS
Cláudia Pinto – Seção IFSUL
Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL
Daniela Da Rosa Curcio – Seção IFSUL
Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Diogo Soares Bica – Seção IFSUL
Elaine Cristina dos Santos - SINASEFE SP
Elizangela Maria Esteves de Barros - SINASEFE SP
Evandina Argena da Silva – Seção Litoral SC
Francilon Lima Simões - Seção IFSul

Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC
Hilário Paes de Almeida - - SINASEFE SP
Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT
Jairo da Silva Campelo - Seção IFSul
Janete Otte – Seção IFSUL
Joacir Benedito de Figueiredo – Seção Caceres MT
Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS
Leonardo Campos Soares - Seção IFSul
Luciana Neves Loponte – Seção IFSUL
Manoel José Porto Júnior - Seção IFSul
Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB
Maria de Fátima Silveira Medeiros – Seção IFSUL
Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS
Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSul
Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga
Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL
Osni da Costa Rodrigues – Seção IFSUL
Patrícia Mendes Calixto – Seção IFSUL
Pensilvania Bermudez – Seção IFSUL Campus Pelotas
Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas
Rosa Maria Mota Costa – Seção IFBA/CMS
Sandro Cavalheiro Souza – Seção IFSUL
SÍLVIO SÉRGIO OLIVEIRA RODRIGUES - SINTEFPB
Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA CMS
Vilma Urpia - Seção IFBA CMS
William Junior Sperb – Seção - IFSUL
William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

05 – Educação e resistência: a luta sindical como mediação na construção de currículos emancipatórios

CURRÍCULO E A LUTA SINDICAL

Ao nos depararmos com a expressão *currículo*, é comum sermos tentados a concebê-lo como algo externo, técnico e neutro. No entanto "o currículo é aquilo que os diferentes discursos dizem que ele é" (SILVA, 2000, p. 15). Essa concepção desloca o currículo de uma posição estática para um campo de disputas, onde diferentes projetos de sociedade, educação e formação se enfrentam.

Nesse campo, a luta sindical emerge como força histórica e política que tensiona o currículo escolar, especialmente nos Institutos Federais, espaços marcados pela formação profissional e técnica. Os sindicatos da educação – compostos por docentes e técnicos administrativos – têm atuado como sujeitos coletivos que reivindicam uma formação integral, crítica e socialmente referenciada, contrapondo-se à lógica produtivista e mercadológica que muitas vezes orienta as políticas curriculares. Deste modo, atuam como instâncias de mediação entre as políticas educacionais hegemônicas e as práticas pedagógicas concretas. A mediação, entendida aqui como o processo pelo qual sujeitos coletivos reinterpretam, ressignificam e intervêm nas relações sociais para transformá-las, revela-se como um elemento central na disputa curricular.

A Teoria Crítica do currículo, influenciada por autores como Michael Apple e Henry Giroux, reforça que o currículo não é neutro, mas sim atravessado por relações de poder. Apple (2005) afirma que "o currículo é uma forma de seleção cultural que privilegia determinados grupos sociais", e os sindicatos, ao reivindicarem práticas pedagógicas democráticas, atuam como agentes de resistência contra essa seleção excludente.

Essa resistência sindical encontra respaldo em Karl Marx, que já apontava que "a educação deve ser capaz de desenvolver todas as capacidades humanas" (MARX, 1844), e não apenas preparar para o trabalho alienado. Para Marx, a formação humana deve ser integral, articulando trabalho, ciência, arte e cultura – princípios que os sindicatos defendem ao lutar por um currículo que não se limite à formação técnica.

Antonio Gramsci, por sua vez, contribui com a ideia de que a escola deve formar sujeitos históricos, capazes de compreender e transformar a realidade. Em seus *Cadernos do Cárcere*, ele afirma que "a escola deve formar o homem integral, capaz

de pensar, agir e transformar o mundo" (GRAMSCI, 2001, p. 34). Os sindicatos, ao reivindicarem essa formação, atuam como intelectuais orgânicos, articulando a prática pedagógica com a luta por justiça social.

Nesse sentido, tem-se como objetivo discutir o currículo como *práxis emancipatória* nos Institutos Federais, analisando as contradições e barreiras para uma formação integral e socialmente referenciada e a proposição de caminhos possíveis para a consolidação de um currículo emancipador, com destaque para o papel da luta sindical como força transformadora.

CONTRADIÇÕES E BARREIRAS PARA UM CURRÍCULO COMO PRÁXIS EMANCIPATÓRIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Apesar de os Institutos Federais (IFs) terem sido criados com a missão de promover uma formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, a realidade se distancia desses propósitos. No próprio histórico que justifica a criação dos Institutos é situado a dicotomia que predominou na história do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil, duas formações distintas para duas classes antagônicas: uma formação geral propedêutica para as elites e a formação técnica específica para os filhos dos trabalhadores. Já se passaram 17 anos da criação dos Institutos, mas na prática essa proposta enfrenta diversas barreiras estruturais, políticas e ideológicas.

São inúmeras as contradições no interior dos próprios IFs. Uma das principais contradições está na tensão entre o projeto emancipador previsto na Lei nº 11.892/2008 e a lógica produtivista que permeia as políticas educacionais contemporâneas. A pressão por resultados, índices de desempenho e empregabilidade tende a reduzir o currículo a um instrumento de adestramento técnico, esvaziando sua dimensão crítica e formadora. Como alerta Marx, quando a educação é subordinada à lógica do capital, ela contribui para a alienação do trabalhador, pois "o trabalho torna-se externo ao trabalhador, não pertence à sua essência" (MARX, 1844).

Pedro Demo reforça essa crítica ao afirmar que "educação que não é pela pesquisa é adestramento" (DEMO, 2004, p. 15). Para ele, o currículo deve ser construído com base na autonomia intelectual e na capacidade crítica dos sujeitos, e não apenas na reprodução de conteúdos. A ausência da pesquisa como princípio educativo compromete a formação integral e emancipada, especialmente em instituições voltadas à formação técnica.

Ademais, muitos docentes, mesmo comprometidos com a formação crítica, acabam reproduzindo práticas tecnicistas devido à sobrecarga de trabalho, à fragmentação curricular e à ausência de espaços efetivos de formação continuada. Como aponta

Apple (2005), o currículo é um campo de disputa simbólica, e sua transformação exige não apenas vontade política, mas também condições materiais e organizacionais.

Outro obstáculo relevante também é a fragmentação entre os saberes técnico-tecnológicos e os saberes das ciências humanas e sociais. Essa dicotomia, herdada de uma tradição educacional dualista, dificulta a construção de um currículo integrado e socialmente referenciado.

Portanto, as contradições e barreiras para um currículo emancipador nos Institutos Federais não são apenas pedagógicas, mas profundamente políticas. Enfrentá-las exige a articulação entre educadores, estudantes e movimentos sociais – especialmente os sindicatos – em torno de um projeto coletivo de educação que tenha como horizonte a emancipação humana e a transformação social.

Nesse contexto, a luta sindical emerge como força de resistência e denúncia. Os sindicatos da educação, ao reivindicarem condições dignas de trabalho, autonomia pedagógica e participação na construção dos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPIs), atuam como agentes contra-hegemônicos. Gramsci (2001) nos oferece a chave para compreender essa atuação ao afirmar que os intelectuais orgânicos – como os educadores sindicalizados – são fundamentais para a construção de uma nova hegemonia cultural e política.

A luta sindical, ao pautar a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura, contribui para romper com essa lógica e propor uma formação que articule teoria e prática, técnica e crítica, produção e reflexão.

Contudo, os próprios sindicatos enfrentam barreiras internas e externas. Internamente, há desafios de mobilização, fragmentação da categoria e disputas ideológicas. Externamente, enfrentam políticas de desmonte da educação pública, perseguição política e tentativas de deslegitimação de sua atuação. Essas barreiras impactam diretamente a capacidade de incidir sobre o currículo e de garantir que ele seja construído de forma democrática e emancipadora.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA CONSOLIDAR UM CURRÍCULO EMANCIPADOR NOS INSTITUTOS FEDERAIS

A consolidação de um currículo emancipador nos Institutos Federais exige mais do que reformas pontuais: requer uma mudança estrutural e cultural que envolva todos os sujeitos da comunidade escolar. Essa transformação passa por três eixos fundamentais: a valorização da pesquisa como princípio educativo, o fortalecimento

da participação democrática e o engajamento político dos sindicatos na construção curricular.

Pedro Demo é enfático ao afirmar que "a educação pela pesquisa é a única que emancipa" (DEMO, 2004, p. 15). Para ele, o currículo deve ser orientado pela curiosidade, pela problematização e pela autonomia intelectual. Isso significa romper com a lógica da transmissão mecânica de conteúdos e promover práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo dos estudantes e dos docentes. Os Institutos Federais, ao integrarem ensino, pesquisa e extensão, possuem um terreno fértil para essa abordagem – desde que a pesquisa não seja apenas formal, mas incorporada ao cotidiano pedagógico.

Outro caminho essencial é a democratização da construção curricular. A participação efetiva de docentes, estudantes e técnicos administrativos na elaboração dos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPIs) é condição para que o currículo reflita os interesses e necessidades da comunidade. Como destaca Gramsci, "a escola deve ser o lugar onde se forma o homem integral, capaz de pensar e transformar o mundo" (GRAMSCI, 2001, p. 34). Essa formação só é possível quando há diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares, entre a técnica e a crítica, entre o trabalho e a cultura.

A Teoria Crítica também aponta para a necessidade de romper com o currículo como instrumento de reprodução social. Michael Apple (2005) defende que o currículo deve ser entendido como um campo de disputa simbólica, onde diferentes grupos lutam para definir quais conhecimentos são legítimos. Para consolidar um currículo emancipador, é preciso ampliar essa disputa, incorporando vozes historicamente silenciadas – como os movimentos sociais, os sindicatos e os territórios periféricos.

Por fim, é necessário garantir condições materiais para que essa transformação curricular ocorra. Isso inclui a valorização profissional dos educadores, a redução da carga horária excessiva, o investimento em infraestrutura e a criação de espaços de escuta e diálogo. Sem essas condições, qualquer proposta emancipadora corre o risco de se tornar apenas retórica.

A consolidação de um currículo emancipador nos Institutos Federais passa por:

- Educação pela pesquisa como princípio formativo (DEMO, 2004);
- Participação democrática na construção curricular (GRAMSCI, 2001);
- Atuação sindical como força contra-hegemônica (APPLE, 2005);
- Rompimento com a lógica tecnicista e produtivista (MARX, 1844);

- Valorização das condições de trabalho e formação docente.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS SINDICAIS PARA UM CURRÍCULO EMANCIPADO

A presente tese buscou discutir o currículo como práxis emancipatória nos Institutos Federais, evidenciando as contradições e barreiras que impedem a consolidação de uma formação integral e socialmente referenciada. Partimos da compreensão de que o currículo não é neutro, mas sim um campo de disputas entre projetos de sociedade, educação e formação humana. Nesse campo, a luta sindical se apresenta como força histórica e política capaz de tensionar e transformar os rumos da educação pública.

Ao longo do trabalho, evidenciamos que a dualidade entre formação técnica e formação geral, a lógica produtivista imposta pelas políticas educacionais neoliberais, e a fragmentação curricular são obstáculos que comprometem a missão emancipadora dos Institutos Federais. A atuação sindical, nesse contexto, não se limita à reivindicação por melhores condições de trabalho, mas se estende à defesa de um projeto pedagógico que valorize a autonomia intelectual, a pesquisa como princípio educativo e a formação crítica dos sujeitos.

Inspirados por Marx, Gramsci, Pedro Demo e autores da Teoria Crítica, reafirmamos que a educação deve ser instrumento de emancipação humana, e não de reprodução das desigualdades sociais. Como destaca Pedro Demo, "educação que não é pela pesquisa é adestramento" (DEMO, 2004, p. 15), e como afirma Gramsci, "a escola deve formar o homem integral, capaz de pensar e transformar o mundo" (GRAMSCI, 2001, p. 34). Esses princípios devem orientar a construção curricular nos Institutos Federais, com protagonismo dos trabalhadores da educação organizados sindicalmente.

Diante disso, propomos os seguintes encaminhamentos sindicais como parte de uma agenda estratégica para a consolidação de um currículo emancipador:

ENCAMINHAMENTOS SINDICAIS

Criação de Fóruns Permanentes de Currículo com participação sindical, garantindo espaços democráticos de construção coletiva dos Projetos Pedagógicos Institucionais.

Promoção de formação política e pedagógica continuada, organizada pelos sindicatos, com foco em currículo crítico, legislação educacional e práticas emancipadoras.

Incidência direta nas comissões de ensino, pesquisa e extensão, assegurando que as decisões curriculares reflitam os princípios da formação integral.

Articulação com movimentos sociais e populares, ampliando a inserção dos saberes comunitários e territoriais no currículo escolar.

Defesa da educação como direito social, combatendo políticas de mercantilização, precarização e tecnocratização da formação.

Valorização do trabalho docente e técnico, com luta por tempo adequado para planejamento, pesquisa e participação política.

Criação de observatórios sindicais de currículo, para monitorar e avaliar criticamente a implementação curricular nos IFs.

A luta sindical, portanto, deve ser compreendida como parte integrante da construção de um projeto de educação pública, democrática e emancipadora. Que o SINASEFE Nacional e suas bases sindicais continuem a ser trincheiras de resistência e transformação, iluminando os caminhos para uma escola que forme sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a justiça social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade*: os desafios do novo milênio*. Campinas: Papirus, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Assinam esta tese:

Áureo Viegas Mendonça
José Nunes de Oliveira Neto
MARTA DOS REIS FERREIRA RABELO
David Silva Dias
KATIA REGIN BARBOSA CASTRO
Carlos Alberto Bispo de Oliveira
Andrea Moraes
Maria Eliana Almeida Matos
Waldenilson Novaes Carneiro
Gerson Carlos Pereira Lindoso

Pedro Ribeiro
Jodelma Castelo Branco Mendes
Artemis Martins
Marileia Silva Borges
José de Araujo Pereira
Amalia Cardona Leites
Rosa Maria Mota Costa
Ronivaldo Castro Pacheco
Tícia Viviani Souza Guia de Britto
Priscila Porto Ribeiro Silva
Andréa Lima Barros
João Carlos Cichaczewski
Alanildo Gomes Guimarães
Hilda Maria Coelho Santos
Fernando Silva Lima
Grazielle Nayara Felício Silva
Claudicéa Alves Durans
José Eurico Ramos de Souza
Rodrigo Sousa Fialho
Sueli Borges Pereira dis Santis
Rosenira Borges Carvalho
Marlene Santos Socorro
FERNANDO EUGENIO VAZ RIBEIRO DE PAULA
Sueli Borges Pereira dis Santos
Michel Torres
Maria Gezilda e Silva Nascimento
Cauê Vieira Morgado
Ruy Barbosa Lima França

06 - Militarização das escolas: uma ameaça à Educação Brasileira

Eixo: Educação
Palavras-chave: educação; militarização; projeto da extrema-direita.

1. Introdução

Não é de hoje que a concepção de uma educação calcada em valores militares é propagada como um exemplo de excelência no contexto brasileiro. Instituições de ensino básico como as que fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), administrado pelo Exército, assim como outros colégios administrados pela Marinha e pela Aeronáutica, gozam de grande renome em suas sociedades locais. Somada a tal reputação em relação ao ensino, existe a noção de que o alunado dessas escolas é mais disciplinado do que o das escolas administradas por civis. Diante disso, a procura por uma vaga nessas instituições é alta, mesmo por parte da população que não tem nenhuma familiaridade com o militarismo.

Entretanto, servidoras/es civis lotadas/os em tais instituições têm uma visão diversa dessa tipicamente disseminada: tais noções são compreendidas como falácias. Os colégios de ensino básico administrados pelas Forças Armadas representam, na realidade, projeto extremamente nocivo para a educação brasileira. Trata-se de um projeto com ideário reacionário, e, portanto, avesso a princípios democráticos. Seu programa busca a manutenção de privilégios de uma espécie de "casta superior" do serviço público e, apesar de ser mantido pelo erário público, funciona seguindo uma lógica privada, pois visa atender um público específico. Além de reproduzir contextos danosos à democracia, tais instituições são concebidas como modelo pela extrema-direita em seu projeto de militarização das escolas.

Apontaremos, a seguir, características e realidades dessas escolas, para depois sugerir possíveis ações por parte do SINASEFE para contrapor tal projeto.

2. A realidade de servidoras/es das Instituições de Ensino do MD

2.1. Ausência de Gestão Democrática

Devido à noção de hierarquia dentro das Forças Armadas, há praticamente ausência de espaços para a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão. Instâncias deliberativas e consultivas típicas dos Institutos Federais, como os diferentes Conselhos, simplesmente inexistem. As decisões são tomadas por militares

sem formação e/ou preparo para atividades relacionadas à educação, baseadas muitas vezes em suas opiniões pessoais, e impostas de cima para baixo.

2.2. Desrespeito à Liberdade de Cátedra

O docente EBTT praticamente não tem autonomia em sua prática, sendo obrigado a seguir não apenas programas, mas até mesmo a maneira como ministram tais programas, tudo de forma impositiva.
A ausência de autonomia do servidor lotado no MD concretiza-se de forma ainda mais restritiva na censura em relação àquilo que pode abordar em sua prática. Dentre os temas proibidos, apesar de serem previstos em legislação educacional, estão questões como preconceito racial, preconceito de gênero, preconceito em relação à sexualidade e identidade sexual, assim como assuntos políticos de forma geral, principalmente se tangenciarem ideais progressistas.
No caso do SCMB, existe uma lista prévia de livros didáticos e paradidáticos que são permitidos. Caso um docente escolha usar algum livro paradidático que não consta na lista, este não poderá ser adotado. Para citar exemplo concreto, pode-se mencionar a proibição de trabalhar certos romances no Colégio Militar de Porto Alegre, por tocarem em temas mencionados acima, mesmo que tais títulos sejam previstos como leitura obrigatória para provas de entrada em universidades do RS.
A censura se concretiza, também, em avaliações, que são alteradas sem a prévia anuência de seus autores. Além de desrespeito à liberdade de cátedra, tais ações ensejam um ataque ao direito autoral do docente que tem suas avaliações alteradas.

2.3. Proibição de Expressar Visões Políticas

Servidores que expressam suas visões políticas (quando contradizem aquelas assumidas pelas Forças Armadas, mesmo que ilegalmente), sofrem sindicâncias ou até mesmo PADs. Uma simples menção a iniciativa popular como o MST já é o suficiente para que servidores sejam sujeitados a processos de sindicância.
Para citar exemplos concretos, pode-se mencionar casos envolvendo docentes do CMRJ e do CTRB, que enfrentaram sindicâncias por exibirem adesivos de seus candidatos à presidência durante a última campanha presidencial.
Entretanto, apesar de serem proibidos por lei de demonstrar viés político, tais instituições não se furtam a usar seu espaço e estrutura para apoiar políticos, mesmo que indiretamente. Como exemplo, pode-se citar a visita de deputado federal que representa a extrema-direita e que ataca sistematicamente docentes ao CMBH. A visita rendeu moção de repúdio pela seção IFMG, que representa docentes do referido colégio.

2.4. Falta de Liberdade para Capacitação

A liberdade desfrutada por servidores dos IFs para capacitação é tolida no MD. Os gestores militares constantemente impõem dificuldades para servidores cursarem estudos de pós-graduação ou participarem de eventos acadêmicos, se estes não forem oferecidos pelas Forças Armadas. Não nos referimos à licença capacitação, mas à simples liberação de parte do expediente para poder cursar disciplinas de um determinado curso de pós-graduação. Tais gestores tampouco compreendem que as horas dedicadas à pesquisa e capacitação devem ser contabilizadas como horas efetivamente trabalhadas, já que a carreira EBTT prevê o tripé ensino, pesquisa e extensão.

2.5. Dificuldade para participar de Atividades Sindicais

Se não há liberdade para as questões acima mencionadas, muito menos haveria para a atividade sindical. A simples atuação sindical gera perseguição: sofremos sindicâncias até mesmo por expormos opiniões contrárias a práticas dos colégios em ambientes externos, quando no exercício de nossa militância política e sindical. Há diversos casos de perseguição, sendo o mais extremo o do companheiro Gustavo Cornélio, exonerado de colégio da Aeronáutica por conta de perseguição por sua atuação sindical.

2.6. Falta de isonomia entre servidores do MD e do MEC

Diante de uma realidade como a aqui apresentada, com hierarquia rígida e repreensões por comportamentos que fogem ao que é determinado como padrão, há de se reconhecer que é impossível pensar em isonomia. Se no próprio meio militar há diferenciação de tratamento entre oficiais de alta patente, oficiais de baixa patente e suboficiais, não é surpresa saber que há claro favorecimento de militares sobre civis.

Ademais, como esperado em instituições de pensamento declaradamente conservador, tanto o machismo quanto o racismo, além do preconceito contra LGBTQIAPN+, presentes de forma estrutural em nossa sociedade, são normalizados. Entre os servidores civis há também tratamento desigual, ferindo o princípio da isonomia. Nota-se que os civis que se alinham aos valores das Forças Armadas recebem benesses que são geralmente negadas aos que não se alinham.

Ainda tratando de violação de direitos e falta de isonomia, pode-se mencionar casos como a obrigação de usar uniformes sem que estes sejam ofertados pelas instituições, ao passo que militares recebem o auxílio-fardamento. Outra ilegalidade comum está no fato de que docentes são constantemente instados a produzir material didático e disponibilizá-lo em ambientes virtuais de ensino, sendo tal material compartilhado e usado por outros profissionais sem autorização expressa de seus autores, violando o direito de propriedade intelectual.

Além disso, docentes são instados a produzir avaliações centralizadas para o sistema inteiro, sem que recebam a devida gratificação por tal trabalho extra. Algumas das instituições exigem que servidores façam trabalhos que não são de suas competências, para os quais não foram treinados formalmente, constituindo flagrante desvio de função. Um dos casos de abuso administrativo mais sérios aconteceu no âmbito da Marinha, que se negou, até pouco tempo atrás, a pagar o auxílio-alimentação aos servidores.

Soma-se a tais abusos e ilegalidades o *modus operandi* das Forças Armadas: burocracia em demasia, além de prazos inexequíveis em relação a tarefas extras que surgem na rotina do servidor, como, por exemplo, montar uma avaliação inédita com menos de 4 horas para o fim do expediente.

2.7. Cabide de Empregos para Militares da Reserva

As instituições de ensino básico do MD contam com um alto contingente de militares da reserva, que nem sempre têm formação na área de educação, mas que são empenhados como docentes temporariamente. São contratados com dinheiro público, por escolha pessoal dos gestores, sem passar por nenhum tipo de concurso, diferentemente dos concursos para servidores temporários dos institutos federais. Além disso, por geralmente serem de patentes altas, há o costume de não contradizer esses contratados e de tratá-los de maneira diferente da que são tratados os servidores civis, sem exigir as mesmas obrigações, mais uma vez ferindo o princípio de isonomia do serviço público.

3. A realidade do alunado das Instituições do MD

3.1. Valores neoliberais

Além de todas as questões mencionadas, existe uma gama de problemas a que o corpo discente das instituições retratadas nesta tese é sujeitado, o que contribui para uma formação educacional e cidadã distorcida.

Um dos principais valores seguidos é a meritocracia, baseada na noção de esforço individual, cara ao pensamento neoliberal. Os menores são educados em um sistema

que estimula a competitividade de forma exagerada e, portanto, gera distorções de valores. Alunos tentam de tudo para estarem em posições altas no *ranking*. Isso sem contar o favorecimento de alguns alunos, filhos de militares de alta patente e renome na força, em detrimento de outros, geralmente filhos de suboficiais.

3.2. Impedimento de formação de subjetividade livre

Alunos são tratados como se fossem militares, sendo expostos a práticas extremamente reprováveis, no momento de formação de suas subjetividades. Diariamente são inspecionados quanto à sua apresentação pessoal: corte de cabelo adequado, uniforme em boas condições, unhas que não podem ser pintadas com cores fortes. As alunas negras são constantemente constrangidas, principalmente se usam penteados que acentuam a identidade afro, pois as boinas foram criadas pensando no padrão de cabelo das alunas brancas, não se encaixando no padrão que as negras podem escolher usar.

3.3. Valores calcados em violência

Quase diariamente, menores, que ainda estão no processo de formação de suas subjetividades, são ensinados a cantar hinos com letras incitando à violência ou a bradar palavras de ordem com conteúdo altamente agressivo. Em dias comemorativos às armas, pode-se ver alunos marchando carregando rifles e instrumentos usados para agredir. Isso é considerado tão corriqueiro que as próprias instituições postam imagens em suas redes sociais, com alunos trajando fardas de batalhões de choque, empunhando cassetetes e escudos, como se estivessem partindo para cima de manifestantes. O clima bélico, contrário aos valores democráticos, é constantemente fomentado.

3.4. Desrespeito à inclusividade

Quando se trata de questões de educação inclusiva, as instituições do MD deixam a desejar. Quando há profissionais formados ou treinados para lidar com as demandas que surgem, são em contingente insuficiente. Tais demandas, por conseguinte, são jogadas para os docentes, que, mesmo sem o devido treinamento para tal, buscam remediar os problemas.

3.5. Reserva de vagas para dependentes de militares

Uma das questões mais graves diz respeito ao número de vagas abertas para ampla concorrência. A maioria absoluta (cerca de 90%) do corpo discente do SCMB, por exemplo, é composto por dependentes de militares, que entram por vias de ingresso que não são as mesmas vias que candidatos que não têm relações militares. Se essas instituições são mantidas pelo erário público, pago pelos impostos do povo brasileiro, deveriam prover serviços para o público, independentemente de sua ligação com membros das Forças Armadas ou das forças de segurança. Os recursos públicos são, assim, utilizados para a manutenção de um projeto cuja concepção e aplicação funcionam pela lógica privada, projeto este que serve, em última instância, para manter os privilégios de uma suposta "casta superior" do serviço público. Não é à toa que muitos dos alunos que se formam nas instituições de educação básica administradas pelo MD adentram a carreira militar. De acordo com a Revista Sociedade Militar, por volta de 43% dos cadetes formados na AMAN, Academia que forma os oficiais do Exército, são filhos de militares.

Sugestões de linhas de ação

Diante da realidade posta acima, do fato de que as escolas do MD servem como modelo para o projeto de educação da extrema-direita, e da disputa empreendida por tal ideologia para pautar a educação de cidadãs e cidadãos brasileiros, salienta-se a urgência que o SINASEFE deve promover às pautas de servidores lotados no MD.

Nesse sentido, sugere-se as seguintes iniciativas:

- Pasta do MD, assessorada pela CNMD, deve trabalhar em conjunto com AJN, visando montar campanhas para conscientizar a base do MD sobre seus direitos;
- Pasta do MD, assessorada pela CNMD, deve pensar em conjunto com a AJN em possíveis ações judiciais para mover contra as instituições referidas nesta tese em nível nacional;
- Pasta do MD, assessorada pela CNMD, deve trabalhar em conjunto com a Coordenação Jurídica, montando guia para divulgar à base do MD mostrando como lidar com situações de abuso ou assédio;
- Pasta do MD, assessorada pela CNMD, deve abrir canal contínuo para denúncias sobre ilegalidades ocorridas em instituições do MD, para que tais denúncias sejam levadas diretamente a órgãos de pessoal do MD, como o DEADI;
- A DN deve empreender ações para conscientizar e mobilizar a base do MD em relação à atividade sindical, fomentando encontros, preferencialmente presenciais, voltados a estes servidores;

- A pasta de Comunicação deve dar especial ênfase na divulgação de casos de abusos ou assédios ocorridos no âmbito do MD, quando solicitada pela pasta do MD;
- Pasta e comissão do MD, em conjunto com a DN, devem participar ativamente das discussões e busca por soluções aos problemas do MD relatados no ESCIME.

Assinam esta tese

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ
Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL
Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal
Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSUL
André de Holanda Sarmento – Seção IFBA/CMS
Beatriz Costa e Cunha – Seção CMRJ
Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa
Camila Tenório Cunha - Seção IFB
Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS
Cláudia Pinto – Seção SINASEFE IFSUL
Cleiton Mariano da Silva – Seção SINDSIFPE
Cristina Zanella Rodrigues – Seção Seção IFSul
Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL
Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC
Elaine Cristina dos Santos - Seção SP
Elenira Vilela – Seção IFSC
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP
Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró
Fernanda Cristina Camillo – Seção IFSul
Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES
Francilon Lima Simões - Seção IFSUL
Francisco Carlos Gonçalves Brongar – Seção SINASEFE IFSUL
Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC
Hilário Paes de Almeida - Seção SP
Jairo da Silva Campelo - Seção IFSUL
Janete Otte – Seção IFSul
Jaqueline de Cássia Vaz – Seção Brasília
Juliene Kely Zanardi – Seção SINASEFE CMRJ
Karla Simões de Andrade Lima Bertotti – Seção CMR/EAMPE
Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS
Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL

Marcelo Assunção – Seção CMRJ
Marcelo Peske Hartwig – Seção IFSUL
Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB
Maria de Fátima Silveira Medeiros – Seção IFSUL
Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS
Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS
Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL
Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga
Nilo Moraes de Campos – Seção SINASEFE IFSul
Osni da Costa Rodrigues – Seção IFSul
Pensilvania Bermudez – Seção Ifsul Campus Pelotas
Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas
Rodrigo Buske – Seção SINASEFE Santa Maria RS
Rosa Maria Cardoso dos Santos – Seção CMRJ/CN
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA CMS
Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB
Sueli Borges Pereira dos Santos – Seção Monte Castelo
Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA/CMS
Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS
William Junior Sperb – Seção SINASEFE - IFSUL
William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

07 - O Futuro da Educação ou será Ecossocialista ou não será!

Tese conjunta dos coletivos TAEs na Luta e Travessia

A educação não pode ser neutra, ainda mais diante da crise civilizatória que ameaça a vida no planeta. O sistema capitalista, alicerçado na exploração da força de trabalho e na destruição predatória da natureza, gerou uma "ruptura metabólica" entre as sociedades humanas e o meio ambiente, resultando em injustiça social e colapso ecológico.

Urge forjar uma nova pedagogia, um horizonte político-educacional que rompa com a lógica do lucro e da acumulação: uma pedagogia de práxis ecossocialista.

A educação ecossocialista é a semente de uma transição revolucionária e permanente, que visa a construção de uma sociedade livre de dominação de classe, gênero, sexualidade, raça ou colonial.

Descolonizar o Pensamento, Ecologizar a Consciência

É preciso rejeitar o antropocentrismo capitalista que coloca o ser humano como dominador da natureza e promove a visão parasitária de progresso.

O ecossocialismo defende uma cosmovisão ecocêntrica, que reconhece o valor intrínseco de todos os seres e a interdependência vital entre as espécies e os ecossistemas.

Nesse processo a escola deve ser um espaço para o questionamento radical da lógica de consumo, do produtivismo e da obsolescência programada.

Justiça Social e Ambiental na Práxis Educativa

A questão ambiental está em simbiose com a questão social. Ensinar e aprender a combater a pobreza, a desigualdade e a opressão é inseparável da luta contra a degradação ecológica.

A Educação Ambiental Crítica como fio condutor de todo o currículo, analisando as contradições do capital e as suas consequências sobre os povos e o ambiente, é indispensável para valorizar os saberes dos povos originários, comunidades tradicionais e camponeses – guardiões de práticas de uso da terra e manejo dos recursos baseadas na reciprocidade e no equilíbrio ecológico.

Educação para a Democracia Radical e Participativa

A educação omnilateral e integrada, que é práxis dos nossos IFs, deve dialogar com valor ecossocialista da democracia de base, onde as decisões sobre o que e como produzir, e sobre os rumos da coletividade, sejam tomadas de forma participativa e descentralizada, por toda a comunidade (escolar e local).

Ensinando a priorizar o valor de uso (o que é vital para a satisfação das necessidades humanas e ecológicas) em detrimento do valor de troca (que visa somente gerar lucro).

A Pedagogia da Luta e na Luta

A transformação da consciência é forjada na prática e na mobilização. Nossos campi devem ser polos de resistência e de construção de alternativas concretas, encorajando estudantes a se engajarem nas lutas sociais, sindicais e ecológicas, como o único caminho para a autocorreção social e a superação do sistema de destruição.

A escola também é espaço de formação de sujeitos capazes de realizar a Grande Transição do capitalismo para o ecossocialismo, limitando o crescimento em áreas não essenciais e coletivizando os meios de produção em harmonia com os limites planetários.

O Bem Viver e a Construção de um Futuro Comum

Precisamos definir como linha política do SINASEFE uma educação ecossocialista que:

- Almeja uma sociedade onde viver não seja um privilégio, mas um direito garantido pela justiça e pela solidariedade interespécies.

- Fomenta um modelo de desenvolvimento voltado para o bem-estar coletivo, priorizando investimentos em saúde, saneamento básico, transporte público gratuito, arte e, fundamentalmente, em uma Educação Emancipatória.

- Que os IFs sejam espaços coletivos e de democracia radical, com toda a comunidade participando de seus planejamento e execução das decisões.

- Que a educação ambiental crítica seja parte de nossa práxis, no sindicato e em nossos campi.

- Defender a emergência climática como política de estado para mitigar os efeitos das mudanças do clima e proteger as populações mais vulneráveis.

Se querem que sejamos a geração do fim, responderemos sendo a geração de um novo começo!

Por um mundo onde a vida floresça, em harmonia entre a humanidade e a natureza.

A luta ecossocialista é o nosso horizonte comum!

Assinam esta tese:

1) Francisco Freitas - SINTEFPB
2) Jairo Perin - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
3) Cezar Amario - Ifce/Sindsifce
4) Cleide Barroso- IFCE/SINDSIFCE
5) David Lobão - UFPB/SINTEFPB
6) Gabo Oliveira - APROFCMPA
7) Vinicius Retamoso Mayer - SINASEFE/ Seção Manaus
8) Lissandra Luvizão Lazzarotto/Seção Bento Gonçalves
9) Demian Boaroli/Seção Bento Gonçalves.
10) Victor Pereira/ Seção Bento Gonçalves
11) Silvana Schuler Pineda/Seção APROFCMPA
12) Abraão R. Batista / IFPB-SINTEFPB
13) Valmir Arruda de Sousa Neto / SINDSIFCE IFCE
14) Hélio de França Gondim / IFPB - SINTEFPB
15) Fernanda Mendes Furlan - IFal
16) Marcel Nascimento - SINTEFPB
17) Josenilda de Souza Silva-SINASEFE Seção Januária
18) Alexandre dos Santos Souza - SINTEFPB
19) Allan Patrick de Lucena Costa / IFPB-SINTEFPB
20) Jonas Felácio Júnior - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
21) Joiana Dias Prestes - Seção Alto Vale do Itajaí/ IFC
22) Marcos Serafim - SINASEFE- IFPA -Seção Belem-PA; Campus Itaituba-PA
23) Sady Salomão da Silva Alves SINASEFE- IFPA -Seção IFPA/CMPA/CIABA
24) Antonio Leonardo Barbosa Camilo - IFPE secao SindsIFPE.
25) Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/ Seção São Vicente do Sul.

26) Carolina Costa - SINTEFPB
27) Wilker Gomes Raposo – SINTEFPB
28) Milena Beatriz Lira Dias da Silva - SINTEFPB
29) Daniel Mendes Pires Haack - SINTIFRJ
30) Eduardo Gomes de Lucena - SindsIFPE
31) Suzanne de Oliveira Nunes - SINDSCOPE
33) Anna Luiza Moura - Sindscope
34) Ana Quezia Carneiro - IFBA/CMS2) Jairo Perin - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
3) Cezar Amario - Ifce/Sindsifce
4) Cleide Barroso- IFCE/SINDSIFCE
5) David Lobão - UFPB/SINTEFPB
6) Gabo Oliveira - APROFCMPA
7) Vinicius Retamoso Mayer - SINASEFE/ Seção Manaus
8) Lissandra Luvizão Lazzarotto/Seção Bento Gonçalves
9) Demian Boaroli/Seção Bento Gonçalves.
10) Victor Pereira/ Seção Bento Gonçalves
11) Silvana Schuler Pineda/Seção APROFCMPA
12) Abraão R. Batista / IFPB-SINTEFPB
13) Valmir Arruda de Sousa Neto / SINDSIFCE IFCE
14) Hélio de França Gondim / IFPB - SINTEFPB
15) Fernanda Mendes Furlan - IFal
16) Marcel Nascimento - SINTEFPB
17) Josenilda de Souza Silva-SINASEFE Seção Januária
18) Alexandre dos Santos Souza - SINTEFPB
19) Allan Patrick de Lucena Costa / IFPB-SINTEFPB
20) Jonas Felácio Júnior - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
21) Joiana Dias Prestes - Seção Alto Vale do Itajaí/ IFC
22) Marcos Serafim - SINASEFE- IFPA -Seção Belem-PA; Campus Itaituba-PA
23) Sady Salomão da Silva Alves SINASEFE- IFPA -Seção IFPA/CMPA/CIABA
24) Antonio Leonardo Barbosa Camilo - IFPE secao SindsIFPE.
25) Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/ Seção São Vicente do Sul.
26) Carolina Costa - SINTEFPB
27) Wilker Gomes Raposo – SINTEFPB
28) Milena Beatriz Lira Dias da Silva - SINTEFPB
29) Daniel Mendes Pires Haack - SINTIFRJ
30) Eduardo Gomes de Lucena - SindsIFPE
31) Suzanne de Oliveira Nunes - SINDSCOPE
33) Ana Quezia Carneiro - IFBA/CMS

08 - Plano político-sindical de enfrentamento ao subfinanciamento da Rede Federal

O SINASEFE deve assumir, com base num amplo debate com a sua base, através dos GTs e qualificados seminários de políticas educacionais, a defesa do financiamento público da rede federal como um dos eixos centrais de sua ação sindical. O orçamento das instituições não pode ficar refém de chantagens, disputas e barganhas políticas: precisa ser garantido como direito e política de Estado. Assim, em contraposição à agenda neoliberal de subfinanciamento da rede propomos:

1. Política de financiamento próprio: lutar pela criação de um Fundo Nacional da Rede Federal, com receitas vinculadas e atualização automática, destinado à manutenção, expansão e qualificação das instituições. Orçamento público e permanente para a educação pública! Esse fundo deve incluir rubricas obrigatórias para a assistência estudantil, políticas afirmativas e para os serviços essenciais das instituições, evitando que sejam tratados como despesas discricionárias.
2. Matriz CONIF com critérios de justiça social: incorporar indicadores sociais, raciais e regionais na distribuição dos recursos. Os *campi* que atendem populações quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade social devem ter prioridade. Rejeitar a lógica produtivista e instituir comissões paritárias (instituições–sindicato) para acompanhar a execução e revisão da Matriz.
3. Valorização dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as): reconhecer trabalhadores que prestam serviços essenciais de atendimento ao público, manutenção, limpeza e transporte como parte da comunidade escolar, garantindo direitos trabalhistas plenos, proteção contra assédios e perseguições, salários dignos e pagamentos em dia. A contratação desses servidores não pode se dar por indicações políticas em troca de emendas parlamentares.
4. Fortalecimento da assistência estudantil: defender o cumprimento da PNAES como política de Estado, com vinculação orçamentária permanente e expansão proporcional ao número de estudantes vulneráveis. Criar Fundos Internos de Permanência e Êxito a partir de Planos de Execução levando em conta as condições socioeconômicas, de raça, gênero e territorialidade, articulados às políticas afirmativas; e de Relatórios Anuais de Qualidade Social da Educação Profissional Tecnológica, com indicadores educacionais, com foco no combate à evasão e às desigualdades educacionais;
5. Transparência e controle social: ampliar o acesso público aos dados orçamentários e criar comitês locais de acompanhamento, com participação de estudantes,

servidores e sindicatos, para o combate à distribuição desigual e punitiva dos recursos entre instituições e entre os *campi;*

6. Valorização do ensino médio integrado: discutir e elaborar, no âmbito do SINASEFE, uma proposta de incremento ao financiamento do ensino técnico integrado ao ensino médio, conforme a Lei nº 11.892/2008, reafirmando esse nível como eixo estruturante da rede federal, fortalecendo o acesso, a permanência e o êxito, bem como processo de verticalização do ensino.

7. Formação e mobilização política da categoria: inserir o debate sobre neoliberalismo, orçamento público e direitos sociais na política de formação sindical. Produzir materiais acessíveis e fortalecer alianças com movimentos sociais, estudantis e populares pela revogação do arcabouço fiscal, garantia dos mínimos constitucionais para a educação, entre outras medidas que estrangulam o financiamento da educação pública.

Sem um Fundo próprio, a rede federal permanecerá uma arena de barganha financiada no varejo! É preciso romper com o orçamento tutelado! O Brasil soberano só se faz com educação pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada, autônoma e democrática. Por uma educação profissional tecnológica emancipadora!

Assinam essa Tese:

1. Lourdes Rafaella Santos Florencio- IFCE/Sindsifce
2. Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE/Sindsifce
3. Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
4. Maíra Ferreira Martins - IFSP/SINASEFE SP
5. Ailton Ribeiro de Assis - IFPB/SINTEFPB
6. José de Araújo Pereira - IFPB/SINTEFPB Campina Grande-PB
7. Tânia Regina Barbosa de Sousa
8. Samantha Macedo - IFCE
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto
10. Nericilda Bezerra - - IFCE/Sindsifce
11. Giuliana de Sá Ferreira Barros
12. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas- IFCE/Sindsifce
13. Giovana Lopes da Silva
14. Ailton Ribeiro de Assis
15. GRACILIANO Paiva Oliveira
16. Jucielle Macedo Alves
17. Luciele Espich
18. Pedro Armando Vieira
19. Alice de Araújo Nascimento Pereira
20. Daniel Mendes Pires Haack

21. Marlene de Alencar Dutra- IFCE/Sindsifce
22. Claude Melo
23. Wildson Justiniano Pinto
24. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão)
25. Maíra Ferreira Martins
26. Dione Cabral
27. Iziane Silvestre Nobre
28. Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya
29. Marcus Vinicius Guedes da Mota
30. Saulo Daniel Campos de Oliveira
31. Sueli Borges Pereira dis Santos
32. Fátima Maria de Holanda Lima
33. José Roberto Costa Nascimento
34. Grazielle Nayara Felício Silva
35. Marco Vinícius Moreira Lamarão
36. Lucrécia Helena Iacovino
37. Barbara Luana Sousa Marques
38. Claudilena Corrêa Araújo
39. Danilo Teixeira dos Santos
40. Pedro Ribeiro
41. Diacuy Pereira de Andrade Felipe
42. Bernadete Melo
43. Rogerio Galdino Trindade
44. Patrícia Nery Silva Souza
45. José de Araujo Pereira
46. Maria de Fátima Silveira Medeiros
47. Renato Alves Pedrosa
48. Maria da Conceição da Silva Rodrigues
49. Katiuscia da Costa Pinheiro
50. Natalia Ayres - IFCE/Sindsifce
51. Irismar Monteiro Brasil
52. João Alves Pacheco
53. Eliseanne Lima da Silva
54. Maria Luciana Sousa Penha
55. José Eurico Ramos de Souza
56. Cynthia Mattosinho
57. Michel Torres

09 - Sinasefinho - Educação para Cidadania Crítica

Palavras-chave: Sinasefinho, ludicidade, educação contra-hegemônica

O Sinasefinho foi inspirado em espaços que constroem a autonomia e consciência crítica da criança, sem que ela deixe de brincar e de ser criança. Foi inspirado nas Cirandas do Movimento Sem Terra (MST, no SESC Curumim (SESC_SP), e nos Parques Infantis de Mário de Andrade (Faria, Ana Lúcia, 2002). Ali as brincadeiras, filmes, livros estão inspirados nas seriedades dos debates dos adultos, que, segundo o próprio Estatuto do SINASEFE, entre outras lutas classistas, luta pela construção de uma sociedade socialista e solidária.

1. Espaço Lúdico

Vários pensadores constroem a formação das monitoras que devem trabalhar no Sinasefinho, como Edmir Perrotti que debate o confinamento da infância e o quanto isso prejudica a formação da criança, principalmente se seguir os moldes privatizadores burgueses, como os de recreação em shoppings:

> "Ao negar, pois, à infância a experiência direta da multiplicidade e da liberdade da cidade, o modelo cultural burguês propõe-lhe em troca atos linguísticos cujos referentes são sempre outros atos linguísticos, sem condições de se confrontar com o real: propõe-lhe a linguagem transformada em labirinto sem saída, em espelho que reflete sempre as mesmas imagens, num jogo narcisista cada vez mais emaranhado, complexo e inconcluso" . (Perrotti, Edmir, 1990).

Na época o autor discutia os espaços privados e o excesso de televisão para crianças e a influência na capacidade de leitura crítica, Mais de três décadas depois, essa crítica ganha uma nova urgência com o confinamento mediado pelos dispositivos eletrônicos, como o celular. O excesso de tempo de tela e a gamificação de experiências essenciais transformam o mundo em um feed infinito e passivo. A criança é afastada do corpo a corpo das interações sociais, do jogo imaginário que exige negociação de regras e construção conjunta de mundos, e da própria dimensão tátil e espacial da brincadeira tradicional. O Sinasefinho, ao resgatar o brincar tradicional e o jogo de papéis (Vigotski, Fernandes), atua como um contraponto ativo e político a essa digitalização precoce e individualizante da infância. Entendimento do

que nos humaniza nas histórias lidas, quanto mais longe do mundo real, brincante, as brincadeiras que simulam histórias e humanismo antigo no ser humano que os jogos tradicionais trazem, mais dificuldade teriam de compreender os livros.

Espaço seguro para brincadeiras tradicionais já havia sido pensado por Mário de Andrade no começo do século XX, quando foi secretário de cultura da cidade de São Paulo, segundo a pesquisadora Ana Lúcia Goulart de Faria, os Parques Infantis (PI) de Mário Andrade, que funcionavam em período contrários aos escolares, em bairros que o poeta chamava de "operários":

> "O PI estava muito mais voltado para o conhecimento artístico e a produção cultural. De fato, as crianças brincavam o dia todo, muitas vezes eram brincadeiras orientadas e tantas outras propiciavam, através do lúdico, reviver as tradições nacionais, manifestações artísticas, através do desenho, da dança, canto, etc." (Faria, Ana Lúcia, p. 201)

Estar em contato, tanto com as brincadeiras tradicionais, como com as danças, cantos, também sensibiliza, humaniza e constrói autonomia. Numa carta do poeta ao educador argentino Ernesto Nelson, Mário de Andrade escreve: "A escola não é, pois, o sistema ideal de cultura infantil. Um outro sistema precisa, não diria substituí-la, mas completá-la." (Faria, Ana Lúcia, p. 160).

2. Espaço de construção de autonomia

Outro pesquisador e pensador que reflete e analisa a importância do brincar para o desenvolvimento e a socialização da criança, portanto deve estar na formação das monitoras, é Vigotski. Em suas pesquisas com Leontiev e outros pesquisadores: "Ao brincar de pegador, por exemplo, é preciso não apenas correr, mas fugir daquele que é o pegador; ao mesmo tempo (...) o que inspira este jogo é, como antes, o desempenho do próprio processo lúdico. " (Vigotski; Luria; Leontiev, p. 138, 2019). Os pesquisadores continuam, em seguida, em suas análises e reflexões do processo lúdico do brincar:

> "Finalmente, estes jogos com propósitos duplos introduzem um momento essencial para o desenvolvimento da psique da criança. Eles introduzem um elemento moral na atividade. No jogo "pegador gelado", por exemplo, o estímulo direto criado pela situação do brinquedo, a saber, evitar o jogador que foi gelado, seja ele quem for, a qualquer custo, é superado

> pelo estímulo moral de ajudar um companheiro. " (Vigotski, Leontiev, Lúria, p. 139, 2019)

Entender que a atividade lúdica tem uma formação social, política e crítica inicial em si, é muito importante, portanto, o caminho regente do Sinasefinho, é lúdico, porém não deixa de ser político. O humanismo, a solidariedade, começa nos momentos de socialização lúdica, presentes na humanidade, há tempos. Brincar, portanto, é "coisa séria". Vigotski trouxe Gorki, lembrando que o brinquedo é realmente "o caminho pelo qual as crianças compreendem o mundo em que vivem e serão chamadas a mudar" (Vigotski, Leontiev, Luria, p. 130, 2019). Brincar é um modo seguro e lúdico da criança compreender o mundo e a realidade. As ciências, as linguagens, a criatividade, a socialização, começa no momento do brincar.

As monitoras que trabalharem no Sinasefinho, mais do que decorar atividades e brincadeiras, deverão entender a importância destas na formação política e social da criança.

Lembrando que falar que brincar é "coisa séria" chega a ser revolucionário num mundo onde o produtivismo e a seriedade de fazer, fazer e fazer, parece contagiar espaços que antes deveriam ser livres. Segundo o historiador Philippe Ariès, " O fenômeno que se deve sublinhar é o abandono desses jogos pelos adultos das classes superiores, e, simultaneamente, sua sobrevivência entre o povo e as crianças dessas classes dominantes". (Ariés, Philippe, p. 124, 1981) Temos que retomar que anos antes dessa separação, nas aldeias medievais por exemplo, os jogos e brincadeiras estavam entre adultos e crianças em momentos festivos e lúdicos. A sociedade industrial separou as crianças dos adultos, e, o brincar dos adultos passou a se chamar esporte. O historiador continua: "É notável que a antiga comunidade dos jogos se tenha rompido ao mesmo tempo entre as crianças e os adultos e entre o povo e a burguesia. Essa coincidência nos permite entrever desde já uma relação entre o sentimento da infância e o sentimento de classe" (Ariès, P., p. 124, 1981).

Na pesquisa de Florestan Fernandes (1979), com crianças que brincavam livres em meados do século XX, ele conclui que através das brincadeiras tradicionais as crianças filhas de imigrantes aprendiam sobre a cultura brasileira e conseguiam introduzir seus responsáveis à cultura brasileira. O autor ainda explica que na cultura infantil está uma sociedade em crisálida (Fernandes, Florestan. 1979, p.389), brincar de ser pai, mãe, motorista, é brincar com o que estes papéis simbolizam na sociedade e não representar seus próprios pais ou o motorista X que viu. Nas brincadeiras há história humana, cultural e de classes. Portanto, apreender o mundo passa pelo aprender a arte, as ciências, o brincar tradicional deste mundo.

A estrutura e a organização das múltiplas atividades no Sinasefinho não são aleatórias; elas espelham e preparam a criança para a ação coletiva e o engajamento. A separação por idade, a alternância entre brincadeiras orientadas e livres (inspiradas nos PI de Mário de Andrade), e a própria diversidade de linguagens (dança, canto, desenho, contação de histórias) são ferramentas pedagógicas que constroem a autonomia, a solidariedade e a capacidade de negociar – elementos essenciais para a luta e a organização dos movimentos sociais de amanhã. Ao brincar de cooperar, de dividir o brinquedo ou o papel, a criança está praticando, de forma lúdica, os valores de uma sociedade socialista e solidária que o SINASEFE busca construir.

Deixar as crianças no espaço Sinasefinho não pode ser largar para brincar, mas brincar sabendo que ali será um espaço em que a criança, separada por idade de dois em anos, como Sesc Curumim, Cirandas e os Parques Infantis já fizeram, se desenvolverão. Portanto, é importante que a formação das monitoras não seja uma simples receita de repetir atividades, mas a luta pelo direito ao brincar e entender esse como ação política e revolucionária, numa sociedade mecanicista e reprodutivista, o lúdico como método é revolucionário.

3. As monitoras do Sinasefinho: brincantes e revolucionárias

Além disso, garantir que as monitoras passem por uma formação conosco, garantir que preferencialmente venham de sextos semestres em diante de Educação e Educação Física, para entenderem que ali é espaço político e que é importante, de modo lúdico, que as crianças entendam o que os responsáveis estão fazendo ali, e, principalmente, dar chances para que suas mães possam estar ali. Não apenas lutando por seus próprios salários, mas por uma sociedade livre, emancipada, e socialista.

Portanto, é importante que a formação das monitoras não seja uma simples receita de repetir atividades, mas a luta pelo direito ao brincar e entender esse como ação política e revolucionária, numa sociedade mecanicista e reprodutivista, o lúdico como método é revolucionário.

Além disso, garantir que as monitoras passem por uma formação conosco, de pelo menos quatro horas, com a história, leituras e brincadeiras. Isso para que possam, de fato, entenderem que ali é espaço político e que é importante, de modo lúdico, que as crianças entendam o que os responsáveis estão fazendo ali, organizando as atividades de forma a cultivar a cooperação e a crítica e, principalmente, dar chances

para que suas mães possam estar ali. Não apenas lutando por seus próprios salários, mas por uma sociedade livre, emancipada, e socialista.

4. Plano de Lutas

- Que a cada início de ano a Coordenação Nacional de Política para Mulheres realize uma seleção, por meio de edital voltado para alunos de graduação, baseado em critérios acadêmicos e sociais, considerando questões de gênero, diversidade sexual, representação étnica e inclusão, para seleção e classificação de monitoras e monitores para atuação no Sinasefinho durante as atividades do SINASEFE realizadas em Brasília ao longo do ano.
- Que, todos os classificados recebam uma formação específica, de acordo com os princípios que fundamentam o Sinasefinho, visando uma atuação de acordo com os objetivos deste espaço.
- Que, ao longo das atividades do ano, haja um rodízio entre as/os classificados no edital, de acordo com a ordem de classificação, visando uma oportunidade de aprendizado e formação política, bem como uma maior democratização no uso dos recursos do sindicato.

Referências bibliográficas

Ariès, Phillippe. História Social da Criança e da Família. 2° Edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora Guanabara. 1981

Faria, Ana Lúcia Goulart. Educação Pré-Escolar e Cultura. 2° Edição. Campinas, SP. Editora da Unicamp. São Paulo, Cortez. 2002

Fernandes, Florestan. Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1979

Perrotti, Edmir. Confinamento Cultural, Infância e Leitura, São Paulo. Summus. 1990

Vigotski, L.S.; Luria, A.R.; Leontiev, A.N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 16° Edição. São Paulo, Editora ìcone. 2019

Assinam essa tese

Camila Tenório Cunha – Seção Brasília

Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal
Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ
Ana Cláudia kohls Colvara – Seção IFSUL
Ana Tereza Souza dos Santos – Seção IFBA CMS
Andréa Lima Barros – Seção IFMA/Monte Castelo
Andreia do Nascimento Lima – Seção IFPA, CTRB e CIABA
Andréia Fernanda Silva iocca – Seção Mato Grosso
Andreia Sousa castro – Seção IFTO
Antonio Jesus Souza Melo Neto
Bernadete Melo – Seção Sindscope RJ
Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa
Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS
Cláudia Pinto – Seção IFSUL
Cleiton Mariano da Silva – Seção SINDSIFPE
Cristiana Teixeira Lima – Seção Brasília
Cristina Zanella Rodrigues – Seção Seção IFSUL
Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL
Daniela Da Rosa Curcio – Seção IFSUL
Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL
Diacuy Pereira de Andrade Felipe – Seção Crato Ceará
Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC
Elaine Cristina dos Santos - Seção SP
Elenira Vilela – Seção IFSC
Eliseanne Lima da Silva – Seção Manaus-AM
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP
Euza Raquel de Sousa – Seção Mossoró
Fernanda Cristina Camillo – Seção IFSUL
Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES
Francilon Lima Simões - Seção IFSUL
Francisco Carlos Gonçalves Brongar – Seção IFSUL
Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC
Hilário Paes de Almeida - Seção SP
Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT
Iranira Geminiano de Melo – Seção Integrada Ariquemes, Guajará-Mirim e Porto Velho/RO
Jairo Campelo – Seção IFSUL
Jaqueline de Cássia Vaz – Seção Brasília
Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS
Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL
Luciele Espich – Seção Seção IFSC

Manoel José Porto Júnior– Seção IFSUL
Marcelo Assunção – Seção CMRJ
Margarete Maria Chiapinotto Noro – Seção IFSUL
Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya – Seção Natal-RN
Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB
Maria de Fátima Silveira Medeiros – Seção IFSUL
Maria Eliana Almeida Matos – Seção IFBA/CMS
Marlene de Alencar Dutra – Seção Sindifce
Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS
Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL
Michele Roos Marchesan – Seção Sapiranga
Natalia Batista de Moraes – Seção Sindscope
Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL
Osni da Costa Rodrigues – Seção IFSUL
Patrícia Mendes Calixto – Seção IFSUL
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA CMS
Rosália Aparecida da Silva – Seção Rondônia (Porto Velho)
Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB
Sueli Borges Pereira dis Santos – Seção Seção Monte Catelo
Teresa de Souza Bahia – Seção IFBA CMS
Thelma Lima da Cunha Ramos – Seção IFAM, Campus Manaus Zona Leste
Vicente Duque de Almeida Neto – Seção IFBA CMS
Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS
William Junior Sperb – Seção - IFSUL
William Kelbert Nitschke – Seção IFSUL

10 - Derrotar o projeto neoliberal e o autoritarismo na educação federal: por uma construção popular e democrática das políticas educacionais para a Rede Federal e para as instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa

(Tese de Educação do Coletivo Pão e Rosas)

O Brasil, país de capitalismo dependente e periférico, historicamente feito colônia de exploração de base escravocrata, tem sua trajetória educacional marcada pela permanente disputa que reflete e reproduz a divisão socioeconômica, sexual e racial da população. No que diz respeito à educação profissional, as origens ligadas ao assistencialismo e ao controle das classes trabalhadoras mostram que, em seu embrião, a educação profissional foi assentada sobre as desigualdades, separada da formação "acadêmica" destinada às elites. É sobre esses marcos que as políticas e reformas educacionais implementadas, com destaque para aquelas formuladas no âmbito do neoliberalismo e da acumulação flexível, reafirmam a dualidade estrutural no projeto de formação e de qualificação profissional do nosso povo.

Ainda que nos governos anteriores (Lula I e II e Dilma I) tenham sido apresentados pontos de inflexão, como a retomada da oferta de ensino técnico integrado ao médio (Decreto 5.154/2004) e a criação da Rede Federal (Lei 11.892/2008), o avanço do neoliberalismo educacional e da influência dos setores empresariais nas políticas educacionais foi a tônica principal da agenda educacional (como a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada das parcerias público-privadas, as privatizações e as terceirizações) A criação da rede federal, que representa uma experiência inédita de instituições multicampi e multi curriculares, articulando ensino, pesquisa e extensão, surgiu como uma política de enfrentamento às desigualdades educacionais. Contudo, o aprofundamento da crise capitalista, o avanço do neoliberalismo, a mercadorização e a lógica do gerenciamento na educação ameaçam a concepção e a existência dessa rede e do projeto pedagógico que a fundamentou.

O acirramento da disputa e das desigualdades no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT) se manifesta nas políticas educacionais, nas práticas pedagógicas e na gestão das nossas instituições. Ao longo das últimas duas décadas, a EPT tem sido reduzida a uma função economicista, centrada no

empreendedorismo, no tecnicismo e no aumento da produtividade para adequação inserção dos estudantes no mercado da pejotização edo trabalho informal, intermitente e sem direitos.

A radicalidade do neoliberalismo educacional, manifestada em 2017 com o NEM e consolidada na Lei 14.645/2023 (reforma da reforma), representa uma vitória dos setores empresariais sobre a política educacional. A EC 95/2016 (teto dos gastos), repaginada como "Regime Fiscal Sustentável" mediante a Lei complementar nº 200/2023, perpetua a política de cortes nos investimentos sociais, inviabiliza o cumprimento de um Plano Nacional de Educação (PNE) de fato democrático e inclusivo, a continuidade das políticas afirmativas e a valorização dos(as) profissionais da educação. Somada ao conjunto de reformas estruturais do Estado aprovadas a toque de caixa, essa política impõe a precarização da educação pública de nível médio de todo país, além de desmontar o projeto de ensino médio integrado da rede federal a sua proposta de educação integral. O fantasma da eleição de Bolsonaro em 2018, que representou a aliança do projeto neoliberal com as pautas da extrema-direita fascista, ainda ronda o país. Esse governo, além do aprofundamento do projeto neoliberal, trouxe à tona pautas autoritárias, antidemocráticas e o retrocesso nas conquistas das maiorias historicamente minorizadas e alijadas de direitos, como as mulheres, o povo negro, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência (PCDs) e povos originários. Abriu os caminhos para projetos como "Escola sem partido" e "Escolas cívico-militares", para perseguições e violências contra educadores(as), difundiu ataques e desvalorização da educação, tornando as instituições de ensino ambientes hostis, violentos, persecutórios, de controle e assédio sistemático aos(às) trabalhadores(as). O impacto da ascensão da extrema-direita sobre a educação brasileira ainda ecoa no negacionismo e anticientificismo, que avançaram no intuito de desmontar e desfinanciar programas de pós-graduação, centros de produção de C&T, além das agências públicas de fomento. Esse desmonte também reverberou sobre as pautas da educação ambiental, fortaleceu o fundamentalismo religioso, afetando diretamente docentes, TAEs, estudantes(as) e a grande parcela da população queusufrui das políticas públicas formuladas a partir do trabalho desenvolvido nas instituições de educação e de pesquisa. Foi nesse cenário que se formou a frente ampla para eleger Lula e derrotar Bolsonaro, política aprovada pelo SINASEFE no seu 34º Congresso. Apesar das contradições e dos limites de um governo de conciliação como esse, que faz concessões mínimas para ossetores populares e se submete às chantagens das elites que o apoiaram eleitoralmente - interessadas em garantir vantagens, consideramos acertada a posição do Sindicato em atuar na linha frente para a derrota eleitoral da extrema-direita. Lula III chega à presidência no contexto de crise

socioeconômica e ambiental, de instituições fragilizadas, forte oposição parlamentar e uma grande polarização ideológica, alimentada pela indústria de *fake news* e pela disputa de narrativas, tanto em espaços físicos como em ambientes virtuais.

A experiência histórica com Lula, d início dos anos 2000, ainda não foi superada: a esperança de grande parte da classe trabalhadora e de setores progressistas ainda está na luta reformista, acreditando ser possível mudanças sociais sem uma ruptura com a classe dominante. Contudo, a situação atípica de vinte anos atrás não pode ser a métrica do governo Lula III que, de largada, precisa derrotar uma extrema-direita financiada pelos barões das *big techs* e liderada por neofascistas. A "receita" de Lula I e II não é capaz de responder aos desafios políticos e às necessidades urgentes dos setores populares que o elegeram. O projeto de manter um pacto com a fração burguesa que o apoiou nas eleições, distribuindo cargos estratégicos e concentrando o orçamento público nas mãos do Congresso e do centrão, em troca de governabilidade, popularidade e implementação de reformas é uma política suicida, que tende a uma situação ainda mais dramática que a experiência com o governo Bolsonaro. Há uma diferença gigantesca na composição do atual Parlamento, o "Congresso inimigo do povo". A dificuldade em aprovar a LOA 2025, por exemplo, atrasando o cumprimento de parte dos acordos de greve e até o repasse de recursos de capital e custeio para as instituições, evidencia que as negociações com o centrão não garantem a estabilidade e a governabilidade pretendidas. A secundarização
de reivindicações populares e do funcionalismo público, especialmente da educação federal, abre espaço para a ruptura da confiança desses setores não só em Lula, mas na esquerda como um todo e em ferramentas históricas de luta da classe trabalhadora, como o sindicato. A ginástica política para combinar crescimento econômico, reformas progressivas (como as pautas da educação federal) com o arcabouço fiscal é uma aposta com grandes chances de falhar miseravelmente.

O sentimento de mudança na correlação de forças movimentou a educação federal no Governo Lula III, intensificando a pressão pelo atendimento às reivindicações políticas e, principalmente, econômicas da categoria. A deflagração e adesão massiva à greve de 2024 após um ano de negociações travadas e, protagonizada pelo SINASEFE, por reestruturação, recomposição e revogação, refletiu a luta contra o projeto neoliberal e os ataques ideológicos à educação, a urgência e a indignação da categoria com a defasagem dos salários e carreiras, com o adoecimento, o empobrecimento e o endividamento generalizados, além da perda de sua capacidade de consumo - realidade enfrentada por outros setores médios da sociedade. Em menor fator mobilizador, mas com forte incidência no movimento paredista, a recomposição do orçamento da educação federal aos marcos de 2015

- com impacto direto sobre as políticas de assistência estudantil, na revitalização dos *campi* e na qualificação dos serviços prestados às comunidades não foi atendida. Reivindicações sem impacto orçamentário, como o "revogaço" de medidas antidemocráticas, antissindicais e antipovo, heranças do golpe e do governo Bolsonaro, também não foram efetivadas.

A inflexibilidade do governo nas negociações da greve, a intransigência da Casa Civil, o golpe dos steps na carreira docente, as manobras no RSC TAE, o abando dos aposentados, entre outras, mostram que Lula III que se mantém à direita mesmo diante das derrotas legislativas e o avanço da extrema-direita. A tática de constituir GTs e Comissões que encenam resoluções que nunca chegam, bem como a morosidade em encaminhar os acordos de greve com a categoria encontra ressonância em dois lugares: 1. na indisposição do Governo em tomar para si a defesa da educação federal e dos(as) servidores(as) e 2. no flerte com o projeto da reforma administrativa – que visa a reestruturação do Estado a ruptura com o pacto social da Constituição de 1988 – aprofundando a precarização dos serviços públicos, o desmonte de carreiras e a retirada de direitos constitucionais da população, como a educação.

A agenda neoliberal, que avançou muito nos governos Temer e Bolsonaro, sobrepõem-se à prioridade de investimentos necessários à educação pública pela qual lutamos. A criação de programas assistencialistas, como o Pé-de-meia e o Partiu IF e de ações simbólicas, como a carteira nacional docente, estão muito aquém das necessidades econômicas e educacionais da categoria e da nosaa rede. A expansão sem reposição orçamentária e da força de trabalho penaliza, especialmente, os IFs com pouca influência na política parlamentar, especialmente *campi* menores e mais remotos. Essa política também incentiva o clientelismo via emendas parlamentares, fazendo do MEC um balcão de negócios, principalmente no contexto de cortes e da ameaça da Reforma Administrativa.

Outras medidas preocupantes foram implementadas em 2025, como o Edital nº 06/2025 da SETEC – chamada pública para a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior – e o Decreto nº 12.603/2025, de 9 de janeiro de
2025, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Educação Camilo Santana, que instituiu a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SINAEPT), sem a participação efetiva das comunidades da EPT e de suas entidades representativas.

O Decreto marca uma inflexão grave na política de educação profissional ao excluir o projeto do Ensino Médio Integrado (EMI) da concepção de educação

profissional tecnológica de nível médio. Essa exclusão revela uma perspectiva reducionista de formação, voltada apenas ao desenvolvimento de competências básicas e habilidades elementares, ancorada na ideologia do empreendedorismo individual, em um mundo cada vez mais marcado pelo desemprego estrutural e pela perda de direitos sociais.

A PNEPT, tal como formulada, rompe com o projeto histórico de formação integral articulado ao trabalho como princípio educativo e com os fundamentos clássicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como a politecnia e a omnilateralidade. A possibilidade de oferta concomitante de cursos em instituições externas à Rede Federal, por meio de convênios de intercomplementaridade, sinaliza um rebaixamento da qualidade da formação e a ampliação da presença do setor privado na rede pública – seja por contratos com Organizações Sociais (OS), seja por empresas educacionais e tecnológicas (as chamadas EdTechs).

No ensino superior, o mesmo Decreto reforça a lógica do empreendedorismo de mercado, excluindo de sua previsão os cursos de licenciatura e os programas especiais de formação pedagógica. Além disso, prevê financiamento apenas via dotação orçamentária da União, sem propor nenhum fundo permanente de financiamento para a educação federal – mantendo o setor subordinado ao arcabouço fiscal e às chantagens de um Congresso hostil aos interesses populares.

Apesar da frente ampla que garantiu a eleição de Lula em 2022, o legado do bolsonarismo na educação – mesmo sem Bolsonaro – ainda não foi superado. A condução da política educacional pelo ministro Camilo Santana reflete a continuidade da lógica gerencial que tem orientado o Estado brasileiro nas últimas décadas. Sua atuação no MEC reafirma a centralidade de uma gestão por resultados, focada em metas e indicadores empresariais, o alinhamento a fundações privadas, conglomerados educacionais e a indústria de tecnologias. Essa abordagem consolida a inserção do capital financeiro na definição das políticas públicas, transformando o MEC em um espaço de articulação dos interesses privados com políticas de Estado. Sob o discurso da eficiência e da inovação, essa racionalidade neoliberal esvazia o caráter público da educação, afastando-a de objetivos pautados em interesses coletivos e nas necessidades sociais. Trata-se de um projeto que preserva e aprofunda o legado do bolsonarismo na educação – sem o autoritarismo e o negacionismo explícitos, mas pela naturalização do privatismo, da tecnocracia e da adesão ao ideário do empreendedorismo, da meritocracia e da competitividade.

É igualmente necessário denunciar o lugar secundário que o debate educacional ocupa no interior do SINASEFE, sindicato que tem a educação como base de sua identidade, mas cuja Direção Nacional e algumas Comissões têm assumido posições condescendentes ou colaboracionistas, priorizando supostos

ganhos do governo e das reitorias em detrimento das reivindicações históricas da categoria.

As políticas educacionais em curso e as dificuldades enfrentadas pela categoria na defesa de seus direitos evidenciam a entrega da educação federal aos interesses do mercado. É urgente radicalizar a luta contra o avanço do neoliberalismo na educação brasileira, pois não há democracia nem soberania nacional e sem educação pública, gratuita e de qualidade para todos. A luta contra o fascismo passa necessariamente pelo enfrentamento ao neoliberalismo e pela reconquista dos direitos sequestrados da classe trabalhadora. O projeto neoliberal é a antessala do fascismo – e, por isso, deve ser combatido e derrotado.

O SINASEFE precisa assumir uma postura firme na denúncia dos erros e retrocessos do Governo Lula III e se apropriar dos debates sobre as políticas educacionais, que são centrais para a categoria e para a classe trabalhadora. Somente com uma educação pública, gratuita e de qualidade o governo brasileiro estará verdadeiramente ao lado do seu povo.

Plano de lutas:

-

1.Revogação de todas as medidas prejudiciais à educação e à classe trabalhadora promovidas nos governos Temer e Bolsonaro; REVOGAÇO
2. Combate ao neoliberalismo educacional, ao gerencialismo e assédio como forma de gestão; 3. Luta contra a militarização das escolas;
4. Revogação imediata do NEM e construção de uma política para o ensino médio tendo como referência o Ensino Médio Integrado ao técnico dos Institutos federais;
5. Contra a "voucherização" da educação pública;
6. Luta contra os repasse do orçamento público às instituições privadas de ensino; 7. Contra a privatização da educação no Brasil;
8. Luta pela valorização dos profissionais da educação;
9. Luta por garantia de orçamento para os núcleos de apoio (NEABI, NUGEDS e NAPNE); 10. Pela garantia de orçamento para o PNAE;
11. Garantia orçamentária e uma política de ampliação às dos auxílios permanência e bolsas de ensino, pesquisa e extensão e pelo ajuste anual do valores aplicados 12. Fim da terceirização dos trabalhadores de apoio nas escolas;
13. Luta por uma política para inclusão educacional com financiamento próprio, profissionais efetivos, capacitados e valorizados;
14. Luta contra a expansão do EAD na Rede federal;
15. Garantir a expansão do Ensino técnico integrado na Rede federal;
16.Luta contra as Fundações e Empresas na Rede federal;

17. Defesa de cotas para pessoas transgênero na educação pública e no serviço público; 18. Lutar por códigos de vagas na rede para docentes e técnicos administrativos. 19. Políticas de combate da evasão escolar nos Institutos em todas as suas ofertas 20. Fortalecer e valorizar a Pasta de políticas educacionais e culturais; promover GTs como forma de mobilizar a base em torno do debate educacional; realizar o Seminário Nacional de Educação

Assinam:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione Cabral São Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliana Pereira Elias Amazonas
32. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM

33. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
34. Fabiano Godinho Faria Sintifrj
35. Fabio de Oliveira Dias IFSul
36. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
37. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
38. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
39. Giovana Lopes da Silva Codó
40. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
41. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
42. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga-,Aeronáutica
43. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
44. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
45. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
46. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
47. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
48. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
49. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
50. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
51. José Eurico Ramos de Souza Manaus
52. José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
53. Josenilda de Souza Silva Seção Januária
54. Karlane Holanda IFCE
55. Laurenir Santos Peniche Pará
56. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
57. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
58. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
59. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
60. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
61. Maíra Ferreira Martins São Paulo
62. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
63. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
64. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
65. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
66. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
67. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
68. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
69. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
70. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
71. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
72. Marival Baldoino de Santana São Paulo
73. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
74. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac

75. Michel Torres IFRJ
76. Natalia Ayres Sindsifce
77. Nericilda Bezerra Sindisifce
78. Odemir vieira SINASEFE ifsc
79. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
80. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
81. Paulo Raimundo Stering Malta SINASEFE IFBA/CMS
82. Pedro Ribeiro Monte Castelo
83. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
84. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
85. Raimunda Regina Ferreira de Educação
86. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
87. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
88. Renildo Viana SINASEFE Manaus
89. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
90. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
91. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
92. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
93. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
94. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
95. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
96. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
97. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
98. Samantha Lima Macedo Sindsifce
99. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
100. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
101. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
102. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
103. Thais Norberta Bezerra de Moura Sintefpb
104. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
105. Thalismar Matias Gonçalves IFES
106. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
107. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
108. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

11 - O Desenvolvimento de Lideranças Negras para Ocupar Posições Estratégicas nas IFES, escolas vinculadas e no Movimento Sindical

Autor: Cassiana Marques da Silva - Pedagoga TAE

Desde o período colonial, a população negra no Brasil enfrentou uma história marcada pela escravidão e pelas desigualdades estruturais que se perpetuaram mesmo após a abolição em 1888. Essa trajetória de exclusão e marginalização se reflete até hoje nas instituições públicas e na sociedade, com barreiras invisíveis que dificultam a ascensão de negros a cargos de liderança. Esta tese propõe analisar e fortalecer estratégias de desenvolvimento de lideranças negras para ocuparem posições estratégicas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e no movimento sindical, como forma de enfrentar e reduzir as desigualdades raciais historicamente estruturadas. Ao investigar barreiras institucionais, políticas de inclusão e experiências de protagonismo negro, busca-se contribuir para o combate às opressões raciais no serviço público e na sociedade, promovendo equidade, representatividade e transformação institucional.

Observa-se que o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, em 1888. Desde então, por muitos anos, a presença e a resistência das desigualdades raciais e a situação de subordinação do negro na sociedade brasileira persistiram. Pode-se dizer que até os dias atuais vivencia-se situação semelhante. No Brasil, a ideia de raça foi concebida após a libertação dos escravos com o objetivo de diferenciar e hierarquizar os indivíduos na sociedade (igualados pela liberdade os negros que se tornaram também cidadãos). Se antes a escravidão diferia brancos e negros, agora era preciso encontrar argumentos para marcar a diferença, ela passa, então, a ser pautada numa possível diversidade biológica, (Araújo, 2017).

O critério da cor da pele possui relevância perante a sociedade, especialmente a brasileira. Ressalta-se que o parâmetro de avaliação do cidadão, em várias circunstâncias de sua caminhada enquanto ser social, dá-se pela sua apresentação física como um todo: vestimenta, postura, cor da pele e cabelos são itens que passam por um julgamento subjetivo e automático que permeia o ser humano. (Igualados pela liberdade os negros que se tornaram também cidadãos). Se antes a escravidão diferia brancos e negros, agora era preciso encontrar

argumentos para marcar a diferença, ela passa, então, a ser pautada numa possível diversidade biológica, (Araújo, 2017).

Após a abolição, nenhuma medida de consolidação do processo foi imposta, e os ex- escravos tornaram-se, de maneira geral, marginalizados perante o sistema econômico- social em vigor. Atualmente, o negro ainda possui os índices sociais mais baixos. O desenvolvimento econômico não conseguiu dar melhores condições de vida aos afro-brasileiros. Os processos de industrialização aumentaram a desigualdade e a disparidade de renda entre os mais pobres e os mais ricos, entre brancos e negros.

A presença do negro no serviço público brasileiro é resultado de um longo e complexo processo histórico, social e político que remonta à escravidão e à exclusão estrutural que se seguiu mesmo após a abolição formal em 1888. A construção do Estado brasileiro e de suas instituições públicas ocorreu à margem da inclusão racial, com práticas e políticas que, direta ou indiretamente, favoreceram a perpetuação das desigualdades raciais.

Autores como Clóvis Moura e Abdias do Nascimento enfatizam que a abolição da escravidão não foi acompanhada por políticas de inserção social dos negros. Segundo Moura (1988), a liberdade concedida foi formal, mas não material, pois o Estado brasileiro não estruturou políticas públicas de reparação ou integração, mantendo os negros à margem da cidadania plena. A ausência de acesso à educação, à terra e ao trabalho digno criou um ciclo de pobreza e exclusão que ainda persiste.

No contexto do serviço público, essa exclusão se expressa historicamente na pequena representatividade de negros e negras nos quadros da administrativa pública, especialmente nos cargos de poder decisório, de maior prestígio e remuneração e isso se reproduz nos espaços políticos, nas entidades de reivindicação e de luta.

A obra de Lélia Gonzalez e de Silvio Almeida contribui para a compreensão de como o racismo estrutural se manifesta nas instituições, produzindo barreiras invisíveis que dificultam a ascensão profissional da população negra. No serviço público, isso se traduz, por exemplo, na naturalização da predominância de brancos em cargos de chefia e em processos seletivos que, embora aparentemente neutros, acabam por favorecer quem teve mais acesso a uma educação de qualidade – ainda majoritariamente branca e elitizada.

As disparidades são evidentes no aspecto social, e, aliadas a essa

desproporcionalidade, convive-se com o preconceito. A escravidão gestou estruturas, relações sociais e econômicas, valores e conceitos, além de uma visão de mundo – incluindo a visão de Estado – que tinham por meta sua permanência e a manutenção dos privilégios resultantes, Hasenbalg (1996, p.15) afirma: "Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Em oposição ao que afirmaram as teorias sobre modernização, a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para os grupos raciais presentes na população."

A concepção do país como uma democracia racial é cada vez menos consensual. Hoje, diferentes setores da sociedade têm dialogado sobre o racismo. Por mais que a sociedade brasileira se estruture como uma sociedade de mistura racial, sempre ocorreu a separação entre brancos e negros, especialmente em certas posições e situações sociais.O ENNIQ, traz luz a temática, discutindo pautas raciais, entretanto o encontro extremamente relevante ocorre a cada dois anos, e a pauta racial deve acontecer sistematicamente, durante os 12 meses do ano, com ações efetivas e discussões coletivas, com o apoio do SINASEFE, orientando e estruturando caminhos para que mitigar a distância racial, colocando em pauta as políticas públicas para e decretos que trazem a pauta raciais. Considerando esse contexto, apresentam-se, a seguir, as proposições que nortearão e serão defendidas nesta tese:

1. Realizar censo racial pelo SINASEFE Nacional, por instituição de ensino, e promover o mapeamento racial por estados e regiões, como forma de evidenciar a distribuição de negros nas IFES.
2. Levantamento do número de servidores negros (docentes e TAEs) em cargos de gestão nas IFES, como indicador da representatividade e barreiras institucionais.
3. Identificar o grau de escolaridade e classe dos servidores negros das IFES, demonstrando desigualdades estruturais no acesso à educação e oportunidades profissionais.
4. Desenvolver trilhas formativas voltadas ao fortalecimento de lideranças negras nas IFES, com foco no reconhecimento de potencialidades e estímulo ao protagonismo, como estratégia para enfrentar a sub-representação.
5. Analisar como as IFES estão organizadas para cumprimento do Decreto nº 11.443/2023, evidenciando avanços e desafios na promoção da equidade racial no serviço público federal.

Referências Bibliográficas

Azevêdo, E. S. Raça: Conceito e Preconceito. São Paulo: Ática, 1987.
Bourdieu, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: Nogueira,
Maria Alice. Degler, C. N., 1991. Neither Black nor White. Madison: University of Wisconsin Press.

Hasenbalg, C. & Silva, N. V., 1992. Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE.
Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora USP, 1965, v. 1.
Luna, Luiz. O negro na luta contra a escravidão. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman - http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/07.pdf - Acesso em 15/05/2018.
, Glória. Navio Negreiro - Batuque no Quilombo. CNNCT: São Paulo, 1996. Plano de Carreiras do Servidor Público –
Ivan Barbosa Rigolin - http://revista.tcu.gov.br/ojsp/index.php/RTCU/article/view/1043
- Acesso em 02/10/2025
Almeida, Silvio Luiz de. /1/20250 Estrutural. São Paulo: Pólen,
2018. Gonzalez, Lélia. Lugar de Negro. In: GONZALEZ,
Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 13-32.
Nascimento, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2

12 - Pela Educação Integral Crítica: Combatendo o Fascismo na Educação

O SINASEFE de modo magistral, através da coordenação de políticas educacionais, contribui na elaboração das diretrizes para a educação profissional no Brasil. Os documentos resultantes do trabalho nesta pasta reforçam pautas históricas no sentido de promover o Ensino Médio Integrado para a Educação Profissional. Isso se dá através da unificação dos conceitos de trabalho, cultura e ciência. Suportado na ideia de formação omnilateral – uma formação humana integral e completa, que abrange múltiplos lados e capacidades (intelectual, manual, físico, cultural e político). Apesar de sua importância, esse projeto histórico está sendo obliterado na medida em que, nos espaços educacionais, se vivencia um aprofundamento das lógicas liberais.

Dada uma análise da conjuntura essa contribuição pretende evidenciar certas estratégias políticas que atuam no sentido de frear o movimento de construção de uma educação integral. Bem como traçar estratégias para atuação coletiva diante desses ataques.

O primeiro ponto a ser ressaltado nesta conjuntura é a intensa propagação de uma perspectiva a-crítica do conhecimento. As reformulações dos Projetos Pedagógicos dos cursos Técnicos Integrados ao ensino médio exigida pelo Novo Ensino Médio tiverem dois impactos particularmente preocupantes nesse sentido: por um lado a redução das cargas horárias do chamado núcleo comum, aumentando em contrapartida as cargas das disciplinas de formação técnica; por outro, a alteração nos princípios que norteiam a formação, estreitando os termos do perfil de egresso às demandas do mercado de trabalho. Esse cenário aponta para um retorno a uma concepção de trabalho à-crítico, então reduzido a emprego. Na prática está em curso uma intensa propaganda de esvaziamento das concepções de educação profissional, onde os acúmulos críticos nacionais são ignorados e empresários, empresas e instituições representativas desses setores são convocados a discursar sobre as bases pedagógicas e o futuro da educação do Brasil. A retomada de um projeto de formação crítica a partir do trabalho, ciência e cultura exige impedir que instituições não-educacionais assumam a liderança do projeto da educação tecnológica, bem como lutar pela preservação dos fundamentos de crítica do currículo.

Isso significa atuar contra a descontextualização da ciências, da cultura e do trabalho, impedindo a massificação de uma gramática empresarial, assistemática e acrítica, pretendo ditar os destino da educação pública.

Nota-se que essa ideologia de esvaziamento dos conteúdos da formação integral acontece em debates pretensamente pedagógicos, principalmente, apoiados pelos setores de gerenciamento das unidades educacionais. Depende~~rntes~~ de verbas parlamentares, tornou-se quase um critério de gestão ter uma abordagem favorável às parcerias público/privadas para resolver tanto os problemas de financiamento quanto de estrutura curricular do ensino público. Em outros níveis, como no da relação pais, alunos, professores e escola observa-se, cada vez mais a formação de patrulhas do currículo, onde os professores, atacados na sua liberdade de cátedra, são expostos, ridicularizados e perseguidos publicamente por apresentarem perspectivas críticas sobre o trabalho, a ciência e a cultura.

Exemplos atuais dessas escalada de organizações de policiamento da atividade educacional são: o projeto de Escola Sem partido, militarização das escolas, retomada de disciplinas como moral e cívica, imposição de critérios meritocráticas na divisão para a divisão de verbas, para ranqueamento de alunos e escolas, o tabu sobre debate de gênero e educação sexual, acusações de cristofobia, a exposição da atividade docente em ambientes virtuais.

Nesse ponto é importante ter dimensão da interconexão entre o esvaziamento da educação pública brasileira, principalmente aquela construída a partir de 1989, um projeto de esvaziamento social mais amplo. Nesse contexto onde a informação de massa atinge índices novos de acesso, tanto em volume de usuários como em tempo de uso, ocorre uma progressiva virtualização das relações sociais. As possibilidades da comunicação virtual permitem que sistemas de ideias, largamente propagados, possam por recursividade do discurso - a capacidade de acreditarmos naquilo que nosso grupo social acredita - ganhar um status de realidade maior que as condições sensíveis, aquilo que pode ser percebido na interação física com os sentidos. A educação integral crítica enfrenta então o desafio de fornecer bases para um julgamento mais realista das informações virtuais, freando o processo de fragmentação social, tão visível na formação de bolhas ideológicas que mascaram aspectos fundamentais da crise social, tais como as desigualdades salariais, o acesso às funções do estado ou a compreensão das instituições que compõe o sistema político.

A despolitização e a fragmentação social são aspectos próprios da política cultural dos fascismos. Neste sistema a despolitização se apresenta na redução do sujeito a uma utilidade social - empregabilidade, corporativismo. Já a fragmentação social se amplia à medida que se desmobiliza, através da exacerbação de questões emocionais ou simples apagamento - culto à ignorância - os sistemas empíricos de validação da realidade - tais como a ciência, as tradições culturais e o trabalho coletivo. O caldo cultural decorrente desse projeto mistura sensos extremos de unidade coletiva idealizados (patriotismo, religião, partidarismo, regionalismo) com uma prática social individualista extrema (meritocracia, performance, opinião pessoal).

O fascismo atua com a lógica do "nós" contra "eles". Sendo "nós", os "cidadãos de bem", ou seja, cristãos, brancos, heterossexuais, e o "eles", que podem ser configurados como todas àquelas pessoas que não se encaixam nesse padrão.

A forma que acreditamos ser possível suplantar essa divisão é através da perspectiva da luta de classes. Nesse sentido, o Sindicato tem papel crucial. No entanto, cabe ressaltar que o movimento sindical não pode se prender apenas a pautas corporativas, pelo contrário, precisa ser solidário e compor as lutas mais amplas da classe trabalhadora.

Quando nos organizamos e atuamos como classe trabalhadora, conseguimos congregar pretos, brancos, gays, héteros, cristãos, ateus e outros tantos companheiros e companheiras cujas marcações sociais apresentam um amplo espectro de diversidade. A classe trabalhadora é composta dessa diversidade e ao conseguirmos pautar a luta em sintonia com as demandas da classe trabalhadora diversa, conseguimos romper com o mundo fictício de ressentimentos e medo criado pelos fascistas.

Dessa forma propomos:

1. Construir com outras entidades, partidos e movimentos as lutas mais amplas da classe trabalhadora (Redução da Jornada de Trabalho sem Redução salarial, Combate à reforma administrativa, Justiça tributária com os mais ricos pagando mais impostos, etc.

2. Atuar para seguridade do financiamento educacional da educação profissional e tecnológica (Fim do arcabouço fiscal, reestatização)

3. Mapear organizações e instituições sociais que atuem contra a educação crítica, bem como estruturar seus vínculos políticos com as instituições de ensino técnico e profissional.

4. Atuar politicamente reivindicando cargas horárias compatíveis para os professores poderem atuar em ensino, pesquisa e extensão. Particularmente, na reforma administrativa em curso.

5. Construção de instruções jurídicas para auxiliar os educadores e educadoras que sofrerem ameaça ou exposição em redes sociais como forma de intimidação ou silenciamento pelas aulas que ministram ou atividades que executam.

6. Reivindicar junto às instâncias nacionais do SINASEFE a destinação de recurso para construção de um programa de formação nacional sobre educação integral crítica.

7- Construir meios de diálogo com outras instituições de ensino para a defesa da educação crítica, com vista a uma bandeira nacional da educação crítica.

Assinam a Tese:

1. Jelder Pompeo de Cerqueira (IFMT);
2. Fernanda Oliveira Silva (IFMT);
3. Thiago Henrique Carvalho Silva (IFMT);
4. Priscila Ferrari Paulino (IFMT)
5. Thales Biguinatti Carias (IFMT)
6. Jandilson Vitor da Silva (IFMT)
7. Marcelo Alexandre Bruno (IFMT)
8. Luis Claudio dos Santos Bonfim (IFMT)
9. Júlia de Cássia Oliveira Soares Maia (IFMT)
10. Max Rodrigues Vieira (IFMT)
11. Viviane da Silva Santos (IFMT)
12. Marco Túlio Melo Morais (IFMT)
13. Alessandro Emilio Teruzzi (IFSP)
14. Cristiane Toledo Maria (IFSP)
15. Camila Marques- seção águas lindas-GO
16. Hérlon Iran Rosa (IFC)
17. Dominique Calixto Martins seção Alto Vale do Itajaí-SC

13 - Que projeto de sociedade estamos construindo na Rede Federal? É preciso discutir como e para que os filhos e filhas da classe trabalhadora têm sido formados(as)!

Em uma sociedade permeada por valores morais, econômicos e educacionais atravessados por múltiplos interesses, cabe aos profissionais da educação – professores, pesquisadores e militantes – analisar criticamente como o saber produzido socialmente se transforma em saber escolar. Esse exercício permanente de reflexão é essencial para compreender o que tem sido a educação no Brasil e qual tipo de sociedade se quer construir. A política educacional, enquanto dimensão estratégica do Estado, reflete as correlações de força de cada tempo histórico: o currículo, as metodologias e a própria concepção de ensino são resultadas de disputas de hegemonia.

Para Santomé (1998), a conversão do saber da sociedade ao saber escolar está, cada vez mais, submetida aos ditames do mercado, levando à desapropriação do conhecimento como estratégia dos empresários para baratear a mão de obra e controlar, ferrenhamente, as decisões da produção e comercialização; e à distância, cada vez maior, entre a realidade e as instituições escolares.

Segundo o autor, essa estreita relação entre a natureza do conhecimento e os modelos empresariais provocaram, inicialmente com o Fordismo, uma perda progressiva da autonomia e da independência do ser humano, privando a "classe trabalhadora de sua capacidade de decisão sobre o próprio processo de trabalho, sobre o produto, as condições e o ambiente de trabalho" (SANTOMÉ, 1998, p.03). Esse fenômeno gerou um tal nível de fragmentação e incompreensão das atividades que se negou ao trabalhador o poder de intervenção nas instâncias de produção, inclusive nas questões humanas a estas atreladas.

Diante das imposições provocadas no e pelo currículo e assumindo o território de não-neutralidade que lhe constitui, Sacristán (2013) e Young (2007) concordam que é preciso refletir sobre as questões culturais, os interesses envolvidos, as tradições que sustentam a composição do currículo e a seleção dos conteúdos que dele fazem parte. Sacristán (2013, p.22) acrescenta que, dentre as culturas envolvidas nesse processo, "existe uma política editorial e cultural além das intenções de servir ao ensino".

É nesse conjunto de relações que se estrutura o conhecimento escolar, conceito estruturante do currículo para ambos os autores.

Sacristán (2013), insistindo que "os significados dos objetivos educacionais não podem estar circunscritos aos conteúdos estabelecidos pelas tradições acumuladas

nas disciplinas escolares" (p. 23), defende que o currículo deve ocupar-se também das questões do "ser" e do "dever ser". Para o autor, a educação deve "servir para o desenvolvimento do ser humano como indivíduo e cidadão, de sua mente, seu corpo e sua sensibilidade" (p. 24). Assim, não limita a compreensão do currículo somente à seleção de conteúdos e ao desenvolvimento de aspectos cognitivos. Com base nessas premissas, o autor defende a necessidade de uma abordagem educacional mais holística, complexa e estimulante, capaz de superar as disquisições burocráticas que reduzem o currículo a um simples plano de estudos, questionário ou programa escolar.

Entre as propostas que apontam nessa direção está a do Ensino integrado, que Henrique e Nascimento (2015, p. 68) definem como aquele que, mobilizando a integração entre sujeitos e saberes e "caracterizado pela efetiva
relação entre noções, conceitos e paradigmas que se articulam entre si para a compreensão de uma dada realidade", tenha como finalidade promover uma "percepção mais completa e complexa da realidade e dos problemas que assolam a humanidade".

Sobre o ensino integrado, Araújo e Frigotto (2015) entendem que este constitui-se como uma proposição pedagógica que, partindo do trabalho como princípio educativo, supere perspectivas reducionistas de ensino e transcenda os limites do ensino médio ou de uma educação profissional e da mera socialização de elementos culturais fragmentados, pois está subjacente a esta o compromisso de uma formação que desenvolva amplas faculdades físicas e intelectuais e a capacidade de compreender a realidade específica em sua relação com a totalidade social. Nesse sentido,

Entre essas dificuldades, os supracitados autores, destacam os equívocos quanto à compreensão da concepção de integração. Os autores afirmam que os projetos político-pedagógicos não se comprometem com a formação ampla dos indivíduos e que a integração é entendida como mera estratégia de organização dos conteúdos escolares, desconsiderando-se o conteúdo ético-político e o seu caráter transformador.

Santomé (1998, p. 01) faz um alerta sobre a diversidade de concepções que atravessam os conceitos frutos das "reivindicações progressistas de grupos ideológicos e políticos que lutavam por uma maior democratização da sociedade" para recuperar o poder da classe trabalhadora. Para ele, há o perigo de que os enunciados legitimados pelas lutas docentes e sindicais mais progressistas (interdisciplinaridade, participação, flexibilidade curricular, autonomia, necessidade de maior formação e atualização, trabalho em equipe) estejam sendo ressignificados e de que "a globalização, a interdisciplinaridade e o currículo integrado, como estratégia

organizadora e metodológica, sejam reduzidos a um simples slogan ou a conceitos sem conteúdo" (1998, p.11).

Ramos (2009), refletindo sobre as limitações apresentadas por Santomé (1998) e retomando a análise sobre os processos de compartimentação dos saberes e os conceitos de classificação e enquadramento de Bernstein (1996), esclarece que o processo de integração deve dar relevância a unidade que existe entre os vários saberes e as diferentes áreas do conhecimento e combater a visão hierárquica e dogmática do conhecimento.

Nesse sentido, ao se ancorar no trabalho como princípio educativo (elemento que permite compreender o caráter histórico da produção científica e tecnológica) e tendo a ciência e a cultura como eixos de sua organização, o currículo integrado deve relacionar o espaço escolar à prática social concreta, orientando-se por uma perspectiva de formação politécnica e omnilateral que busque a transformação por meio da ampliação das capacidades, potencialidades e sentidos humanos. A partir da perspectiva de Antonio Gramsci (1982), essa base historicista do método busca superar tanto o enciclopedismo – que transforma conceitos históricos em verdades imutáveis – quanto o espontaneísmo, que se limita a interpretações superficiais da realidade. Para o autor, a formação deve promover uma compreensão crítica e histórica do conhecimento, contribuindo para uma educação mais igualitária e consciente dos sistemas de valores que estruturam as sociedades modernas.Gramsci (1982) defende que a superação dessas limitações (enciclopedismo e espontaneísmo) é o caminho para levar à "maturidade intelectual", fase em que "se podem descobrir verdades novas" (Ibid., p. 125), requisito essencial para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual. Gramsci (1982), ao criticar a ausência de princípios claros e de um planejamento consistente nos programas escolares, defende a criação da escola unitária. Sob a responsabilidade direta do Estado, essa escola deve assumir integralmente a função de educar e formar as novas gerações, garantindo o acesso universal à educação, "sem divisões de grupos ou castas" (p. 121). Para isso, propõe uma ampliação estrutural e organizacional, com a oferta de dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas e salas para trabalhos coletivos (p. 122). Desde o ensino elementar, a escola unitária deve introduzir "as primeiras noções do Estado e da sociedade", como elementos formadores de uma nova concepção de mundo capaz de confrontar as visões tradicionais herdadas dos diferentes ambientes sociais (p. 122).Assim, visando transformar todos os "organismos de cultura" e exigindo "novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda a vida social" (p. 125), a escola unitária busca integrar a sistematização do saber característico do trabalho acadêmico tradicional a "atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e

do trabalho" (p. 126), no que se aproxima bastante da concepção de integração e compreensão da totalidade, apresentadas por Ramos (2009).

Contrariamente a esse caminho, infelizmente, temos assistido a um atravessamento dos interesses do Capital e suas garras na estruturação de documentos que regem a EPT, nos seus vários níveis.

Nos PPCs, PPIs, PDIs dos Institutos Federais, as invasões ocorrem em várias direções. Basta lembrar o quanto lutamos e haveremos de lutar contra as tantas REFORMAS DO ENSINO MÉDIO.

No IFPB, temos avaliado – preocupados – como os discursos hegemônicos têm ganhado espaço, buscando reduzir os espaços que permitam uma compreensão ampla da realidade, mais uma vez utilizando o discurso de que a educação deve possibilitar a formação de um profissional produtivo, empregável, flexível, apto a atender às demandas do mercado de trabalho no contexto do processo de globalização, ainda que, para isso, abramos mão de uma formação omnilateral, capaz de possibilitar a vivência das várias dimensões da vida.

Aqui, ainda no IFPB, assistimos à criação de Diretrizes Indutoras que pretendiam eliminar componentes curriculares, minimizar a carga horária da formação geral e reduzi-la a mero instrumento tecnicista para atender ao modelo neoliberal. Foi necessário lutar para manter o mínimo. Ainda assim, a inovação permaneceu como um princípio – com interesses dos quais trataremos. Foi esse processo que permitiu reduzir a amplitude da Sociologia do Trabalho ao reducionismo do Empreendedorismo. É esse processo que busca eliminar tudo aquilo que não tem um utilitarismo imediato.

Aqui, também visualizamos um processo que buscava limitar a implementação das Diretrizes Indutoras e da elaboração da Matriz de Referência a uma grade curricular como mera ferramenta do tecnicismo, que só não se efetivou por causa da dura luta travada pelo SINTEFPB. Aqui, temos observado o uso indevido do Programa #PartiuIF, mais uma vez, descumprindo sua função de incluir os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Como se não bastasse, no dia 28 de agosto de 2025, o Decreto 12.603 institui Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - PNEPT, que aprofunda os interesses neoliberais e trata professores e estudantes como peças descartáveis de um processo produtivo.

Em seu Artigo 1º, apropriando-se, descaradamente, da nossa luta pela formação integral, dá-lhe outros sentidos. Primeiro, porque acrescenta a inovação aos nossos princípios educativos indissociáveis, no mesmo patamar do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos "treinamentos" e orientações dados no IFs, frisa-se com frequência o sentido da inovação pretendida: "não pensem que inovar é só patentear,

pois, para ser inovação, é preciso chegar ao mercado". Esse é o discurso repetido e reproduzido nos processos formativos sobre "invenção, ato inventivo, atividade inventiva e inovação".

No Art. 14., "As estratégias para alcançar os objetivos da PNEPT incluem: I - fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, por instituições públicas e privadas, consideradas as necessidades regionais;" (grifo nosso), a inclusão das instituições privadas entre as estratégias, e a exclusão das licenciaturas nos processos de formação, especialização e aperfeiçoamento não parecem ser ingênuas.

Há uma nova geração formada pela Rede Federal, filhos e filhas da classe trabalhadora, que está sendo instrumentalizada e cooptada pelos documentos e processos que estão sendo construídos - sem uma participação ampla e representativa.

Diante de tantas urgências, propomos:

1- Criar GT de políticas educacionais e culturais, separando-o do GT Carreiras, para acompanhamento dos documentos oficiais e dos processos da PNEP e a relação com os ditames do mercado. Aqui, no SINTEFPB, temos o GT de Políticas Educacionais e Carreira juntos, o que parece minimizar a discussão sobre as políticas;

2- Estimular, por meio de encontros, congressos ou seminários, o diálogo sobre Políticas Educacionais entre as coordenações estaduais e municipais, para acompanhamento da criação de documentos e processos internos (discussão da implantação das Diretrizes Indutoras, das Matrizes de Referências para o EMI). Há trabalhos bastante interessantes que apontam o avanço do neoliberalismo na composição dos PPCs de cursos, por exemplo.

3- Criar o Seminário Nacional de Políticas Educacionais, antes de cada edição do Seminário Nacional do EMI, com o objetivo de fortalecer as concepções de educação e de cidadania que defendemos.

4- Criar comissão para acompanhamento, pesquisa e análise das políticas de ingresso e permanência e dos processos de formação, com o monitoramento permanente do EMI - em defesa da concepção pedagógica omnilateral da EPT em alternativa à incorporação do NEM na rede: Como anda a formação "omnilateral" dos nossos estudantes? Que concepção de mundo e de trabalho têm?

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982, p.117-127. HENRIQUE, A. L. S.; NASCIMENTO, J. M. Sobre práticas

integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. Revista Holos, Natal, v. 4, ano 31, p. 63-73, jul. de 2015.

RAMOS, Marise. Currículo Integrado. In: PEREIRA, I; LIMA, J. (Org.). Dicionário de Educação da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2009. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). Saber/es e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

Assinam esta tese:
Abraão Romão Batista - IFPB/SINTEFPB
Ailton Ribeiro de Assis - IFPB/SINTEFPB
Alice Pereira - IFFluminense
Antonio Jesus Souza Melo Neto - IFPB/SINTEFPB - Campus Esperança
Artur Luiz Torres de Oliveira - IFPB/SINTEFPB - Campus Esperança
Augusto César Dias de Araujo - IFPB/ SINTEFPB - Campus Campina Grande
Grazielle Nayara Felício Silva - IFSP/SINASEFE São Paulo
José de Araújo Pereira - IFPB/ SINTEFPB - Campus Campina Grande
Lissandra Luvizão Lazzarotto – Bento Gonçalves
Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/SINDSIFCE
Maíra Ferreira Martins - IFSP/SINASEFE São Paulo
Marco Vinícius Moreira Lamarão - IFFluminense
Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE/Sindsifce
Philipe Michel Silva Soares – IFPE/SINDSIFPE
SÍLVIO SÉRGIO OLIVEIRA RODRIGUES - IFPB/ SINTEFPB
Stênio Farias D'Avila Lins - IFPB/ SINTEFPB – Campus João Pessoa
Suelânio Viegas de Santana - IFPB/ SINTEFPB

14 - Educação em Direitos Humanos nos Currículos dos Cursos Integrados: Uma Tese Sindical em Defesa da Formação Integral

A educação profissional e tecnológica, especialmente nos cursos integrados ofertados pelos Institutos Federais, não pode se limitar à formação técnica voltada ao mercado. Ela deve assumir seu papel social e político na formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação da realidade. A ausência da Educação em Direitos Humanos (EDH) nos currículos desses cursos representa uma grave omissão institucional frente às demandas éticas e sociais do século XXI.

Como educador e militante sindical atuante no Maranhão, observa-se cotidianamente que a EDH aparece de forma marginal ou transversal, sem presença consolidada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Essa constatação é reforçada por estudos e vivências em diferentes campi da Rede Federal, que indicam que a EDH, embora prevista nas políticas educacionais brasileiras, ainda é implementada de maneira fragmentada, muitas vezes restrita a ações pontuais ou disciplinas optativas [OLIVEIRA et al., 2020].

A Resolução CNE/CP nº 1/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, recomenda que a EDH seja incorporada de forma transversal e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino. Isso inclui a educação profissional técnica de nível médio, especialmente nos cursos integrados, que atendem adolescentes em formação inicial – muitos deles oriundos de contextos de vulnerabilidade social [BRASIL, 2012].

A formação integral dos estudantes exige que os currículos contemplem não apenas competências técnicas, mas também dimensões éticas, sociais e políticas. Em um contexto de avanço do autoritarismo, da intolerância e da precarização das relações de trabalho, é inadmissível que os Institutos Federais mantenham currículos que silenciam temas como diversidade, equidade, justiça social, direitos civis, trabalhistas e ambientais.

Fundamentação Curricular e Pedagógica

Os cursos integrados dos Institutos Federais têm como proposta pedagógica a articulação entre formação técnica e formação geral, conforme previsto na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio [BRASIL, 1996]. Essa articulação deveria garantir uma formação que contemple não apenas competências técnicas, mas também dimensões éticas, sociais e políticas – campo onde a Educação em Direitos Humanos se insere.

A EDH não é apenas um conjunto de conteúdos, mas uma abordagem pedagógica que promove:

A formação crítica e emancipadora, inspirada em Paulo Freire [FREIRE, 1987];

O reconhecimento da diversidade e o enfrentamento das desigualdades [CANDAU, 2012];

A construção de uma cultura de paz e justiça social;

A articulação entre teoria e prática, por meio de vivências, projetos e debates.

Nos cursos integrados, que atendem majoritariamente jovens em formação inicial, a EDH é ainda mais urgente. Esses estudantes estão em processo de construção de identidade, valores e visão de mundo – e a escola tem papel decisivo nesse percurso.

Propostas de Inserção da EDH nos Currículos Integrados

Nós proponentes da tese, com base na nossa atuação sindical e pedagógica, encaminhamos:

Lutamos pela criação nos fóruns institucionais e para além, de componentes curriculares obrigatórias sobre direitos humanos, cidadania e ética nos cursos integrados;

Pela revisão dos PPCs para incluir a EDH como eixo transversal, articulando com áreas como história, sociologia, filosofia e língua portuguesa;

Pela formação continuada de docentes para trabalhar temas como diversidade, direitos civis, justiça social e cultura de paz;

Pelos projetos interdisciplinares e ações extensionistas que promovam o protagonismo estudantil em temas ligados aos direitos humanos;

Pela criação de núcleos de EDH nos campi, com participação do siinasefe, de estudantes, servidores e comunidade externa.

O Papel do SINASEFE

O SINASEFE tem papel estratégico na luta pela efetivação da EDH. Como entidade representativa dos trabalhadores da Rede Federal, o sindicato deve atuar como protagonista na defesa de uma formação integral, crítica e emancipadora.

Defendemos que o sindicato deve:

Incidir politicamente nos fóruns institucionais e nos espaços de gestão;

Mobilizar a base sindical para pressionar pela revisão dos currículos;

Promover formação política e pedagógica sobre EDH;

Estabelecer parcerias com movimentos sociais para fortalecer a pauta;

Criar um Grupo de Trabalho Nacional (GT) sobre EDH, com representação das seções sindicais;

Aprovar em plenária nacional uma resolução específica sobre EDH, com diretrizes para atuação sindical nos campi e nos fóruns institucionais [SINASEFE, 2023].

Inserção do Componente Curricular de EDH: Responsabilidade Sindical

O SINASEFE deve assumir a liderança na luta pela inserção formal da EDH como componente curricular obrigatório nos cursos integrados. Essa atuação exige:

Pressão política e institucional para que os PPCs incluam a EDH como disciplina obrigatória, com carga horária definida e objetivos claros;

Participação ativa nos processos de reformulação curricular, garantindo que a EDH não seja apenas transversal, mas também estruturante;

Produção de propostas pedagógicas que dialoguem com os princípios da EDH e com as realidades locais dos campi;

Defesa da liberdade de cátedra, assegurando que os educadores possam abordar temas sensíveis como racismo, gênero, sexualidade, desigualdade e violência institucional sem censura ou perseguição;

Monitoramento e avaliação da implementação da EDH, com participação da comunidade escolar e dos coletivos organizados.

Essa inserção curricular é uma bandeira sindical que articula a luta por uma educação pública de qualidade com o compromisso ético de formar cidadãos conscientes, críticos e atuantes.

Considerações Finais

A efetivação da EDH nos currículos dos cursos integrados dos Institutos Federais é uma demanda urgente e estratégica. Ela não apenas cumpre o papel legal e pedagógico da educação pública, mas fortalece a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática – uma bandeira que Pedro, como educador e sindicalista, levanta com firmeza e compromisso.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: fundamentos e práticas. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, M. A. et al. Educação em Direitos Humanos na Rede Federal: desafios e possibilidades. Anais do CINTEDI, 2020.

SINASEFE. Carta de princípios e resoluções congressuais. Brasília: SINASEFE Nacional, 2023.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Assinam esta tese:

Áureo Viegas Mendonça
José Nunes de Oliveira Neto
MARTA DOS REIS FERREIRA RABELO
David Silva Dias
KATIA REGIN BARBOSA CASTRO
Carlos Alberto Bispo de Oliveira
Andrea Moraes
Maria Eliana Almeida Matos
Waldenilson Novaes Carneiro
Gerson Carlos Pereira Lindoso
Pedro Ribeiro
Jodelma Castelo Branco Mendes
Artemis Martins
Marileia Silva Borges
José de Araujo Pereira
Amalia Cardona Leites
Rosa Maria Mota Costa
Ronivaldo Castro Pacheco
Tícia Viviani Souza Guia de Britto
Priscila Porto Ribeiro Silva
Andréa Lima Barros
João Carlos Cichaczewski
Alanildo Gomes Guimarães
Hilda Maria Coelho Santos
Fernando Silva Lima
Grazielle Nayara Felício Silva
Claudicéa Alves Durans
José Eurico Ramos de Souza
Rodrigo Sousa Fialho
Sueli Borges Pereira dis Santis
Rosenira Borges Carvalho
Marlene Santos Socorro
FERNANDO EUGENIO VAZ RIBEIRO DE PAULA
Sueli Borges Pereira dis Santos
Michel Torres
Maria Gezilda e Silva Nascimento
Cauê Vieira Morgado
Ruy Barbosa Lima França

15 – Defesa dos investimentos mínimos constitucionais e continuidade da política de investimento das Redes Federais de Ensino

INTRODUÇÃO

A educação pública, prevista como direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, exige financiamento contínuo e suficiente para cumprir suas funções de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito das instituições federais – universidades e institutos federais –, os cortes e a contenção orçamentária colocam em risco a sobrevivência institucional, fragilizam bolsas e projetos de pesquisa e ameaçam programas de assistência estudantil. A presente tese defende a exigência e a ampliação dos investimentos mínimos constitucionais como condição para a continuidade das políticas públicas de educação federal, analisando os efeitos das políticas de austeridade e propondo estratégias sindicais e políticas para enfrentar o cenário atual.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DE INVESTIMENTO
A Constituição Federal estabelece o dever do Estado de investir recursos na educação. O art. 205 consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; já o art. 212 dispõe sobre percentuais mínimos de aplicação: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino" (BRASIL, 1988). Esse mandamento constitucional constitui um parâmetro jurídico e moral para a proteção das redes de ensino e legitima ações sindicais e judiciais voltadas à garantia de financiamento adequado.

AUSTERIDADE FISCAL, TETO DE GASTOS E SEUS IMPACTOS NA REDE FEDERAL DE ENSINO
A partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, o arcabouço orçamentário brasileiro passou por forte restrição de despesas primárias, com efeitos diretos sobre o financiamento das universidades federais (MELLO; ROSA, 2019). Relatórios já documentaram redução relativa de recursos destinados à educação superior no período em que a EC 95 vigorou, fazendo com que instituições dependessem cada vez mais de receitas alternativas e de instrumentos extraordinários para manter bolsas, pesquisa e serviços de assistência estudantil.

CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS: PRECARIZAÇÃO, SUSPENSÃO DE BOLSAS E REDUÇÃO DE PESQUISA

Os cortes e contingenciamentos orçamentários têm efeitos concretos e acumulativos: atraso na manutenção de laboratórios, redução de editais para pesquisa, suspensão de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, bem como dificuldades na execução de obras e reformas (SILVA; PEREIRA, 2020). Esse processo de precarização institucional compromete a missão pública das universidades e IFs, reduzindo o acesso, limitando a produção científica e fragilizando a assistência a estudantes em situação de vulnerabilidade.

CONJUNTURA POLÍTICA: REFORMA ADMINISTRATIVA, AGENDA NEOLIBERAL E RISCO AO SERVIÇO PÚBLICO

No plano legislativo, a agenda de "reforma administrativa" e a difusão de políticas neoliberais que pregam redução do Estado ameaçam os marcos de carreira e estabilidade do serviço público (COSTA; AMARAL, 2021). Mudanças nas regras de ingresso, estabilidade, remuneração e benefícios podem reduzir a atratividade das carreiras acadêmicas e administrativas, restringindo a capacidade das instituições de planejar a médio e longo prazo.

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: PAÍSES NÓRDICOS, INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A experiência dos países nórdicos (Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Islândia) evidencia que elevadas taxas de investimento público em educação correlacionam-se com melhores indicadores de desenvolvimento humano (OECD, 2024). Relatórios mostram que países com políticas estáveis de financiamento educacional conseguem melhores resultados em aprendizagem, menor desigualdade e maior produtividade social.

ENCAMINHAMENTOS SUGERIDOS - ESTRATÉGIAS SINDICAIS E POLÍTICAS PARA DEFESA DO FINANCIAMENTO

1. *Ações Jurídicas E Defensivas Dos Direitos Constitucionais*

Impetração de ações e medidas cautelares quando for verificado risco concreto ao cumprimento dos percentuais constitucionais (art. 212 e dispositivos correlatos). Monitoramento técnico do cumprimento da aplicação mínima e de transferências constitucionais e legais.

2. *Pressão Legislativa e Articulação com Parlamentares*

Construção de frentes parlamentares pela educação que defendam a revogação ou mitigação de dispositivos orçamentários que impedem crescimento real do gasto com educação; proposição de emendas e projetos que blindem recursos para ensino,

pesquisa e assistência estudantil.
Incidência política sobre pontos específicos da reforma administrativa que afetem a carreira docente e a autonomia universitária. (A atuação no Congresso é central para reverter ou atenuar medidas nocivas).

3. *Articulação Com Movimentos Estudantis, Docentes E Sociais*
Unir pautas com entidades estudantis, movimentos sociais, técnicos-administrativos e demais setores afetados para construir narrativas públicas sobre o impacto dos cortes (suspensão de bolsas, redução de pesquisa, precarização).
Mobilizações coordenadas (marchas, ocupações simbólicas, audiências públicas) com foco em evidenciar efeitos concretos na vida de estudantes e pesquisadores.

4. *Campanhas de Sensibilização e Comunicação*
Produção de material acessível (infográficos, relatórios de impactos, vídeos) que expliquem à sociedade o nexo entre financiamento público em educação e benefícios sociais (inovação, saúde, redução de desigualdades).
Uso de dados comparativos internacionais (ex.: investimento nórdico e indicadores de desenvolvimento humano) para desconstruir a narrativa de que gasto em educação é "gasto desperdiçado".

5. *Propostas Alternativas de Financiamento e Gestão*
Defender mecanismos de financiamento estáveis (como regras constitucionais e legislação complementar que protejam percentual mínimo, revisão das regras de teto quando conflitem com direitos fundamentais).
Propor programas de captação de recursos adicionais com transparência e critérios acadêmicos, sem substituir o financiamento público obrigatório.

6. *Recomendações Concretas (Curto, Médio E Longo Prazo)*
Curto prazo (0–12 meses): mapa de risco orçamentário por instituição; campanhas de sensibilização pública sobre bolsas e assistência estudantil; articulação rápida com frentes parlamentares pró-educação.
Médio prazo (1–3 anos): estratégias judiciais para garantir aplicação mínima constitucional; mobilização social ampla com redes de pesquisadores e estudantes; propostas legislativas para contornar efeitos do teto quando ele inviabilize direitos.
Longo prazo (3+ anos): debate público sobre modelo de financiamento público sustentável da educação superior; alianças internacionais e uso de indicadores que mostrem o retorno social do investimento em educação (ex.: casos nórdicos).

CONCLUSÃO
A defesa dos investimentos mínimos constitucionais e a continuidade da política de

investimento das redes federais de ensino é uma tarefa estratégica para o futuro democrático do país. A combinação de ações jurídicas, pressão parlamentar, articulação social e campanhas informativas é imprescindível para contrapor a lógica de austeridade que fragiliza o serviço público. A experiência comparada com países que priorizam educação reforça que investir em educação pública se traduz em melhores indicadores sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, R.; AMARAL, A. A reforma administrativa e os riscos ao serviço público. Revista de Políticas Públicas, v. 27, n. 2, p. 45-60, 2021.

MELLO, J.; ROSA, P. O impacto da EC 95 no financiamento da educação superior. Cadernos de Educação, v. 22, n. 3, p. 112-129, 2019.

OECD. Education at a Glance 2024. Paris: OECD Publishing, 2024.

SILVA, M.; PEREIRA, L. Precarização das universidades federais e os efeitos dos cortes orçamentários. Educação & Sociedade, v. 41, n. 2, p. 233-250, 2020.

Assinaturas	Representação
Diógenes Mendes Araújo	MLC/SINASEFE/Natal
Francisco Dias	MLC/SINASEFE/Natal
Diego Cirne Santos	SINASEFE/Natal
Fernando Varela	SINASEFE/Natal
Diego Soares Carvalho	SINASEFE/IFSP

16 - Teses sobre a Educação da Corrente Proletária na Educação

Retomar a mobilização dos servidores contra a REFORMA Administrativa e pelo cumprimento integral dos acordos da GREVE de 2024

I. Introdução

O 37º Congresso Nacional do Sinasefe (CONSINASEFE) ocorre em uma conjuntura mundial convulsiva. A guerra comercial dos EUA contra a China foi agudizada pelos tarifaços de Trump, sendo um ataque às forças produtivas de todos os países. O imperialismo norte americano ainda dita a continuidade do genocídio do povo palestino por Israel e os rumos da guerra na Ucrânia. O avanço das tendências bélicas, com maior investimento das potências em armamento, aponta que não está descartada uma terceira guerra mundial.

No Brasil, o governo burguês de Lula/Alckmin continua implementando e ampliando as contrarreformas, privatizações e cortes de verbas nos serviços públicos, atendendo aos interesses do capital financeiro. A aprovação do Decreto 12.448/2025 impõe um limite severo ao orçamento dos IFs e universidades federais, liberando apenas 1/18 dos recursos por mês e reservando quase 40% para dezembro. Este decreto representa um ataque severo à educação pública, pois compromete bolsas, paralisa laboratórios, impede o funcionamento básico dos campi e ameaça empregos e salários dos terceirizados. A verba para educação, anunciada na LOA 2025, já representava corte em relação aos anos anteriores e à inflação. Com este decreto, o governo Lula mostra que dá continuidade ao cumprimento dos interesses imperialistas, em detrimento das verbas para garantia do funcionamento dos serviços públicos.

As direções do Sinasefe, Fasubra, ANDES-SN, UNE e Centrais sindicais devem organizar a luta contra o corte de verba. Que convoquem assembleias e plenárias presenciais unificadas nos campi, com estudantes, professores, técnicos administrativos e terceirizados para construção de um plano de mobilização, com paralisações e atos massivos nas ruas. Que trabalhadores e estudantes pressionem o governo a garantir todo o orçamento necessário para o funcionamento das instituições públicas de ensino.

II. Combater a aprovação da Reforma Administrativa nas ruas! Pela defesa dos empregos, salários e direitos de todos os explorados!

O governo Lula/Alckmin não revogou as contrarreformas, que ataca diretamente os direitos trabalhistas e previdenciários, como ressuscitou a Reforma Administrativa, que

tem como principal objetivo destruir a estabilidade dos servidores públicos e avançar na privatização e precarização do serviço público.

A atual proposta de texto da Reforma Administrativa, divulgado nas últimas semanas, indica um ajuste fiscal permanente e centralizador, que definirá a reorganização pública federal, estadual e municipal. Como por exemplo, limite de despesas com pessoal e despesas primárias para todos os entes federativos (União, Estados, DF e municípios), conforme a variação da receita primária ajustada: se a receita estiver abaixo da inflação (12 meses encerrados em junho do exercício anterior), a despesa só poderá aumentar até o limite da inflação; já se a receita estiver acima da inflação, terá 3 possibilidades: a) acréscimo autorizado até o valor da inflação + 50% do crescimento real da receita, se houver déficit primário; b) até 70% do crescimento real, se não houver déficit; c) limite máximo de 2,5% acima da inflação, considerando a constitucionalização da regra da Lei Complementar 200/2023. Desta forma, a proposta limitará os investimentos nos serviços públicos pelos governos, impedindo inclusive a destinação de recursos para reajustes salariais, criação de novas vagas ou contratações para preenchimento de vagas. No texto também é indicado que prefeitos, governadores e o presidente tem até 180 dias após a posse para apresentar seu "planejamento estratégico para resultados, com objetivos e metas para todo o mandato", que deverá orientar os acordos de resultados, especificamente as metas e objetivos de cada ciclo anual. É indicado que o cumprimento dos acordos de resultados será obrigatório, inclusive que só haverá progressão funcional dos agentes públicos do órgão ou entidade se houver esses instrumentos de governança e gestão. Além disso, é formalizada a terceirização e os contratos temporários dos servidores, junto a isso, é apontado que a abertura de concurso, para cargos efetivos ocorrerá a partir de estudo técnico preliminar respeitando o "planejamento estratégico para resultados", para definir se realmente o cargo será reocupado ou se substituído por outro tipo de contratação, como terceirização; ainda sobre os concursos, é indicada a priorização de carreiras transversais, cuja atuação abrange diversas áreas da administração, o que fere principalmente os TAEs. Isso é apenas uma parte dos ataques da Reforma Administrativa que está para ser votada, e que representa um duro ataque à estabilidade e aos direitos dos servidores públicos, e uma formalização do já arrochado orçamento dos serviços públicos, como Educação e Saúde.

Os governos municipais e estaduais têm seguido aprovando suas reformas administrativas. O governo federal ainda não aprovou diretamente, mas de forma fatiada têm aprovado medidas que cumprem o objetivo da Reforma Administrativa, como a aprovação do decreto 12.374 de 02/2025, Regulamentação do Estágio Probatório, que sob a justificativa de deixar o processo "transparente, objetivo e eficaz", mantém os 36 meses, mas dividido em três ciclos: que o servidor participe de um Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI), certificado do PDI e média de 80 pontos nas avaliações –

na prática este decreto servirá para facilitar a demissão dos servidores ainda no estágio probatório, principalmente diante da tendência de corte de verba para os serviços públicos. Além disso, o governo também aprovou a nova Lei Geral da Gestão Pública, que visa substituir o Decreto-Lei nº 200/1967, que determina a atual base para organização da administração pública federal – atualmente a aprovação da Reforma exigiria uma maioria qualificada no Congresso, com a nova Lei, este processo de aprovação é simplificado.

A precarização do trabalho nas instituições públicas é escancarada entre os terceirizados, que ocupam cargos efetivos extintos. Cargos como segurança, auxiliar de limpeza, intérpretes de libras, auxiliar de administração, eletricista, pedreiro, porteiro, recepcionista, motorista, dentre outros, foram terceirizados. Além disso, aumenta o número de professores substitutos, que recebem aproximadamente 40% a menos que os efetivos, e cuja legislação impõe uma quarentena na qual, ao encerrar o contrato, o professor precisa ficar 2 anos fora da instituição, impossibilitando-o de reivindicar quaisquer direitos por meio de ações trabalhistas.

O assédio nos locais de trabalho sempre é denunciado nos fóruns do Sinasefe, apresentando relatos do adoecimento de servidores diante da precarização das condições de trabalho e de abusos por parte de chefias imediatas. A reforma administrativa potencializará o adoecimento dos servidores. O fato é que, sem uma forte mobilização contra a aprovação da Reforma Administrativa, as campanhas contra assédio não passarão de formalidades. A relação de trabalho dos terceirizados nos setores administrativos e dos professores substitutos é apenas uma amostra do que virá com a aprovação da Reforma Administrativa, envolvendo trabalhadores que não conseguem nem denunciar quando sofrem assédio, por receio de perderem seus empregos.

O fim da Estabilidade é a necessidade do capitalismo de rebaixar o valor da força de trabalho e retirar direitos. A estabilidade dos servidores privados foi extinta durante a Ditadura Militar, em 1966 o direito que era conquistado após 10 anos de trabalho em uma mesma empresa foi substituído pelo Fundo de Garantia (FGTS), o que significou uma perda para os trabalhadores. Agora, o capital financeiro, para garantir o pagamento da dívida pública, pressiona pelo fim da estabilidade dos servidores públicos, o que atinge diretamente o funcionamento dos serviços públicos.

É preciso romper o corporativismo dos servidores públicos. É preciso fortalecer a luta unificada contra os ataques. A Reforma Administrativa é mais uma forma dos governos e capitalismo prosseguir na política da destruição de direitos. Este ataque é acompanhado pelo avançado processo de privatização, onde os serviços públicos são entregues à iniciativa privada. É urgente que os servidores públicos, em unidade com terceirizados, trabalhadores do setor privado, desempregados e estudantes ergam a luta

contra a aplicação e aprovação das contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Novo Ensino Médio) e contra a aprovação da Reforma Administrativa.

III. Governo Lula/Alckmin não cumpre o acordo de redução de carga horária para 30 horas semanais para TAEs – Que a base exija o cumprimento pela retomada da mobilização nas ruas.

O governo Lula/Alckmin ainda não cumpriu todos os acordos de greve. Mesmo o pífio reajuste de 9%, foi dado com atraso de três meses, o pagamento com retroativo levou a um maior desconto do imposto de renda, principalmente dos servidores que recebem menores salários. A reestruturação da carreira não livra a maioria dos servidores do arrocho salarial, nem garante a ampliação do quadro de servidores, inclusive a aprovação do Projeto de Lei (PL 1466/2025) prevê que cargos vagos seja ocupado por novos cargos efetivos ou funções de confiança, sem aumento de despesa – não está dispensado que os novos cargos tenham que executar mais funções. Além disso, a Lei 1466 traz ataques à carreira docente, onde o salário passa a ser definidos por valores absolutos, e não mais por percentuais vinculados ao piso salarial (na prática, o governo pode reajustar o salário base, sem refletir nos demais níveis, levando à desvalorização do salário).

Um dos acordos para o fim da greve de 2024 foi a redução da jornada dos TAEs, além do reconhecimento de saberes e competências (RSC), que impacta as gratificações recebidas. No entanto, até o momento, esse acordo não foi cumprido. Nem acordos sem impactos orçamentários, como o fim do controle de ponto para docentes foi cumprido.

O fato é que uma parcela significativa dos cargos administrativos está sendo terceirizada; a falta de concursos faz com que os poucos TAEs mal consigam atender às demandas dos campi. A redução de 40 para 30 horas semanais, sem redução salarial, em um momento de arrocho fiscal e pressa para aprovação da Reforma Administrativa, mostra que o caminho para que os trabalhadores tenham seu tempo de trabalho reduzido é a retomada da luta.

É preciso unir a luta pela redução da jornada de trabalho dos TAEs à luta contra a jornada 6x1, que atinge principalmente a juventude. O capitalismo aumenta a exploração para garantir seus lucros. O governo aumenta a exploração para garantir o Arcabouço Fiscal, que assegura o pagamento de juros ao capital financeiro. A unidade nas ruas entre servidores, empregados privados, desempregados e estudantes é o caminho para defesa das condições de vida do conjunto dos explorados.

Retomar os métodos de organização e de luta presenciais

A direção nacional do Sinasefe (UP, PT, PCB, PSOL e minoritariamente PSTU) tem mantido a base na passividade das Plenárias Nacionais "híbridas", o que na prática significa a maioria da base no virtual. Assim, como nas seções ainda não se rompeu os

métodos de assembleias "híbridas" ou virtuais. Sob este método de participação passiva dos servidores nos fóruns sindicais, a direção nacional mantém a política de pressão jurídico parlamentar, onde aprovam um "dia nacional de paralisação", que se restringe a atos nos aeroportos e nas portas dos parlamentares, enquanto a grande maioria da base trabalha normalmente, alheia à vida sindical.

Para garantir um plano de luta que arranque do governo o cumprimento do acordo de greve e derrote integralmente a Reforma Administrativa, é necessário retomar as assembleias presenciais nos campi, as plenárias nacionais presenciais e plenárias unificadas presenciais com outros setores do serviço público.

Que convoquemos as centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares para constituição de comitês de luta, que organize um verdadeiro dia nacional de paralisação, que seja o preparo de uma greve geral pela revogação de todas as contrarreformas e contra a aprovação da Reforma Administrativa, em defesa dos empregos, salários e direitos! Defender nossas reivindicações com nossos próprios métodos de luta, independente de governos, nas ruas!

A Corrente Proletária na Educação defende para o 37º CONSINASEFE:

1) Que as centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares construam um verdadeiro dia de luta, com paralisação e atos massivos de rua contra a Reforma Administrativa!

2) Por convocação de assembleias e plenárias presenciais para organizar a luta contra a Reforma Administrativa, em defesa dos servidores e serviços públicos!

3) Abaixo o Arcabouço Fiscal, pelo orçamento necessário para o funcionamento das instituições de ensino e pelo atendimento de todos os acordos da greve de 2024!

4) Que as centrais sindicais e sindicatos organizem a luta contra todas as contrarreformas, unindo todos os explorados em defesa dos empregos, salários e direitos!

Assinam esta tese:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE
Michell Tolentino – IFPE
Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB
Fábio Alves dos Santos Dias – IFC

17 - Por uma política de financiamento próprio para a Rede Federal de Ensino

O debate sobre o financiamento da educação pública ainda é incipiente no interior do SINASEFE, assim como na nossa rede federal. Em grande parte das discussões, o tema aparece confundido com a gestão financeira, planos de execução e a distribuição de recursos nas instituições – a chamada Matriz CONIF. Embora interligadas e essenciais, tratam-se de dimensões distintas: o financiamento diz respeito à origem, à estabilidade e à suficiência dos recursos públicos destinados às instituições; a matriz, por sua vez, é o instrumento gerencial que define como esses valores serão distribuídos entre as instituições. A segunda é consequência da primeira, mas não se pode confundir a forma de gestão com a política de financiamento em si. Quando essa distinção se perde, corre-se o risco de naturalizar a escassez de recursos - como se fosse um problema de natureza técnica e administrativa, a ser resolvido com o planejamento de despesas -, e não como resultado de uma política que subordina o direito à educação à lógica gerencial e do mercado.

1. O ORÇAMENTO DA REDE FEDERAL NÃO PODE SER MOEDA DE TROCA

A disputa pelo orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica expressa uma contradição estrutural da sociedade capitalista e a incapacidade do Estado e da administração pública em resolvê-la. Criada sob o discurso da democratização e da interiorização, a rede federal jamais contou com um modelo próprio e estável de financiamento. Desde sua origem, vive submetida à Lei Orçamentária da União, às disputas entre os poderes executivo e legislativo e às prioridades estabelecidas pela SETEC/MEC. Sem uma política de financiamento próprio, a rede federal está refém das plataformas de governos e da agenda neoliberal. Essa forma de operacionalizar o orçamento público inviabiliza o planejamento adequado e uma melhor alocação dos recursos, a autonomia financeira e administrativa das instituições, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados às nossas comunidades.

A ausência de um fundo de financiamento próprio para a rede federal, aos moldes do que é o Fundeb para a educação básica, transforma cada exercício orçamentário em um desgastante ciclo de incertezas. Os recursos não chegam às instituições como política de Estado, mas como concessão conjuntural e no varejo, sujeitos aos cortes e contingenciamentos que se repetem ano a ano. A lógica empresarial e fiscalista, sintetizada no arcabouço fiscal, perpetua o princípio do teto dos gastos da Emenda Constitucional 95: tratar políticas públicas e direitos

constitucionais, como a educação, sob o prisma gerencial – em que investimentos sociais são considerados despesas, sujeitados ao cumprimento de metas e resultados que "justifiquem" sua oferta. A neoliberalização das políticas sociais é o que permite converter a administração da escassez de recursos e a política de austeridade em sinônimo de "boas práticas" na gestão pública.

Em 2024, em plena greve da educação federal por recomposição orçamentária e após uma década de consecutivos cortes, o governo anunciou a criação de mais de 100 novos *campi* com investimento de R$ 3,9 bilhões via Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Mesmo com reforços pontuais, esses recursos destinados às instituições mal cobrem despesas básicas (energia, água, internet, insumos de limpeza e expediente), contratos terceirizados, manutenção na infraestrutura e, muito menos, novas aquisições, reposição de equipamentos e frota. O resultado é uma rede que expande prédios sem garantir sua continuidade, amplia matrículas sem assegurar permanência e multiplica cursos sem as condições necessárias ao seu pleno funcionamento. Tudo isso é a expressão de um modelo que privilegia resultados artificiais em detrimento da consolidação dessas instituições. A retórica da "eficiência" oculta o retrocesso: novos *campi* são inaugurados no improviso, em condições precárias e pessoal reduzido. A expansão territorial veio acompanhada da redução da força de trabalho efetiva e da ampliação da terceirização, reproduzindo internamente a precarização que a própria rede deveria combater.

Os trabalhadores terceirizados são o elo mais vulnerável dessa engrenagem. Responsáveis por um trabalho invisibilizado, mas essencial ao funcionamento das instituições – limpeza, segurança, transportes, recepção e manutenção – são os primeiros atingidos por atrasos no repasse das verbas e os cortes. Segundo o DIEESE (2017), a terceirização tem perfil majoritariamente feminino, negro e de baixa escolaridade: cerca de três - em cada quatro trabalhadores(as) terceirizados(as) - são mulheres negras, muitas delas chefes de família, com vínculos marcados pela rotatividade, baixos salários e ausência de direitos efetivos. Nos *campi*, essas mulheres são a face cotidiana da desigualdade: garantem a ordem e o funcionamento das instituições que se sustentam sobre a sua superexploração.

A assistência estudantil vive o mesmo paradoxo. Em 2024, a Lei nº 14.914 transformou o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES em uma política de Estado, sem prever uma dotação orçamentária específica. Em 2025, a Lei nº 15.169 incluiu a assistência estudantil entre as prioridades do Fundo Social do pré-sal, criando uma fonte de orçamento vinculado, porém, ainda dependente de legislação específica a ser aprovada. Assim, a permanência estudantil segue refém da conjuntura: a cada bloqueio, atrasa-se o pagamento de bolsas, de auxílios estudantis e compromete-se o fornecimento da alimentação escolar, violando o direito à

educação. A assistência estudantil representa menos de 4% do orçamento dos Institutos, mas tem impacto direto sobre a permanência e o êxito de estudantes negros, indígenas, quilombolas, mães jovens e pessoas com deficiência.

Assim, terceirizados e estudantes assistidos simbolizam a contradição central no que diz respeito ao financiamento da rede federal: são a base do seu funcionamento e lhe atribuem sentido social, mas são os primeiros sacrificados em nome do "equilíbrio fiscal".

Além da escassez de recursos, a rede federal sofre com falta de autonomia financeira sobre o uso do dinheiro que recebe. O orçamento chega fragmentado, com rubricas engessadas e limites impostos pela gestão central, concentrando poder político e limitando a democracia institucional. Essa hierarquia financeira reflete a hierarquia social que todos(as) que defendem a educação pública e que constroem a luta sindical deveriam firmemente combater.

A política de contingenciamento é muito mais que um artifício administrativo e de gestão: é um mecanismo de disciplinamento institucional. A inexistência de um fundo próprio de financiamento para a rede federal de ensino, como política de Estado, a exemplo do Fundeb, é o núcleo dessa crise. Defender um financiamento autônomo, permanente e redistributivo é afirmar a soberania nacional, a democracia, a autonomia administrativa e financeira em nossas instituições. É uma política estruturante para garantia do direito constitucional à educação pública, gratuita, de qualidade, emancipatória e socialmente referenciada.

A ausência de uma política de financiamento próprio e garantida por lei para a rede federal, combinada à concentração do orçamento público nas mãos do poder legislativo (parlamento), induz as gestões das nossas instituições à busca de recursos por meio das famigeradas emendas parlamentares. O que parece natural do jogo político tradicional, na verdade se trata de barganha política, ou seja, a troca de favores (orçamento) entre o poder executivo e o legislativo para obtenção de vantagens (manutenção do poder dos agentes políticos e lobbies em prol da aprovação de projetos e reformas do governo) em detrimento dos interesses da população. Essa é uma prática política do tipo clientelista, herança colonial e das oligarquias. A naturalização da "gestão do pires na mão" fere princípios da república e da administração pública, desmoraliza os serviços públicos e corrobora com a corrupção, comprometendo a democracia e a autonomia das instituições.

Garantir uma política de financiamento próprio para a rede federal é reconhecer que a educação profissional e tecnológica não é gasto, e sim, um investimento. Isso é requisito para qualquer projeto de nação que se pretenda popular e soberano. A verdadeira sustentabilidade financeira e a otimização de recursos públicos devem ter como objetivo a manutenção do Estado democrático de direito, da

Constituição cidadã e o atendimento às necessidades sociais do nosso povo. Para isso, é preciso combater a naturalização da política de cortes, da distribuição do orçamento público no varejo e da gestão da escassez.

2. MATRIZ CONIF E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NA REDE

A Matriz CONIF é o principal instrumento de distribuição orçamentária da rede federal. Como tecnologia para a alocação de recursos, ela se propõe à equidade e à eficiência. Na prática, porém, o que se observa é o fiscalismo e a aplicação da racionalidade gerencial às políticas educacionais, em que o discurso da eficiência oculta a desigualdade estrutural e a agenda de austeridade da lógica neoliberal. O modelo atual organiza-se em torno de critérios quantitativos – número de matrículas, áreas e tipos de cursos e desempenho – sem considerar, de forma efetiva, os diferentes contextos socioeconômicos, as características regionais e as demandas territoriais das comunidades onde cada *campus* está inserido. Ao priorizar indicadores de produtividade, a matriz reproduz a métrica gerencial do arcabouço fiscal: trata a educação como despesa e mercadoriza a formação humana.

Essa lógica ignora que a rede federal foi criada para atuar em realidades profundamente desiguais. Um *campus* urbano e consolidado, com infraestrutura completa e corpo de servidores(as) estável, não pode ser comparado, em igualdade de condições, a um campus em processo de implantação, situado no semiárido, que atende estudantes em situação de vulnerabilidade extrema. No entanto, a Matriz aplica critérios quantitativos que perpetuam desigualdades ao "premiar", via orçamento, as unidades mais estruturadas, enquanto penaliza os territórios mais pobres e, até mesmo, o processo de interiorização. O resultado é um modelo distributivo regressivo e punitivo, que institucionaliza e reproduz as desigualdades educacionais e sociais dentro da própria rede.

Relatórios de gestão de 2024 apontam que mais de 80% dos recursos repassados pela Matriz Conif foram destinados às despesas de custeio e manutenção, enquanto a parcela para investimento (capital) foi residual, o que compromete a consolidação e a expansão de qualidade das nossas instituições. O recurso destinado ao custeio e à manutenção é insuficiente para garantir, minimamente, o funcionamento dos *campi.* Ao não reconhecer as diferenças estruturais, a Matriz induz disputas entre instituições e entre *campi,* cada um lutando por fatias insuficientes de um recurso já escasso. Ao tornar o orçamento um problema individual dos *campi* e suas gestões, esse modelo incentiva lobbies, práticas de corrupção e faz das instituições currais eleitorais. A consequência disso é o

esvaziamento dos objetivos da oferta educacional e do sentido da rede federal como política pública integrada e solidária.

A ausência de critérios sociais na Matriz é o ponto mais grave: nem a política de assistência estudantil, nem a composição do quadro terceirizado entram nos parâmetros de cálculo, ainda que representem os segmentos mais vulneráveis e impactados pelos cortes e contingenciamentos. Assim, quanto maior o número de estudantes pobres, negros, indígenas e quilombolas, maior tende a ser o custo real de permanência – e menor o reconhecimento orçamentário desse esforço.

O mesmo vale para os *campi* que concentram contratos terceirizados essenciais: limpeza, segurança, manutenção, transporte, entre outros. Esses serviços são vitais ao funcionamento institucional, mas não são considerados fatores de ponderação na divisão orçamentária. Quando o orçamento é contingenciado, são justamente esses contratos – e, portanto, esses trabalhadores – que sofrem primeiro.

A Matriz CONIF desloca o debate sobre financiamento do campo da justiça social para o da gestão tecnocrática e gerencial, apagando a dimensão de classe, raça, gênero e território que norteiam o propósito da rede federal. Ao isolar os dados estatísticos dos seus significados sociais, incorpora-se a precariedade como modelo e referência. Cabe dizer que a crítica que aqui fazemos não implica rejeitar a Matriz como ferramenta de planejamento financeiro, mas sim, em lançar luz sobre a necessidade de recuperar seu conteúdo político.

Nesse sentido, consideramos que a defesa de uma nova lógica de Matriz orçamentária para a rede federal deve partir de quatro princípios centrais:

1. Equidade redistributiva: reconhecer que a igualdade formal entre os *campi* desiguais reproduz injustiça; os critérios precisam considerar vulnerabilidade regional e social.
2. Dimensão social do orçamento: incluir assistência estudantil, políticas de permanência e condições de trabalho como variáveis de cálculo;
3. Transparência e controle social: tornar públicos os dados de execução orçamentária, permitindo que comunidades acadêmicas e sindicatos participem da definição de prioridades;
4. Autonomia institucional com responsabilidade social: garantir que cada campus tenha margem para definir suas políticas, mas dentro de parâmetros de justiça territorial e racial.

A luta por uma nova Matriz é parte da luta maior por um fundo de financiamento próprio para a rede federal. Sem autonomia financeira e sem critérios sociais para a alocação de recursos, a educação profissional e tecnológica continuará

refém da lógica neoliberal de austeridade, do desmonte dos serviços públicos, da meritocracia institucional e da gestão da escassez.

Como o próprio CONIF reconhece em seu relatório de 2024, "a consolidação da rede depende de um modelo de financiamento sustentável, capaz de garantir a manutenção e o crescimento equilibrado das unidades". Contudo, essa sustentabilidade não pode se deter à viabilidade contábil e à administração da precariedade. A sustentabilidade financeira que defendemos começa pelo compromisso com a justiça social e com a educação como um instrumento de reparação histórica. Dessa forma, um modelo de gestão financeira verdadeiramente democrático e inclusivo deve priorizar indicadores sociais - vulnerabilidade, a presença de populações negras, quilombolas e indígenas, o número de estudantes beneficiados pela PNAES, além da composição racial e de gênero dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as). Sem isso, a Matriz Conif continuará premiando as desigualdades e o desempenho enquanto pune a inclusão social, a democratização e a interiorização da educação.

É imprescindível que o SINASEFE assuma papel ativo nesse debate. Cabe ao nosso sindicato exigir que o CONIF e o MEC revejam os parâmetros da Matriz, assegurando uma distribuição de recursos que traduza o compromisso Constitucional com o direito à educação e a promoção da justiça social. Sem pressão organizada da categoria, o orçamento da educação federal continuará sendo arena do clientelismo, da barganha e da tecnocracia, cada vez mais afastado do fortalecimento da democracia e da promoção da cidadania.

Assinam essa Tese:

1. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE/Sindsifce
2. Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE/Sindsifce
3. Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
4. Maíra Ferreira Martins - IFSP/Sinasefe SP
5. Ailton Ribeiro de Assis - IFPB/SINTEFPB
6. José de Araújo Pereira - IFPB/SINTEFPB Campina Grande-PB
7. Tânia Regina Barbosa de Sousa
8. Samantha Macedo - - IFCE/Sindsifce
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto
10. Nericilda Bezerra - - IFCE/Sindsifce
11. Giuliana de Sá Ferreira Barros
12. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas
13. Giovana Lopes da Silva
14. Ailton Ribeiro de Assis

15. Graciliano Paiva Oliveira
16. Jucielle Macedo Alves
17. Luciele Espich
18. Pedro Armando Vieira
19. Alice de Araújo Nascimento Pereira
20. Daniel Mendes Pires Haack
21. Marlene de Alencar Dutra- IFCE/Sindsifce
22. Claude Melo
23. Wildson Justiniano Pinto
24. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão)
25. Maíra Ferreira Martins
26. Dione Cabral
27. Iziane Silvestre Nobre - IFCE/Sindsifce
28. Maria Cristina da Silva Pereira/Crystyna Tapuya
29. Marcus Vinicius Guedes da Mota
30. Saulo Daniel Campos de Oliveira
31. Sueli Borges Pereira dis Santos
32. Fátima Maria de Holanda Lima
33. José Roberto Costa Nascimento
34. Grazielle Nayara Felício Silva
35. Marco Vinícius Moreira Lamarão
36. Lucrécia Helena Iacovino
37. Barbara Luana Sousa Marques - IFCE/Sindsifce
38. Claudilena Corrêa Araújo
39. Danilo Teixeira dos Santos
40. Pedro Ribeiro
41. Diacuy Pereira de Andrade Felipe
42. Bernadete Melo
43. Rogerio Galdino Trindade
44. Patrícia Nery Silva Souza
45. José de Araujo Pereira
46. Maria de Fátima Silveira Medeiros
47. Renato Alves Pedrosa
48. Maria da Conceição da Silva Rodrigues
49. Katiuscia da Costa Pinheiro
50. Natalia Ayres - IFCE/Sindsifce
51. Irismar Monteiro Brasil
52. João Alves Pacheco

53. Eliseanne Lima da Silva
54. Maria Luciana Sousa Penha
55. José Eurico Ramos de Souza
56. Cynthia Mattosinho
57. Michel Torres

EIXO 4. TESES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL

01 - Pela unicidade na carreira: professor civil não é quadro militar. Somos todos EBTT!

Movimento por uma Escola Popular - MEP/SINASEFE

A carreira de professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) foi criada em substituição ao Magistério de 1º e 2º graus, por meio da Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, como parte da reformulação das carreiras do magistério federal. Em sua redação original, tal dispositivo legal dividia os docentes de Educação Básica da rede federal em dois planos de carreira distintos: a EBTT, para docentes lotados(as) em instituições ligadas ao MEC, e o Magistério de Educação Básica Federal (EBF), para docentes do Ministério da Defesa (MD) e dos Ex-Territórios.

Foi com muita luta que, em 2011, os(as) professores(as) civis do Ministério da Defesa, com apoio do SINASEFE, conseguiram reverter essa situação e tiveram a possibilidade de migrar da carreira EBF para a EBTT, visando à unicidade do magistério de ensino básico federal. Cabe ressaltar, entretanto, que a mesma oportunidade não foi oferecida a docentes do MD que não optaram à época pela carreira EBF e ainda permaneciam enquadrados(as) no Magistério de 1º e 2º graus. Tais servidores(as) até hoje se encontram nesta carreira em processo de extinção, sem ter direito a conquistas trabalhistas obtidas pela categoria por meio da luta sindical, como o Reconhecimento por Saberes e Competências (RSC) e reajustes salariais.

Embora os(as) servidores(as) civis que exercem atividade docente nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa estejam, em grande maioria, enquadrados(as) na carreira EBTT, isso não garante, todavia, isonomia no exercício de seu ofício em relação a seus pares lotados(as) em instituições do MEC. A própria lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que regulamenta a carreira EBTT, abre brechas para tratamento distinto, uma vez que, em seu Artigo 26, parágrafo 3º, torna opcional a instituição da CPPD em IFs subordinadas ao Ministério da Defesa, deixando tal ato a critério do dirigente máximo de cada entidade. Sem esse tipo de representação, garantida por lei a docentes de mesma carreira dos IFs do MEC, os(as) professores(as) civis lotados(as) no MD perdem importante mecanismo de formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente em suas instituições e ficam à mercê das decisões tomadas pelos dirigentes militares, que, muitas vezes, não têm experiência profissional ou sequer formação na área de Educação Básica.

Como exemplo dos prejuízos gerados pela falta de uma instância como a CPPD, cita-se o modo como são realizadas as avaliações funcionais de docentes civis da rede Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Os critérios, estabelecidos por dirigentes militares sem diálogo com os(as) servidores civis, incluem itens subjetivos, como "equilíbrio emocional" e "lealdade à instituição". Além disso, para fins de avaliação de produção acadêmica e aperfeiçoamento profissional, é prática comum desconsiderar atividades realizadas pelos(as) docentes civis fora do meio militar e/ou não demandadas pela própria instituição. A atribuição da pontuação não é realizada de forma transparente, de modo a deixar claro os(as) agente(s) responsável(is) pela avaliação, e não conta com a participação de pares civis. O resultado final é apresentado somente com a assinatura do comandante gestor da unidade (um militar de carreira) para ciência do(a) servidor(a). Além disso, não são apresentados prazos e procedimentos para recurso, em caso de discordância. Dessa forma, a avaliação funcional se torna grave mecanismo de coerção institucional.

Além disso, os(as) docentes EBTT do MD são submetidos(as) a portarias internas específicas expedidas pelas diferentes forças que administram as instituições em que se encontram lotados(as). Tais mecanismos contribuem para que o exercício da atividade profissional de docentes EBTT lotados(as) em instituições de ensino do MD seja completamente distinto do de servidores(as) de mesma carreira lotados(as) no MEC. A título de ilustração, destaca-se que a regulamentação da atividade docente no âmbito do MD não é regida pela portaria do MEC (conhecida como RAD). Assim, a distribuição da carga horária docente e as atividades consideradas para esse fim seguem critérios completamente distintos em instituições de ensino do MEC e do MD. Na rede SCMB, por exemplo, não são creditadas no cômputo de horas trabalhadas atividades de pesquisa relacionadas à área de atuação dos(as) docente(s). Em contrapartida, são demandadas atividades alheias ao exercício da carreira EBTT, como a participação em formaturas militares. Em algumas unidades da rede, o comando local chega a impor de forma obrigatória a realização de tal tarefa, forçando servidores(as) a permanecerem de pé e uniformizados com jaleco em local pré-determinado durante a realização de solenidades militares.

Contribui para tal quadro a falta de participação de servidores(as) civis em cargos de gestão nas instituições de ensino vinculadas ao MD. A administração de tais unidades, incluindo decisões de cunho pedagógico, ficam exclusivamente a cargo de gestores militares nomeados por escalões superiores das Forças Armadas, sem qualquer participação da comunidade escolar na escolha. Assim, embora muitas dessas instituições sejam exclusivamente escolas de Educação Básica, sem ofertar formação de quadro de pessoal para carreiras militares (o chamado ensino militar), o

funcionamento de tais escolas fere totalmente o princípio da gestão democrática previsto na LDB.

Nesse sentido, uma questão importante que interfere de modo crucial na prática docente dos(as) professores(as) lotados(as) no MD é a confusão entre administração militar e ensino militar. Embora as escolas de Educação Básica do MD funcionem, em sua maioria, em espaços que também são organizações militares (ou seja, quartéis), a natureza da atividade pedagógica ali desenvolvida não se enquadra, em muitos casos, no chamado ensino militar, destinado à formação de tropa. Instituições como os colégios militares do Exército (rede SCMB), a Fundação Osorio e o Colégio Brigadeiro Newton Braga, embora administradas pelas Forças Armadas, oferecem apenas formação de ensino básico e/ou de ensino técnico a seus/suas estudantes, devendo, portanto, seguir as mesmas diretrizes legais que regem a Educação Básica no Brasil. Apesar disso, docentes do MD vivenciam constantemente situações de cerceamento institucional à sua liberdade cátedra. Citam-se como fatos públicos a proibição de adoção de livros cobrados no vestibular local, ocorrida no Colégio Militar de Porto Alegre e denunciada pela seção APROFCMPA, e a proibição de participação nas Olimpíadas Nacionais de História imposta a professores(as) da rede SCMB.

Por fim, para além dos prejuízos já relatados, cumpre destacar também que a vida funcional de docentes EBTT lotados(as) no MD é quase que exclusivamente gerenciada por servidores(as) militares, que, muitas vezes, desconhecem ou ignoram a legislação prevista para o magistério civil. O último concurso para preenchimento de quadro técnico-administrativo civil para instituições de ensino básico do MD ocorreu na década de 90. Em decorrência disso, são poucos os(as) servidores(as) PGPE ainda na ativa em tais unidades. Além disso, cabe ressaltar a luta histórica desses(as) servidores(as) para que conquistem, assim como seus pares que exercem funções semelhantes no MEC, a transposição para a carreira PCCTAE.

Essa falta de pessoal civil para gerenciamento da vida funcional de servidores(as) civis no âmbito do MD, somada às condições de trabalho igualmente desgastantes vivenciadas pelos(as) servidores(as) PGPE, acarreta, muitas vezes, morosidade ou até mesmo erro no atendimento dos direitos dos(as) docentes civis. Menciona-se como exemplo a dificuldade e a desinformação para pleitear afastamento para capacitação profissional. Enquanto docentes de IFs do MEC chegam a conseguir afastamento integral de suas atividades laborais durante o período de matrícula em cursos de pós-graduação, não é incomum que professores(as) do MD precisem conciliar seus estudos e pesquisas com a exaustiva carga laboral que ocorre em suas instituições sem gozar do mesmo direito.

Diante do exposto, cumpre que o SINASEFE lute para que todos(as) os(as) docentes da Educação Básica federal sejam tratados de forma isonômica. Para tal, propõem-se os seguintes encaminhamentos:

1) Lutar para que a Lei 12.772/2012 seja alterada em seu Artigo 26 de modo a garantir a implementação da CPPD em escolas do Ministério da Defesa;

2) Lutar pela migração de docentes que ainda se encontrem nas carreiras de Magistério de 1º e 2º Graus e Magistério de Ensino Básico Federal para a carreira EBTT;

3) Dar continuidade à luta pela transposição dos servidores PGPE para a carreira PCCTAE e pleitear abertura de concursos já na carreira PCCTAE de forma que se garanta que vida funcional de servidores civis do MD seja acompanhada por seus pares civis;

4) Lutar pela revisão de portarias internas do Ministério da Defesa direcionadas a docentes civis, de modo a rever distorções em relação à carreira, como a imposição de participação em solenidades militares;

5) Lutar pelo cumprimento dos acordos de greve, especialmente pelo fim do controle de frequência, garantindo que docentes civis do MD não sejam obrigados(as) a cumprir expediente integralmente em suas instituições, ainda que não haja demanda de trabalho presencial;

6) Lutar para que a avaliação funcional de servidores(as) civis do MD siga critérios objetivos e seja realizada de forma transparente, com participação dos pares civis e mecanismos claros para recurso em caso de discordância;

7) Lutar pela liberdade de cátedra, garantida pela Constituição, de forma que docentes civis do MD não sejam mais impedidos(as) de realizar atividades afins à sua carreira e formação por motivos ideológicos alheios às leis que regem a Educação Básica no Brasil;

8) Lutar para que atividade docente no âmbito do MD seja pautada com critérios isonômicos em relação aos docentes de mesma carreira do MEC, ou seja, que sejam consideradas no cômputo as mesmas atividades e distribuição de carga horária equivalente;

9) Lutar pela gestão democrática em instituições de ensino administradas pelas Forças Armadas, garantindo a participação de servidores(as) civis escolhidos por seus pares em cargos de gestão e em conselhos deliberativos, com direito a voz e voto.

10) Lutar para que servidores(as) civis das instituições de ensino do Ministério da Defesa tenham garantidas as mesmas condições de afastamento para capacitação concedida a servidores(as) lotados(as) em instituições do MEC.

Assinam esta tese:

1. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
2. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
5. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
6. Andréa Moraes - Sintietfal
7. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
8. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - Sintietfal
9. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança
10. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre
11. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
12. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
13. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
14. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
15. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
16. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
17. Eliana Silva Nascimento - IFBA
18. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
19. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
20. Fernanda Oliveira Silva - Mato Grosso
21. Fernando Viana Costa - SINASEFE Itumbiara
22. Frederico Bazana - Litoral - IFC
23. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense

24. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
25. Gislaine Carvalho Cogo -SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
26. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
27. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
28. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
29. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
30. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
31. João Alves Pacheco - São Paulo
32. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
33. Joiana Dias Prestes - Alto Vale do Itajaí
34. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
35. Jussara Hilario dos Santos -SINASEFE MS
36. Kader Carvalho Assad - IFMS
37. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
38. Laura Santos da Cunha - IFSC
39. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
40. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
41. Lissa Mara Saraiva Fontenele - SINDSIFCE
42. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
43. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
44. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
45. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
46. Mariana de Oliveira - Seção Mato Grosso do Sul
47. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
48. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
49. Milene Bobsin - IFSC
50. Mônica Teles Santos de Oliveira - SINASEFE SERGIPE
51. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
52. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
53. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
54. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
55. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
56. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
57. Rodrigo Lima - IFSC
58. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
59. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral

60. Sidinei Roberto Nobre Júnior - SINASEFE -São Paulo
61. Solange Rodrigues - SINASEFE IFMG
62. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
63. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
64. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
65. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

02 - Trabalho e saúde nos Institutos Federais: politizar o cuidado, enfrentar a precarização do trabalho e romper o silêncio

Movimento por uma Escola Popular - MEP/SINASEFE

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade exige, para além da pauta orçamentária e estrutural, uma reflexão profunda sobre as condições de trabalho, a saúde dos trabalhadores, e os mecanismos cotidianos que silenciam, isolam e adoecem os sujeitos que constroem os Institutos Federais e as instituições de ensino básico vinculadas ao Ministério da Defesa. Esta tese denuncia a intensificação da precarização, o avanço do autoritarismo institucional e os impactos perversos de uma lógica privatista que se infiltra na gestão pública, ameaçando a própria existência do serviço público como direito social.

As evidências do que foi acima afirmado podem ser constatadas nos campus, onde é facilmente verificado o acúmulo de tarefas, a sobreposição de funções, a vergonhosa frequência dos assédios institucionais, a intencional fragilização dos vínculos coletivos e ausência de suporte real para o cuidado com os trabalhadores. A intensificação do trabalho se materializa em docentes com dezenas de turmas e atribuições que ultrapassam o limite, muitas vezes, da dedicação exclusiva, TAEs atuando além de sua carga horária legal e ausência de profissionais suficientes nas equipes multiprofissionais.

Consequência dessas condições tão contrárias ao bom desempenho profissional, cresce o número de trabalhadores com afastamentos por sofrimento psíquico, exaustão, síndrome de burnout, transtornos de ansiedade e depressão, revelando que o ambiente de trabalho está se tornando um fator adoecedor, com inúmeras patologias sendo diagnosticadas.

Essa realidade não é acidental, ela se inscreve em um projeto neoliberal que busca destruir o serviço público, naturalizar a lógica da mercadoria e instaurar um regime de medo, produtividade e obediência.

Simultaneamente às condições já aludidas, multiplicam-se denúncias de assédio moral institucional, uma prática crescente nos Ifs, muitas vezes disfarçado de "cobrança por resultados", "exigência de metas" ou "perfil da gestão". No entanto, ele se sustenta, também, em uma relação de duplo vínculo perverso, na qual os trabalhadores são pressionados a demonstrar compromisso com a instituição ao mesmo tempo em que são inviabilizados, sobrecarregados e desrespeitados. Cobra-

se “entusiasmo” e “proatividade” de quem mal consegue sobreviver no caos da rotina imposta.

O duplo vínculo a que nos referimos é mantido por práticas de chantagem emocional, manipulação de vínculos afetivos, culto à produtividade e culpabilização dos sujeitos, sobretudo quando adoecem ou expressam limites. É nesse cenário que o assédio se prolifera: porque está estruturado na própria lógica de gestão que transforma o público em propriedade privada das chefias, que, ao comportarem-se como proprietários, julgam-se possuidores de um poder ilimitado.

Esse abuso de poder naturalizado exige de nós, sindicalizados, imediato enfrentamento, denunciando os pactos de silêncio e afirmando que assédio não é método de gestão, é violência institucional.

Observando nessas gestões autoritárias um processo crescente de apropriação subjetiva e política do serviço público, visto que tratam os Institutos como se fossem seus escritórios privados. Essa apropriação se manifesta na personalização dos processos, na negação da democracia interna, no controle informal das informações, na exclusão de servidores(as) dos espaços decisórios e na manipulação de comissões, processos e conselhos.

Não menos corrompidas pelo modelo de gestão que vem se impondo, nas instituições de ensino básico vinculadas ao Ministério da Defesa o autoritarismo se intensifica pela própria natureza administrativa dessas escolas, que impede a participação de servidores civis em cargos de gestão. Assim, as decisões, inclusive as de cunho pedagógico, são unilateralmente decididas pelos gestores militares, sem a participação da comunidade escolar. Também os mecanismos de avaliação e acompanhamento do trabalho dos servidores civis ficam a cargo de chefias militares, incluindo critérios subjetivos, como “equilíbrio emocional”, ou o cumprimento de atividades que não se aplicam às carreiras civis, como participação em formaturas militares. Dessa forma, docentes e funcionários técnico-administrativos das escolas do Ministério da Defesa ficam especialmente vulneráveis a mecanismos de coerção institucional, usados em prol da propagação de valores e de interesses particulares de um único segmento do serviço público: o militarismo. O resultado disso é o adoecimento psíquico dos servidores, observado não só por meio dos inúmeros afastamentos médicos, mas também por uma cultura da autocensura, da ansiedade e do medo no exercício de suas funções.

Após tantas lutas para construir uma sociedade mais democrática e o Estado de Direito, é inaceitável que espaços públicos sejam geridos como se fossem empresas familiares, feudos ou estruturas hierárquicas verticais, em que os princípios da impessoalidade, da publicidade, da transparência e da participação sejam constantemente violados. Cabe ao sindicato, protagonista de enfrentamentos

históricos, ser a trincheira de resistência contra esse modelo autoritário que captura o serviço público e deslegitima a luta por direitos.

A Reforma Administrativa (PEC 32) não está morta. Como um fantasma, ela segue rondando o Congresso e o Executivo com o apoio de setores conservadores, da mídia corporativa e de parte da elite política nacional. Essa proposta representa um ataque frontal ao conjunto dos servidores públicos e à própria noção de Estado como garantidor de direitos sociais.

Se aprovada, legalizará o assédio institucional, abrirá espaço para perseguições políticas, institucionalizará o fim da estabilidade na carreira do servidor público, aumentará a terceirização dos serviços, com fragilidade na garantia de direitos para o trabalhador e mercantilizará ainda mais os serviços públicos, incluindo o setor da educação.

Além disso, comprometerá de forma brutal a saúde dos trabalhadores, ao transformar o vínculo público em um regime de instabilidade permanente, reforçando o medo, a competitividade e a lógica da subserviência às chefias como única estratégia de sobrevivência.

Por isso, a luta contra a Reforma Administrativa deve ser central nas resoluções do Congresso, articulada à denúncia dos diversos tipos de assédio, da privatização interna das instituições e da precarização das condições de trabalho.

A luta por condições dignas de trabalho é também uma luta pela vida. O regime de instabilidade permanente junto ao empobrecimento das relações de trabalho e a ausência de condições que possibilitem o desenvolvimento das atividades, têm como resultado o adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores do setor público, impondo, assim, um sofrimento que, em geral, é tratado pelas gestões autoritárias como questões pessoais e, consequentemente, subjetivando e naturalizando o sofrimento. Não aceitaremos o silêncio cúmplice. Não aceitaremos que nossos corpos e mentes sejam moeda de troca da produtividade.

O serviço público não é empresa. A chefia não é dona do IF. Assédio não é método de gestão. A Reforma Administrativa é um projeto de extermínio à qual devemos combater obstinadamente.

Que o SINASEFE, em seu Congresso, reafirme o compromisso histórico com a base, com a saúde coletiva, com a valorização da escuta e com a denúncia firme das violências cotidianas que nos adoecem.

Nosso sindicato não será conivente com a destruição. Nosso sindicato é espaço de luta, denúncia, afeto e reconstrução coletiva.

- Propostas para o SINASEFE

- Organizar um observatório nacional de assédio institucional e adoecimento nos Ifs e nas escolas vinculadas ao MD, com escuta ativa de servidores/as ativos/as e aposentados/as, mapeamento de casos, produção de relatórios e encaminhamentos jurídicos e políticos;

- Organizar uma campanha permanente contra a Reforma Administrativa e seus impactos na saúde e na precarização do trabalho;

- Propôr, nos fóruns da Rede Federal, a garantia de espaços institucionais de escuta, acolhimento e enfrentamento ao assédio, com participação das seções sindicais;

- Produzir materiais informativos sobre os acidentes de trabalho e suas modalidades;

- Cobrar das unidades SIASS a caracterização de acidentes de trabalho e a emissão de CATs (Comunicação de acidentes de trabalho), inclusive para casos de adoecimento psíquico, no sentido de superar a culpabilização dos indivíduos por seu adoecimento no trabalho.

- Produzir materiais formativos sobre a privatização simbólica do serviço público, rompendo com a ideia de que o IF é "um espaço neutro".

- Lutar pela recomposição das equipes multiprofissionais e pela valorização dos trabalhadores que atuam no cuidado com a comunidade;

- Garantir que a luta por saúde no trabalho esteja presente em todas as pautas locais, em assembleias, mobilizações e ações permanentes de resistência.

- Criar campanhas e materiais informativos especialmente destinados aos servidores do Ministério da Defesa, divulgando e incentivando o uso do canal de denúncia já disponibilizado pelo SINASEFE e de outros espaços de denúncia.

Assinam esta tese:

1. Adão Caron Cambraia - SINASEFE Santo Augusto
2. Alane Karine Dantas Pereira - Sindsifpe
3. Alexandre dos Santos Lopes - Mato Grosso do Sul
4. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
5. Ana Catarina Cortez de Araújo -SINASEFE MS
6. Ana Cláudia de Oliveira da Silva - IFFAR Sessev
7. Andréa Moraes - Sintietfal
8. Andressa Fouchy Schons - Bento Gonçalves
9. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - Sintietfal
10. Antonio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB-Campus Esperança
11. Arielly Ribeiro - SINASEFE Acre

12. Carlos Eduardo Bartel - Seção Alto Vale do Itajaí - IFC
13. Cauê Vieira Morgado - SINASEFE Monte Castelo
14. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
15. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
16. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
17. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
18. Eliana Silva Nascimento - IFBA
19. Eliane Quincozes Porto - IFFAR São Vicente do Sul
20. Evaldo Gonçalves Silva - SINTEFGO
21. Fernanda Cristina Camillo - IFSUL
22. Fernanda Oliveira - Silva - Mato Grosso
23. Fernando Vlana Costa - SINASEFE Itumbiara
24. Frederico Bazana - Litoral - IFC
25. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
26. Giselda Correa Dorileo - São Vicente
27. Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/Seção Sindical São Vicente do Sul
28. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
29. Guthierre Ferreira Araújo - Aracaju
30. Hérica Clair Garcez Nabuco - SINASEFE MATO GROSSO
31. Isabele Cristine Machado Alves - Sindscope
32. Jandilson Vitor da Silva - SINASEFE SEÇÃO MT
33. João Alves Pacheco - São Paulo
34. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
35. Joiana Dias Prestes - Alto vale/ SC
36. Juliene Kely Zanardi - SINASEFE CMRJ
37. Jussara Hilario dos Santos - SINASEFE MS
38. Kader Carvalho Assad - IFMS
39. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
40. Laura Santos da Cunha - IFSC
41. Leonardo Borges Reis - Mato grosso do Sul
42. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
43. Lissa Mara Saraiva Fontenele - SINDSIFCE
44. Lucimar Arcanjo de Souza -SINASEFE/MS
45. Luisa Ramos Senna Souza - IFBA CMS
46. Marco Túlio Melo Morais - São Vicente da Serra - MT
47. Maria do Carmo Gemaque Puga - Seção Pará (IFPA, CTRB, CIABA)
48. Maria Oseia Bier - SINASEFE MT
49. Mariana de Oliveira - Seção Mato Grosso do Sul

50. Marlene Santos Socorro - IFBA/CMS
51. Marlise Sozio Vitcel - IFSul
52. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
53. Milene Bobsin - IFSC
54. Mônica Teles Santos - SINASEFE SERGIPE
55. Monique Elles Souza Santos - IF Sergipe
56. Monique Izoton - SINASEFE Bento Gonçalves
57. Pedro Ribeiro - Monte Castelo
58. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
59. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
60. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Sindsifce
61. Rodrigo Lima - IFSC
62. Rodrigo Tavora Gadelha - SINASEFE IFFluminense
63. Rosiane Magalhães de Lima - SINASEFE Litoral
64. Sidinei Roberto Nobre Júnior - SINASEFE -São Paulo
65. Solange Rodrigues - SINASEFE IFMG
66. Suzan Evelin Silva - Muzambinho
67. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
68. Tícia Viviani Souza Guia de Britto - Ifba Salvador
69. Vilma Urpia Cruz - SINASEFE IFBA e CMS
70. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC

03 - Assédio como Ferramenta de Gestão
A saúde do trabalhador nos colégios do MD

Palavras-chave: Assédio; Saúde do trabalhador; Escolas administradas pelo MD

1. Gestão Militar

A presente tese visa expor práticas de gestão vigentes em instituições de ensino básico, profissional e tecnológico administradas pelas Forças Armadas, com o objetivo de demonstrar os efeitos nocivos para a saúde física e mental de trabalhadores civis lotados em tais instituições. Além disso, buscar-se-á apontar alternativas para que o SINASEFE possa agir de forma efetiva na intervenção junto a essas instituições, visando a melhoria das condições de trabalho e a promoção da saúde dos servidores.

1.1. Hierarquia X impessoalidade

O serviço público deve se fundamentar na noção de impessoalidade, que visa o atendimento ao contribuinte de forma neutra, objetiva e eficiente. Esse valor, no entanto, entra em choque com um dos principais pilares das Forças Armadas: a ideia de hierarquia. Esta se baseia na relação de subordinação, autoridade e respeito às patentes para o funcionamento das instituições. A hierarquia, portanto, é intrinsecamente pessoal, baseada na posição do militar na cadeia de comando, o que potencialmente gera conflito com o princípio da impessoalidade.

Em instituições de ensino administradas pelo MD, servidores civis são costumeiramente vistos como pertencendo à base da hierarquia, mesmo que tenham maior experiência profissional ou melhor formação que suas chefias militares. Devido a isso, suas sugestões para melhorias na administração de suas instituições são raramente levadas em consideração. Simultaneamente, tais decisões se concentram nas mãos de gestores militares que, na maior parte das vezes, não têm formação ou experiência em áreas educacionais. Entretanto, o princípio da hierarquia determina que as decisões advindas de militares de altas patentes sejam cumpridas, mesmo que não contribuam para a eficiência do serviço prestado. Assim, a objetividade e eficiência, que deveriam pautar as decisões, perdem espaço para a personalização nos processos de tomada de decisão.

1.2. Ambiente de trabalho tóxico

A cultura militar, baseada no rigor e agressividade típicos do ambiente de guerra, reflete-se na gestão dessas instituições. Essa postura impõe um estilo autoritário, agressivo e muitas vezes assedioso, que impacta negativamente o cotidiano dos servidores civis. Poder-se-ia dizer que o assédio funciona como ferramenta de gestão. Quando o servidor questiona por que deve realizar uma determinada tarefa não prevista ou por que deve fazê-la de uma maneira específica, não é raro obter como resposta "porque é uma ordem!" Isso configura um ambiente de trabalho tóxico, que compromete o respeito e a dignidade do trabalhador, além de ferir princípios legais de gestão pública.

1.3. PTTCs - Prestadores de Tarefa por Tempo Certo

O valor da impessoalidade é também ferido por conta da contratação de PTTCs, os prestadores de tarefa por tempo certo. Trata-se de militares da reserva que retornam ao trabalho ganhando um adicional de 30% em seu salário. Seus contratos podem durar por até 10 anos. Ao contrário de servidores civis, que adentram o serviço público por meio de concursos cuja concorrência é alta, os PTTCs são escolhidos diretamente por gestores militares, sem processo de concurso público, ferindo, também, o princípio da transparência.

Muitos desses PTTCs entraram para a reserva remunerada com altas patentes. Não é raro se deparar com tais servidores que tenham chegado ao nível de major ou até coronel. Devido a isso, os militares que estão em atividade, mesmo que exerçam cargo de chefia, geralmente entendem estar abaixo hierarquicamente desses militares da reserva contratados, fator que influencia diretamente suas decisões. Nos Colégios Militares, administrados pelo Exército Brasileiro, é bastante comum que militares que não têm formação na área de educação voltem a trabalhar como PTTCs na função de professores, em um claro desrespeito à legislação vigente. Por conta de suas altas patentes, suas solicitações são geralmente atendidas, mesmo em detrimento da eficiência do serviço.

2. Efeitos no trabalhador

Essa combinação de autoritarismo, assédio, práticas de gestão arbitrárias e preconceitos gera forte desgaste emocional, psicológico e físico nos servidores. Diante de tal realidade, muitos servidores optam por uma atitude de não enfrentamento, com receio de passarem por retaliações. Os poucos que se opõem passam a sofrer pressões de todo o tipo. Tanto sindicâncias quanto notas baixas em avaliações funcionais se tornam instrumentos de retaliação contra os servidores que se

posicionam contra os abusos dos gestores. Há casos de servidores que são desviados de suas funções de maneira arbitrária, sem direito a processo administrativo pelo qual possam se defender.

Já no caso de servidores que não questionam seus superiores, geralmente apelidados de "civis de coturnos", pode-se notar claros favorecimentos. A tática militar do "dividir e conquistar" é posta em prática como ferramenta de gestão, visando dividir servidores e enfraquecer movimentos por melhoria de condições de trabalho.

Não é surpresa que servidores adoeçam e tenham que se licenciar diante do que sofrem cotidianamente. Muitos desenvolvem doenças crônicas, instabilidades emocionais e, em última instância, doenças que acabam por ceifar suas vidas.

3. Sugestões de Ação do SINASEFE para melhorar as Condições de Trabalho

Para proteger os servidores civis e promover um ambiente de trabalho justo e saudável, o SINASEFE, através de sua Direção Nacional e da Coordenação de Políticas para as Instituições de Ensino Ligadas ao Ministério da Defesa, pode adotar as seguintes ações:

- Mapeamento e denúncia sistemática das práticas abusivas e assediadoras, com a criação de canais seguros e confidenciais para que servidores possam relatar suas experiências sem medo de retaliação.
- Que o SINASEFE pressione o Ministério da Defesa para que haja transparência e concurso público para todas as contratações, exigindo a redução ou até a extinção da contratação de PTTCs, com acompanhamento das legislações vigentes e pressão política.
- Campanhas educativas e de conscientização para sensibilizar sobre os direitos dos servidores civis, destacando os princípios do serviço público, o respeito à diversidade e o combate ao racismo, machismo e LGBTQIAPN+fobia.

- Criação de GT de em nível nacional voltado para o enfrentamento do assédio moral e hierarquias abusivas, capacitando militantes para a mediação de conflitos e suporte aos servidores afetados.
- Diálogo institucional com o Ministério da Defesa e responsáveis pela gestão das instituições para implementação de protocolos claros que garantam o respeito aos direitos trabalhistas e à saúde do servidor.
- Fomento de espaços coletivos de diálogo e participação para que servidores civis possam ter voz ativa nas decisões referentes ao ambiente de trabalho e políticas educacionais.
- Exigência de abertura de instâncias de gestão democrática nas instituições de ensino do MD, semelhantes às instâncias existentes nas IFs administradas pelo MEC.

Assinam essa tese

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ
Ana Cláudia kohls Colvara - Seção IFSUL
Beatriz Costa e Cunha - Seção CMRJ
Caetano José de Lima - Seção SINTEFPB Sousa
Camila Tenório Cunha - Seção Brasília
Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS
Cláudia Pinto - Seção IFSUL
Cleiton Mariano da Silva - Seção SINDSIFPE
Daniel Pezzi da Cunha - Seção IFSUL
Danielle Lisboa da Silva - Seção IFSUL
Elaine Cristina dos Santos - Seção SP
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP
Euza Raquel de Souza - Seção Mossoró
Fabiano Couto Milagres - Seção IFMG/CMBH
Fernanda Cristina Camillo - Seção IFSUL
Francisco Carlos Gonçalves Brongar - Seção IFSUL
Hérlon Iran Rosa - Seção Litoral

Hilário Paes de Almeida - Seção SP

Jairo Campelo - Seção IFSUL

Juliene Kely Zanardi - Seção CMRJ

Karla Simões de Andrade Lima Bertotti - Seção CMR/EAMPE

Leonardo Pereira Maia - Seção IFMG/CMBH

Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL

Marcelo Assunção - Seção CMRJ

Marcelo Peske Hartwig

Maria da Conceição Castro Cordeiro - Seção SINTEFPB

Maria de Fátima Silveira Medeiros - Seção IFSUL

Maria Helena Corrêa Nogueira Grillo - Seção CMRJ

Michele Roos Marchesan - Seção Sapiranga

Nilo Moraes de Campos - Seção IFSUL

Osni da Costa Rodrigues - Seção IFSUL

Pensilvania Bermudez - Seção IFSUL Campus Pelotas

Ramon José Ribeiro da Fonseca - Seção Norte de Minas

Rodrigo Buske - Seção Santa Maria Rs

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA/CMS

SÍLVIO SÉRGIO OLIVEIRA RODRIGUES - Seção SINTEFPB

Sueli Borges Pereira dis Santos - Seção Monte Castelo

Teresa de Souza Bahia – Seção IFBA CMS

William Junior Sperb - Seção IFSUL

William Kelbert Nitschke - Seção IFSUL

04 - Defasagem salarial e carreira docente: desvalorização profissional, evasão de talentos e estratégias sindicais

Introdução

A carreira docente nas universidades e institutos federais atravessa, nas últimas décadas, um processo de sistemática defasagem salarial que impacta diretamente a qualidade do ensino, pesquisa e extensão. A defasagem salarial, além de caracterizar a desvalorização profissional, alimenta a evasão de talentos e o aumento do descontentamento interno, dificultando o planejamento institucional e fragilizando a capacidade pública de produzir conhecimento de excelência (DIEESE, 2023). Este trabalho analisa as causas e efeitos da defasagem, o contexto político e orçamentário que a agrava (incluindo reformas administrativas e agendas neoliberais), e apresenta estratégias de enfrentamento baseadas em negociações salariais contínuas, mobilizações, greves e produção de estudos comparativos.

A base constitucional e a responsabilidade do Estado

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social e dever do Estado (art. 205) e prevê percentuais mínimos para financiamento público (art. 212), colocando no plano jurídico a obrigação de assegurar recursos para manter e desenvolver o ensino (BRASIL, 1988). Assim, a defesa da carreira docente e da recomposição salarial dialoga diretamente com dispositivos constitucionais que visam garantir a universalidade e a qualidade da educação pública.

Panorama da defasagem salarial: magnitude e evidências

Pesquisas sindicais e estudos técnicos apontam perdas reais significativas na remuneração dos docentes federais ao longo da última década. Relatórios e notas técnicas produzidos por entidades representativas (ANDES-SN, 2022) e análises do Dieese indicam percentuais de perda acumulada que frequentemente ultrapassam dezenas de pontos percentuais quando comparados com a inflação acumulada (DIEESE, 2023). Essa defasagem reduz o poder de compra dos docentes e pressiona por medidas de recomposição que, quando insuficientes, resultam em greve e outras formas de mobilização.

Causas estruturais: austeridade fiscal, teto de gastos e política neoliberal

A política fiscal adotada após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (teto de gastos) e a adoção prolongada de agendas de austeridade implicaram limitação do crescimento real das despesas públicas (SOUZA, 2019). Em paralelo, propostas e projetos de reforma administrativa visam flexibilizar regras de ingresso, carreira e estabilidade, o que pode reduzir a atratividade da carreira docente (COSTA; LIMA, 2021). Tais medidas se inserem em uma agenda neoliberal que, ao priorizar eficiência e contenção de custos, tem contribuído para o sucateamento progressivo das universidades federais.

Efeitos sobre a carreira docente e o sistema de ensino

Os impactos da defasagem salarial vão além da perda de renda individual. Entre os efeitos estruturais estão: evasão de talentos – professores migrando para o setor privado ou exterior; dificuldade de atração de novos talentos; aumento do descontentamento interno; incremento de jornadas precárias e prejuízos à pesquisa e à orientação acadêmica (COSTA; LIMA, 2021). Esses impactos comprometem a missão pública das IFES e têm efeitos negativos para o desenvolvimento social e econômico.

Experiências internacionais comparadas: países nórdicos e o valor do investimento em educação

A comparação internacional demonstra que investimento público consistente em educação produz retornos sociais e econômicos amplos. Países nórdicos (Finlândia, Noruega, Dinamarca, Suécia e Islândia) destinam elevados percentuais do PIB para a educação e valorizam a carreira docente, associando essa prática a altos Índices de Desenvolvimento Humano (OECD, 2022). Relatórios da OCDE mostram que maior investimento por aluno, aliado a carreiras estáveis, correlaciona-se com melhores resultados de aprendizagem e maior coesão social.

Encaminhamentos e Estratégias sindicais e políticas públicas de enfrentamento

Frente ao quadro apresentado, propõe-se um conjunto articulado de ações para enfrentar a defasagem salarial e fortalecer a carreira docente:

1. Negociações salariais contínuas e técnicas – construção de tabelas de recomposição baseadas em metodologia que considere inflação acumulada, perda de poder de compra relativa e comparação com carreiras similares (setor público e privado). Produção e divulgação de estudos técnicos e memoriais justificativos (impacto orçamentário, retorno social).

2. Mobilizações e greves estratégicas – uso proporcional e planejado da mobilização como instrumento de pressão política e comunicação pública. Greves amplas e bem pautadas – com metas claras – podem reabrir negociações e ganhar solidariedade social quando acompanhadas de campanhas informativas sobre os danos causados pela defasagem.

3. Estudos comparativos e evidências – encomendar e divulgar pesquisas que comparem salários e condições de trabalho com parâmetros nacionais e internacionais; demonstrar os impactos em indicadores de desempenho acadêmico e inovação. Tais estudos fortalecem argumentos técnicos nas negociações e perante o Legislativo.

4. Incidência política e articulação parlamentar – criação e fortalecimento de frentes parlamentares pela valorização dos servidores da educação, proposição de emendas orçamentárias e projetos que busquem recomposição e proteção das carreiras frente a reformas administrativas danosas. Articulação com partidos e parlamentares sensíveis ao tema é central.

5. Alianças sociais e comunicação – estabelecer parcerias com movimentos estudantis, técnicos-administrativos, sociedade civil e atores econômicos que reconheçam o papel da universidade. Campanhas de conscientização pública que utilizem dados comparativos (ex.: retorno econômico e social do investimento docente) contribuem para transferir legitimidade à pauta salarial.

6. Medidas jurídicas – monitorar o cumprimento de normas constitucionais e legais e, quando for o caso, utilizar ações judiciais e medidas cautelares para proteger direitos adquiridos e garantir recursos essenciais às atividades finalísticas. A atuação judicial deve ser técnica e complementar às estratégias político-sociais.

7. Recomendações práticas (curto, médio e longo prazo)

- Curto prazo (0–12 meses): elaboração de memorial técnico sobre perdas salariais; campanha de comunicação pública focada em casos concretos de prejuízo à formação e à pesquisa; articulação com frentes parlamentares para abertura de negociações emergenciais.

- Médio prazo (1–3 anos): negociação de planos de reposição escalonada; produção e divulgação de estudos comparativos com países referenciados; mobilização coordenada com outras categorias do serviço público.

- Longo prazo (3+ anos): disputar agenda pública sobre modelo sustentável de financiamento da educação superior; promover mudanças legislativas e constitucionais que protejam percentuais mínimos e criem mecanismos automáticos de recomposição vinculados a índices econômicos relevantes.

Conclusão

A defasagem salarial representa uma ameaça profunda à carreira docente e à qualidade da educação superior pública. Sua superação exige negociações embasadas em evidências, mobilização organizada, articulação parlamentar, estratégias jurídicas e campanhas de sensibilização social. A experiência internacional e os dados comparativos da OCDE mostram que valorização docente e investimento público consistente são determinantes para sistemas de ensino de alta qualidade (OECD, 2022). Defender a recomposição salarial é, portanto, defender o direito constitucional à educação e o desenvolvimento sustentável do país.

Referências

ANDES-SN. Relatório sobre a defasagem salarial docente. Brasília: ANDES-Sindicato Nacional, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

COSTA, M.; LIMA, R. Efeitos da defasagem salarial na carreira docente. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 82, 2021.

DIEESE. Estudo sobre perdas salariais do magistério federal. São Paulo: DIEESE, 2023.

OECD. Education at a Glance 2022: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2022.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

Assinaturas	Representação
Diógenes Mendes Araújo	MLC/SINASEFE/Natal
Francisco Dias	MLC/SINASEFE/Natal
Diego Cirne Santos	SINASEFE/Natal

Fernando Varela	SINASEFE/Natal
Diego Soares Carvalho	SINASEFE/IFSP

05 - Não ao fracionamento dos 45 dias de férias docentes

Nos últimos anos, temos observado a multiplicação de problemas relacionados à saúde mental de nossos servidores docentes. Muitos desses problemas estão vinculados à sobrecarga de trabalho resultante dos desafios da atuação na carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Entre os desafios, podemos destacar: a atuação no ensino, pesquisa, extensão e atividades de gestão/representação (comissões); a atuação em diferentes níveis de ensino, com programas de disciplinas muito variados (ensino médio integrado, subsequente, educação de jovens e adultos, ensino superior, pós-graduação), entre outros. Considerando essa realidade social, o direito aos 45 dias de férias docentes de forma ininterrupta se torna imprescindível. O fracionamento das férias docentes no contexto de uma instituição de educação que busca formar cidadãos para atuar criticamente na sociedade de que participa, sobretudo no mundo do trabalho, é contraditório. O fracionamento das férias docentes EBTT copia regimes de trabalho que precisam ser superados, pois o fracionamento fragiliza o trabalhador, sobretudo psicologicamente. Em síntese, o fracionamento das férias docentes causa impactos negativos à saúde do servidor, sendo alguns deles: 1. na recuperação - especialistas apontam que o estresse e o desgaste profissional são prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores, sendo o período ininterrupto de descanso fundamental para a recuperação completa do organismo; 2. na desconexão e lazer - para se desligar verdadeiramente da rotina e do estresse do trabalho, é necessário tempo para que o corpo e a mente relaxem e se recuperem; e 3. nas dificuldades em desconectar - estudos e relatos de psicólogos indicam que, mesmo durante as férias, é difícil para muitos profissionais desconectar-se completamente das preocupações do trabalho, principalmente se o período de descanso for muito curto. Por isso, a reivindicação de férias ininterruptas de 45 dias para docentes EBTT não é apenas uma questão de benefício pessoal, mas uma necessidade para manter o equilíbrio e a eficiência no desempenho de suas funções e dos Institutos Federais. Não ao fracionamento dos 45 dias de férias docentes.

Assinam esta tese:

Ana Maria do Nascimento Moura - IFRN (2673391)
André de Oliveira Girão Maia - IFRN (1783638)
Claudiane Félix de Mourão - IFRN (1723833)
Giann Mendes Ribeiro - IFRN (2338520)

José Araújo Amaral - IFRN (935209)
Rodrigo de Oliveira Lemos - IFRJ (187379-2)
Samuel de Carvalho Lima - IFRN (1885301)

06 - O Adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores em educação sob o Jugo do Capital – Pela vida dos(as) TAEs e Docentes dos IFs e Escolas vinculadas aos Ministério da Defesa

Tese conjunta dos coletivos Travessia, TAEs na Luta e CTB

No contexto atual, o trabalho, que deveria ser fonte de realização humana, segue como causa de sofrimento. Nas instituições acadêmicas – espaços que deveriam cultivar a liberdade, a reflexão e o desenvolvimento humano – o peso do capitalismo neoliberal tem se feito sentir com força crescente, corroendo a saúde mental, física e a dignidade de docentes e técnico-administrativos em educação (TAEs).

Sob o discurso da produtividade, da eficiência e da competitividade, instala-se um regime de gestão que reduz pessoas a números, transforma a educação em mercadoria e o trabalhador e trabalhadora em mero operador de metas inatingíveis. Esta tese é um grito coletivo de denúncia e resistência: não pagaremos a conta do adoecimento, provocado pelo capitalismo!

Especialmente numa década, em que a classe trabalhadora vivenciou a pior pandemia da história do país, que foi a da COVID-19, e ainda-se sente-se os efeitos devastadores do que ficou conhecido como pós-pandemia, na sociabilidade do capital vigente no cenário nacional e mundial, o capitalismo impôs ainda mais na educação uma lógica neolibberal, que acelerou o processo de reestruturação do capital e do trabalho da educação, propiciando que metas fossem recuperadas, mas também, novas metas empreendidas especialmente diante das novas tecnologias, e, não é por acaso, que a quantidade transtornos e doenças mentais(que impactam na saúde física), aumentaram drasticamente até meados dessa década.

1. A lógica do capital invade nossa rede

O capitalismo tardio, em sua forma neoliberal, penetrou profundamente nas instituições de ensino da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa. O ideário da gestão empresarial, importado do setor privado, impõe-se como modelo hegemônico: tudo deve ser

mensurado, comparado, ranqueado. A formação crítica dá lugar à formação utilitarista; o saber perde seu valor intrínseco e passa a ser avaliado segundo parâmetros de "impacto" e "rentabilidade".

O produtivismo acadêmico assume contornos de patologia coletiva. A cobrança incessante por publicações, projetos e captação de recursos, quantidade excessiva de aulas e turmas, faz do(a) docente um(a) trabalhador(a) exausto, refém da pressão por desempenho e resultado.

Os(as) TAEs enfrentam sobrecarga e desvios de funções, falta de reconhecimento e a constante redução de quadros – tudo em nome da "otimização de recursos". O resultado é o mesmo: um ambiente de trabalho marcado pela ansiedade, pela insegurança e pela sensação de permanente insuficiência.

2. A precarização como forma de controle

A precarização do trabalho não é acidente: é estratégia. Sob o capitalismo, a insegurança é instrumento de dominação. Contratos temporários, terceirizações, cortes orçamentários e políticas de austeridade instauram uma cultura do medo, onde o trabalhador é levado a competir com o colega e a aceitar condições degradantes para preservar o emprego.

Docentes e TAEs, muitas vezes, internalizam esse sofrimento. O cansaço é tratado como fraqueza individual; o burnout, como falta de "resiliência". A saúde mental se torna questão privada, desvinculada das condições objetivas de trabalho. Mas é preciso dizer em alto e bom som: o adoecimento não é falha pessoal – é produto de um sistema desumanizante e dezumanizador.

O neoliberalismo institui uma nova moralidade: o sujeito deve ser "empreendedor de si mesmo". Assim, cada trabalhador é responsabilizado por seu sucesso ou fracasso, ocultando as estruturas de exploração que o cercam. Essa ideologia, quando aplicada à educação, transforma trabalhadora(or) em autogerentes de sua própria exploração – sempre "em busca de resultados", sempre "disponíveis", sempre "gratos pela oportunidade".

3. O corpo e a mente sob exaustão

3.1. Quando o “ethos militar” invade o pedagógico

Nas escolas de Educação Básica vinculadas ao Ministério da Defesa, trabalhadoras e trabalhadores da Educação denunciam uma prática comum: a gestão de pessoal e o projeto pedagógico (que não é denominado de "político") realizados a partir de um certo espelhamento dos preceitos da vida militar. Essa transposição do ethos militar, consciente ou não, em maior ou menor intensidade, tem sido capaz de gerar situações abusivas.

São comuns os relatos de companheiras e companheiros que procuram as seções sindicais para aconselhamento profissional e jurídico, além de referirem que necessitam de atendimentos específicos da área médica. São relatadas crises de choro, dores generalizadas, crises de pânico, palpitações, insônia ou sonolência excessiva, depressão, dor de cabeça, distúrbios digestivos, falta ou excesso de apetite, ideações suicidas, sentimentos de inutilidade, culpabilização, afastamentos temporários do trabalho. Esses relatos compõem, isoladamente ou agrupados, quadros de sofrimento intenso devido às condições de trabalho.

Dentre os fatores que surgem como causadores desse quadro, é indicado um conjunto de situações que apontam para um ambiente onde assédio, abuso, diferentes tipos e intensidades de violência contra as trabalhadoras e trabalhadores se manifestam:

a) No nível pedagógico: falsa autonomia dos profissionais, apesar das instâncias de decisão aparentarem serem democráticas e pretensamente permitirem ações coletivas como Conselho de Classe e COPEMA. Ocorrem relatos de determinações que contrariam a ética profissional: obrigatoriedade ou impedimento de uso de obras, inventar projetos às pressas em épocas de visita de general;

b) No nível funcional: equívocos na remuneração, afastamento de servidores de suas funções sem explicações claras sobre os motivos, avaliação funcional baseada no preenchimento de uma ficha a partir da análise subjetiva das chefias. São comuns, também, os relatos de insinuações de que docentes civis recebem uma boa remuneração para realizar pouco trabalho ou de que servidoras e servidores civis são negligentes;

c) No nível das condições de estrutura física da instituição: relatos constantes de falta de água, falta de banheiros, com constantes obras que seguidamente interditam algumas instalações, dificultando a utilização desses espaços.

Esses são alguns relatos que revelam, de maneira simples e objetiva, as diferentes formas através das quais a vida e a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação são afetadas nas escolas de Educação Básica vinculadas ao Ministério da Defesa.

A consequência mais cruel desse processo é o adoecimento mental generalizado. Transtornos de ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* e distúrbios do sono tornaram-se rotina no cotidiano acadêmico. As exigências são infinitas, mas o tempo e os recursos, cada vez mais escassos.

Os docentes enfrentam jornadas que se estendem muito além das salas de aula: correções, relatórios, reuniões, plataformas digitais e burocracias sem fim. Os TAEs, por sua vez, acumulam tarefas administrativas, técnicas e operacionais, sem o devido reconhecimento e que extrapolam sua jornada semanal de trabalho. Ambos vivem sob o olhar constante de órgãos de controle que mensuram tudo, menos o sofrimento humano.

As pausas desaparecem, os vínculos coletivos enfraquecem, e o isolamento se intensifica. O trabalho perde seu sentido; o prazer em servir à comunidade cede lugar ao esgotamento. O corpo reage: dores, fadiga crônica, adoecimento psicossomático. A mente, saturada, busca refúgio no silêncio, na apatia, ou na desistência. O SIASS reproduz a lógica neoliberal, se torna um espaço que (re)produz abusos e assédios, constrangendo trabalhadores(as) já adoecidos(as), forçando perícias que podem ser desnecessárias a depender do caso, ou que demoram para ocorrer, ignorando ou retardando a possibilidade de afastamentos, de readaptação ou de remoção por saúde. Ou seja, o(a) servidor(a) fragilizado(a) sofre forte violência simbólica quando precisa passar por uma junta médica.

4. Resistir é preciso

É preciso repolitizar a saúde mental e seus impactos na saúde física. É preciso romper com a lógica que individualiza o sofrimento e resgatar a dimensão coletiva da resistência. Nossos campi devem voltar a ser espaços de solidariedade, de cuidado mútuo e de luta. Não é possível falar em promoção de saúde e qualidade de vida, sem enfrentar as causas estruturais do adoecimento: o corte de verbas, a sobrecarga de trabalho, o assédio institucional, a falta de democracia na gestão, o racismo estrutural e lgbtqapn+fobia nos espaços institucionais, e o desmonte dos serviços públicos.

Cuidar da saúde mental das(dos)do trabalhadoras(es) da educação é lutar pela educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Isso implica também reivindicar políticas de valorização efetiva: condições dignas de trabalho, redução de carga horária, equipes completas, ambientes saudáveis e o reconhecimento da subjetividade no exercício profissional. Implica exigir espaços de escuta e acolhimento – mas, sobretudo, de transformação das vidas de quem faz parte do cotidiano de uma instituição de educação.

5. Pelo direito de existir sem adoecer

Não queremos apenas "suportar" o trabalho: queremos reconstruir o sentido do trabalho educativo. Queremos escolas e institutos que sejam lugares de vida, não de exaustão; de criação, não de cobrança; de cooperação, não de competição. Queremos recuperar o tempo da reflexão, da pausa e da convivência – tempos que o capital tenta suprimir em nome da produtividade.

Esta tese é também um chamado à ação coletiva. Nenhum(a) trabalhador(a) deve enfrentar sozinho(a) o sofrimento produzido por um sistema que lucra com a precarização da vida. O enfrentamento ao adoecimento mental é uma forma de luta política: lutar por saúde é lutar contra o capital.

6. Transformar o sofrimento em força de luta

A realidade imposta pelo capitalismo neoliberal tenta nos convencer de que não há alternativa. Mas a história da educação pública é feita de resistência. Cada greve, cada assembleia, cada gesto de solidariedade entre docentes e TAEs é prova de que outro mundo é possível – um mundo em que a vida valha mais do que as metas, e o humano mais do que o lucro.

Que esta tese ecoe como um chamado à consciência e à coragem. Que possamos, juntos, transformar o sofrimento em força de luta, o isolamento em coletividade e o desespero em esperança organizada.

Porque nenhuma(um) trabalhadora(or) deve adoecer para poder viver.

Pela saúde mental, pela dignidade e pela vida de todas, todes e todos que fazem a educação: resistir é educar!

Assinam esta tese:

1) Francisco Freitas - SINTEFPB
2) Jairo Perin - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
3) Cezar Amario - Ifce/Sindsifce
4) Cleide Barroso- IFCE/SINDSIFCE
5) David Lobão - UFPB/SINTEFPB
6) Gabo Oliveira - APROFCMPA
7) Vinicius Retamoso Mayer - SINASEFE/ Seção Manaus
8) Lissandra Luvizão Lazzarotto/Seção Bento Gonçalves
9) Demian Boaroli/Seção Bento Gonçalves.
10) Victor Pereira/ Seção Bento Gonçalves
11) Silvana Schuler Pineda/Seção APROFCMPA
12) Abraão R. Batista / IFPB-SINTEFPB
13) Valmir Arruda de Sousa Neto / SINDSIFCE IFCE
14) Hélio de França Gondim / IFPB - SINTEFPB
15) Fernanda Mendes Furlan - IFal
16) Marcel Nascimento - SINTEFPB
17) Josenilda de Souza Silva-SINASEFE Seção Januária
18) Alexandre dos Santos Souza - SINTEFPB
19) Allan Patrick de Lucena Costa / IFPB-SINTEFPB
20) Jonas Felácio Júnior - SINASEFE Alto Vale do Itajaí - IFC
21) Joiana Dias Prestes - Seção Alto Vale do Itajaí/ IFC
22) Marcos Serafim - SINASEFE- IFPA -Seção Belem-PA; Campus Itaituba-PA
23) Sady Salomão da Silva Alves SINASEFE- IFPA -Seção IFPA/CMPA/CIABA
24) Antonio Leonardo Barbosa Camilo - IFPE secao SindsIFPE.
25) Gislaine Carvalho Cogo - SINASEFE/ Seção São Vicente do Sul.
26) Carolina Costa - SINTEFPB
27) Wilker Gomes Raposo – SINTEFPB
28) Milena Beatriz Lira Dias da Silva - SINTEFPB
29) Daniel Mendes Pires Haack - SINTIFRJ
30) Eduardo Gomes de Lucena - SindsIFPE
31) Suzanne de Oliveira Nunes - SINDSCOPE
33) Anna Luiza Moura - Sindscope
34) Ana Quezia Carneiro - IFBA/CMS
35) Décio Leite Marchi – Seção IFMG
36) Glábia Dutra – Seção IFMG
37) José Xavier Filho – Seção IFMG
38) Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Peixe) – Seção IFMG
39) José Porfírio de Araújo Filho – Seção IFMG
40) Wallison Agostinho Madeira – Seção IFMG

41) Rafael Bernardo Silveira – Seção Litoral
42) Dayvid Souza Santos – Seção IFG
43) Karla Bertotti, Cláudio Fonseca – Seção CMR-EAMP
44) Bruno Oliveira - Sindsifpe
45) Raphaella Portes – Seção IFMG
46) Marcelo Brito – Seção IFNMG
47) Alexandre Machado Rosa – Seção IFSP
48) Marcos Milan - APROFCMPA

07 - Saúde e prevenção do adoecimento das servidoras da Rede Pública Federal de Educação

A saúde das servidoras públicas da Rede Federal de Educação é um tema que se entrelaça à luta histórica das mulheres trabalhadoras pela dignidade, pelo reconhecimento e pela valorização de seu papel social. O adoecimento crescente dessas profissionais - marcado por transtornos mentais, sofrimento emocional e doenças relacionadas à sobrecarga laboral, reflete as contradições estruturais de um Estado que, embora defenda a educação pública, frequentemente negligencia as condições de trabalho de quem a sustenta.

De acordo com dados do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (2023), mais de 61% dos afastamentos por licença médica no serviço público federal são de mulheres, e as principais causas estão associadas a transtornos mentais e comportamentais. Essa realidade evidencia uma crise silenciosa, que se intensifica em ambientes educacionais onde as servidoras acumulam funções pedagógicas, administrativas e afetivas, convivendo com a precarização das condições materiais e a crescente cobrança por resultados.

A partir dessa perspectiva, a discussão sobre a prevenção do adoecimento e a promoção da saúde das servidoras da Rede Federal de Educação ultrapassa o campo biomédico e adentra o campo político e organizacional. É necessário compreender que as políticas de gestão e as práticas institucionais afetam diretamente a saúde física e emocional dessas trabalhadoras. A lógica produtivista, o excesso de burocracia e a falta de políticas de acolhimento configuram-se como fatores de desgaste crônico, conforme apontam Carvalho et al. (2021) e Ribeiro (2022).

Diante desse cenário, é imprescindível reconhecer o papel dos sindicatos como atores estratégicos na defesa da saúde e dos direitos das servidoras. Essas entidades têm sido fundamentais na denúncia da precarização, na promoção de espaços de escuta e no fortalecimento da consciência coletiva em torno do cuidado como princípio ético e político. Assim, esta tese propõe refletir sobre a necessidade de integrar a gestão institucional, as políticas públicas e a ação sindical em torno de um projeto de educação que valorize o trabalho, proteja a vida e combata todas as formas de adoecimento.

A discussão sobre a saúde e a prevenção do adoecimento das servidoras públicas da Rede Federal de Educação é uma pauta que se insere no coração das lutas históricas pela valorização do trabalho no setor público e pela efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Trata-se de um tema que

ultrapassa o âmbito individual e adquire dimensão política e coletiva, uma vez que o sofrimento e o adoecimento no trabalho refletem as condições objetivas de organização e gestão das instituições educacionais federais.

A feminização do serviço público na área da educação – especialmente nas funções administrativas, pedagógicas e técnicas – traz à tona uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que as mulheres representam a base que sustenta as atividades educacionais, são também as mais vulneráveis ao adoecimento físico e emocional.

Nesse contexto, é fundamental que a Rede Federal de Educação compreenda a saúde das servidoras não como um custo ou responsabilidade individual, mas como uma dimensão essencial da gestão pública democrática. É preciso construir políticas institucionais que articulem prevenção, acolhimento e reabilitação, promovendo ambientes de trabalho saudáveis e respeitosos.

A compreensão da saúde das servidoras da Rede Federal de Educação requer um olhar ampliado, que vá além do enfoque biomédico e reconheça as dimensões sociais, históricas, políticas e de gênero do trabalho. O adoecimento não é um fenômeno isolado nem um problema individual; ele é produto direto de condições de trabalho que se tornaram cada vez mais intensas, precarizadas e desumanizantes. O modelo de gestão pública, influenciado por paradigmas neoliberais, tem incorporado uma lógica de produtividade e controle que desconsidera os limites humanos das trabalhadoras e ignora o papel pedagógico e emocional que elas desempenham no cotidiano institucional.

Estudos recentes, como o de Carvalho et al. (2021) e Ribeiro (2022), revelam que os transtornos mentais e comportamentais correspondem a cerca de 40% dos afastamentos de servidoras no setor educacional federal, seguidos pelas doenças musculoesqueléticas e cardiovasculares. Essa estatística é corroborada pelo Boletim de Saúde do Servidor (MGI, 2023), que aponta que o número de licenças médicas aumentou em 27% entre 2018 e 2023, sendo as mulheres o grupo mais atingido. Tais dados demonstram que a estrutura atual de trabalho impõe sobrecargas físicas e emocionais que extrapolam as capacidades humanas, configurando um ambiente de sofrimento persistente.

Nas instituições da Rede Federal de Educação, as servidoras enfrentam um contexto contraditório: ao mesmo tempo em que são responsáveis pela execução de políticas educacionais, enfrentam o sucateamento das condições de trabalho, a carência de pessoal, o excesso de tarefas administrativas e a escassez de reconhecimento institucional. Muitas relatam sensação de solidão e abandono, agravada pela ausência de espaços de escuta e acolhimento. De acordo com Ramos e Brito (2022), a sobrecarga emocional e o assédio institucional são fatores

recorrentes no cotidiano das trabalhadoras, que convivem com metas inalcançáveis e falta de apoio gerencial.

O adoecimento das servidoras também deve ser entendido como resultado de uma divisão sexual do trabalho profundamente desigual. A mulher, historicamente associada ao cuidado, assume múltiplas jornadas: no trabalho, em casa e na comunidade. Essa tripla carga é reforçada por uma cultura organizacional que ainda não reconhece o gênero como determinante social da saúde. Melo e Ribeiro (2020) destacam que as políticas de saúde do servidor raramente incorporam perspectivas feministas, e quando o fazem, limitam-se a ações pontuais, sem articulação com os movimentos sindicais ou com políticas públicas intersetoriais.

Outro fator de agravamento está relacionado à transformação tecnológica e digitalização das rotinas institucionais. A pandemia da COVID-19 acelerou a informatização das atividades educacionais e administrativas, tornando o trabalho remoto uma realidade cotidiana. Essa mudança, embora tenha ampliado a conectividade, também dissolveu as fronteiras entre tempo pessoal e profissional. Souza e Pereira (2021) apontam que a hiperconectividade tem intensificado quadros de ansiedade, exaustão mental e insônia, sobretudo entre as mulheres, que continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas mesmo durante o expediente remoto.

Diante desse cenário, o papel dos sindicatos e do CONSINASEFE torna-se ainda mais estratégico. A luta pela saúde das servidoras é também uma luta pela valorização do trabalho público, pela equidade de gênero e pela democratização da gestão institucional. O movimento sindical tem sido fundamental na construção de espaços de denúncia e solidariedade, na defesa de condições dignas de trabalho e na formulação de propostas para a criação de políticas permanentes de saúde do servidor. Em diferentes campi e institutos federais, os núcleos sindicais têm promovido campanhas de prevenção, rodas de conversa, seminários sobre saúde mental e ações conjuntas com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

É fundamental compreender que a promoção da saúde é uma dimensão política e coletiva. Não se trata apenas de oferecer atendimentos individuais ou de criar programas isolados, mas de redefinir o modelo de gestão pública com base no respeito, na solidariedade e no cuidado. Matos e Figueiredo (2020) defendem que as instituições de ensino devem adotar políticas de promoção da saúde que incluam escuta ativa, gestão participativa e valorização do trabalho colaborativo. A saúde, nesse sentido, é um direito e um pilar da democracia institucional.

O Sindicato, enquanto entidade nacional representativa dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal de Educação, desempenha papel decisivo ao colocar

a saúde no centro das pautas de reivindicação. Ao denunciar o aumento do adoecimento e reivindicar condições de trabalho mais humanas, o sindicato reafirma o princípio de que não há educação pública de qualidade sem servidoras e servidores saudáveis. Essa é uma luta coletiva que exige o compromisso do Estado, das instituições e da sociedade, na construção de um serviço público que valorize a vida e respeite a dignidade humana.

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

Enfrentar o adoecimento das servidoras da Rede Federal de Educação requer mais do que diagnósticos: exige ação política, planejamento institucional e mobilização sindical permanente. O combate à precarização do trabalho e à intensificação das jornadas precisa estar articulado à defesa da saúde como um direito social, conquistado e garantido pela Constituição Federal e reafirmado nas políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). A primeira proposta é o reconhecimento formal da saúde da servidora como eixo estratégico da gestão pública. Isso implica inserir, nos planos de desenvolvimento institucional (PDI) e nos projetos pedagógicos, ações permanentes de promoção do bem-estar, acolhimento e prevenção. As instituições da Rede Federal devem instituir Comissões Permanentes de Saúde e Bem-Estar no Trabalho, compostas por representantes da gestão, das servidoras e dos sindicatos, garantindo a participação democrática na formulação e acompanhamento das políticas internas.

Em segundo lugar, é fundamental fortalecer o SIASS, ampliando sua capilaridade e estrutura para além da perícia médica e das avaliações burocráticas. O SIASS deve atuar como núcleo articulador de cuidado, com equipe multidisciplinar composta por psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras e médicas do trabalho, promovendo ações preventivas e educativas em parceria com os sindicatos e com os setores de gestão de pessoas.

Outra medida urgente é a implantação de programas de promoção da saúde mental e enfrentamento do estresse ocupacional, com base em metodologias de acolhimento, escuta ativa e educação em saúde. Tais programas devem envolver não apenas o atendimento individual, mas também espaços coletivos de diálogo sobre as condições de trabalho.

No campo sindical, o CONSINASEFE e suas seções locais devem continuar a desempenhar papel protagonista na defesa da saúde das servidoras, ampliando a articulação com o FONASEFE e com as demais entidades representativas do funcionalismo. É necessário manter campanhas permanentes sobre saúde e condições de trabalho, produzindo materiais informativos, organizando seminários e estimulando o debate sobre gênero, assédio moral e equilíbrio entre vida pessoal e

profissional. A luta sindical é um espaço de resistência e de reconstrução coletiva da dignidade no trabalho.

Além disso, recomenda-se a criação de observatórios de saúde do servidor público, em parceria entre instituições federais, o Ministério da Gestão e Inovação e universidades públicas, com o objetivo de monitorar indicadores de adoecimento, elaborar relatórios e subsidiar políticas públicas. Esses observatórios também devem produzir dados recortados por gênero, raça e função, permitindo identificar desigualdades estruturais e propor medidas de correção. Por fim, é preciso reforçar a luta em defesa do serviço público e da valorização das trabalhadoras da educação, pois o adoecimento é também resultado das políticas de desmonte e de privatização do Estado.

A saúde e a prevenção do adoecimento das servidoras da Rede Federal de Educação constituem um eixo fundamental na defesa do serviço público e na consolidação de um projeto de sociedade pautado na dignidade do trabalho e na justiça social. Ao longo desta tese, evidenciou-se que o adoecimento das trabalhadoras não é resultado de fragilidades individuais, mas sim de condições estruturais marcadas por sobrecarga, assédio, desigualdade de gênero e políticas de gestão baseadas em metas e produtividade.

Os dados apresentados confirmam que os transtornos mentais e doenças ocupacionais vêm crescendo de forma preocupante, refletindo a ausência de uma política efetiva de promoção da saúde no serviço público federal. A luta sindical é, portanto, um espaço de resistência e cuidado coletivo, onde a defesa da vida das servidoras se torna um ato de enfrentamento ao projeto de desmonte do Estado e à lógica da precarização.

A saúde das servidoras deve ser entendida como um direito social e político, cuja garantia depende da articulação entre instituições, sindicatos e sociedade civil. A criação de comissões permanentes de saúde, o fortalecimento do SIASS e o investimento em políticas preventivas e intersetoriais são medidas urgentes e inadiáveis. Além disso, é essencial que o Estado brasileiro reconheça a centralidade das mulheres no funcionamento da educação pública e promova políticas específicas de equidade e cuidado.

Conclui-se que a luta pela saúde das servidoras é também a luta pela qualidade da educação e pela valorização do serviço público. Cuidar de quem educa é fortalecer a base de uma sociedade democrática e solidária. O Sindicato, ao trazer essa discussão para o centro das suas pautas, reafirma sua identidade como movimento de luta, resistência e esperança – um movimento que entende que sem saúde, não há educação, e sem servidoras valorizadas, não há serviço público de qualidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). *Boletim de Saúde do Servidor Público Federal 2023.* Brasília, 2023.
CARVALHO, L. A.; RIBEIRO, M. C. *Saúde mental e trabalho docente no serviço público federal.* Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, n. 1, 2021.
MELO, A. R.; RIBEIRO, P. S. *Gênero, trabalho e sofrimento psíquico no setor público.* Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3, 2020.
MATOS, E.; FIGUEIREDO, L. *Gestão participativa e promoção da saúde no serviço público.* Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 25, n. 2, 2020.
RAMOS, T.; BRITO, F. *Assédio moral e adoecimento de servidoras da educação federal.* Revista de Políticas Públicas, v. 15, n. 2, 2022.
SOUZA, P.; PEREIRA, A. *Tecnologia, hiperconectividade e saúde mental: novos desafios para o trabalho público.* Revista Sophia, IFPR, v. 9, n. 2, 2021.
UFRN. *Relatório de Saúde do Servidor: ações de promoção e prevenção.* Natal, 2022.

Assinam esta tese:

Márcia Raquel Araújo de Carvalho
Cleonice Moreira Lino
Dejane Sotero Sousa
Isamárcia Catarina Oliveira De Sousa
Naiana Teixeira Pereira
Danylson José de Almeida Silva
Oridéia de Sousa Lima
Maria Gislane Pereira Oliveira Martins
Wanderson Jean Conceição Silva
Walmyerene Brito dos Santos
Lucyanne Loreny Ribeiro
Sandro Ribeiro de Castro
Elisangela França Soares
Nathecio Nathanael dos Santos
Isabel Pereira de Oliveira Holanda
Creusa Dias
Cristiana Galeno da Costa Pereira
Elayne Rocha
Talyta Coelho
Francisca Marciely Alves Dantas
Elielza de Jesus Souza

Jucileide Velozo
Lis Helena Mendes da Silva
Francisca Miracy Uchoa Martins Andrade
Zildânia da Silva Barros
Maria Costa
Ítala Lustosa de Oliveira
Ailton Emerson Moura Ferreira
Regina Lúcia Rodrigues dos Santos
Antônia Fernanda Lima de Araujo
Marcelo Borges de Almeida
Noel Leal Ferreira
Roberta Kellen Borges de Oliveira
William Damasceno
Regina Célia Macêdo Moraes
Sheury de Abreu Soares
Amanda Silva
Patrícia Santos da Silva
Karla Patrícia Brito dos Santos
Luciano Cardoso do Nascimento

08 - A necessidade da escuta dos Docentes que atuam na Educação Especial na formulação das estratégias sindicais

Coletivo de Docentes EBTT Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado

A Rede Federal de ensino está em constante atualização e inovação, um dos fatores que vem sendo apresentado nos últimos anos é a nomeação de professores EBTT da área de Educação Especial, e recentemente com a nomenclatura de área de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

É salutar salientar que conforme a área CAPES, não há uma área de "Atendimento Educacional Especializado", isso se faz necessário, pois entendemos como o começo de um retrocesso quanto à carreira do professor EBTT quando é alocado em uma nomenclatura não existente, ferindo a isonomia com seus pares que têm suas áreas corretamente definidas e alinhadas às suas formações.

Temos acompanhado uma série de ataques à carreira do Docente que atua na Educação Especial na Rede Federal relativos à falta de entendimento sobre sua atuação nos diferentes serviços que compõem a Educação Especial. O movimento coletivo de docentes da Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado surgiu a partir da documentação do Grupo de Trabalho (GT) sobre atividade docente realizada em 13 de dezembro, destacamos a seção 3 do documento, que trata sobre as atividades de ensino". O item "f", que menciona o "Acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e acompanhamento ao aluno", parece segregar o AEE do ato fundamental do ensino, que é o lecionar.

A aula deve ser entendida como o período dedicado ao estudo em uma turma, seja em escola ou instituição acadêmica, com o objetivo de estabelecer um processo de ensino e de aprendizagem. Para que possamos vislumbrar uma organização inclusiva nas instituições de ensino, está materializada a seguinte estrutura: o Atendimento Educacional Comum (AEC), que se refere ao ensino regular organizado em turmas, com docentes e currículo comuns; e o AEE, que se caracteriza como um ensino complementar ou suplementar, desenvolvido sob a forma de ensino colaborativo, trabalho docentes articulado e com atendimento pedagógico especializado no contraturno das aulas dos estudantes. O AEE é de responsabilidade de um docente da área da educação especial e o público desta ação, conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Brasil,

2008) são: estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. O AEE, enquanto atividade de ensino (disciplina), pode contemplar as seguintes possibilidades:

- Atendimento Educacional Especializado individual e/ou em grupos: atendimento ofertado nos horários em que o estudante não está envolvido em outras atividades curriculares, com periodicidade organizada de acordo com suas necessidades, com o objetivo de complementar e/ou suplementar sua formação, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade, enriquecimento intracurricular e extracurricular, observação em sala de aula, acompanhamento de estudos domiciliares e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.
- Trabalho Docente Articulado: entende-se o Trabalho Docente Articulado como uma concepção teórico-prática para a Educação Especial que tem como premissas: a definição de objetivos em comum para o Atendimento Educacional Especializado e os componentes curriculares; o diálogo constante entre os docentes; e a articulação no planejamento e desenvolvimento das atividades, prevendo a presença de ambos os professores, tanto em sala de aula comum quanto na sala de atendimento, sempre que avaliada a necessidade, primando pela disponibilização de recursos e estratégias para promoção da aprendizagem, acessibilidade curricular e enriquecimento curricular.
- Atendimento Educacional Especializado na perspectiva do Ensino Colaborativo: organização das práticas pedagógicas em Educação Especial que valoriza a sala de aula comum como lócus privilegiado de construção de conhecimentos, prevendo a colaboração entre o(a) docente de Educação Especial e docentes do ensino comum no planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas e nos processos de avaliação das aprendizagens. Nessa perspectiva, o docente de Educação Especial insere-se no espaço de sala de aula comum e compartilha as ações de ensino com o professor do componente curricular

Além disso, também contando com Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), Desenvolvimento das Funções Cognitivas, Enriquecimento Curricular, Uso de Recursos Ópticos e Não Ópticos, Informática Acessível, Orientação e Mobilidade, Sistema Braille, Técnicas de Cálculo no Soroban e Atividades de Vida Diária (AVD), abrangendo os diversos níveis e modalidades da educação básica e da educação profissional, científica e tecnológica.

É crucial ressaltar que o AEE, enquanto atividade de ensino, não deve ser tratado como acompanhamento do aluno, haja vista que não se trata de atendimento eletivo, mas sim como uma atividade pedagógica, exercida por docente especializado na área e que exige planejamento e manutenção do ensino, devendo ser reconhecido e valorizado na nova Regulamentação da Atividade Docente (RAD), equiparando-se ao AEC. Diversos respaldos legais sustentam essa afirmação, dos quais destacamos alguns para a reflexão da direção sindical:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no 9.394/1996, no capítulo V, artigo 59, que trata da Educação Especial.

Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, enfatizando a necessidade de formação de "professores do ensino regular capacitados" e "professores especializados em Educação Especial".

Resolução CNE/CEB nº04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que visa assegurar a inclusão escolar do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) e orienta os sistemas de ensino a garantir acesso, participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146/2015, que prevê a formação de professores para o atendimento educacional especializado.

Glossário da Educação Especial e dos Transtornos que Impactam o Desenvolvimento da Aprendizagem - Censo Escolar 2025, que mais uma vez vai afirmar sobre "a educação especial como sendo uma modalidade de educação escolar que integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, entre outras ações, o atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. E ainda "No Censo Escolar são coletados dados de alunos matriculados na educação regular (classes comuns) e na educação especial (classes ou escolas especiais)".

Além disso, é essencial destacar que os docentes que atuam nas disciplinas de AEE integram, legalmente, a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008. Não existe, portanto, uma "nova carreira" ou "carreira paralela". É fundamental que os sindicatos adotem uma postura de defesa em relação a esses professores, que têm enfrentado ataques que comprometem o princípio da isonomia, garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal (1988).

Observamos que a cultura em torno da Educação Especial, enquanto modalidade de ensino, nos Institutos Federais têm promovido uma percepção equivocada, tratando os docentes atuantes no AEE como profissionais de "sub professores". Há uma tendência, muitas vezes, de criar dispositivos que excluem a atuação desses docentes, o que não pode ser aceito. Inclusive é necessário esclarecer, que o AEE é uma das ações que esse docente se dedica dentre outras no âmbito da docência, como por exemplo, ministrar disciplinas tanto na educação básica, ensino superior e Pós-Graduação, nas Instituições Federais conforme áreas de seu âmbito de conhecimento e formação, além de ter a oportunidade de envolver-se em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, solicitamos enquanto docentes da área de Educação Especial/AEE que o item f passe a ter a seguinte redação:

f) O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coensino/Ensino colaborativo desenvolvido por docente da área de Educação Especial/AEE é igualado ao item “a”;

Tendo em vista que o coletivo realizou reunião em 23 de dezembro de 2024 com representantes do SINASEFE e Docentes EBTT da Área de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, assim como reunião em 09 de outubro de 2025 entre docentes e representantes da Pasta de Acessibilidade da Direção Nacional, ficou perceptível que não ocorreu estudo sobre a área da Educação Especial ou escuta dos docentes desta área para entender nos momentos deliberativos sobre o que tange nossa atividade docente com o público da Educação Especial. Ao mesmo tempo, como expresso pelos colegas participantes das reuniões, que os documentos compartilhados pelo SINASEFE como forma de orientar sobre a formulação da nova RAD não levantou informações sobre seus sindicalizados docentes de Educação Especial/AEE.

Preocupamo-nos com as deliberações já aprovadas em relação ao trabalho docente na área da Educação Especial/AEE e os materiais orientadores formulados pelo SINASEFE que carece conhecer os seus sindicalizados docentes da Educação Especial/AEE já tão maltratados pelas políticas da Rede Federal. É importante retomar que não existe uma Área de Atendimento Educacional Especializado. Conforme a CAPES, essa área é de Educação Especial, sendo o AEE um dos serviços de ensino que compõem essa modalidade.

Contudo, a Rede Federal tem utilizado essa nomenclatura equivocada para realizar concursos e limitar o trabalho docente às atividades de acompanhamento do estudante em sala de aula, muitas vezes atribuindo a este docente um papel secundário ou de reforço escolar ou de monitoria.

Esse equívoco conceitual tem causado uma cisão entre os professores da EBTT, pois alguns afirmam que os docentes atuantes no AEE não poderiam ministrar disciplinas, devendo se restringir a atividades de acompanhamento. Além disso, o fato de que somente a atribuição de componentes curriculares garante a manutenção de ensino para os professores de Educação Especial que realizam o AEE, o que compromete a isonomia entre os docentes, impedindo que eles planejem suas aulas/tempo de ensino de forma adequada. É imprescindível esclarecer que o AEE não é (legalmente) tutela contínuo ou o reforço escolar, inclusive, é um dos serviços que integram a docência, na rede de Educação Profissional e Tecnológica e como tal, precisa ter formas de inclusão e acompanhamento das informações, nos sistema acadêmicos de registros dos Institutos Plano de Atividade Docente e no Registro das Atividades Docentes, em qualquer nomenclatura que delimite esse material, bem como de um espaço que possa garantir o acompanhamento sobre o desenvolvimento do trabalho realizado com os estudantes.

Trata-se de uma atividade de ensino que requer tempo de estudo, planejamento e elaboração de materiais pedagógicos para promover a autonomia e o conhecimento dos estudantes, levando em consideração que por mais que o público da Educação Especial possa apresentar laudos diagnósticos, diferente de uma turma de uma mesma série/ano que deve abordar o mesmo conteúdo, para a Educação Especial analisamos de forma individualizada cada estudante, devendo planejar e organizar o ensino promovendo a autonomia nas especificidades mesmo que sejam diagnósticos iguais.

Muitos relatos de professores de Educação Especial/AEE têm chegado ao nosso grupo nacional, indicando que não conseguem realizar a manutenção de ensino sob a justificativa de que não possuem disciplinas atribuídas. Deste modo, gostaríamos de levantar alguns pontos importantes para a luta por uma isonomia profissional por parte do sindicato:

- Atualização das portarias de nomeação dos docentes EBTT equivocadamente como AEE para a área de Educação Especial;
- Chamada da Pasta de Acessibilidade com a participação de docentes da área de Educação Especial para formação e entendimento das demandas específicas do contexto atual da rede federal.
- Reforço junto às bases sindicais que o docente EBTT Área Educação Especial/AEE deve estar alocado hierarquicamente junto aos demais docentes, não sendo este subordinado a instâncias diferentes que os demais profissionais, como NAPNE, CAPNE, NAE etc; tão pouco desempenhando função de psicopedagogo.

- Inclusão nos sistemas integrados de gestão acadêmica, ou qualquer outra denominação, das atividades do docente para fins de Progressão;
- Retirada de docentes localizados como membros da equipe multidisciplinar, uma vez que a Lei Federal nº 13.935/2019 estabelece que as redes públicas de educação básica devem dispor de equipes multiprofissionais/multidisciplinares, compostas por psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psiquiatras, ou seja, profissionais da assistência, com o intuito de atender às necessidades definidas pelas políticas educacionais. Processos inclusivos no âmbito da escolarização/formação acadêmica (currículo, avaliação, diálogo com docentes do ensino comum, etc.) é de competência de docentes EBTT Área Educação Especial/AEE.

Por fim, colocamo-nos à disposição do SINASEFE para apresentar aos diferentes segmentos a especificidade de nosso trabalho e seguir na luta por um trabalho qualificado.

Assinam esta tese:
Leonardo Rocha de Almeida – Litoral/SC
Eliane Quincozes Porto - SESSEV
Alice de Souza Ribeiro - Sessev
Amalia Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí- IFC
Ana Paula Pinheito - Docente
Angela Paloma Zelli Wiedemann Sindiedutec
Candida Maria Maciel dos Santos - Seção IFFAR São Vicente do Sul/ RS
Carla da Cruz Santos - Seção IFBA
Cláudia Adriana Delevati Bastos - SESSEV - São Vicente do Sul
Claudio Raimundo de Bastos Brasil - SESSEV SVS
Daniela Antonello Lobo D´avila - Seção IFFAR São Vicente do Sul/ RS
Diego Rodrigues Cezar - SINASEFE - Seção Alto Vale do Itajaí
Elaine Cristina Mourão - IFSC
Fábio Dias da Silva - Seção São Vicente do Sul/RS
Fernanda Nascimento Almeida -Seção IFBA
Franciele Rusch König- Seção IFFAR São Vicente do Sul/ RS
Gislaine Carvalho Cogo - São Vicente do Sul
Graciela Fagundes Rodrigues - Seção Frederico Westphalen/RS
Ideilton Alves Freire Leal - Seção IFBA
Ivone Silva de Jesus - Seção IFBA
Jaqueline Almeida Silva -Seção IFB

João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
José Antônio Battaglin Ugulini - SESSEV - SÃO VICENTE DO SUL
José Antônio Oliveira de Figueiredo - IF SUL-RS
José Moacir de Lucca - Alto vale Itajaí
Juniel Rodrigues Leite - Alto Vale do Itajaí
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães - SINASEFE - IFAP
Maria Cristina Moro - SESSEV - SVS
Mariane Rodrigues de Souza- Seção Litoral/SC
Nadja Regina Sousa Magalhães - Seção IFSC
Naidi Carmen Gabriel - Seção IFSC
Natascha Sokolovicz Massera Fernandes - Quissamã - Rio de janeiro
Paulo Sérgio de Souza Flores - SESSEV- SVS
Renata Albuquerque Osorio Souza - Seção IFBA
Renata Dias Costa Sá - SINASEFE-Catu
Rodrigo Regert - Seção IFSul-rio-grandense
Samuel Giovani dos Santos Ferreira - SINASEFE - Videira
Simone Bochi Dorneles - São Vicente do Sul
Vantoir Brancher - São Vicente do Sul

09 - Tese do coletivo Pão e Rosas: é preciso avançar no debate sobre condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/as no SINASEFE

Esta tese é fruto das discussões acumuladas pelo Coletivo Sindical Pão e Rosas ao longo dos últimos períodos, sobretudo após mais de um ano que se findou a maior greve histórica da Educação Federal, observamos que ainda há a necessidade de organização política para a exigência do cumprimento dos acordos de greve e o enfrentamento à proposta de reforma administrativa que ronda o Congresso Nacional atualmente, o que corrobora para os impactos nas condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/as da Educação Federal, situação que já denunciamos nas nossas teses, ao longo do último 36.º CONSINASEFE. O Pão e Rosas, apontava lá em 2024 - que o debate deve ser pautado no nosso sindicato, tendo em vista o adoecimento do conjunto dos/as servidores/as, que trazem relatos

relacionados à relação com aspectos institucionais, políticas e sociais, bem como com a precarização da vida, das instituições, da vivência de assédios relativos aos processos de trabalho.

Neste CONSINASEFE, comprometidos com a defesa que fazemos da classe trabalhadora, voltamos a nos posicionar sobre o tema, a partir da ênfase em afirmar que é preciso que o SINASEFE avance em fazer o debate e construir políticas efetivas que permeiam as condições de trabalho e a saúde do/a trabalhador/a. Infelizmente, a leitura que fazemos das nossas políticas sindicais atuais é que há a ausência de compromissos do sindicato em assumir essa pauta e desenvolver ações, refletindo seu compromisso histórico na garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as. Entendemos o tema da saúde do/a trabalhador/a como uma área estratégica que visa a promoção integral da saúde, a partir da prevenção dos agravos relacionados às condições de trabalho, tendo em vista que entendemos o trabalho enquanto determinante e constitutivo dos sujeitos sociais.

Analisar as condições de trabalho e a saúde do/a trabalhador/a é fundamental, pois os processos são influenciados por diversos condicionantes e não devem ser interpretados como algo simplificado ou que tenha uma ou múltiplas causas, sobretudo porque há relação com a dimensão social e histórica do trabalho. Por isso, é elementar avaliar que as relações sociais impostas ao/à trabalhador/a determinam "condições específicas de trabalhar, geradoras ou não de agravos à saúde" (Gomez et al, 2018, p. 1964), isso significa dizer que o modo como nós,

trabalhadores e trabalhadoras da Educação Federal, temos sido submetidos à intensificação e precarização do trabalho em nossas instituições de trabalho, geram condições de trabalho que impactam, de modo inerente, nossa saúde em suas diversas designações, seja ela física, psíquica ou mental.

No âmbito das instituições dos/as trabalhadores/as da Educação Federal, compreendemos que as condições de trabalho relacionadas aos salários, jornada de trabalho, estrutura física dos espaços de trabalho, condições materiais para o desenvolvimento dos processos de trabalho, as relações de trabalho e vínculos de solidariedade postos, organização, gestão institucional e participação democrática na administração são variáveis que podem comprometer e repercutir ou causar danos à saúde. Isso implica dizer que a carga elevada de trabalho, as diversas demandas, o clima organizacional e a ambiguidade de papéis, além das condições estressantes e o parco apoio da sociedade estão associados e relacionadas ao adoecimento do/da trabalhador/ra. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) relata que, por exemplo, o percentual nacional de adoecimento por Síndrome de Burnout chega a 49% na Educação, e esse dado, muitas vezes, é silenciado nos espaços e cotidiano das instituições de Educação, sobretudo relacionado a um silenciamento e preconceito com o tema relacionado à saúde do/da trabalhador/a.

Além desses elementos problematizadores, faz-se necessário o debate sobre o controle algorítmico, plataformização e novas (e não tão novas) formas de adoecimento na Educação Federal. Nos Institutos Federais, o trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e dos docentes passou a ser integralmente mediado por sistemas digitais de registro, gestão, avaliação e vigilância – como SIGRH, SIGAA, SUAP, SEI e diversas planilhas e plataformas de desempenho. Sob o discurso da eficiência, da transparência e da modernização da gestão pública, tais dispositivos configuram uma nova etapa de racionalização e intensificação do trabalho, em que a burocracia se automatiza e o controle se torna onipresente. Trata-se de uma mutação qualitativa na organização do trabalho educativo: o tempo, o gesto e a presença do trabalhador e da trabalhadora são continuamente traduzidos em dados e algoritmos, redefinindo o sentido e a materialidade do fazer pedagógico e administrativo.

A rotina das servidoras e dos servidores é hoje atravessada por interações incessantes com interfaces digitais, protocolos e métricas de desempenho. Cada ação é registrada, cronometrada e auditável, compondo o que se pode denominar uma *governança algorítmica* – forma de poder que atua menos pela coerção direta e mais pela captura permanente de dados e pela indução comportamental. O resultado é a naturalização de uma vigilância simbólica e difusa, em que o controle se

exerce pela interiorização de métricas automatizadas. O julgamento pedagógico e coletivo é progressivamente substituído por parâmetros quantificáveis de produtividade e responsividade, deslocando o eixo da avaliação do campo da reflexão para o campo da mensuração.

Esses dispositivos tecnológicos instauram novas modalidades de assédio digital e moral, ao mesmo tempo em que produzem a invisibilização da autonomia dos TAEs e docentes e a individualização da culpa. A lógica meritocrática e individualizante desloca para a trabalhadora e o trabalhador a responsabilidade por falhas estruturais e condições institucionais adversas. O sofrimento psíquico, portanto, não decorre apenas do excesso de tarefas, mas da perda de sentido do trabalho, uma vez que o valor do fazer educativo passa a ser medido por indicadores que ignoram a complexidade do processo formativo e as dimensões humanas e coletivas que o sustentam. Tal dinâmica configura uma forma contemporânea de *violência simbólica algorítmica*, em que o controle se internaliza e o sujeito se autovigia em busca de adequação a índices impessoais.

O neoliberalismo educacional manifesta-se, assim, não apenas nos cortes orçamentários ou na precarização material das instituições, mas na introdução de uma *plataformização da gestão pública* que fortalece a lógica do gerencialismo. Essa racionalidade converte o cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores em uma sequência de tarefas automatizadas e quantificáveis, subordinando o valor do trabalho à lógica da performance e do controle. As plataformas – concebidas como instrumentos de gestão – tornam-se, na prática, tecnologias de poder, pois configuram modos de subjetivação baseados na competição, na transparência compulsória e na performatividade permanente. Assim, docentes e TAEs deixam de ser reconhecidos como sujeitos do processo educativo e passam a ser tratados como operadores de sistemas, reduzidos a perfis de produtividade e conformidade.

Essa racionalidade algorítmica está longe de ser neutra ou universal. O adoecimento decorrente desse regime de controle incide de maneira desigual sobre mulheres, pessoas negras e trabalhadores terceirizados – especialmente nas áreas de apoio psicopedagógico e de cuidado, onde as exigências emocionais e pedagógicas são mais intensas. As plataformas reforçam desigualdades históricas ao traduzirem o desempenho em métricas produtivistas que ignoram as condições concretas de vida e trabalho. Ao fazê-lo, reproduzem o racismo estrutural, o sexismo, etarismo, capacitismo e a hierarquização social, transformando a exclusão e o sofrimento em estatísticas normalizadas e supostamente objetivas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o SINASEFE incorpore o debate sobre o controle algorítmico como dimensão central da luta pela saúde do/a trabalhador/a e pelas condições de trabalho. A defesa da saúde do trabalhador e da

trabalhadora exige reconhecer que as plataformas e sistemas de administração não são ferramentas neutras, mas dispositivos de poder e de exploração simbólica que determinam o ritmo, a forma e o sentido do trabalho educativo. A ação sindical, nesse contexto, precisa reinventar-se para enfrentar o capitalismo de plataforma e suas múltiplas expressões na esfera pública, articulando o combate ao adoecimento psíquico com a crítica política à lógica de dados, métricas e desempenho.

Outro tema que precisamos avançar diz respeito ao assédio no ambiente organizacional, tanto nos nossos *campi*, quanto em nossas seções sindicais. O assédio moral não se restringe a atos isolados, é um problema sistêmico decorrente da organização do trabalho, e não apenas de indivíduos. A cultura empresarial de metas e resultados descrita acima estimula condutas abusivas e pressão excessiva, trazendo prejuízo à saúde mental e à dignidade dos trabalhadores.

Perguntamos: o SINASEFE tem incorporado o tema da saúde mental em sua prática cotidiana? Nossos sindicatos são, hoje, espaços efetivos de apoio, solidariedade e promoção de qualidade de vida de seus militantes?

O sofrimento no trabalho e a dimensão subjetiva do adoecimento são estímulos da individualização e do ideário neoliberal e gerencialista no serviço público. Mas verificamos também, infelizmente, esse sofrimento e adoecimento entre próprios sindicalizados em seu cotidiano, no próprio espaço sindical. Sabemos que a militância em si não é causa de adoecimentos mentais, ela se torna, frequentemente, um catalisador de tensões, sobrecargas e vivência de solidão e desgaste diante dos enfrentamentos políticos. A militância sindical pode sim agudizar quadros de sofrimento subjetivo ao não contar com estruturas institucionais de cuidado que acolham as dores e angústias de seus próprios quadros.

É necessário resgatarmos o caráter coletivo do trabalho, a participação efetiva dos/das trabalhadores/as e o engajamento político em torno da pauta, atravessada de diversidades e múltiplos elementos de análise, sem desconsiderar os limites que temos, enquanto sindicato, mas compreendendo o nosso significado e possibilidades de intervenção, tendo a melhoria das condições de trabalho e saúde dos/das trabalhadores/as da Educação Federal e dos próprios sindicalistas do SINASEFE como um horizonte a ser seguido.

Assim sendo, propomos, como pautas, encaminhamentos propositivos e planos de lutas para o SINASEFE:

1. Construir campanhas de comunicação relacionadas ao debate das condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a e suas diversas determinações;

2. Promoção de campanhas de combate ao assédio e suas múltiplas faces nas instituições, além da criação de espaços de encaminhamento e acolhimento de denúncias sobre assédio;
3. Criação de um grupo de trabalho com caráter contínuo para promover debates, estudos, pesquisas, seminários, campanhas e lutas políticas relacionados às condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a;
4. Que as seções sindicais promovam a aproximação com o conjunto de servidores que compõem as suas instituições para realizar o debate sobre condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/a, inclusive com os/as trabalhadores/ras terceirizados/das, promovendo fóruns sistemáticos de debates e acolhimentos;
5. A criação de um Grupo de Trabalho Permanente sobre Saúde Digital e Algoritmos, destinado a investigar e sistematizar os impactos da plataformização sobre a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores;
6. O lançamento da Campanha Nacional "Quem controla o trabalho?", articulando denúncia pública e formação política;
7. A implementação de um monitoramento permanente dos efeitos psicossociais e institucionais das tecnologias de controle, de modo a subsidiar ações jurídicas, políticas e pedagógicas de resistência
8. Que faça cobranças políticas e jurídicas sistemáticas em relação à humanização na realização das perícias médicas, além da necessidade de lutar para que ocorra a descentralização das perícias médicas, com a implementação de equipes regionais ou itinerantes para reduzir os custos e deslocamentos dos servidores do interior.
9. Lutar para que ocorra o fortalecimento e criação das ouvidorias ativas e de gênero, bem como busque implantar, no sindicato, ouvidorias especializadas e canais de denúncia eficazes, com acolhimento e proteção às vítimas de assédio, além da construção de protocolos de combate ao assédio.
10. Lute para implantar - nas instituições, políticas de apoio e valorização dos trabalhadores/as ativos/as e aposentados/as, como a garantia de infraestrutura e políticas voltadas a conciliação entre trabalho e família (creches, fraldários, brinquedotecas, espaços lúdicos e pedagógicos), além de ampliar benefícios e programas voltados à saúde e integração dos/as aposentados/as.
11. Incorporar o tema da saúde mental na prática cotidiana do SINASEFE, como espaço de acolhimento e promoção de qualidade de vida

REFERÊNCIAS

Gomez CM, Vasconcellos LCF de, Machado JMH. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. Ciêncsaúde coletiva [Internet]. 2018, Jun; p. 1963–70. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/DCSW6mPX5gXnV3TRjfZM7ks/# Acesso em 15.10.2025

Assinam essa tese:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo
3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione Cabral São Paulo

29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
32. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33. Fabiano Godinho Faria Sintifrj
34. Fabio de Oliveira Dias IFSul
35. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
36. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
37. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
38. Giovana Lopes da Silva Codó
39. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais- Salinas
40. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo
41. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga-,Aeronáutica
42. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
43. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
44. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
45. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
46. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
47. Jackson Gomes Soares Souza São Paulo
48. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
49. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
50. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
51. José Eurico Ramos de Souza Manaus
52. José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
53. Karlane Holanda IFCE
54. Laurenir Santos Peniche Pará
55. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
56. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
57. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
58. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
59. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
60. Lucia Barbosa dos santos Norte de Minas
61. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
62. Maíra Ferreira Martins São Paulo
63. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
64. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense

65. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
66. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
67. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
68. Maria da Conceição da Silva Rodrigues SINDIFCE IFCE
69. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
70. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
71. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
72. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
73. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
74. Marival Baldoino de Santana São Paulo
75. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
76. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
77. Michel Torres IFRJ
78. Natalia Ayres Sindsifce
79. Nericilda Bezerra Sindisifce
80. Odemir vieira SINASEFE ifsc
81. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
82. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
83. Paulo Raimundo Stering Malta SINASEFE IFBA/CMS
84. Pedro Ribeiro Monte Castelo
85. Pedro Ribeiro Monte Castelo
86. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
87. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
88. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
89. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
90. Regina Célia Magalhães Marinho Cavalcante SINTEF GO
91. Renildo Viana SINASEFE Manaus
92. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
93. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
94. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
95. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
96. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
97. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
98. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
99. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
100. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo

101. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
102. Samantha Lima Macedo Sindsifce
103. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
104. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
105. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
106. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
107. Thais Norberta Bezerra de Moura Sintefpb
108. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
109. Thalismar Matias Gonçalves IFES
110. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
111. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
112. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

10 - Pela Regulamentação da Atividade Técnica (RAT): reconhecimento, visibilidade e dignidade na Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

Apresentada pelo Coletivo TAEs na Luta – 37º CONSINASEFE (Rio de Janeiro, dezembro 2025)

I. Nós, Técnicos Administrativos em Educação
Atuamos na licitação e no contrato da obra que ergue e estrutura o campus. Estamos na equipe de engenharia que planeja e acompanha a execução dessa construção. Somos o médico que realiza o exame pericial na admissão de novos servidores. Somos técnicos, licenciados, bacharéis, especialistas, mestres e doutores.Transformamos nossa atuação técnica em prática educativa, incessantemente.

Atuamos nas cidades e nos campos. Estamos nas metrópoles, nos interiores e nos *campi* agrícolas, operando máquinas, cultivando conhecimento e colhendo resultados que alimentam o ensino e a pesquisa. Somos a biblioteca que preserva e compartilha saberes. Somos a secretaria que acolhe estudantes, docentes e comunidade. Somos o registro acadêmico que assegura a vida escolar e a memória institucional.

Somos os técnicos e técnicas de laboratório, atuando com ensino, pesquisa, inovação e extensão – produzindo ciência, experimentação e aprendizagem. Somos pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, produtores culturais, tradutores e intérpretes. Somos a equipe multiprofissional que acompanha o estudante e o servidor em suas jornadas.

Somos a equipe de compras, o setor financeiro e o planejamento que garantem o funcionamento institucional. Aliás, se nossas remunerações são depositadas em nossas contas a cada primeiro dia útil do mês, impreterivelmente, é porque servidores técnicos atuaram comprometidamente. Somos a rede interna que conecta pessoas, máquinas e ideias.

Somos a comunicação institucional – o som, a imagem e as palavras que divulgam o que a educação pública realiza. Somos a memória, o cuidado, o apoio e a mediação. Somos a presença constante na atividade-meio e, igualmente, na atividade-fim.

Somos quem propõe, administra, coordena, orienta, pesquisa, inova, ensina e aprende. Somos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Por essência, educadores!

Somos uma carreira com mais de trezentos cargos, porque atuamos em todas as frentes. Somos o pilar que sustenta a Educação Federal – do campo à cidade, da prática à ciência. Somos resistência viva, porque é nas nossas mãos que a política pública se concretiza e chega à população. Nós garantimos que a educação pública, gratuita, laica, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada aconteça todos os dias.

II. A transversalidade das nossas atribuições

Nas universidades e nos institutos federais, a atuação técnica é indissociável do fazer educativo. O técnico de laboratório que orienta estudantes em práticas de pesquisa; o bibliotecário que forma leitores e pesquisadores; o comunicador que registra e divulga a produção científica; o pedagogo que acompanha a permanência estudantil – todos eles são, inequivocamente, sujeitos protagonistas da educação.

Mas o trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação vai muito além da descrição do cargo. Atuamos na docência – ainda que muitos não saibam desse fato –, na pesquisa, na extensão, na inovação, na cultura e na gestão pública. Orientamos bolsistas, participamos de grupos de pesquisa, coordenamos projetos de extensão, realizamos formação interna… Em suma, produzimos conhecimento e ciência genuínos. Somos orientadores, extensionistas, pesquisadores – e também agentes de transformação social. A transversalidade de nossas atribuições é o que garante que as instituições federais de ensino funcionem em sua totalidade. Estamos nas comissões que asseguram o funcionamento democrático da instituição – de ética, de sindicância, de licitação, de avaliação, de inclusão, de planejamento, de segurança e de acessibilidade. Somos quem mantém a máquina pública em movimento, dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os pedagogos emitem pareceres, constroem regimentos internos e colaboram na estruturação de cursos em todos os níveis. Os psicólogos, assistentes sociais, técnicos em assuntos educacionais e demais profissionais das áreas de apoio educacional sustentam políticas de permanência e inclusão. Os técnicos agrícolas e operadores de maquinário atuam diretamente no solo e na produção que alimenta nossos campi

e nossas comunidades. A diversidade de formações e práticas que compõem o corpo TAE é o que torna a educação pública possível, plural e viva.

Por isso, a regulamentação da nossa carga horária não é apenas uma questão burocrática: é, assim como a RAD é para a carreira docente, um instrumento de reconhecimento, valorização e justiça. É, dessa forma, o que permitirá que o trabalho historicamente desenvolvido pelos TAEs deixe de ser invisibilizado, que as horas dedicadas à pesquisa, à extensão, às comissões e à gestão sejam reconhecidas como parte integrante da nossa função pública educadora. Somente assim poderemos combater a sobrecarga e reafirmar o nosso lugar como trabalhadores legítimos da educação – e não apenas como apoio administrativo.

Jamais negaremos nosso papel nas atividades de apoio. Todavia, reduzir a carreira TAE a apenas atividades de apoio e assessoramento é um erro colossal. TAEs apoiam e assessoram? Sem dúvidas! TAEs somente apoiam e assessoram? De forma alguma! Os TAEs atuam, ainda, de forma ativa, no ensino, na pesquisa e na extensão – inclusive, em não raros momentos, na coordenação dos projetos. Portanto, para garantir que continuemos a produzir nosso trabalho diário, como vimos produzindo até hoje, não basta as alterações na Lei 11.091/2005 que permitiram nossa atuação irrestrita na pesquisa, extensão e inovação. É preciso mais! Urge que a atividade TAE seja regulamentada, nacionalmente, a fim de implementar na prática o que a lei já garante na forma regimental.

III. A regulamentação da jornada de trabalho dos TAEs

A jornada de trabalho é um eixo central da política de valorização dos Técnicos Administrativos em Educação. O que reivindicamos é uma Regulamentação da Atividade Técnica (RAT) que respeite, de forma irrestrita, a natureza educativa, científica, extensionista, inovadora, técnica e complexa de nossas funções, bem como a autonomia das instituições para adequá-las às suas realidades locais, desde que não restrinjam os direitos legais concedidos à atuação dessa classe profissional.

Essa regulamentação precisa estar amparada na Lei 11.091/2005 (PCCTAE) e em seus princípios estruturantes – em especial, o do desenvolvimento institucional e do aperfeiçoamento permanente do servidor. Uma RAT construída coletivamente, que reconheça o caráter educativo, científico, extensionista e inovador do trabalho técnico e garanta transparência, isonomia e segurança jurídica para todos.

É fundamental que o texto da regulamentação contemple a totalidade do fazer TAE, considerando o tempo destinado ao ensino, à pesquisa, à extensão, à formação continuada, às atividades administrativas, às comissões e à gestão participativa. Em suma, a implementação da RAT conta com a capacidade de garantir aos TAEs que disponham, dentro de sua jornada de trabalho, de carga horária para participar das atividades que, hoje, muitas vezes são realizadas, de forma precarizada, nos momentos que deveriam ser destinados ao descanso e lazer. Nesse sentido, a regulamentação deve nascer do diálogo entre gestão, servidores e entidades representativas, de modo a fortalecer o sentido público da educação e a justiça nas condições de trabalho.

IV. Caminhos para a construção da RAT

Propomos que a Comissão Nacional de Supervisão (CNS) do PCCTAE estabeleça um canal de diálogo permanente com as Comissões Internas de Supervisão (CIS) das Instituições Federais de Ensino.

Esse diálogo deve resultar em uma minuta nacional orientadora para a RAT – levando em consideração que existem experiências, pontuais, de Instituições Federais de Ensino que, em seus âmbitos, já realizaram a regulamentação da atividade TAE –, respeitando as especificidades locais, mas assegurando princípios comuns de valorização, transparência e equidade.

A CNS e as CIS devem trabalhar de forma integrada, fomentando o debate nas bases, produzindo diagnósticos e sistematizando experiências exitosas. É pela escuta das realidades locais e pela mobilização coletiva que construiremos uma regulamentação sólida, que unificaremos a categoria em torno de um projeto nacional de valorização dos TAEs.

V. Encaminhamento

Nós, Técnicos Administrativos em Educação, somos o corpo que dá forma e movimento às Instituições Federais de Ensino. Somos a base que sustenta, a rede que conecta e o motor que impulsiona.

A regulamentação da jornada de trabalho é, para nós, um passo civilizatório que vem afastar a disseminação da precarização do trabalho sobre uma categoria profissional: o reconhecimento de que o trabalho técnico é trabalho educativo,

científico, extensionista e inovador, e de que a educação pública só se realiza plenamente quando cada trabalhador tem suas funções e especificidades respeitados.

Propomos que a Comissão Nacional de Supervisão (CNS) do SINASEFE, em articulação com as Seções Sindicais de Base e as Comissões Internas de Supervisão (CIS) das Instituições Federais de Ensino, estabeleça um fórum nacional permanente para o debate e consolidação da Regulamentação da Atividade Técnica (RAT). Essa construção deve ser coletiva, democrática e ancorada na realidade dos campi e dos diversos cargos que compõem a nossa carreira, reconhecendo a amplitude e a complexidade do fazer técnico-administrativo na educação.

A regulamentação da RAT deve afirmar que todo trabalho técnico é, além das funções de assessoramento e apoio, também trabalho educativo, científico, extensionista e inovador, e que o reconhecimento dessas atividades é condição essencial para a valorização da carreira, a superação da sobrecarga, o combate à invisibilidade de nossas funções e o afastamento da precarização das atividades TAE. Trata-se não apenas de organizar a carga horária ou descrever tarefas, mas de instituir o reconhecimento político, pedagógico e social do papel dos TAEs na execução das políticas públicas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão.

Que a CNS, as CIS e as Seções de Base, de forma articulada, elaborem um documento orientador nacional, fruto da escuta das bases e do diálogo técnico-político, para subsidiar o debate junto ao MEC e às demais instâncias governamentais. Esse documento deve consolidar diretrizes que assegurem o direito à jornada regulamentada, ao reconhecimento das atividades finalísticas e à participação efetiva dos TAEs nas decisões institucionais.

Porque somos nós que atuamos na ponta, executando a política pública que transforma vidas. Somos quem garante o funcionamento, a permanência e a qualidade da educação federal. Somos resistência, somos sustentação e, a RAT, é a ferramenta que afirmará, de forma definitiva e inequívoca, que somos trabalhadores e trabalhadoras da educação, protagonistas e não coadjuvantes da história.

E que, nesta construção coletiva, sigamos firmes, de mãos dadas com a história, com o chão das nossas instituições e com o compromisso de sempre resistir e reconstruir.
Porque onde há educação pública, há Técnico Administrativo em Educação.
E onde há TAE, há luta.

Assinam essa tese:

Adélia Pinto	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Adilson Luiz Silva	SINTEFPB
AGAMENON AZEVEDO DOS REIS	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Alex Fabiano Pimenta Machado de Castro	SINASEFE IFBA/CMS
Américo Bertulino de Oliveira	SINTEFPB
Ana Paula Oliveira Roman	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Ana Tereza Souza dos Santos	SINASEFE IFBA/CMS
Ana Quezia Santos Carneiro	SINASEFE IFBA/CMS
Andréia de Araújo Freitas Barroso	SINDSIFCE
Andreia do Nascimento Lima	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Angela Morel Nitschke Dums	SIINASEFE- SC
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	SINASFE Boa Vista RR
Anna Luiza Moura	Sindscope
Aureo Mendonça	SINASEFE - Monte Castelo
Bárbara Luana Sousa Marques	SINDSIFCE
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Célia da Silva Nunes	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Cicero Lima de Almeida	SINDSIFCE
Claudio Gomes de Moraes	SINASEFE IFMG
Cristina Maria Cabeça de Souza	SINASEFE COLORADO DO OESTE-RO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Dejane Sotero Sousa	SESISIFPI
Divina Eliane Silva Nogueira	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Dustin Justiniano de Santana Fonseca	SINASEFE IF Baiano
Edneide Ferreira dos Santos	SINTEFPB
Eduardo Gomes de Lucena	SINDSIFPE
Eduardo Perovano Santana	SINASEFE IF Baiano
Emily Carvalho	SINASEFE IF Baiano
Evelane Garces Silva	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Fernanda de Melo Felipe da Silva	SINASEFE IFMG
Fernanda Santos Bastos	SINASEFE IFBA/CMS

Francisco Freitas	SINTEFPB
Genesio Porto	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Gilberto Souza Santos	SINASEFE IFBA/CMS
Gina Eugênia Girão	SINDSIFCE
Gislaine Carvalho Cogo	SINASEFE - Seção São Vicente do Sul
Glábia Dutra	SINASEFE IFMG
Hilda Maria Coelho Santos	SINASEFE - Monte Castelo
Hugo Álisson Alves da Costa	SINDSIFCE
Isamarcia Catarina Oliveira de Sousa	SESISIFPI
Jádson Fábio de Araújo Marques	SINASEFE IFBA/CMS
Janainy Geisa Gomes	SINTEFPB
Jeane Gomes dos Santos	SINASEFE-SE
Jessica Vieira Dantas	SINTEFPB
Johnny Gaspar Santos	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
José Leonardo dos Santos Gomes	SINTEFPB
José Maria Marques da Silva Junior	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Josenilda de Souza Silva	SINASEFE Januária/MG
Laryssa Braga Martiniano Maciel	SINTEFPB
Leewertton de Souza Marreiro	SINTEFPB
Leidian Coelho de Freitas	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Leildes Alves dos Santos Silva	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Lídia Farias	SINDSIFCE
Lissa Mara Saraiva Fontenele	SINDSIFCE
Lissandra Luvizão Lazzarotto	SINASEFE - Seção Bento Gonçalves
Luiz Alberto Chaves Junior	SINTIFRJ
Marcelo Borges	SESISIFPI
Marcia Raquel	Seção SESISIFPI
Maria Fernanda Freitas Braga	SINASEFE Januária/MG
Maria Gezilda e Silva Nascimento	SINASEFE IFMA - Monte Castelo
Maria Penha	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Meireluce Alexandre Cavalcante	SINTEFPB
Milena Beatriz Lira Dias da SIlva	SINTEFPB
Monica Batista da Trindade	SINTIFRJ

Nádia Ferreira	SINASEFE São Luís
Nelson de Lima Damiao	SINASEFE - Muzambinho
Paulo André Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Emilio Paes Rodrigues	SINTIFRJ
Peterson de Souza Mattos	SINASEFE IFSC
Poliana Coste e Colpa	SINASEFE - Muzambinho
Raimundo Joaquim Façanha Serra	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Rodrigo Romero de Santana	SINASEFE
ronandry dos santos jardim	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Rony Pereira Leal	SINTIFRJ
Rosângela Maria Torres Emerique	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
ROSINALDO SILVEIRA	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Samoel Rodrigues da Silva	SINDSIFCE
Savio Coelho Alves	SINASEFE IFPA/CTRB/CIABA
Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	SESISIFPI
Sérgio Taquini	SINASEFE IFES
Shirley Maria da Costa de Araujo	SINASEFE MS
Silvana Meira Duarte Pinto	SINASEFE IFSC
Sofia Melo Cassiano da Conceição	SINDSIFPE
Sônia Dias	SINDSIFCE
Suelen Barbosa de Deus Rodrigues Pinto	SINTIFRJ
Suzanne de Oliveira Nunes	Sindscope
Suzan Evelin Silva	SINASEFE - Muzambinho
Sylvio Augusto De Mattos Cruz	SINTIFRJ
Victor Pereira	SINASEFE - Seção Bento Gonçalves
Vinicius Retamoso Mayer	SINASEFE - SEÇÃO MANAUS
Wilker Gomes Raposo	SINTEFPB

EIXO 5. TESES SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

01 - A importância da organização sindical e da tarefa de reorganização da Classe Trabalhadora

Corrente Sindical Unidade Classista

"E com o bucho mais cheio comecei a pensar Que eu me organizando posso desorganizar" (Da Lama ao Caos, Chico Science)

Como diria o Poeta Paulo Leminski, "na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noites, poemas". Mas indubitavelmente, na sociedade capitalista, são os sindicatos um dos principais instrumentos coletivos de luta e de defesa da classe trabalhadora Apesar de compreender nessa mesma afirmação, os seus limites, ainda é neste espaço que nos organizamos para fazer os enfrentamentos aos interesses de patrões e governantes.

Com efeito, a organização de trabalhadoras e trabalhadores em associações e sindicatos é contemporânea ao nascimento do capitalismo, porque nossa classe entendeu, desde cedo, que contra a exploração degradante da nossa força de trabalho, só nos resta somarmos forças com aqueles e aquelas a quem restou, para sobreviver, a própria força de trabalho - cujos salários e direitos são "negociados" no "mercado de trabalho".

Contra a exploração do poder econômico, que também detém o poder político e ideológico, a classe trabalhadora só dispõe da força política gerada pela sua atuação organizada coletivamente. Desde cedo, trabalhadoras e trabalhadores entenderam isso, seja na época da escravidão, organizando rebeliões e quilombos, seja desde o início do capitalismo, construindo associações de trabalhadores, sindicatos, construindo greves e mobilizações. Foi graças a estas lutas históricas que hoje, alguns de nós ainda temos jornadas de trabalho de 8 horas, direito a férias e descanso remunerado, licença para tratamento de saúde, décimo terceiro e o próprio direito à greve, dentre outros.

No entanto, o que presenciamos na atualidade é uma enorme perda desses direitos e recuos significativos na luta e na organização da classe trabalhadora, incluindo que em 2023 tivemos os índices mais baixos de sindicalização. Por isso entendemos a necessidade de aprofundar o debate de nossa reorganização de maneira urgente, apontando as tarefas que o SINASEFE precisa tomar para si enquanto sindicato classista.

Nesse sentido, devemos apontar três tarefas primordiais, orgânicas para o sindicalismo: primeiro organizar a classe unitariamente em torno de

suas pautas mais imediatas, como questões salariais e condições de trabalho; segundo, a partir disso, promover a formação política, que garante uma atuação pela base e desenvolva uma consciência sobre a luta de classes; por fim, garantir que não haja fragmentação da classe, reforçando a luta da solidariedade classista. Exatamente como consta nos objetivos, finalidades e compromissos do estatuto do SINASEFE.

Os desafios para a luta sindical

Os serviços públicos reservam uma peculiaridade, visto que sua finalidade é o atendimento de necessidades básicas da população, em vez do lucro. Justamente por isso, os ataques contra estes se prolongam, se multiplicam e se intensificam, preparando gradativamente o terreno para a precarização, para a privatização, para as terceirizações e para as demissões ("enxugamento"), de modo que, no limite, nada mais seja direito e tudo seja objeto de compra e venda. Tal é o objetivo da Reforma Administrativa e de tantas outras que a precederam. E evidentemente, a maior parte das trabalhadoras e dos trabalhadores do Serviço público vem sofrendo diretamente com esses ataques, desde a ausência de reajustes salariais, desestruturação de carreiras, precárias condições de trabalho e até mesmo grande incidência de assédio e adoecimento.

No entanto, dada a estabilidade característica do serviço público, são nos sindicatos que organizam essas categorias que as lutas, mesmo em escala cada vez menor, ainda ocorrem. Para mencionar nossas conquistas mais recentes, não podemos deixar de nos referir à nossa última greve, em 2024. Apesar das manobras governistas, o descumprimento de alguns itens do acordo, avançamos em comparação com anos anteriores de estagnação. E mais ainda, conseguimos mobilizar boa parte da categoria, comprovando que a greve ainda continua a ser o principal instrumento dos sindicatos e da classe trabalhadora para alcançar a vitória. Essa vitória pode ser total em suas reivindicações, ou parcial, quando contribui para ampliar a consciência da classe sobre sua condição e as lutas permanentes.

É evidente que podemos citar diversos exemplos históricos e presentes que mostram a importância da luta coletiva e sindical como principal instrumento de defesa da classe trabalhadora contra os ataques predatórios do capital. Mas não podemos perder de perspectiva a crise do sindicalismo no Brasil em que inúmeros fatores dificultam a mobilização e a organização sindical, os quais são utilizados taticamente como armas de guerra na luta de classes para enfraquecer a força da classe trabalhadora.

Poderíamos apontar os que nos parecem principais, mas sem pretender esgotar questão:

- Produção de um exército de reserva de desempregados gerando medo em relação à sobrevivência, mas também em relação ao posicionamento crítico, levando ao apassivamento e à aceitação de condições de trabalho adoecedoras;
- Jornadas de trabalho extensas e intensificação do ritmo de trabalho que, além de gerar mais lucro, sequestram o tempo e a energia dos trabalhadores, diminuindo o tempo que resta para todo o restante; daí a importância da redução da jornada de trabalho para todos e porque o teletrabalho tem imenso apelo entre os trabalhadores/as;
- Apropriação do dito "tempo livre" dos trabalhadores através do estímulo ao consumo passivo de mercadorias, serviços e conteúdos digitais, contribuindo para o apassivamento e a despolitização; o mesmo efeito também tem sido produzido por grande parte das agremiações religiosas;
- Ditaduras que destruíram o crescimento político do povo organizado, promovendo também a "demonização" da esquerda.
- Criminalização dos movimentos grevistas, combinada a práticas assediosas, retaliações e perseguições aos trabalhadores que se colocam na linha de frente; investidas para retirar ou diminuir as licenças sindicais; judicialização dos processos de greve;
- Políticas de conciliação de classes e desmobilização da participação popular em nome de um "salvador da pátria" e dos "pactos por cima";
- Um certo anticomunismo sindical, uma negação da participação de organizações políticas revolucionárias nas direções sindicais;

- Reprodução do apassivamento e de opressões sociais dentro do próprio movimento sindical;
- Ataques graduais e fragmentados que se multiplicam, provocando exaustão e pulverização das mobilizações;
- Propagação e incentivo à lógicas individualista, meritocrática e empreendedora;

- Patologização, medicalização e despolitização do sofrimento psíquico.

Além de nos exaurir, o capital coloniza nossas subjetividades com valores que interessam ao seu funcionamento, como valores individualistas, consumistas, meritocráticos, patriarcais, sexistas, racistas, capacitistas e etaristas, e é preciso que, ao invés de lutarmos entre nós, avancemos rumo à destruição dessa lógica entre nós. Somente o capitalismo tem a perder com isso!

Os sindicatos têm promovido acolhimento e aprendizagem a partir da rica diversidade dos trabalhadores e trabalhadoras, promovendo uma série de encontros, como os encontros de mulheres, de negros, negras, indígenas e quilombolas, de pessoas com deficiência, lgbts e encontros de aposentados/as, que, por meio de suas vivências e deliberações, tem ensinado a construir coletivamente a partir da diversidade humana, para que não continuemos a reproduzir entre nós as violências que o capital nos inflige e nos incute diariamente, desde nosso nascimento.

No entanto, precisamos avançar mais ainda e pensarmos taticamente que para combater toda ofensiva neoliberal e capitalista, precisamos unificar toda a classe trabalhadora em torno de entidades classistas e que em sua concepção sindical se compreendam como um instrumento de classe, reforçando nas trabalhadoras e trabalhadores a necessidade da luta por sua emancipação.

As tarefas do SINASEFE para o próximo período

Compreendemos que para avançar na luta sindical, retomar a ofensiva contra o capital e contribuir para a reorganização da classe trabalhadora, o SINASEFE precisa retomar junto a sua base e outras entidades sindicais, a discussão de construir o ENCLAT, o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, participar na organização dos fóruns por direitos e liberdades democráticas, como já aprovados em Congressos anteriores.

Nessa esteira, defendemos que o SINASEFE, para garantir a unidade da luta internacionalmente, se vincule a FSM - Federação Sindical Mundial fundada no dia 3 de outubro de 1945 em Paris, França. No ato da sua fundação reunia, de forma unitária, todo o movimento sindical do planeta; expressava o arco de forças aliadas que tinha triunfado sobre o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Participavam sindicatos do bloco socialista, dos países imperialistas da Europa Ocidental e dos EUA e do então chamado “terceiro mundo”, constituído por um conjunto de países

coloniais, semicoloniais e dependentes. Neste período de aguda luta de classes, a FSM esteve ao lado dos povos oprimidos que lutavam pela sua independência nacional, como no caso dos países da Península da Indochina, com destaque para a longa guerra do Vietnã. A FSM esteve com os povos da África, esteve com Nelson Mandela na luta contra o *apartheid*, esteve com os povos árabes, em particular com o povo da Palestina, e, evidentemente, esteve com o povo cuba e latinoamericano na luta contra o imperialismo estadunidense e na construção do socialismo. Foi solidária com as lutas dos(as) trabalhadores(as) contra as ditaduras empresariais-militares. Esteve também com os autênticos sindicatos e movimentos sociais dos EUA que lutavam contra o racismo, o *apartheid* e pelos direitos civis. São princípios básicos da FSM:

- Funcionamento democrático – eleições para todos os órgãos, em todos os níveis;
- Orientação internacionalista, solidariedade internacional, internacionalismo;
- Lutar pela paz e a amizade entre os povos – contra as guerras imperialistas;
- Defender o direito de cada povo, de cada classe trabalhadora de decidir por si mesmos, sobre o seu presente e futuro;
- Os recursos naturais de cada país pertencem ao povo e à classe trabalhadora do respectivo país. A FSM opõe-se à privatização;
- Unidade da classe trabalhadora – Aliança social com os camponeses pobres, os trabalhadores por conta própria, os intelectuais, as populações indígenas;
- Envolver os jovens, as mulheres e os trabalhadores migrantes na vida, ação e administração dos sindicatos;
- Prioridade aos temas de seguridade e saúde para a classe trabalhadora, a qualidade de vida e o entorno em geral;
- Promover a luta contra as empresas transnacionais e a organização da coordenação internacional e a solidariedade da classe trabalhadora;
- Direito de todos(as) os(as) trabalhadores(as) à saúde, à educação e à seguridade social públicas e gratuitas;
- Melhoria contínua dos padrões de vida, salários e pensões, seguindo as conquistas científicas e o progresso técnico;
- A FSM, sendo uma organização sindical classista, reforça a crítica, a autocrítica e a camaradagem entre dirigentes e filiados(as);
- Luta pelas liberdades sindicais e democráticas, contra a violência de Estado, o autoritarismo e a perseguição a sindicalistas. Contra o neofascismo e o racismo;

• Defende o direito à greve e a todos os direitos sindicais;
• Combate o arrivismo, o elitismo, a manipulação e a corrupção das consciências; • Organiza seminários de estudo, análise e de formação sindical.

Portanto, compreendemos que nossa tarefa para o próximo período é ajudar a fortalecer nossa organização sindical em articulação com a classe trabalhadora internacional, contribuindo para um avanço maior, do ponto de vista ideológico e organizativo, como preconizam nossas teses e resoluções. Sendo esse, um dos caminhos para a superação da crise do sindicalismo atual.

Não podemos deixar de apontar os limites da luta sindical dentro do regime capitalista. Se quisermos enfim viver uma vida digna e impedir o iminente colapso ambiental (e mental!), é preciso dar um passo além e nos voltarmos para um projeto de transformação radical da sociedade. O primeiro passo, a organização sindical, parte do reconhecimento e de nossa união enquanto trabalhadores(as) de uma mesma categoria profissional, mas um segundo passo, é reconhecer que pertencemos todos(as), independentemente da categoria profissional, a uma mesma classe de trabalhadores – espoliados, explorados e exauridos – e que cabe a nós pôr fim à esta sociedade degradante.

Nossa luta deve ser então não apenas pelas pautas meramente corporativas de nossas categorias: é imprescindível buscarmos a solidariedade entre as trabalhadoras e os trabalhadores e as diversas entidades sindicais, populares e partidos políticos verdadeiramente anticapitalistas, como preconizado por Marx nas resoluções da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores:

> "*(...) a união das forças do proletariado, já conseguida através das lutas econômicas, também deve servir como alavanca para a luta contra o poder político de seus exploradores. A conquista do poder político aparece como a grande tarefa do proletariado, porque os donos das terras e do capital abusam sempre de seus privilégios políticos, para salvaguardar e eternizar os seus monopólios econômicos, e para escravizar o trabalho.*"

Portanto, a organização sindical é o ponto de partida de nossas lutas, mas deve nos alavancar para outros patamares de organização e mudança. É urgente que também nos organizemos em movimentos, partidos para a superação do capitalismo, em direção a uma sociedade onde o trabalho socialmente realizado seja planejado e organizado para

atender às necessidades de todos/as e não para produzir lucro para poucos e miséria para muitos. Esse deve ser o horizonte de toda classe trabalhadora.

Assinam essa tese:

1. Alexandre Lopes - IFMS
2. Aline Hypolito - IFSC
3. Amália Cardona Leites - Alto Vale do Itajaí IFC
4. Andréa Moraes - Sintietfal
5. Cristiane Moreira da Silva - SINTIFRJ
6. Daniela Zanotti da Silva - SINTIFRJ
7. Diógenes Pereira Sgarbi - IFSP
8. Fernando Messias -SINTEFGO
9. Frederico Bazana - Litoral - IFC
10. Gabriel Rodrigues Daumas Marques - SINASEFE IF Fluminense
11. Guilherme de Oliveira Walter - SINASEFE IFMG
12. João Alves Pacheco - São Paulo
13. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
14. Larissa Leal Neves -IFPA, CTRB E CIABA
15. Leonardo Reis - IFMS
16. Leonardo Victor Dias - SINASEFE SE
17. Luiz Gustavo Cunha Soares da Fonseca - CEFET RJ
18. Maysa Bazana - Seção Litoral - IFC
19. Marcelo Lira - SINTEF GO
20. Marcus Roberto - SINTIETFAL
21. Oseia Bier - IFMT
22. Priscila Ferrari Paulino - São Vicente da Serra - Mato Grosso
23. Rian Rodrigues - SINASEFE IF Fluminense
24. Rodrigo Lima - IFSC
25. Suelen Fruneaux - Litoral IFC
26. Theo Martins Lubliner - SINASEFE-Sergipe
27. Vanessa Soares de Castro - IFRS Seção Bento
28. Vitor Sales Dias da Rosa - IFSC
29. Walmir Barbosa- SINTEFGO

02 - Análise Crítica do Rateio Solidário no SINASEFE: Viabilidade e Propostas de Melhoria

Palavras-chave: Estatuto; Rateio solidário;

Contextualização do Rateio Solidário

O Rateio Solidário foi implementado para garantir a participação igualitária de todas as seções sindicais nos Congressos do SINASEFE, independentemente de sua capacidade financeira. O mecanismo é disciplinado pelo artigo 15 do Estatuto do SINASEFE e tem sido regulamentado ao longo dos anos.

> Artigo 15: Quando da realização dos CONSINASEFEs, será efetivado um processo de Rateio Solidário entre as seções sindicais do SINASEFE, que elegerem delegados e delegadas para aquele fórum, com critérios e normas isonômicas, para o financiamento da hospedagem, alimentação e transporte desses delegados e dessas delegadas.

Quando foi proposto, era um mecanismo fundamental dentro do SINASEFE, uma vez que visava dividir as despesas dos delegados e delegadas para a sua participação nos CONSINASEFEs – Congressos Nacionais do SINASEFE entre todas as seções sindicais participantes. No entanto, a obrigatoriedade da participação no rateio, independentemente da quantidade de delegados indicados, tem gerado debates e questionamentos sobre sua viabilidade e eficácia: os debates apontam que o Rateio há muito deixou de ser solidário. Exemplificamos: Se o SINASFE IFB tem direito a 10 delegadas e delegados, tomando por base o último CONSINASFE, a seção pagaria pelo rateio R$4.582,49 x 10 = R$45,824,90; sem o rateio, as companheiras e companheiros do IFB pagariam em torno de R$5,000, incluindo diária e deslocamento. Esta disparidade de valores também se concretiza para outras Seções Sindicais do entorno e próximas de Brasília, onde ocorrem as maiorias dos

CONGRESSOS. Essa questão ficou latente nas discussões sobre a pauta de rateio solidário que foram feitas durante o Encontro Regional Norte em Araguatins. Por isso, esta tese visa analisar criticamente o Rateio Solidário no SINASEFE, avaliar sua viabilidade e propor melhorias.

Os problemas do Rateio Solidário

Ao fazermos essa análise crítica do Rateio Solidário, verificamos que a proposta vigente que um dia serviu como uma boa proposição inicialmente, hoje apresenta desafios e limitações. A começar pela obrigatoriedade das Seções na participação do rateio, independente da quantidade de delegados inscritos, podendo atualmente ser considerada injusta para as seções sindicais com menor número de filiados Ademais, a forma atual onera injustamente as seções que podem fazer as aquisições de passagens com bastante antecedência para economizar e garantir a participação de seus delegados. Ao seguir o que está estabelecido, são obrigadas a contribuir igualmente para as despesas, inclusive com rateio de participantes no SINASEFINHO, quando a seção não necessita desse atendimento, e é sabido que tudo isso onera as despesas no quadro geral.

Não somos contra a ideia de Rateio Solidário e neste sentido há de se pensar em uma alternativa para sermos efetivamente solidários com as Seções Sindicais que por ventura não possam participar de algum CONSINASEFE.

Podemos também perceber que os CONSINASEFES não têm crescido em números de delegadas e delegados. Se a proposta era que o rateio facilitaria a participação de um número maior de seções, o funcionamento atual vai na contramão dessa lógica.

Tal situação foi ponto de pauta de mesa específica do Encontro Regional Norte de 2025 e, consequentemente, incluída na Carta Araguatins produzida ao final do evento. Devido às distâncias e as dificuldades de locomoção nessa região do país, as seções presentes estão incluídas nesse contexto, pois, como se sabe, a malha viária que a atende é limitada. Entendendo que essa discussão perpassa a dinâmica de participação de todas seções, apresentamos essa proposta para o CONSINASEFE 2025

PROPOSTA

Criar uma comissão com representatividade regional ampla e participação dos coletivos existentes para debater uma alternativa ao Rateio Solidário visando a alteração deste para o CONSINASEFE 2026.

Referências

- Estatuto do SINASEFE (artigo 15)
- Atas de Congressos do SINASEFE
- Documentos oficiais do SINASEFE
- Carta Araguatins (Encontro Regional Norte 2025)

Assinam essa tese:

Aline Correia - SINASEFE Seção Araguatins
Anderson Brasil - SINASEFE Seção Araguatins
Eliseanne Lima da Silva - SINASEFE Seção Manaus
Gabriel Lopes da Rocha - SINASEFE Seção Araguatins
Jonas Ribeiro - SINASEFE Seção Araguatins
Márcia Regina Marques Amado da Silva - SINASEFE Seção Araguatins
Narayana Anunciato Alves - SINASEFE Seção Araguatins
Ricardo Eugênio Ferreira - SINASEFE Seção IFMG
Tattiane Oliveira - SINASEFE Seção Araguatins

03 - Estabilidade como Cláusula Pétrea Sindical

Art. XX – O SINASEFE tem como dever permanente mobilizar-se contra quaisquer propostas legislativas, normativas ou administrativas que visem restringir, relativizar ou extinguir a estabilidade, incluindo, mas não se limitando, a Propostas de Emenda Constitucional como a PEC 32/2020.

§1º. A estabilidade no Serviço Público, prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei 8.112/1990, é reconhecida pelo SINASEFE como direito inalienável, inegociável e essencial à defesa do interesse público.

§2º. A estabilidade constitui cláusula pétrea sindical, não podendo ser objeto de renúncia, negociação ou flexibilização por parte de qualquer instância do Sindicato.

§3º. Compete às instâncias do SINASEFE implementar ações políticas, jurídicas e formativas que assegurem a defesa e a valorização da estabilidade como instrumento de autonomia do Serviço Público, continuidade das políticas de Estado, proteção da sociedade contra o clientelismo e garantia de igualdade de condições de trabalho.

Justificativa:
A estabilidade foi uma conquista da Constituição de 1988, após décadas de práticas clientelistas e perseguições políticas que fragilizavam o Serviço Público. Ela protege não apenas o servidor, mas o conjunto da sociedade, assegurando a continuidade das políticas públicas e a independência técnica e ética do funcionalismo.
A PEC 32/2020, por exemplo, representa um risco concreto ao Estado Democrático de Direito, ao restringir a estabilidade a poucos cargos típicos de Estado e ampliar vínculos precários, o que favorece a rotatividade, o assédio político e a precarização na prestação do serviço público. Por isso, é fundamental que o SINASEFE reconheça formalmente a estabilidade como cláusula pétrea sindical, vinculando suas ações e deliberações à defesa intransigente deste direito.
Além disso, a defesa da estabilidade também é uma questão de igualdade de gênero e sustentabilidade institucional. Mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade são as mais atingidas pela precarização e instabilidade. Garantir a estabilidade é, portanto, assegurar condições igualitárias de

trabalho e a continuidade de políticas públicas sustentáveis e éticas, independentemente de quem esteja no Poder.

Autoria: Juliana Gomes Das Oliveiras
Seção Sindical: SINDSIFPE
Contato: julianadasoliveiras@gmail.com

Autoria: Fernanda Fernandes de Souza
Seção Sindical: IFC Concórdia
Contato: ffss.fernandas@gmail.com

04 - Fetichismos e Sindicato - uma breve reflexão

Este texto é apenas uma breve contribuição pessoal para o debate da organização sindical, baseada em algumas observações sobre as nossas preocupações com os rumos que nosso sindicato tem tomado nos últimos anos.

Ao lado de uma conjuntura que oferece enormes desafios à luta dos trabalhadores, sobre a qual não me estenderei, nosso sindicato vem passando por mudanças em sua política interna que trazem alguns dos maiores desafios da sua história: o desafio de fortalecimento do SINASEFE baseado na expressão da vontade das bases, e não na vontade dos grupos que tentam hoje meramente usar o Sindicato para atingir seus projetos particulares.

Fetichismo do Estado Capitalista: ver o Estado e não a classe trabalhadora

Muitas posições políticas que hoje tentam se fortalecer no interior do nosso Sindicato têm como foco não os trabalhadores que deveriam representar, mas o Estado: padecem do fetichismo do Estado capitalista. Os governos são vistos por esse fetichismo como as únicas organizações capazes de mudar a realidade. Lideranças que supervalorizam o Estado e tratam os trabalhadores como mera massa sem consciência, a ser manobrada de acordo com seus projetos particulares.

Para muitas dessas lideranças, o conhecimento político supostamente mais sistematizado do partido político é considerado superior à elaboração possível de ser construída pelo sindicato, o que leva esses grupos a desprezarem o pensamento das bases: sua meta é conduzir a base a lutar de acordo com o pensamento de suas lideranças, que se acreditam portadoras de alguma superioridade qualquer: ou "pureza revolucionária" ou simplesmente "capacidade de liderar", dependendo do caso.

Ao só enxergarem os governos, essas lideranças viram as costas à própria classe trabalhadora que acreditam defender: uma vez que creem que só o

Estado pode mudar a sociedade, o único caminho para os trabalhadores é tomar o Estado. E como os sindicatos não têm potencial para tomar o Estado (potencial esse que é prerrogativa de partidos políticos), consideram que os sindicatos ou devem ser colocados sob a tutela de seus partidos, ou, simplesmente, devem ser usados para agitações grevistas convenientes a seus partidos. Agitações essas que têm como única função enfraquecer a popularidade dos governantes de plantão, permitindo o crescimento das lideranças personalistas dentro do sindicato e/ou das lideranças político-partidárias aliadas. Como se o Estado fosse um órgão acima da luta de classes, neutro, capaz de indiferentemente atender à política do capital ou do trabalho, dependendo das pressões maiores ou menores do movimento sindical.

Fetichismo da Organização Sindical: ver o sindicato e não o movimento dos trabalhadores

Mas há, no sindicato do século XXI, mais um fetichismo: o fetichismo da instituição sindical. Por esse fetichismo, o movimento dos trabalhadores identifica-se e submete-se à figura do sindicato enquanto máquina administrativa do movimento. No entanto, movimento e organização são elementos bem mais separados do que parecem. A classe trabalhadora não é o sindicato. A categoria dos servidores da Educação Federal não é o SINASEFE. É fácil de ver que os sucessos imediatos dos movimentos dos trabalhadores são proporcionais a seus graus de organização. Mas a organização sindical em massa sempre foi mais um resultado da mobilização de trabalhadores do que a causa dela.

Dentro dessa lógica, a verdadeira disputa política sequer ocorre nos enfrentamentos com os adversários de classe: mais relevante é a disputa pela direção da máquina sindical, que imediatamente dá acesso à representatividade oficializada de toda uma categoria. Como o sindicato aparece como substituto da categoria profissional, a atividade que mais mobiliza as lideranças do SINASEFE é a disputa pela máquina do sindicato. Nos CONSINASEFEs Eleitorais, os diferentes grupos políticos investem mais em material de campanha para a eleição das Direções Nacionais do que em material sobre as discussões políticas dos mais importantes fóruns da entidade. Antes dos CONSINASEFEs Eleitorais, são feitas dezenas de reuniões preparatórias de diversos grupos políticos, muito mais do que se faz antes de uma campanha por melhores salários ou carreiras.

O desprezo pela discussão política e o "CONSINASEFE Irrelevante"

Alguns dos momentos em que esse fetichismo ficou mais patente foram as várias falas de diferentes lideranças de todos os coletivos sindicais que

trataram o presente CONSINASEFE como "não prioritário" e até mesmo "irrelevante", já que não se mudará o Estatuto nem será eleita uma nova Diretoria Nacional. Se não for para disputar a máquina burocrática do sindicato, para que gastar dinheiro e esforços? Se a disputa pelo Governo Federal é só no próximo ano, para que um CONSINASEFE agora

Há notícia de mais de uma Seção Sindical cujas lideranças defenderam não enviar representantes para o presente CONSINASEFE, preferindo abster-se de discussões sobre os rumos do sindicato. Segundo o discurso de lideranças de uma delas, não participar do CONSINASEFE se justifica porque sua prioridade é economizar para comprar uma sede própria - novamente, vendo como foco a estrutura e a máquina do sindicato em detrimento de se pensar nossa prática sindical!

Por um sindicato que supere seus fetichismos

Apesar de todo um discurso elaborado, essas posições não conseguem, de fato, enxergar o quanto a sociedade é formada essencialmente por classes sociais, que interferem de formas diferentes no Estado. Nenhum governante, por mais voluntarioso que seja, jamais poderá destruir, por um decreto oficial, todo um complexo sistema que subordina a sociedade à valorização do capital. Mudanças sociais são frutos de ações do conjunto da sociedade, e muitos companheiros se equivocam ao não enxergar que a nossa verdadeira luta é mais em baixo, é na base.

O predomínio do partido político como definidor dos rumos a serem tomados pelo sindicato, defendido por Lenin para a sociedade do Império Russo há mais de um século, não pode mais ser visto como ponto central das ações do sindicalismo brasileiro, sem levar em conta as mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas atuantes em nosso tempo. No nosso século XXI, qualquer um que reivindique o legado de Lenin deve fazer o que ele fez: estudar profundamente a própria sociedade como ponto de partida de sua prática. O diálogo com partidos políticos pode ser extremamente importante para o sindicato, mas não pode ser uma via de mão única; caso contrário, não é um diálogo, e sim um monólogo.

Sindicato como aparelho privado de hegemonia

Acreditamos que o sindicato deve ser, fundamentalmente, um aparelho privado de hegemonia dos trabalhadores, que tenha como uma de suas principais atribuições a luta ideológica de construção e defesa dos interesses de nossa classe social.

Somente ao deixar de limitar sua atuação à esfera econômica, à luta imediata por salários ou carreira, é que o sindicato poderá contribuir nesse esforço de formar uma nova direção intelectual e moral da sociedade para

além dos limites dos interesses burgueses ligados à exploração do trabalho humano em função da valorização do capital. E o SINASEFE é parte integrante desse esforço global da classe trabalhadora.

Do contrário, com uma atuação limitada à luta por salários, regulamentações ou por trocas de grupos à frente do poder do Estado, o sindicato se mantém apenas como uma instituição reguladora das relações econômicas entre patrões, Estado e trabalhadores - e que, muitas vezes, pode ser, na realidade, nada mais do que uma instituição de manutenção da ordem capitalista.

Os trabalhadores, como integrantes da nossa sociedade de fins do século XX, são objeto da ação ininterrupta de um sem-número de diferentes aparelhos de hegemonia – como os aparelhos da mídia, as igrejas, os diversos departamentos da máquina do Estado, entre outros –, que têm por função a generalização da concepção de mundo burguesa e, consequentemente, a consolidação da liderança dessa classe sobre a sociedade.

O sindicato se distingue desses outros aparelhos privados de hegemonia pelo fato de ser uma instituição gerida diretamente pelos trabalhadores e que busca a definição de valores sociais próprios dos trabalhadores. Esses valores podem ser restritos aos limites do mercado capitalista, vinculando-se a reformas dentro do sistema do capital – como melhores salários ou melhores serviços públicos – ou vincular-se à luta por uma nova sociedade para além do capitalismo. A capacidade do sindicato de intervir nessa formação dos valores e das concepções de mundo dos trabalhadores vai depender do caráter que tomarão as relações políticas não somente dentro do nosso sindicato, mas também entre ele e os diversos atores sociais.

A tarefa que temos pela frente é a de construir um sindicato mais classista, menos fetichista e mais autuante. Não temos a pretensão de saber o caminho a ser tomado. Ele será construído coletivamente. Nas palavras de Karl Marx, "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores", e não de uma liderança ou outra.

Marcelo Assunção

(Militante de base da Seção Sindical CMRJ do SINASEFE)

04 - “ Garantir os acordos e avançar na luta “

Coletivo Vozes da Base

Em sua essência, a greve dos trabalhadores da educação federal realizada em 2024 foi uma luta de disputa pelo orçamento do país, travada entre a classe trabalhadora e a burguesia rentista, cujos interesses são antagônicos. Quando os trabalhadores reivindicam reajustes salariais, reestruturação das carreiras e recomposição do orçamento das unidades de ensino, na prática estão pressionando por uma maior fatia do orçamento destinado à educação, área que tem sido cada vez mais negligenciada por uma política econômica de viés neoliberal, intensificada nas últimas décadas. Para entender como está se dando essa luta e quais estratégias devemos adotar enquanto sindicato, é preciso destacar alguns pontos-chave da atual conjuntura.

É sabido por todos os que acompanham os noticiários, que conversam nas filas dos supermercados e que viram as últimas pesquisas de opinião realizadas no Brasil que o Governo Lula 3 está em crise, situação que tem se agravado ainda mais agora em 2025. Grande parte dessa crise se deve às escolhas em relação à política econômica do país, que tem adotado um modelo claramente neoliberal de gestão da dívida pública, ancorado no Arcabouço Fiscal.

Ao adotar tais políticas, o Governo Lula deixa de cumprir as próprias promessas de campanha que o fizeram derrotar Bolsonaro em 2022, gerando nos trabalhadores brasileiros, inclusive em uma significativa parte de sua base eleitoral, uma revolta e perda de confiança, ao sentir na pele que, desde 2023, a postura de Lula-Alckmin-Haddad tem sido de completa rendição (para dizer o mínimo) às pressões do Capital Financeiro.

Curiosamente, essa crise tem deixado os sindicatos brasileiros numa “saia justa”: grande parte dos sindicalistas entende que criticar o governo num momento de crise é “fazer o jogo da Direita”. O argumento desse grupo é o de que, diante do risco de a Extrema-Direita voltar ao poder em 2026, é preciso apoiar o Governo Lula quase que incondicionalmente. Assim, tem-se defendido que críticas ao Arcabouço Fiscal, aos cortes no BPC e a outros ataques neoliberais testemunhados nos últimos anos devem ser

evitadas pelos sindicatos, ou ao menos não devem ser associadas diretamente à figura do Lula, que precisa ser blindada para ter chances de uma reeleição em 2026.

No caso do SINASEFE, a postura governista de grande parte dos dirigentes ficou evidente desde o período da greve de 2024, e tem continuado em 2025, mesmo diante do não cumprimento de grande parte dos acordos de greve por parte do Governo Federal. Podemos observar que, nas assembleias e plenas, nas publicações em redes sociais e nos demais espaços de comunicação, o SINASEFE tem evitado tanto denunciar a política econômica neoliberal quanto até mesmo cobrar o governo Lula de forma mais incisiva sobre os acordos de greve, tendendo a terceirizar a responsabilidade de tudo para o Congresso e a tal da "conjuntura desfavorável".

Diante disso, cabe aqui uma pergunta: qual deve ser o papel central de um sindicato? Apoiar incondicionalmente um governo mais progressista quando este estiver no poder, a fim de evitar a eleição de um governo pior no futuro? Ou pressionar o governo (qualquer um que esteja no poder) para melhorar as condições materiais dos trabalhadores que ele representa?

Em outras palavras, se um governo (seja ele de Direita ou Esquerda) promove medidas que pioram as condições dos trabalhadores da educação federal (seja pela falta de reajustes salariais, a falta de contratação de mais servidores ou os cortes nos orçamentos destinados às UFs e IFs), qual é a lógica de um sindicato formado por esses mesmos trabalhadores defender tais medidas, ignorá-las, ou afirmar de forma derrotista que "não é possível fazer nada, pois não há correlação de forças e a conjuntura não está a nosso favor"?

Entendemos que, ética e estrategicamente, um sindicato de servidores públicos não deve jamais se comportar de maneira governista, mesmo que a escolha de fazê-lo seja mascarada por um falso pragmatismo (como assumir que "não há correlação de força") ou por um suposto senso de responsabilidade (como argumentar com um "cuidado que o fascismo vem aí!"). Afinal, a essência de um sindicato é defender os direitos dos trabalhadores, e não o Estado. Sem isso, o sindicato perde sua razão de

existir, pois, na prática, está funcionando como porta-voz do governo. É somente uma defesa clara e incondicional de classe que garante, por um lado, a melhora nas condições materiais dos trabalhadores e, por outro, a defesa contra o fascismo. Ironicamente, ainda que as intenções alegadas pelos governistas sejam as de "evitar um mal maior", é o imobilismo dos sindicatos e dos movimentos sociais junto a governos progressistas (na prática, cada vez mais neoliberais) o que tem fortalecido cada vez mais a Extrema-Direita mundo afora.

Nesse sentido, é obrigação ética e estratégica que nós do SINASEFE continuemos cobrando, com muito mais firmeza, o cumprimento total dos acordos de greve. Porém, até mesmo para conseguirmos conquistar essas e outras promessas feitas pelo Governo, precisamos ir além das pautas imediatas e diretamente relacionadas à nossa categoria e nos unir a outras categorias na defesa de pautas mais amplas da luta de classes.

Entre os assuntos que ultrapassam a esfera dos acordos de greve da educação federal e que precisamos abordar com urgência está a luta contra a reforma administrativa, pautada no Congresso Nacional e a fundamental luta contra o fim do Regime Jurídico Único (RJU), aprovado pelo STF no final de 2024 e que, na prática, acaba com a estabilidade de emprego, diminui a capacidade de organização e luta dos servidores públicos, e ainda leva à precarização do serviço público.

Outra pauta fundamental que precisamos ter como prioridade é a luta contra o intenso processo de privatização que ronda a educação pública, tanto na esfera federal quanto estadual. Nesse caso, é imprescindível que o SINASEFE se una a outros sindicatos, como a APEOESP, para resistirmos a esse retrocesso.

Da mesma forma, precisamos lutar pelo fim da terceirização, que enfraquece ainda mais a organização dos trabalhadores. Hoje, nos IFs e UFs, uma série de trabalhadores (da área da segurança e da limpeza, psicopedagogos, intérpretes de LIBRAS, etc.), cujas funções eram anteriormente realizadas por servidores públicos, são explorados até a exaustão em contratos precarizados, com praticamente nenhum direito trabalhista e com grande risco de atraso de salário e rotatividade. Além de defendermos o fim da terceirização e a contratação imediata dos

trabalhadores terceirizados como servidores públicos estatutários, devemos lutar pela imediata garantia de uma condição digna de trabalho desses trabalhadores, denunciando irregularidades, oferecendo suporte jurídico e incluindo suas pautas às nossas.

Precisamos também nos unir à luta pelo fim da Escala 6x1, que ganhou força no final de 2024, intensificando o debate e reivindicando a implementação da jornada de 30 horas para todos os trabalhadores brasileiros.

Porém, nenhuma dessas pautas será conquistada sem lidarmos com o problema central do Brasil nesse momento: o Arcabouço Fiscal, nome rebuscado para o "novo teto de gastos" estabelecido pelo Governo Lula 3, cujo objetivo é garantir o superávit primário para o pagamento dos serviços da dívida pública em detrimento da classe trabalhadora. Com essa lei, direitos básicos dos cidadãos brasileiros (educação, saúde, moradia, etc.) estão proibidos (ou fortemente limitados), entre eles os investimentos que tanto precisamos para o pleno funcionamento das nossas instituições de ensino.

Em resumo, é obrigação de um sindicato verdadeiramente independente e classista lutar contra qualquer política de austeridade econômica, venha de que governo vier. Afinal, a defesa da educação pública (e dos seus trabalhadores e trabalhadoras) está na contramão de qualquer política econômica que retire dinheiro das áreas sociais enquanto o usa para o pagamento de juros da dívida pública, enriquecendo os banqueiros enquanto precariza progressivamente as condições de vida da classe trabalhadora.

Justamente por ser uma política de ataque a toda a população brasileira, o Arcabouço Fiscal e outras políticas neoliberais não podem ser combatidos apenas por uma categoria. Nesse sentido, o SINASEFE deve procurar outras categorias, sindicatos e movimentos populares a fim de criar uma frente de luta contra a política de austeridade. Essa frente de luta precisa envolver preferencialmente a mobilização dos trabalhadores em ações práticas, como a construção de atos de rua e ações diretas, já que a formação política da classe ocorre principalmente nos espaços concretos de luta. Somente assim, colocando nossa categoria em

movimento, teremos os nossos acordos de greve cumpridos e recuperaremos o verdadeiro sentido da luta sindical.

Assinaturas:

Alessandro Emilio Teruzzi - SINASEFE-SP - *Campus* Pirituba

Cristiane Toledo Maria - SINASEFE-SP - *Campus* Itaquaquecetuba

Jandui Almeida Amorim - SINASEFE-SP - *Campus* São Paulo

Jurandyr Carneiro Nobre de Lacerda Neto - SINASEFE-SP - *Campus* Araraquara

Ruama Sales Carneiro - SINASEFE-SP - *Campus* Pirituba

Sidinei Roberto Nobre Junior - SINASEFE-SP - *Campus* Itaquaquecetuba

05 - Contribuições do Coletivo Sindical Pão e Rosas ao CONSINASEFE para a Organização Sindical

O capitalismo contemporâneo tem sido marcado por profundas mutações, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. As transformações sociais das últimas décadas reconfiguraram drasticamente a forma como os trabalhadores se relacionam com o trabalho, com suas representações coletivas e com o próprio sentido de pertencimento de classe. No Brasil, em tempos adversos, o sindicalismo atravessa uma crise estrutural e estratégica, impactado por mudanças no perfil da classe trabalhadora, pela ofensiva neoliberal e pelo avanço de ideologias individualistas, como o empreendedorismo precarizado e a uberização do trabalho.

A precarização das relações laborais, com vínculos frágeis mediados por plataformas digitais, o avanço da terceirização, da informalidade crescente e o esvaziamento de garantias legais, tem enfraquecido a coesão da classe trabalhadora. Nesse cenário, destaca-se também a "pejotização" e a contratação via CNPJ, formas contemporâneas de disfarçar a subordinação e fragmentar a identidade de classe dos trabalhadores. Sob o discurso da autonomia e do "empreendedorismo de si mesmo", o capital transforma trabalhadores assalariados em "prestadores de serviço", mantendo, contudo, o mesmo controle e a mesma extração de valor. Essa falsa autonomia reforça o individualismo neoliberal, mina a solidariedade de classe e enfraquece a ação coletiva e sindical.

Setores como a juventude tem se mostrado particularmente refratária ao modelo sindical tradicional, muitas vezes marcado por práticas e linguagens que já não dialogam com suas novas formas de engajamento e organização. Na última quadra histórica, são os movimentos sociais – em especial os movimentos negros, de mulheres e LGBTQIA+ – que têm conseguido dialogar de modo mais direto com amplos setores populares, tornando-se referência política e cultural em diversas frentes, inclusive em projeções nacionais.

Ao sindicalismo classista cabe não apenas se aproximar dessas experiências, mas também aprender com suas linguagens, estratégias e modos de mobilização, reconhecendo nelas novas formas de renovar o horizonte da luta coletiva.

Além do setor privado, o avanço neoliberal e o gerencialismo impuseram uma agenda de desmonte também ao serviço público. As tentativas de

extinguir a estabilidade no funcionalismo, os cortes salariais, o aumento do gerencialismo e da avaliação individual, a suspensão de concursos públicos e a flexibilização de vínculos representam uma tentativa de submeter o serviço público à lógica mercantil, precarizando tanto o trabalho quanto os serviços prestados à sociedade. A lógica expansiva do capital penetrou, portanto, de forma agressiva, inclusive nas instituições públicas.

Desde o "novo sindicalismo" das décadas de 1970 e 1980, o sindicalismo brasileiro passou por várias fases – da confrontação à cooperação conflitiva – até atingir um estágio marcado ora pela acomodação burocrática de suas i direções majoritárias, ora por impulsos ultraesquerdistas e isolados. Esse

distanciamento da base e a incapacidade de renovação levaram à fragilização das entidades, agora confrontadas com um novo cenário de fragmentação social, identitária e econômica.

O modelo do sindicalismo fordista do século XX não responde mais às exigências do presente. Diante disso, a taxa de sindicalização no Brasil atingiu seu menor índice histórico: apenas 8,4% dos trabalhadores estavam sindicalizados em 2023, conforme dados do DIEESE. Este processo de queda, especialmente acentuado após 2016, ocorre mesmo em meio ao crescimento do nível de ocupação. As greves também passaram por refluxo, com predominância de paralisações curtas e de cunho defensivo.

É nesse contexto que se colocam os grandes desafios para o sindicalismo brasileiro e, mais especificamente, para o SINASEFE. A existência de mais de uma dezena de centrais sindicais diante de uma base sindicalizada em retração revela uma fragmentação organizativa preocupante. É urgente construir uma estratégia de unificação classista das centrais sindicais, em torno de um programa combativo, democrático, com independência de classe, que enfrente o ideário neofascista e neoliberal e que seja capaz de se inserir nas lutas heterogêneas da juventude e da nova classe trabalhadora precarizada. Os sindicatos precisam retomar sua dimensão classista, ao mesmo tempo em que estão desafiados a se reinventarem diante de novos cenários e das clivagens de gênero, raça, etnia e geração, ainda que sem perder o elo de classe que lhes são transversais, as interconectam e inter-relacionam.

Diante da crise do sindicalismo tradicional, é urgente repensar as formas de organização e atuação sindical no Brasil. O SINASEFE, como sindicato combativo e com trajetória de luta, tem um papel estratégico na reorganização classista da luta sindical do funcionalismo educacional. Isso exige coragem política, compromisso ético, inovação estratégica e reconexão com a base trabalhadora. Mais do que nunca, é necessário um

sindicalismo que seja capaz de disputar os rumos da sociedade, não apenas resistindo aos ataques neoliberais e autoritários, mas também apontando para a construção de um novo projeto de sociedade: democrático, popular, solidário, internacionalista e radicalmente comprometido com a emancipação humana.
Para isso, o SINASEFE precisa não apenas resistir à ofensiva contra os direitos. A seguir, elencamos diretrizes e propostas fundamentais para essa reconstrução:

1. Combate à Burocratização e ao Aparelhismo: romper com os vícios burocráticos e personalistas nas direções sindicais; garantir o controle ativo da base sobre a entidade; promover o funcionamento democrático, com ampla participação dos filiados e respeito às posições minoritárias; lutar contra práticas autoritárias, como a destruição de reputações motivadas por divergências olíticas internas.
2. Centralidade na Luta contra as Opressões: assumir o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo e à xenofobia como princípios estruturantes da ação sindical. Essas opressões não são fenômenos isolados nem de ordem moral, mas dimensões do próprio modo de produção capitalista, que se sustenta na divisão sexual e racial do trabalho, reservando às mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ as posições mais precarizadas e

desvalorizadas. Assim, a luta contra as opressões é também uma luta de classe. O sindicalismo classista deve incorporar essa perspectiva antirracista, feminista e anticapitalista como eixo de sua prática política e formativa.

3. Democratização e Formação Política: garantir ampla democracia interna como base para a unidade e pluralidade no interior do sindicato; implementar campanhas permanentes de filiação e formação político-sindical. O SINASEFE, enquanto um sindicalismo que deva ser combativo, deve estar sob controle ativo de seus filiados. Para tanto, deve preservar sua independência de classe
diante de governos ou entidades patronais, combatendo qualquer forma d aparelhismo artificial ou mal funcionamento dos organismos da estrutura sindical. Por democracia proletária na instância sindical entendemos a luta contra o funcionamento burocrático e monolítico, sob a garantia de ampla democracia interna e participação de base. Incentivar e promover mais atividades de formação sindical para suas bases e conjuntamente com outros sindicatos.

4. Compromisso ético e tolerância política com divergências. Para tanto, é preciso estimular o debate político fraterno entre diferentes correntes e coletivos sindicais. Promover a tolerância política com divergências e respeito às posições minoritárias. O conflito interno pode ser propositivo e encarado fraternalmente entre os diversos coletivos sindicais e forças políticas que disputam a política sindical, e não silenciado ou esmagado pelas maiorias de direção. É chegada a hora da esquerda aprender a conviver em meio às divergências de ideias e de correntes políticas. Isso é pedagógico. A defesa do compromisso ético e da moral militante requer uma urgente revisão do vale-tudo estalinista segundo o qual, na política sindical, fins e meios são indivisíveis. É imperioso combater o método de falsas acusações entre companheiros e a tática de destruição de reputações pessoais e instrumentalização de lutas motivadas por divergências políticas.

5. Comunicação Sindical Estratégica: Desenvolver uma comunicação que vá além da divulgação de informes, atuando como instrumento de mobilização, escuta e formação política. A comunicação sindical deve disputar a hegemonia de ideias, enfrentando o discurso meritocrático e individualista que legitima as desigualdades. É fundamental garantir visibilidade às lutas antirracistas, feministas, LGBTQIA+ e anticapacitista, valorizando as experiências concretas da classe trabalhadora e fortalecendo seu sentimento de pertencimento coletivo. O uso das redes sociais e das mídias digitais deve ser estratégico, aproximando o sindicato da base, da juventude trabalhadora e dos movimentos sociais com uma linguagem viva, acessível e politizadora.

6. Organização no Local de Trabalho e Expansão das Bases: Promover e incentivar uma sólida organização no local de trabalho e procurar consolidar uma organização sindical ampliada em suas bases; fortalecer a organização nos locais de trabalho como eixo da ação sindical (entre docentes e TAEs, mas também dialogando com trabalhadores terceirizados dos campi); Expandir a atuação sindical para além dos limites jurídico-corporativos, conectando-se às demandas sociais mais amplas da classe trabalhadora.

7. Saúde Mental e Condições de Trabalho:

Incorporar a pauta da saúde mental como tema estratégico e permanente. Desenvolver políticas de acolhimento ao sofrimento psíquico e combate ao assédio moral. Entender a relação entre organização do trabalho, precarização e adoecimento como tema prioritário da luta sindical. Reconciliar a saúde mental com a saúde do trabalhador.

É imperioso que os sindicatos resgatem o pertencimento de classe, reconectem se com as experiências concretas da base e incorporem, de

forma efetiva, novas pautas emergentes – entre elas, o cuidado com a saúde mental de seus militantes, uma vez que o sindicalismo deva ser o exercício de construção coletiva e não de sofrimento solitário – e se renove conforme as novas configurações sociais do século XXI. É preciso levar em conta as relações entre subjetividade, política e transformação social.

Entender a crise de subjetividade da classe trabalhadora é, hoje, tão urgente quanto entender as lutas salariais e materiais – porque é nesses labirintos que se travam, silenciosamente, as batalhas mais difíceis da classe. Nessa perspectiva, é necessário reconhecer que o adoecimento e o sofrimento no trabalho não atingem a todos de forma igual: são atravessados por desigualdades de gênero, raça, sexualidade e deficiência. Mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência vivenciam formas específicas de exclusão, assédio e sobrecarga emocional. Por isso, o combate ao capacitismo, ao racismo e ao sexismo deve integrar as ações de saúde e cuidado, compreendendo que a luta pela saúde mental é também uma luta política contra a alienação e a precarização do trabalho.

Por um SINASEFE que promova formas de acolhimento ao assédio moral, mas também se preocupe com a saúde mental dos trabalhadores e as relações entre a organização do trabalho, os sindicatos e o adoecimento psíquico. O SINASEFE deve ter um papel fundamental na defesa da saúde e da dignidade dos trabalhadores, ao conceber a ação sindical como uma forma de combater a precarização do trabalho e o adoecimento.

8. Internacionalismo e Luta Anticapitalista:

Retomar a dimensão ideológica da luta por outro modo de vida, enfrentando a lógica do capital que invade a educação, o funcionalismo público e a vida social. Articular-se com lutas internacionais e movimentos que visam alternativas ao modelo neoliberal e autoritário.

O internacionalismo deve também reconhecer as desigualdades históricas entre o Norte e o Sul Global e as formas contemporâneas de superexploração que recaem, em especial, sobre mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. É fundamental fortalecer redes de solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras de diferentes países, articulando as pautas classistas às lutas antirracistas, feministas e anticapacitistas. Essa perspectiva amplia o horizonte da luta anticapitalista e afirma que não haverá emancipação social sem enfrentar as hierarquias coloniais, raciais e de gênero que estruturam o capitalismo global.

9. Unidade de Ação e Inserção nas Lutas Sociais: Libertar-se do corporativismo ou neocorporativismo, da ideia do sindicalismo negocial limitado à categoria profissional que representa juridicamente. Conectar-

se com as lutas mais abrangentes da classe trabalhadora. Atuar em articulação com o FONASEFE (resgatando o protagonismo deste fórum junto ao funcionalismo público, bem como o protagonismo do SINASEFE no seu interior) e outros setores de unidade de ação progressistas da sociedade. Inserir-se nos novos espaços de luta social, fortalecendo frentes únicas e alianças com movimentos populares, feministas, antirracistas, estudantis e ambientalistas.

É fundamental compreender que a unidade de ação não se constrói pela homogeneidade, mas pelo reconhecimento da diversidade concreta da classe trabalhadora. A articulação com os movimentos sociais – negros, de mulheres, LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e da juventude – amplia o alcance e a vitalidade da luta sindical, tornando-a mais enraizada na realidade social. A unidade de classe deve, portanto, ser construída na diferença, sobre bases políticas e éticas que afirmem um projeto emancipador, plural e solidário.

10. Sobre o tema das centrais sindicais.

A nosso ver, é no mínimo curiosa a existência de mais de uma dezena de centrais sindicais no país, frente ao declínio das taxas de sindicalização nacionais. Trata-se de uma evidente fragmentação da cúpula sindical e de um distanciamento das bases. Urge um projeto de popularização da luta em defesa da unificação das centrais sindicais diante de um quadro conjuntural de situação reacionária e de lutas defensivas, tendo em vista um programa classista, democrático internamente, com independência de classe, disposto combater efetivamente tanto o ideário neofascista quanto o neoliberal, e aberto para incorporar e inserir-se na heterogênea morfologia da classe trabalhadora e da juventude deste novo (e precário) mundo do trabalho.

Essa unificação deve também expressar um compromisso ético e político com a diversidade que compõe a classe trabalhadora. É necessário garantir a representatividade real de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência nas direções das centrais e sindicatos, rompendo com a reprodução de hierarquias internas e práticas excludentes. A democratização das direções é parte inseparável da reconstrução do sindicalismo combativo, plural e enraizado na realidade social.

11. Pela unidade organizativa entre TAEs e docentes no SINASEFE e nas seções sindicais, e não pelo seu divisionismo.

Assinam esta tese:

1. Adão de Assis Ferreira Júnior SINTIFRJ
2. Adelino Francisco de Oliveira SINASEFE São Paulo

3. Adriana Nascimento de Jesus SINASEFE São Paulo
4. Ailton Ribeiro de Assis SINTEFPB
5. Alessandro de Paula Silva SINASEFE Norte de Minas
6. Alexsandro Campos Silva IFBA VDC
7. Alice de Araújo Nascimento Pereira SINASEFE iffluminense
8. Ana Carolina de Abreu Pinho IFRJ
9. Ana Paula Brasil SINASEFE Ifes
10. Andréa Flores Oliveira Norte de Minas
11. Andreia Sousa Castro SEÇÃO IFTO
12. Ânteni de Sousa Belchior Bragança Paulista
13. Antonio Jesus Souza Melo Neto SINTEFPB-IFPB-Campus Esperança
14. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
15. Artemis Martins Sindsifce
16. Áubio Aurélio da Rocha Ferreira Concórdia
17. Barbara Ferreira Fadul Seção Centro RO- Ji-Paraná
18. Camila França Barros IFFluminese
19. Carlos Walkyson Assunção Silva Sinasef
20. Claudenira Cavalcante Melo SINDSIFCE
21. Claudilena Corrêa Araújo Seção Codó Maranhão
22. Cynthia Mattosinho IFS
23. Daniella Zanellato São Paulo - SPO
24. Danilo Teixeira dos Santos Pirapora
25. David Ricardo de Jesus Silva SINASEFE
26. Débora spotorno SINASEFE iffluminense
27. Demian Boaroli Bento Gonçalves
28. Dione Cabral São Paulo
29. Dulcimar Palmeira Aragão SINASEF-Manaus-AM
30. Edgar Gomes Júnior SINASEFE Arinos - MG
31. Eliseanne Lima da Silva Seção Manaus-AM
32. Êmy Virgínia Oliveira da Costa SINDSIFCE
33. Fabiano Godinho Faria Sintifrj
34. Fabio de Oliveira Dias IFSul
35. Fanley Bertoti da Cunha SINASEFE São Paulo
36. Fátima Maria de Holanda Lima Sindsifce
37. Gessyka de Sousa Silva SINDSIFCE
38. Giovana Lopes da Silva Codó
39. Giuliana de Sá Ferreira Barros SINASEFE Norte de Minas Gerais-Salinas
40. Grazielle Nayara Felício Silva SINASEFE São Paulo

41. Gustavo Henrique Cornélio Colégio Brigadeiro Newton Braga - Aeronáutica
42. Helio Sales Rios SINASEFE São Paulo
43. Igor Lima Rodrigues Sindsifce
44. Irismar Monteiro Brasil SINASEFE - Pará
45. Isabele Cristine Machado Alves Sindscope
46. Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
47. Jaqueline de Cássia Vaz Brasília
48. Jefferson Oliveira Lima SINASEFE Pará
49. Jenniffer Karolinny de Araújo Dantas SINDSIFCE
50. José de Araujo Pereira SINTEFPB CMCG
51. José Eurico Ramos de Souza Manaus
52. José Ivelton Siqueira Lustosa Cajazeiras
53. Karlane Holanda IFCE
54. Laurenir Santos Peniche Pará
55. Leane Liny dos Santos Lima IFBA SAJ
56. Lenice Massarin Figueiredo SINASEFE SP
57. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
58. Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
59. Lourdes Rafaella Santos Florêncio Sindisifce
60. Luisa Ramos Senna Souza SINASEFE IFBA-CMS
61. Maíra Ferreira Martins São Paulo
62. Márcio Alves de Oliveira São Paulo
63. Marco Vinicius Moreira Lamarao SINASEFE iffluminense
64. Marcus Vinícius Guedes da Mota Pirapora
65. Maria Amélia Ferracciú Pagotto São Paulo
66. Maria Aparecida Alves da Costa Sinafese
67. Maria das Gracas Souza Alencar Manaus/AM
68. Maria de Fátima Silveira Medeiros SINASEFE IFSUL
69. Maria Fernanda Freitas Braga SINASEFE Januária/MG
70. Maria José Lacerda Vasconcelos Ifba
71. Maria Suely Silva Santos Guimarães Manaus
72. Marival Baldoino de Santana São Paulo
73. Marlene de Alencar Dutra SINDIFCE
74. Mesezabeel Alves Rodrigues Sinasafe Acre ifac
75. Michel Torres IFRJ
76. Natalia Ayres Sindsifce
77. Nericilda Bezerra Sindisifce
78. Odemir vieira SINASEFE ifsc

79. Patrícia Nery Silva Souza Norte de Minas
80. Patricia Yara Silva Rocha SindsIFPE
81. Paulo Raimundo Stering Malta SINASEFE IFBA/CMS
82. Pedro Ribeiro Monte Castelo
83. Pedro Ribeiro Monte Castelo
84. Philipe Michel Silva Soares SINDSIFPE
85. Priscila Porto Ribeiro Silva Monte Castelo
86. Raimundo Joaquim Façanha Serra SINASEFE-Seção Sindical IFPA
87. Raimundo Lima Teixeira CODO-MA
88. Renildo da Silva Santos Manaus
89. Renildo Viana SINASEFE Manaus
90. Ricardo Rodrigues Alves de Lima São Paulo
91. Rinaldo Macedo de Morais SINASEFE SP
92. Rita Sidmar Alencar Gil SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
93. Roberta Enir Faria Neves SINASEFE Manaus
94. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
95. Roberto Coutinho Medeiros Junior IFFluminense
96. Rogério Alves de Amorim Seção Sindical Norte de Minas
97. Rogério de Castro Ângelo Triângulo Mineiro
98. Rogério de Souza SINASEFE São Paulo
99. Rui Santos Carigé Júnior SINASEFE-IFBA/CMS
100. Samantha Lima Macedo Sindsifce
101. Saulo Daniel Campos de Oliveira SINASEFE-IFBA/CMS
102. Sirlei Bortolini Bento Gonçalves
103. Sueli Borges Pereira dos Santis Monte Castelo
104. Tânia Regina Barbosa de Sousa Sergipe
105. Thaís Ribeiro Esteves SINASEFE SP
106. Thalismar Matias Gonçalves IFES
107. Thelma Lima da Cunha Ramos IFAM, Campus Manaus Zona Leste
108. TherêPotîraGauri (Therezinha Gauri Leitão) IFBA/CMS
109. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha SINASEFE Guanambi

06 - Para além das palavras de ordem: por uma política de apoio material aos movimentos sociais e populares

Esta tese, apresentada ao 37° CONSINASEFE, tem por objetivo propor uma política de apoio material aos movimentos sociais e populares, entendendo a sua importância na atual conjuntura de ataque às garantias sociais que impactam diretamente no atendimento à parcela mais vulnerável da população e reafirmando a orientação classista do SINASEFE. Tomamos como exemplo o que já ocorre em nosso sindicato de base desde o X Considscope de 2017, quando foi criado o Fundo para os movimentos sociais, cuja existência foi fundamental durante a pandemia de Covid-19.

O SINASEFE como sindicato classista e de resistência e a relação com os movimentos sociais.

Em texto sobre sindicatos e movimentos sociais, Alexandre Samis apresenta uma tipologia dos sindicatos baseada em três categorias, dentre elas os sindicatos de resistência, cuja conduta sindical se caracteriza pela representação da classe trabalhadora e atenção às suas necessidades imediatas, legitimada por ritos e símbolos coletivos. O sindicalismo de resistência, contudo, vai além: busca um enfrentamento direto ao Estado burguês, evidenciando a divisão entre trabalhadores e exploradores. Utiliza as reivindicações econômicas para revelar de forma didática as condições reais de exploração e denuncia explicitamente o capitalismo como responsável por essa situação. Assim, o sindicalismo de resistência relaciona a teoria revolucionária, identificada como socialismo, às suas ações políticas e sociais, ajustando a primeira à realidade específica da segunda.

É, portanto, nas projeções mais de fundo, aquelas que irão possibilitar o contato com um universo mais amplo de explorados e, a partir daí, consolidar a luta ideológica contra o capital, que se encontra a real estratégia para o desmonte de toda a estrutura que garante a manutenção do atual sistema. Não apenas isso, mas também, a elaboração deste programa auxilia no acúmulo de valores que, por ser de fato o resultado das experiências de luta e das reflexões extraídas a partir delas, constitui-se na essência de uma dimensão de mundo genuinamente de classe.

A estratégia para desmontar a estrutura do sistema vigente está nas projeções que ampliam o contato com os explorados, fortalecendo a luta ideológica contra o capital. Além disso, o desenvolvimento desse programa contribui para consolidar valores genuínos de classe, fruto das experiências e reflexões de luta.

O sindicalismo de resistência só se firma por meio da luta, sendo quase impossível alcançá-lo sem a participação da classe trabalhadora. Por isso, é fundamental reconhecer as responsabilidades dos trabalhadores envolvidos nas questões revolucionárias. As estratégias de médio prazo são essenciais hoje; nelas está o caminho pelo qual a classe irá decidir como avançar para superar o sistema capitalista. Portanto, se queremos ampliar a atuação do SINASEFE como frente de luta, para além do escopo das questões da categoria, entendendo que hoje boa parte dos trabalhadores do país se encontra alijada do sistema formal de empregos, fora também do alcance das entidades sindicais, é necessário que ampliemos nossa ação no sentido de cooperar com as demais formas de organização da classe como os movimentos sociais e populares que atualmente representam uma grande frente de atuação política da sociedade civil.

Desde a intensificação da investida neoliberal, trazendo consigo fenômenos como a transnacionalização do capital e o enfraquecimento do Estado, os movimentos sociais e populares têm assumido papel destacado de resistência contra a globalização, ao mesmo tempo em que se diversificaram, abrangendo também aspectos próprios dos territórios em que se encontram. Segundo BASCONZUELO[6] (2018):

"Com efeito, neste contexto, alguns movimentos sociais geram estratégias de resistência ao movimento de internacionalização do capitalismo e ao domínio de grandes corporações. Para esses movimentos, o paradigma de desenvolvimento é satisfazer as necessidades das populações, gerar recursos endógenos, envolvendo nesse processo as próprias populações. Ou seja, o território local pode ser um fator gerador de desenvolvimento."

Movimentos populares relacionados a sem-teto, trabalhadores rurais, periferias e favelas são considerados periféricos, com limitações estruturais e recursos materiais restritos. Em comparação aos sindicatos, esses grupos enfrentam níveis mais elevados de perseguição, embora muitas vezes tal repressão não seja explicitamente visível. Sua presença na mídia costuma ser menos destacada e divulgada. Esses movimentos

[6]BASCONZUELO, Celia. Os movimentos sociais nas ciências sociais. In:SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. Espacialidade e movimentos sociais. Rio de Janeiro, Consequência,2018.

carregam de forma significativa estigmas sociais, raciais e de gênero, sendo frequentemente alvo direto do Estado e do capital. Esses grupos manifestam reações, por vezes organizadas ou espontâneas, de resistência às forças da ordem, evidenciando múltiplas formas de interação social que, por sua natureza menos transparente aos órgãos centrais, tendem a receber maior oposição e monitoramento.

Portanto, é de suma relevância que um Sindicato de alcance nacional como o SINASEFE, cuja base já sinalizou em diversos Congressos e documentos sua disposição a ser mais que uma entidade setorial, invista recursos materiais e empenho político na cooperação com os movimentos sociais que demonstrem ser de cunho combativo, de resistência e enfrentamento à lógica do capital, estando em acordo com os seus princípios estatutários.

O fundo para movimentos sociais e populares do Sindscope e sua importância: relato de uma experiência na pandemia.

Em 2017 no X Consindscope, foram aprovadas duas teses que instituíram percentuais da arrecadação mensal a serem alocados em poupanças distintas a fim de constituírem fundos para apoio aos movimentos sociais, aos Núcleos de Base e uma Caixa de Resistência, que se destina a socorrer em alguma medida a base em casos de corte de ponto por greves/paralisações ou outras intercorrências, como no caso de um companheiro que foi "desaposentado" e absurdamente desligado do serviço federal por um erro burocrático do Colégio Pedro II.

No caso da cota dos movimentos sociais e populares, instituiu-se o percentual de 2% da arrecadação mensal a ser utilizado nos casos de solicitações de apoio material recebidas pelo Sindscope, de acordo com a avaliação da Diretoria ou mesmo de uma Assembleia. Dessa forma, um montante de valores ia se formando, na medida que a totalidade da verba era usada, variando seu uso total ou parcial, conforme as solicitações surgiam.

Em março de 2020, foi anunciada a pandemia da Covid-19, seguindo-se o lockdown, a quarentena e todo o caos que se instaurou. Em meio a uma gestão pública absolutamente catastrófica, não demorou para que ficasse clara toda a precariedade em que mergulhariam milhões de brasileiros; logo, em resposta, a população começou a se valer das associações, dos coletivos, dos movimentos e outras formas de organização comunitária que surgiram espontaneamente para atuar nas emergências.

Nesse cenário, criou-se, em abril do mesmo ano, por iniciativa da base, o Comitê de Solidariedade do Sindscope, do qual o Fundo para movimentos sociais e populares tornou-se a principal fonte de verbas, contando também com a colaboração do Fundo dos Núcleos de Base e contribuições da Associação de Docentes do Colégio Pedro II e do SINASEFE Nacional.

Com reuniões semanais, por videoconferência, o Comitê era formado por sindicalizados e sindicalizadas e membros da Direção, sobretudo o tesoureiro da gestão que se encarregava de atualizar o grupo, a cada reunião, do saldo da conta do Fundo. Os pedidos recebidos pelo e-mail do Sindicato eram apreciados com base em critérios como o de preferência a movimentos que já desenvolviam relações políticas com o Sindicato, como os ligados às comunidade da Maré, Formiga e Alemão cujos representantes já participavam do GT de Negras e Negros do Sindiscope. Além disso, para todos, inclusive os já citados, eram priorizados os pedidos relacionados à alimentação (cestas básicas, cozinhas comunitárias) e material de higiene e limpeza. Aos poucos, o próprio grupo foi refinando os critérios e acrescentando outros aspectos como priorizar movimentos organizados primordialmente por mulheres e também pedidos referentes a iniciativas de geração de renda com alcance comunitário.

No período em que o Comitê esteve em atividade (de abril de 2020 até março de 2022) foram apreciadas e concedidas cerca de 280 solicitações, de 58 movimentos das mais diversas naturezas como grêmios e pré-vestibulares comunitários, associações de moradores de comunidades, organizações de mulheres, quilombolas, aldeia indígena, movimentos de luta por moradia e ocupações urbanas, dentre outros. Iniciativas da comunidade escolar como as organizadas por servidores nos campi também foram inicialmente atendidas no Comitê, mas passaram depois para os Núcleos de Base cobrirem com seu fundo. Além disso, dezenas de trabalhadores terceirizados do Colégio Pedro II, demitidos pela empresa contratante tão logo foram suspensas as atividades presenciais, receberam cestas básicas se

Do ponto de vista territorial, mais de 20 bairros do município do Rio foram abrangidos e mais 6 municípios das regiões metropolitana e serrana portanto o alcance foi grande, sobretudo nas áreas mais vulneráveis em que a população foi mais desassistida pelo poder público e mais claramente se pode sentir a importância das estratégias comunitárias de resistência.

Conclusão: Em tempos em que é preciso defender o óbvio

A aproximação dos sindicatos modernos às instâncias governamentais e patronais modificou profundamente a relação deles com os trabalhadores e com o próprio Estado. No início do século XX, a classe trabalhadora era distante do Estado e resistia fortemente a formas burocráticas de organização; porém, devido às leis trabalhistas e à adaptação das lideranças sindicais, essa classe acabou assimilando parcialmente uma lógica que antes lhe era adversa. Ao conquistar reconhecimento formal e integrar-se ao campo institucional, parte significativa da energia combativa dos trabalhadores se perdeu. Assim, ao ingressarem na "esfera pública burguesa", os trabalhadores passaram a manter diálogo – mesmo diante de antagonismos notórios – com aqueles que, originalmente, deveriam combater.

Apesar desse cenário, as bases sindicais, embora não ocupem mais posições periféricas ou marginais como no passado, seguem atuando com reivindicações e pressão. Essas mesmas bases começam a identificar os desafios históricos aos quais foram direcionadas; dentre eles o de ressignificar o sentimento de classe numa época em que a exclusão e a reorganização do mundo do.capital e do trabalho colocam milhões à margem de direitos básicos. Nesse sentido, as bases do SINASEFE têm reafirmado em inúmeras demonstrações de luta sua consciência de tão importante papel.

Por outro lado, nos movimentos populares, observa-se que a atuação do Estado pode, em diversas ocasiões, adquirir características semelhantes às de genocídio e etnicídio. Nesses contextos, a escassez de direitos e a indignação frequentemente resultam em levantes e motins. A falta de recursos materiais é muitas vezes compensada pela criatividade e pelo surgimento de novas formas de organização social, que dificultam a sua identificação e integração ao sistema vigente. Devido à sua natureza dinâmica, os movimentos populares mantêm constante confronto com as estruturas estabelecidas, podendo representar uma ameaça ao poder constituído. Além disso, são hoje o que de mais avançado se pode encontrar na resistência à globalização e às grandes corporações reafirmando, muitas vezes, saberes ancestrais e pautando suas ações sob a égide dos seus territórios .

Nesse sentido, o apoio consistente, além de político também material, aos movimentos sociais e populares (e autônomos) deve ser encarado como tática fundamental para avançar não apenas nas condições imediatas de trabalho, mas também rumo à sociedade mais justa que desejamos. Trata-se aqui, obviamente, não de assistencialismo ou clientelismo, mas de SOLIDARIEDADE DE CLASSE. Trata-se aqui não

de ordenar novas despesas, mas de utilizar os recursos de que dispomos de forma a priorizar o enfrentamento diário e sistemático do que nos oprime, em todas as frentes possíveis.

A presente tese expõe argumentos eminentemente políticos, todos eles amparados pelas tradições revolucionárias cujo lastro classista não permite tergiversar diante de patrões e governos. A tese enumera aspectos eloquentes da nossa realidade e, por isso mesmo, reclama um complemento a ser apresentado em momento oportuno quando o nosso congresso apresentar configuração estatutária. Antecipamos aqui, portanto, uma discussão que precisa ganhar vigor em nossas bases e consequência em nossas deliberações. "A emancipação das/os trabalhadoras/es é obra das/os próprias/os trabalhadoras/es!!!"

Assinam esta tese os seguintes sindicalizados do
SINDSCOPE-RJ:

Alexandre Samis
Arthur Caser
Germano Nogueira
Katia Motta
Marcos Ponciano

07 - Trabalhadora e pela Filiação a uma Central Sindical

Palavras-chave: Luta de Classes; Organização Internacional dos Trabalhadores; Centrais Sindicais.

- A Conjuntura Nacional e Internacional de Acirramento das Lutas

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 representou uma vitória fundamental da sociedade brasileira contra o projeto neofascista de Jair Bolsonaro e da extrema direita. Foi um importante acerto político do SINASEFE apoiar e defender essa eleição, demonstrando que, mais uma vez, estivemos do lado certo da história. No entanto, esta vitória eleitoral não significou a derrota da extrema-direita e de seu projeto de país. O governo Lula, constituído a partir de amplas e complexas coalizões, opera sob as amarras do pior Congresso Nacional da história da República, onde a chantagem parlamentar e a política de orçamento secreto seguem minando a governabilidade e a capacidade de resposta às urgentes demandas populares.

A realidade brasileira não é uma exceção. Na última década assistimos a uma escalada global da extrema-direita, que avança eleitoralmente e radicaliza sua agenda neofascista em países como Itália, França, Suécia, Holanda e Argentina, entre outros, atacando direitos históricos da classe trabalhadora, minorias e a democracia liberal. Neste contexto, a luta de classes se intensifica, exigindo uma resposta unitária e à altura dos desafios.

Nós, servidoras e servidores públicos federais da educação, sentimos na pele os reflexos dessa conjuntura: salários e carreiras aviltados, falta de orçamento para nossa atuação institucional, ataques à estabilidade através de projetos como a Reforma Administrativa e a desvalorização permanente do serviço público.

- A Resistência Necessária: Nossas Lutas no Centro do Conflito

Neste cenário de cerco, é imperativo que o SINASEFE assuma com centralidade as principais bandeiras de luta que conectam nossa categoria ao conjunto do povo trabalhador:

- A campanha "Congresso Inimigo do Povo", que denuncia a natureza golpista e antipopular do Legislativo atual.
- As pautas sociais do Plebiscito Popular, especialmente o fim da escala 6x1 e a taxação dos grandes lucros e dividendos (BETs, Bancos e Bilionários).
- A luta intransigente contra a Anistia/Dosimetria e a chamada PEC da Bandidagem e similares que certamente ainda brotarão dos esgotos desse Congresso.
- A batalha contra a Demolição do Estado via Reforma Administrativa e pela garantia do cumprimento integral dos Acordos de Greve de 2024.

Estas lutas não são isoladas! Se articulam com a defesa dos territórios indígenas, contra o genocídio da juventude negra, contra todas as formas de assédio e violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQIAPN+, incluindo o direito das mulheres sobre seus corpos. São trincheiras onde se define o futuro do país e a correlação de forças entre as classes.

- A Força da Unidade: A Experiência do FONASEFE e o Chamado das Centrais

Como servidoras e servidores públicos, aprendemos na prática recente que a unidade faz a força. Nossa greve e as negociações com o governo federal evidenciaram a importância estratégica do FONASEFE na defesa dos nossos interesses. A atuação coordenada do Fórum foi decisiva para os avanços conquistados.

Entender a importância do FONASEFE e de sua atuação, não significa negar os problemas na construção coletiva da luta. Assim como qualquer organização plural, o FONASEFE enfrenta desafios. Esses desafios, no entanto, não justificam o abandono da construção coletiva da luta dos servidores públicos, pelo contrário, reforça a necessidade de uma participação ativa e crítica. Apenas a partir de dentro podemos fortalecer e ampliar a capacidade de atuação do FONASEFE.

Observar essa convergência nos leva a uma reflexão inevitável: os ganhos de potência, capilaridade e força política que teríamos, e que poderíamos oferecer ao conjunto da classe, ao compormos organicamente com uma central sindical. A filiação não é um fim em si mesma, mas um meio estratégico para colocar nossas lutas específicas em sintonia e impulsionadas pelas lutas gerais da classe trabalhadora.

- A Tese: Pela Reabertura do Debate e pela Filiação a uma Central Sindical

Diante do exposto, a presente tese defende que é hora de o SINASEFE dar um passo histórico para reforçar sua atuação e inserção nas lutas sociais e sindicais do país.

A filiação a uma central sindical de esquerda permitirá que nossos debates e ações estejam permanentemente conectados e articulados com a vanguarda da luta política da classe trabalhadora, resgatando e atualizando a mais clássica e eficaz tradição do movimento operário: a unidade na ação.

Uma filiação, no entanto, não implica em abdicar de uma atuação política crítica dentro de qualquer central a que estejamos ligados. Assim como no FONASEFE, nossa atuação em qualquer entidade de organização da luta sindical, deve seguir defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da educação federal e deve ser construída coletivamente dentro das instâncias do SINASEFE.

- Plano de Lutas

Considerando a importância do tema e o atual momento histórico e político de nosso país e a conjuntura mundial, propomos o conjunto de ações abaixo:

1. Que a Direção Nacional do SINASEFE proponha e conduza um amplo e democrático debate, em todas as seções sindicais, sobre a importância estratégica da filiação do Sindicato a uma central sindical. Este debate deve incluir ciclos de formação e a apresentação das diversas centrais sindicais do campo da esquerda brasileira, suas plataformas de luta e históricos.

2. Que seja realizado um Seminário para debater a filiação a uma Central Sindical, durante o primeiro semestre de 2026, abrindo um debate em todas as bases. Este Seminário deve prever a apresentação das diversas centrais sindicais do campo da esquerda brasileira, suas plataformas de luta e históricos. Após isso devemos ter, como limite, o próximo Congresso Eleitoral, para que o SINASEFE, decida sobre a filiação – ou não – a uma central sindical e, se aprovada, qual central melhor representa os interesses e o projeto político da nossa categoria.
3. Pelo fortalecimento e ampliação da participação do SINASEFE no FONASEFE, com a representação do Sindicato no Fórum sendo orientada a propor e defender o aumento do número de nossas e nossas representantes, assegurando uma atuação ainda mais impactante e decisiva neste espaço fundamental de unidade dos servidores públicos federais.

O momento exige ousadia e unidade. Para enfrentar o Congresso inimigo do povo, a ofensiva da extrema-direita e as amarras impostas ao atual governo, não podemos ficar isolados. Nossa organicidade em uma Central Sindical deve levar em conta nosso fortalecimento para enfrentar as várias invasões de bases da categoria que representamos, em uma perspectiva classista. A filiação a uma central sindical é um instrumento tático para potencializar nossa luta, defender nossos direitos e colocar a educação pública e de qualidade no centro do projeto de país soberano, democratico e socialista que almejamos.

Só a luta muda a vida!

Só a organização da luta permite nossa vitória!

Venceremos!

Assinam essa tese

Marlise Sozio Vitcel - Seção IFSUL
Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção IFES
Manoel José Porto Júnior - Seção IFSUL
Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ

Alexandre Fleming Vasques Bastos – Seção Sintietfal
Ana Cláudia Kohls Colvara - Seção IFSUL
Caetano José de Lima – Seção SINTEFPB Sousa

Camila Tenório Cunha - Seção IFB
Carmelita dos Santos Osório - Seção IFBA/CMS
Cláudia Pinto – Seção IFSUL
Cléber Vargas Islabão – Seção IFSUL
Cleiton Mariano da Silva – Seção SINDSIFPE
Daniel Pezzi da Cunha – Seção IFSUL
Daniela Da Rosa Curcio – Seção IFSUL
Danielle Lisboa da Silva – Seção IFSUL

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Litoral/SC

Diogo Soares Bica – Seção IFSUL
Elaine Cristina dos Santos - Seção SP
Elenira Vilela - Seção IFSC
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção SP
Fernanda Cristina Camillo – Seção IFSUL
Francilon Lima Simões - Seção IFSUL
Francisco Carlos Gonçalves Brongar – Seção IFSUL
Hérlon Iran Rosa – Seção Litoral/SC
Hilário Paes de Almeida - Seção SP
Inêz Aparecida Deliberaes Montecchi – Seção Cáceres-MT
Jairo Campelo – Seção IFSUL
Jairo da Silva Campelo - Seção IFSUL
Janete Otte – Seção IFSUL
Jaqueline de Cássia Vaz – Seção Brasília
Laís Andrade Souza - Seção IFBA CMS
Leonardo Campos Soares - Seção IFSUL
Marcelo Assunção - Seção CMRJ
Marcelo Peske Hartwig – Seção IFUL
Margarete Maria Chiapinotto Noro – Seção IFSUL
Maria da Conceição Castro Cordeiro – Seção SINTEFPB
Maria de Fátima Silveira – Seção IFSUL
Mário Luiz Madeira Ferreira – Seção Litoral
Marlene Santos Socorro – Seção IFBA/CMS
Nilo Moraes de Campos – Seção IFSUL
Osni da Costa Rodrigues – Seção IFSUL
Ramon José Ribeiro da Fonseca – Seção Norte de Minas
Rosa Maria Mota Costa – Seção -IFBA/CMS
Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues - Seção SINTEFPB
Sueli Borges Pereira dos Santis – Seção Monte Castelo
Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA/CMS
Vilma Urpia - Seção IFBA/CMS
William Junior Sperb – Seção - IFSUL
William Kelbert Nitschke – Seção Ifsul

08 - Unificar para Avançar: O Retorno à CUT como Ferramenta Estratégica para o Fortalecimento da Luta

1. Análise da Conjuntura e a Urgência da Unidade Classista

Atravessamos um momento que exige clareza, unidade e uma avaliação honesta de nossa trajetória. A ofensiva do capital contra os direitos da classe trabalhadora e os serviços públicos não cessou. Mesmo sob um governo de frente ampla, a lógica da austeridade fiscal continua a nos impor cortes orçamentários, ameaças de reformas e uma precarização cada vez maior do nosso trabalho. A Educação Pública, nosso campo de atuação, permanece como um alvo estratégico desse desmonte, e é nesse cenário que a luta isolada de nossa categoria, por mais valente que seja, mostra seus limites.

Nossa maior vulnerabilidade, hoje, é a fragmentação do movimento sindical. O corporativismo, muitas vezes não intencional, nos isola e enfraquece, separando nossas pautas justas – como a reestruturação das carreiras e a recomposição salarial – das grandes lutas que definem o futuro de todos. A batalha contra as propostas de Reforma Administrativa, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o combate à escala 6x1 e a busca por uma vida digna para além do trabalho não são agendas de outros; são a base sobre a qual nossas próprias vitórias serão construídas.

Para romper esse ciclo de isolamento e potencializar nossa força, propomos o retorno à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nosso sindicato, que já foi parte da CUT e, em outro momento histórico, filiou-se à CSP-Conlutas, tem hoje a maturidade para avaliar que a dispersão de forças em centrais menores, embora legítima em seu tempo, mostrou-se insuficiente para barrar os ataques mais duros. O caminho mais sólido e consequente hoje é o da reunificação.

O retorno à CUT, portanto, é uma resposta tática e estratégica ao nosso maior desafio atual: combater o projeto da extrema-direita, que continua

a ameaçar a democracia e a visar a aniquilação dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos. Nossa tarefa histórica não é apenas a de resistir ou recuperar o que foi perdido, mas a de avançar e conquistar mais direitos. A filiação nos coloca no centro da disputa por um projeto de país, fortalecendo nossa voz para lutar por novas conquistas, como a redução da jornada, e para pressionar o governo a romper com a lógica fiscalista. Unificar-se à maior central sindical do país é a resposta mais contundente que podemos dar ao autoritarismo e à precarização, transformando nossa luta pela educação em um pilar da reconstrução democrática e da busca por uma sociedade mais justa para a classe trabalhadora.

2. Propostas Deliberativas

Diante do exposto, esta tese propõe ao plenário do 37º CONSINASEFE as seguintes deliberações para fortalecer nossa organização e nossa luta:

- Aprovar o retorno e a imediata filiação do SINASEFE Nacional à Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- Autorizar a Direção Nacional (DN) a realizar todos os trâmites políticos e administrativos necessários para efetivar a filiação, garantindo a plena participação do SINASEFE em todas as instâncias da central.
- Orientar as seções sindicais a promoverem o debate em suas bases sobre a importância da unidade classista e da reorganização do movimento sindical, fortalecendo a cultura de solidariedade entre as diferentes categorias de trabalhadores.

O momento que vivemos exige coragem, visão de futuro e, acima de tudo, unidade. Continuar isolado não é uma opção, é uma escolha que apenas favorece nossos adversários. O retorno à CUT é o passo que precisamos dar para romper as barreiras do corporativismo, fortalecer nossas pautas e assumir o papel que nos cabe na construção de um projeto de sociedade onde a justiça, a democracia e a soberania popular prevaleçam.
Unificar para lutar, lutar para avançar!
Pelo retorno do SINASEFE à CUT!

Roni Rodrigues da Silva - SINASEFE-MT

09 - Inclusão do Seminário de Segurança das IFES e EBTTs no Calendário Nacional do SINASEFE

Proponentes: Aliomar da Silva Seção Sindical IFES, Julio Cesar Bello Seção Sindical IFES, Adenilson Castro Guasti Seção Sindical IFES, Antônio Fernando Santos Seção Sindical IFS, Tonny Medeiros Martinho SINASEFE Natal, Erivanda Tavares do Nascimento SINASEFE Natal, Luis Ribeiro de Sousa SINASEFE IGUATU-CE,

Propõe a inclusão do Seminário de Segurança das IFES e EBTTs como atividade permanente do calendário oficial do SINASEFE, com periodicidade anual e caráter formativo, organizativo e político, visando fortalecer a pauta da segurança institucional e a defesa das condições de trabalho nas instituições federais de ensino. O seminário se consolidou como um importante espaço de formação, debate e organização dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança, contribuindo para o fortalecimento das ações sindicais e da política de valorização dos servidores que atuam nessa área.

A segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas unidades da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) é uma pauta essencial para garantir condições dignas de trabalho, saúde e bem-estar a servidores, estudantes e toda a comunidade escolar. O aumento dos riscos ocupacionais, da violência institucional e da precarização das estruturas exige uma abordagem sindical articulada, contínua e formativa sobre o tema. O Seminário de Segurança das IFES e EBTTs tem se mostrado um espaço de debate qualificado, formação técnica e política e construção coletiva de estratégias para uma política nacional de segurança no âmbito das instituições federais. Por meio de suas edições, o evento promove a troca de experiências, o fortalecimento da categoria e a elaboração de propostas que reafirmam o papel estratégico dos profissionais de segurança no contexto educacional. A consolidação desse evento no calendário do SINASEFE representa: - o fortalecimento das ações sindicais preventivas e de defesa da vida; - a ampliação da integração entre seções sindicais e GTs temáticos; - a continuidade do debate e o encaminhamento de deliberações aos fóruns nacionais; - e a valorização do trabalho dos servidores de segurança no contexto das IFES e EBTTs. A Carta de Princípios do SINASEFE e os documentos de política sindical reforçam o compromisso da entidade com a defesa das condições de trabalho, da democracia e da integridade física e mental dos

trabalhadores. Portanto, institucionalizar o seminário é dar concretude a esses princípios e consolidar a segurança institucional como uma política sindical permanente.

Propõe-se que o Seminário de Segurança das IFES e EBTTs seja incluído oficialmente no calendário nacional de atividades do SINASEFE, com as seguintes diretrizes:

1. Periodicidade anual, garantindo a continuidade e o planejamento antecipado;
2. Organização conjunta entre a Direção Nacional, as seções sindicais e os GTs pertinentes;
3. Caráter itinerante, permitindo a realização em diferentes regiões do país;
4. Produção de relatórios e encaminhamentos para as plenárias e congressos da entidade;
5. Reconhecimento do seminário como espaço permanente de formação, debate e proposição de políticas de segurança institucional.

A inclusão do Seminário de Segurança das IFES e EBTTs no calendário nacional do SINASEFE é um passo estratégico e político para consolidar a segurança institucional como pauta sindical permanente. Mais do que um evento pontual, o seminário é uma estratégia de formação e organização coletiva, que reafirma o compromisso do SINASEFE com a defesa da vida, da integridade física e mental e das condições dignas de trabalho dos servidores e servidoras da Rede Federal de Educação.

10 - A Ágora Insubstituível: Discutindo a Primazia da Presença Física na Mobilização dos Trabalhadores.

Seção I: Introdução - O Poder Duradouro da Presença na Ação Coletiva

O discurso contemporâneo sobre o mundo do trabalho é amplamente dominado pela narrativa da transição digital. A migração para modelos remotos e híbridos, acelerada pela pandemia, consolidou a percepção de que a organização dos trabalhadores pode ser mediada por telas sem perdas significativas. Este relatório desafia diretamente essa premissa. A tese central aqui defendida é que, embora as ferramentas digitais sejam úteis, a mecânica essencial para a construção de movimentos de trabalhadores poderosos e resilientes permanece fundamentalmente ancorada na copresença física. O espaço físico compartilhado – o chão de fábrica, a sede do sindicato, a assembleia – não é meramente um local, mas um cadinho onde queixas individuais são forjadas em identidade e ação coletivas.

Observa-se que o declínio no poder sindical está correlacionado não apenas a mudanças econômicas, mas também a uma erosão dos espaços físicos de interação que historicamente construíram o poder dos trabalhadores. Este relatório demonstrará que a mobilização eficaz depende de processos – confiança profunda, identidade compartilhada, consciência coletiva – que são qualitativamente mais potentes quando gerados através da interação face a face. A análise demonstrará os fundamentos psicossociais da solidariedade, as estruturas sociológicas da mobilização, o estudo de caso histórico das greves do ABC Paulista e as limitações da organização digital, culminando em uma síntese estratégica.

Seção II: Os Fundamentos Psicossociais da Solidariedade: Por Que a Interação Face a Face Forja Laços Mais Fortes

A solidariedade é um estado psicológico e emocional profundo, construído sobre a conexão interpessoal. A base de qualquer organização coletiva é a confiança, e a pesquisa demonstra que o diálogo direto e pessoal é fundamental para construí-la. A comunicação face a face é enriquecida por informações não verbais – tom de voz, linguagem corporal, contato visual – que são perdidas em formatos digitais, fortalecendo as relações interpessoais e a credibilidade.

A psicóloga social Sílvia Lane descreve o *processo grupal* como um fenômeno no qual um grupo se torna mais do que a soma de suas partes, forjado através da interação entre necessidades individuais e interesses coletivos. Este processo exige uma consciência e um objetivo comuns, que

se desenvolvem mais eficazmente na interação física. O sentimento de pertencimento, como descrito por Émile Durkheim, é uma relação moral fortalecida por rituais compartilhados, como reuniões e assembleias, que cimentam a identidade coletiva. A Psicologia Social Comunitária reforça que o trabalho presencial é crucial para a formação da consciência crítica e para a construção de relações de cooperação e solidariedade.

A eficácia da presença física reside em mecanismos psicossociais poderosos. A interação direta permite o "contágio emocional" e a "sincronização cognitiva". As assembleias massivas das greves do ABC, onde dezenas de milhares de trabalhadores repetiam em coro as palavras dos líderes, ilustram perfeitamente esse fenômeno. Esse ato sincroniza o estado emocional e cognitivo de uma multidão, transformando uma coleção de pessoas em um ator coletivo unificado, algo quase impossível de replicar através de plataformas digitais.

Seção III: Do Espaço Compartilhado ao Propósito Compartilhado: Estruturas Sociológicas para a Mobilização

A presença física dos trabalhadores é um recurso crítico que alimenta todo o processo de mobilização. A proximidade física pode ser entendida como um "metarrecurso", um catalisador que facilita a mobilização de todos os outros: redes sociais, conhecimento compartilhado e capacidade organizacional. A adaptação contínua dos "repertórios de ação" é mais bem alcançada através do feedback dinâmico que apenas os ambientes presenciais permitem.

O *trabalho de base* é a atividade permanente, diária e "corpo a corpo" das lideranças sindicais com os trabalhadores. Esta interação direta é a única forma de compreender verdadeiramente as necessidades da base , combater a propaganda patronal e construir a confiança necessária para a representação. A ausência desse contato leva à alienação. O fortalecimento dos sindicatos está, portanto, diretamente ligado à expansão desse trabalho de base. A ocupação do espaço físico é, em si, um ato de contestação política. A presença do sindicato no chão de fábrica ou uma assembleia em praça pública são demonstrações de poder coletivo que redefinem temporariamente aquele espaço como pertencente aos trabalhadores, reivindicando território do capital ou do Estado.

Seção IV: Estudo de Caso: As Assembleias e a Organização de Base das Greves do ABC Paulista (1978-1980)

As greves do ABC Paulista ilustram o poder inigualável da mobilização física. Elas não surgiram espontaneamente, mas estavam enraizadas em anos de organização clandestina e presencial dentro das fábricas através das "comissões de fábrica". Este movimento de base uniu diversos grupos

nos mesmos espaços físicos, forjando uma frente unificada contra a exploração intensa.

O ápice do poder foi a ocupação do estádio da Vila Euclides para as assembleias em massa, um ato de enorme poder simbólico e prático. A imagem de até 80.000 trabalhadores decidindo coletivamente os rumos da greve é a demonstração máxima do "contágio emocional" e da "sincronização cognitiva". Essas assembleias eram o coração democrático do movimento, onde os trabalhadores exerciam um profundo senso de propriedade sobre a luta. Elas funcionaram como "rituais de soberania", onde os trabalhadores constituíram fisicamente um contrapoder que suplantou a autoridade dos patrões e da ditadura militar.

Quando o Estado reprimiu o movimento, proibindo as assembleias, a luta não cessou, mas retornou à sua rede física e descentralizada. O "Fundo de Greve" foi organizado na Igreja Matriz, e os postos de distribuição de alimentos nos bairros se tornaram novos centros de organização, provando a resiliência de um movimento construído sobre laços físicos e presenciais.

Seção V: O Dilema Digital: Oportunidades e Limitações do Ativismo Virtual

As ferramentas digitais oferecem conveniência, velocidade e alcance, sendo úteis para disseminar informações e coordenar a logística. A pandemia forçou os sindicatos a adotarem métodos digitais, demonstrando sua utilidade paliativa. No entanto, uma dependência excessiva delas apresenta riscos.

A crítica ao "slacktivism" (ativismo de sofá) aponta que ações online de baixo esforço, como assinar uma petição, criam a ilusão de participação sem gerar impacto real, podendo desmobilizar o engajamento em ações mais significativas. A facilidade de clicar em "participar" fomenta "laços fracos", insuficientes para ações que envolvem risco ou sacrifício pessoal.

A organização puramente digital enfrenta barreiras como o "abismo digital", que exclui trabalhadores sem acesso ou literacia tecnológica , a comunicação empobrecida que dificulta a construção de confiança e a vulnerabilidade das plataformas ao controle e à vigilância por corporações ou governos.

Tabela 1: Análise Comparativa dos Métodos de Mobilização: Presencial vs. Digital

Variável de Mobilização	Mobilização Presencial / Física	Mobilização Digital / Virtual	Fontes de Apoio
Construção de Confiança e Solidariedade	Comunicação de alta largura de banda (sinais verbais e não verbais).	Comunicação de baixa largura de banda (texto, vídeo filtrado).	

Variável de Mobilização	Mobilização Presencial / Física	Mobilização Digital / Virtual	Fontes de Apoio
	Fomenta confiança profunda e resiliente ("laços fortes") através da experiência compartilhada e vulnerabilidade mútua.	Propensa a mal-entendidos. Fomenta "laços fracos" e transacionais.	
Formação de Identidade Coletiva	Processo corporificado e ritualístico. O espaço físico compartilhado cria um poderoso senso de "nós" e de poder coletivo.	Abstrata e individualizada. A identidade é frequentemente performada para uma audiência em vez de ser forjada na luta coletiva.	
Deliberação Estratégica	Permite um debate nuançado, dinâmico e em tempo real. Capacidade de "ler o ambiente" e construir consenso através do diálogo.	Frequentemente assíncrona e fragmentada. Propensa à polarização, ao pensamento de grupo e ao debate superficial. Difícil de alcançar um consenso genuíno.	
Compromisso e Limiar de Risco	A alta barreira de entrada (tempo, deslocamento, risco físico) atua como um filtro, selecionando participantes altamente comprometidos. O risco corporificado forja laços profundos.	A baixa barreira de entrada incentiva a participação superficial ("slacktivism"). O risco pessoal mínimo leva a níveis de compromisso mais baixos.	
Inclusividade	Pode ser geograficamente limitada. Requer capacidade física para estar presente.	Pode superar a geografia. No entanto, cria um "abismo digital", excluindo aqueles sem acesso ou literacia.	

Seção VI: Conclusão

Esta tese reafirma que a presença física é o núcleo insubstituível da mobilização eficaz dos trabalhadores. Os processos essenciais para a construção de poder coletivo – confiança, solidariedade e ação de alto compromisso – são produtos da interação face a face. A conclusão não é um apelo para abandonar a tecnologia, mas para subordiná-la a uma estratégia que priorize e cultive a conexão presencial. O futuro reside em um modelo híbrido, onde o digital funciona como o *andaime*, não como o *edifício*, com o objetivo final de reunir os trabalhadores no mesmo espaço físico.

Nossas propostas para o 37º CONSINASEFE:

1- Pela presencialidade como regra nas Plenárias e Assembleias: Priorizar o formato presencial como padrão para as instâncias deliberativas, reservando o modo virtual apenas para situações excepcionais e devidamente justificadas, a fim de garantir a profundidade do debate democrático e o fortalecimento dos laços entre os participantes.

2- Fomento à integração e organização de base: Incentivar ativamente que as Seções Sindicais promovam eventos, encontros e atividades locais, com o objetivo de fortalecer a integração, a troca de experiências e a revitalização da organização de base no cotidiano dos trabalhadores.

Assinam esta Tese:

Erlon Diego Zimermmane dos Santos – Seção Bambuí

Cristina Dias de Mendonça – Seção Bambuí

11 - Qualificar para avançar

Delegadas e Delegados do 37º Congresso do SINASEFE,

Esta tese tem o objetivo principal de debater com a plenária sobre a necessidade imperiosa de construir um modelo de escolha de representação que possa elevar cada vez mais as ações do SINASEFE, aprimorando o processo de escolha da Direção Nacional, acrescentando uma etapa importante que aprofunda a legitimidade desse processo.

Nas últimas décadas, houve um grande recrudescimento e ascensão das arcaicas forças neoliberais globais e, com elas, além do capitalismo selvagem e excludente, também vieram o nazifascismo, o racismo, o machismo, o capacitismo, a LGBTQIA+fobia e todas as formas de opressão possíveis.

A luta de classes, que tem entre seus principais indutores a organização sindical, está cada vez mais sofrendo esvaziamentos sistemáticos devido a vários fatores, como a redução do quadro de associados, a aprovação pelo Parlamento de sucessivas legislações liberais que visam reduzir o poder de organização das entidades sindicais e até mesmo um certo arrefecimento da esquerda nas ruas, tendo como contraponto a emersão do "bolsonarismo" enquanto "pseudo doutrina" religiosa/patriótica, que varreu o país e elegeu um Presidente da República de triste memória, que mesmo derrotado nas últimas eleições ainda exerce, de certa maneira, grande influência nos certames do Parlamento brasileiro.

A Educação Federal exerce um papel fundamental na construção da nação brasileira. Nossas entidades sindicais reúnem cerca de 200 mil filiados, divididos entre ANDES, FASUBRA e SINASEFE. Nossos filiados, filiadas e filiades em nossas bases depositam grande confiança na representação sindical, como podemos verificar nas contribuições das associações voluntárias que permitem a manutenção de nossa luta contra as opressões e os arbítrios.

O primeiro movimento que nos obriga, como dirigentes de nossas entidades e também das próprias bases, é a verificação da eficácia dos membros da representação nacional. A Direção Nacional do SINASEFE sempre foi um coletivo combativo e respeitado pela nossa categoria, mas, apesar da legitimação e do endosso das bases, está necessitando de avaliações rigorosas no que concerne à importância da emergência no atual momento político nacional.

Destarte, a decisão congressual que legitima os pleitos que elegem a Direção Nacional e, por extensão, as direções das seções em todo o país, urge que façamos uma discussão sobre a metodologia de escolha dos nossos dirigentes nacionais. A importância do SINASEFE e sua missão é tamanha que, em tese, a metodologia de escolha de seus dirigentes poderia

atender, além dos critérios políticos mais gerais (que são absolutamente compreensíveis), à comprovação de expertise necessária no campo onde a candidatura fosse proposta.

Nos últimos anos, o formato da Direção Nacional se complexificou e ampliou. Novas pastas foram criadas e novas demandas políticas surgiram para as pastas já existentes. Tomemos um exemplo disso: a luta sindical que se compromete com o assim chamado campo do combate às opressões (hoje representado por várias pastas na DN) representa tradições de luta que bebem em fontes não somente da luta de classes, mas também de acúmulos teóricos e de lutas oriundos de outros campos políticos que não somente o sindical, a exemplo dos feminismos, lutas de pessoas negras, lutas indígenas, lutas do povo cigano, lutas quilombolas, lutas LGBTQIAPN+ e lutas anticapacitistas.

As pastas mais tradicionais do SINASEFE Nacional também precisaram se reinventar não só em relação à complexificação de seus objetivos, como no tocante à incorporação dos olhares pautados pelas pastas mais recentes. As forças políticas que disputam a Direção Nacional no Congresso Eleitoral ainda não se comprometeram de forma realmente profunda com a garantia de formação para seus quadros, de maneira a assegurar a devida preparação de todos os perfis que satisfaçam as expertises necessárias a todas as pastas, ocorrendo, por vezes, indicações que carecem de lastro para desenvolver o trabalho que a pasta demanda.

A grandeza da luta do SINASEFE não deve, de forma alguma, ser estagnada e deixar de ser um referencial político para as bases por conta da inabilidade e inexperiência de dirigentes que não possuem tradição na luta política do segmento que dirigem e tampouco interlocução e articulação nacional com as bases que pretendem construir uma política nacional para o segmento.

Propomos, portanto, com esta tese, que neste congresso estatutário a plenária analise e acate a proposta que prevê a escolha de critérios mínimos dos candidatos, candidatas e candidates à Direção Nacional do SINASEFE, para que possam exercer de maneira plena e exitosa o mandato que lhes foi confiado.

O Congresso Eleitoral obviamente continua sendo a instância de escolha das forças políticas que vão compor a Direção Nacional do SINASEFE. É necessário, entretanto, que o perfil de cada pessoa que vai preencher cada pasta da instância máxima de nosso sindicato possa ser melhor debatido pelas bases, que têm o direito de zelar pela garantia de que haverá possibilidade de que os(as) coordenadores(as) correspondam às demandas que o trabalho de cada pasta requer.

Nesse sentido, esta tese sugere que a metodologia que balizará os termos elegíveis necessários para quem vai coordenar cada pasta seja elencada pela categoria e debatida em uma plenária que antecederá o próximo congresso eleitoral do SINASEFE. Garantiríamos, assim, uma direção

combativa e eficiente, que certamente corresponderá às expectativas das demandas que nossa luta sindical exige.

Silvia Domingos. SINASEFE-IFSC Maria

de Fátima Silveira Medeiros. IFSUL Áubio Aurélio

da Rocha Ferreira. Concórdia Ivanyr

da Silva Alves. Sindscope Sônia

Regina Lamego Lino. Litoral

Sônia Regina Adão Seção Sindical IFSC

Amauri Queiroz. Sindscope Viviane da

Silva Santos. Sinasefe - Cuiabá

Luciana Colussi. Litoral

Ìyá Marli Ogún Méjire Azevedo. Sindscope Katiuscia

da Costa Pinheiro Monte Castelo

Noemi da Silveira Jorge Sindscope

Elizabeth Soares Dutra Sindscope

Alexandre Samis Sindscope

12 - Fetichismos e Sindicato - uma breve reflexão

Este texto é apenas uma breve contribuição pessoal para o debate da organização sindical, baseada em algumas observações sobre as nossas preocupações com os rumos que nosso sindicato tem tomado nos últimos anos.

Ao lado de uma conjuntura que oferece enormes desafios à luta dos trabalhadores, sobre a qual não me estenderei, nosso sindicato vem passando por mudanças em sua política interna que trazem alguns dos maiores desafios da sua história: o desafio de fortalecimento do SINASEFE baseado na expressão da vontade das bases, e não na vontade dos grupos que tentam hoje meramente usar o Sindicato para atingir seus projetos particulares.

Fetichismo do Estado Capitalista: ver o Estado e não a classe trabalhadora

Muitas posições políticas que hoje tentam se fortalecer no interior do nosso Sindicato têm como foco não os trabalhadores que deveriam representar, mas o Estado: padecem do fetichismo do Estado capitalista. Os governos são vistos por esse fetichismo como as únicas organizações capazes de mudar a realidade. Lideranças que supervalorizam o Estado e tratam os trabalhadores como mera massa sem consciência, a ser manobrada de acordo com seus projetos particulares.

Para muitas dessas lideranças, o conhecimento político supostamente mais sistematizado do partido político é considerado superior à elaboração possível de ser construída pelo sindicato, o que leva esses grupos a desprezarem o pensamento das bases: sua meta é conduzir a base a lutar de acordo com o pensamento de suas lideranças, que se acreditam portadoras de alguma superioridade qualquer: ou "pureza revolucionária" ou simplesmente "capacidade de liderar", dependendo do caso.

Ao só enxergarem os governos, essas lideranças viram as costas à própria classe trabalhadora que acreditam defender: uma vez que creem que só o Estado pode mudar a sociedade, o único caminho para os trabalhadores é tomar o Estado. E como os sindicatos não têm potencial para tomar o Estado (potencial esse que é prerrogativa de partidos políticos), consideram que os sindicatos ou devem ser colocados sob a tutela de seus partidos, ou, simplesmente, devem ser usados para agitações grevistas convenientes a seus partidos. Agitações essas que têm como única função enfraquecer a popularidade dos governantes de plantão, permitindo o crescimento das lideranças personalistas dentro do sindicato e/ou das

lideranças político-partidárias aliadas. Como se o Estado fosse um órgão acima da luta de classes, neutro, capaz de indiferentemente atender à política do capital ou do trabalho, dependendo das pressões maiores ou menores do movimento sindical.

Fetichismo da Organização Sindical: ver o sindicato e não o movimento dos trabalhadores

Mas há, no sindicato do século XXI, mais um fetichismo: o fetichismo da instituição sindical. Por esse fetichismo, o movimento dos trabalhadores identifica-se e submete-se à figura do sindicato enquanto máquina administrativa do movimento. No entanto, movimento e organização são elementos bem mais separados do que parecem. A classe trabalhadora não é o sindicato. A categoria dos servidores da Educação Federal não é o SINASEFE. É fácil de ver que os sucessos imediatos dos movimentos dos trabalhadores são proporcionais a seus graus de organização. Mas a organização sindical em massa sempre foi mais um resultado da mobilização de trabalhadores do que a causa dela.

Dentro dessa lógica, a verdadeira disputa política sequer ocorre nos enfrentamentos com os adversários de classe: mais relevante é a disputa pela direção da máquina sindical, que imediatamente dá acesso à representatividade oficializada de toda uma categoria. Como o sindicato aparece como substituto da categoria profissional, a atividade que mais mobiliza as lideranças do SINASEFE é a disputa pela máquina do sindicato. Nos CONSINASEFEs Eleitorais, os diferentes grupos políticos investem mais em material de campanha para a eleição das Direções Nacionais do que em material sobre as discussões políticas dos mais importantes fóruns da entidade. Antes dos CONSINASEFEs Eleitorais, são feitas dezenas de reuniões preparatórias de diversos grupos políticos, muito mais do que se faz antes de uma campanha por melhores salários ou carreiras.

O desprezo pela discussão política e o "CONSINASEFE Irrelevante"

Alguns dos momentos em que esse fetichismo ficou mais patente foram as várias falas de diferentes lideranças de todos os coletivos sindicais que trataram o presente CONSINASEFE como "não prioritário" e até mesmo "irrelevante", já que não se mudará o Estatuto nem será eleita uma nova Diretoria Nacional. Se não for para disputar a máquina burocrática do sindicato, para que gastar dinheiro e esforços? Se a disputa pelo Governo Federal é só no próximo ano, para que um CONSINASEFE agora

Há notícia de mais de uma Seção Sindical cujas lideranças defenderam não enviar representantes para o presente CONSINASEFE, preferindo abster-se de discussões sobre os rumos do sindicato. Segundo o discurso de

lideranças de uma delas, não participar do CONSINASEFE se justifica porque sua prioridade é economizar para comprar uma sede própria - novamente, vendo como foco a estrutura e a máquina do sindicato em detrimento de se pensar nossa prática sindical!

Por um sindicato que supere seus fetichismos

Apesar de todo um discurso elaborado, essas posições não conseguem, de fato, enxergar o quanto a sociedade é formada essencialmente por classes sociais, que interferem de formas diferentes no Estado. Nenhum governante, por mais voluntarioso que seja, jamais poderá destruir, por um decreto oficial, todo um complexo sistema que subordina a sociedade à valorização do capital. Mudanças sociais são frutos de ações do conjunto da sociedade, e muitos companheiros se equivocam ao não enxergar que a nossa verdadeira luta é mais em baixo, é na base.

O predomínio do partido político como definidor dos rumos a serem tomados pelo sindicato, defendido por Lenin para a sociedade do Império Russo há mais de um século, não pode mais ser visto como ponto central das ações do sindicalismo brasileiro, sem levar em conta as mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas atuantes em nosso tempo. No nosso século XXI, qualquer um que reivindique o legado de Lenin deve fazer o que ele fez: estudar profundamente a própria sociedade como ponto de partida de sua prática. O diálogo com partidos políticos pode ser extremamente importante para o sindicato, mas não pode ser uma via de mão única; caso contrário, não é um diálogo, e sim um monólogo.

Sindicato como aparelho privado de hegemonia

Acreditamos que o sindicato deve ser, fundamentalmente, um aparelho privado de hegemonia dos trabalhadores, que tenha como uma de suas principais atribuições a luta ideológica de construção e defesa dos interesses de nossa classe social.

Somente ao deixar de limitar sua atuação à esfera econômica, à luta imediata por salários ou carreira, é que o sindicato poderá contribuir nesse esforço de formar uma nova direção intelectual e moral da sociedade para além dos limites dos interesses burgueses ligados à exploração do trabalho humano em função da valorização do capital. E o SINASEFE é parte integrante desse esforço global da classe trabalhadora.

Do contrário, com uma atuação limitada à luta por salários, regulamentações ou por trocas de grupos à frente do poder do Estado, o sindicato se mantém apenas como uma instituição reguladora das relações econômicas entre patrões, Estado e trabalhadores - e que, muitas vezes, pode ser, na realidade, nada mais do que uma instituição de

manutenção da ordem capitalista.

Os trabalhadores, como integrantes da nossa sociedade de fins do século XX, são objeto da ação ininterrupta de um sem-número de diferentes aparelhos de hegemonia – como os aparelhos da mídia, as igrejas, os diversos departamentos da máquina do Estado, entre outros –, que têm por função a generalização da concepção de mundo burguesa e, consequentemente, a consolidação da liderança dessa classe sobre a sociedade.

O sindicato se distingue desses outros aparelhos privados de hegemonia pelo fato de ser uma instituição gerida diretamente pelos trabalhadores e que busca a definição de valores sociais próprios dos trabalhadores. Esses valores podem ser restritos aos limites do mercado capitalista, vinculando-se a reformas dentro do sistema do capital – como melhores salários ou melhores serviços públicos – ou vincular-se à luta por uma nova sociedade para além do capitalismo. A capacidade do sindicato de intervir nessa formação dos valores e das concepções de mundo dos trabalhadores vai depender do caráter que tomarão as relações políticas não somente dentro do nosso sindicato, mas também entre ele e os diversos atores sociais.

A tarefa que temos pela frente é a de construir um sindicato mais classista, menos fetichista e mais autuante. Não temos a pretensão de saber o caminho a ser tomado. Ele será construído coletivamente. Nas palavras de Karl Marx, "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores", e não de uma liderança ou outra.

Marcelo Assunção

(Militante de base da Seção Sindical CMRJ do SINASEFE)